



Associada ao



Prospecto de acordo com Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV

CNPJ nº 10.456.640/0001-64

No valor total de até

R\$2.000.000.000,00

Registro CVM Cotas Seniores nº CVM/SRE/RFD/024, concedido em 04 de outubro de 2010

Classificação do Fundo junto à ANBIMA: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Classificação de Risco das Cotas Seniores: Moody's "Aa1.br"

Código ISIN das Cotas Seniores: BRBVFQCTF007 - Cotas Seniores

Distribuição pública inicial de no mínimo 1.000 (um mil) e no máximo 2.000.000 (dois milhões) cotas seniores ("Cotas Seniores"), de uma única série, com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) de emissão do BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV ("Fundo").

Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Consequentemente, as cotas subordinadas do Fundo ("Cotas Subordinadas") e, em conjunto com as Cotas Seniores, "Cotas", durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ("Relação Mínima").

O registro de funcionamento do Fundo foi concedido pela CVM em 04 de outubro de 2010, sob o código 429-4, através do OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/nº 3074.

As Cotas Seniores serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"); e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

A cedente dos direitos creditórios é a BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 8º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 01.149.953/0001-89 ("BV Financeira").

O Fundo foi constituído em 03 de setembro de 2008, por meio de ato único da Administradora, abaixo qualificada. O regulamento foi registrado no 5º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, em 10 de setembro de 2008, sob o nº 01254442 e sua posterior alteração, realizada em 16 de julho de 2010, que aprovou a emissão das cotas pelo Fundo, foi registrada sob o nº 01304489, em 21 de julho de 2010 ("Regulamento").

O Fundo foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("Resolução 2.907") e a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356") e demais disposições legais aplicáveis.

O Banco Votorantim S.A. ("Banco Votorantim" "Estruturador" ou "Coordenador Líder" ou "Distribuidor Líder") e o BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM" ou "Distribuidor"), em conjunto com o Distribuidor Líder, "Distribuidores" foram às instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

A administração e gestão de cotas do Fundo é realizada pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 03.384.738/0001-98 ("Administradora" ou "VAM").

Somente investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 ("Investidores Qualificados"), e investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação por força da legislação aplicável e/ou por disposição prevista em seu regulamento, podem adquirir cotas do Fundo.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do custodiante do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador ou do Gestor de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento às disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento elaborado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), bem como às normas emanadas pela CVM.

A concessão de registro para a distribuição das Cotas Seniores de emissão do Fundo não implica, por parte da CVM e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento do Fundo ou deste Prospecto à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Fundo ou de seu Administrador, Gestor e demais prestadores de serviços.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Os investidores devem ler a seção fatores de risco, nas páginas 24 a 29 deste Prospecto.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenador Líder



Administração e Gestão



Distribuidor



Custodiante



Rating



Moody's Investors Service

Auditoria



Assessoria Jurídica

PINHEIRO GUIMARÃES
ADVOGADOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

Glossário.....	5
Características Gerais do Fundo	11
Sumário	11
Origem e Formalização da Cessão dos Direitos Creditórios	15
Política de Investimento.....	18
<i>Requisitos de Diversificação</i>	<i>18</i>
Classificação de Risco (<i>Rating</i>).....	20
Gerenciamento de Riscos.....	21
<i>Risco de mercado</i>	<i>21</i>
<i>Risco de crédito.....</i>	<i>21</i>
<i>Risco de liquidez.....</i>	<i>21</i>
<i>Risco operacional.....</i>	<i>22</i>
Conflito de Interesses	23
Fatores de Risco.....	24
Riscos Relacionados aos Ativos da Carteira do Fundo.....	24
<i>Risco de Crédito dos Ativos do Fundo.....</i>	<i>24</i>
<i>Risco de Mercado.....</i>	<i>24</i>
<i>Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos.....</i>	<i>24</i>
<i>Risco de Descasamento de Taxas.....</i>	<i>24</i>
<i>Risco de Liquidez</i>	<i>25</i>
<i>Risco de Derivativos.....</i>	<i>25</i>
Riscos Relacionados Preponderantemente ao Fundo	25
<i>Fundo Fechado</i>	<i>25</i>
<i>Risco de Ausência de Notificação dos Devedores</i>	<i>25</i>
<i>Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira</i>	<i>25</i>
<i>Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos</i>	<i>25</i>
<i>Risco da Insuficiência de Recursos para Pagamento da Amortização e Resgate das Cotas.....</i>	<i>26</i>
<i>Risco de Não Indenização pela BV Financeira</i>	<i>26</i>
<i>Risco de Ausência de Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios</i>	<i>26</i>
<i>Invalidez ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios</i>	<i>26</i>
<i>Risco Operacional.....</i>	<i>27</i>
<i>Risco de Liquidação Antecipada do Fundo</i>	<i>27</i>
<i>Risco de Ausência de Garantia das Aplicações em Cotas</i>	<i>27</i>
<i>Risco de Falta da Transferência da Garantia</i>	<i>27</i>
<i>Risco Relativo ao Resgate das Cotas Seniores em Direitos Creditórios Cedidos</i>	<i>27</i>
<i>Risco Relativo à BV Financeira como Fiel Depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos.....</i>	<i>27</i>
<i>Risco de Insuficiência da Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos</i>	<i>28</i>
<i>Inexistência de Rendimento Predeterminado.....</i>	<i>28</i>
<i>Insuficiência da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez.....</i>	<i>28</i>
<i>Liquidez reduzida das Cotas.....</i>	<i>28</i>
<i>Risco Relativo à Aplicação Conjunta em Cotas do Fundo</i>	<i>28</i>
<i>Risco Relativo à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.....</i>	<i>28</i>
<i>Risco Relativo à Necessidade de Aporte de Recursos Adicionais.....</i>	<i>28</i>
Riscos Relacionados Preponderantemente à BV Financeira.....	29
<i>Efeitos da Política Econômica do Governo Federal.....</i>	<i>29</i>
<i>Risco de Descontinuidade</i>	<i>29</i>
<i>Risco de Conflito de Interesses.....</i>	<i>29</i>
<i>Risco Relativo às Informações Financeiras da BV Financeira Constantes do Prospecto</i>	<i>29</i>
<i>Risco Relativo às Alterações na Política de Concessão de Crédito.....</i>	<i>29</i>
Sumário dos Principais Contratos do Fundo.....	30
Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.....	30
Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas	30
Contrato de Custódia e Contrato de Controladoria	30
Contrato de Depósito.....	31

Direitos Creditórios	32
Características dos Direitos Creditórios	32
Critérios de Elegibilidade.....	33
Preço de Aquisição e Forma de Pagamento	33
Guarda dos Documentos Relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos.....	34
Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos.....	34
<i>Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos.....</i>	<i>35</i>
Inexistência de Coobrigação	35
Indenização pela BV Financeira.....	36
Do Patrimônio Líquido e da Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	37
Das Cotas e Regras de Valorização	38
Emissão e Distribuição das Cotas.....	38
<i>Cronograma Estimado das Etapas da Oferta.....</i>	<i>39</i>
<i>Custos de Distribuição das Cotas Seniores</i>	<i>39</i>
Relação Mínima.....	39
Aplicação em Cotas.....	40
Valorização das Cotas	40
<i>Remuneração das Cotas Seniores.....</i>	<i>40</i>
<i>Remuneração das Cotas Subordinadas</i>	<i>40</i>
Reserva de Pagamento	41
Amortização e Resgate das Cotas do Fundo	42
Administração.....	43
<i>Obrigações e Proibições</i>	<i>43</i>
<i>Renúncia.....</i>	<i>46</i>
<i>Remuneração.....</i>	<i>47</i>
<i>Responsabilidade</i>	<i>47</i>
Custódia e Controladoria.....	48
<i>Custódia</i>	<i>48</i>
<i>Controladoria.....</i>	<i>49</i>
<i>Escrituração.....</i>	<i>49</i>
Taxas e Despesas do Fundo.....	50
Taxa de Administração	50
Despesas do Fundo.....	50
Alienação de Direitos Creditórios.....	52
Apresentação da Administradora e dos Demais Prestadores de Serviços	53
Breve Histórico da Administradora.....	53
Breve Histórico do Custodiante e Controlador de Cotas	53
Breve Histórico do Banco Arrecadador.....	54
Breve Histórico do Coordenador Líder	55
Breve Histórico do Distribuidor	55
Breve Histórico do Auditor.....	56
Breve Histórico da Agência Classificadora de Risco.....	57
Descrição de Relações Societárias ou Ligações Contratuais Relevantes	58
Relações entre a Administradora e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo.....	58
<i>Relação entre a Administradora e o Coordenador Líder</i>	<i>58</i>
<i>Relação entre a Administradora e o BB DTVM.....</i>	<i>58</i>
<i>Relação entre a Administradora e o Custodiante</i>	<i>58</i>
<i>Relação entre a Administradora e o Auditor</i>	<i>58</i>
<i>Relação entre a Administradora e a Cedente</i>	<i>58</i>
Relações entre os Distribuidores e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo	58
<i>Relação entre os Distribuidores e o Custodiante.....</i>	<i>59</i>
<i>Relação entre os Distribuidores e o Auditor.....</i>	<i>59</i>
<i>Relação entre os Distribuidores e a Agência Classificadora de Risco</i>	<i>59</i>
<i>Relação entre o Coordenador Líder e a Cedente</i>	<i>59</i>
<i>Relação entre o BB DTVM e a Cedente.....</i>	<i>59</i>
A Cedente	60
Histórico	60
Capital Social.....	60
Acordo de Acionistas	61

Administração e Conselho Fiscal	61
<i>Diretoria</i>	61
Conselho Fiscal.....	63
Produtos.....	63
<i>Carteira de Produtos</i>	63
<i>Relacionamento com Revendas</i>	63
<i>Financiamento de Veículos</i>	64
<i>Veículos Leves e Pesados</i>	65
Clientes.....	66
Concorrência.....	67
Análise e Concessão de Crédito	67
Recuperação de Crédito	68
Inadimplência	68
Perdas	70
Pré-pagamento.....	70
Desempenho do Mercado de Crédito e Financiamento de Veículos.....	71
Captação de Recursos.....	74
Informações Financeiras	74
Experiência Prévia em Outras Operações de Securitização	74
<i>Balanço Patrimonial</i>	75
<i>Demonstrações de Resultados</i>	75
Pendências Judiciais e Administrativas.....	76
Marco Regulatório.....	76
<i>Introdução</i>	76
<i>Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia</i>	76
<i>Da Eficácia do Contrato contra Terceiros</i>	77
<i>Dos Regulamentos Editados pelos Órgãos Públicos Competentes</i>	77
<i>Dos Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato</i>	78
Assembleia Geral do Fundo	79
Eventos de Revisão do Fundo	81
Liquidação Antecipada do Fundo	83
Tributação.....	84
Tributação do Fundo	84
<i>IOF/Títulos</i>	84
<i>Imposto de Renda</i>	84
Tributação dos Cotistas	84
<i>IOF/Títulos</i>	84
<i>IOF/Câmbio</i>	84
<i>Imposto de Renda</i>	84
Política de Divulgação de Informações e Publicações	86
Atendimento a Cotistas	88
Sede da Administradora	88

ANEXOS DO PROSPECTO

Anexo I – Regulamento do Fundo	91
Anexo II – Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios preparado pelo Auditor.....	145
Anexo III – Relatório de Classificação de Risco.....	229
Anexo IV – Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400.....	249
Anexo V – Declaração do Distribuidor Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400.....	253
Anexo VI – Demonstrações Financeiras da BV Financeira relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2009	257

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Administradora:	Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5.805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários.
Agência Classificadora de Risco:	Moody's América Latina Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.551, 6º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.101.919/000105, ou qualquer outra agência de classificação de risco em funcionamento no País que vier a ser contratada pelo Fundo para substituí-la.
Agente de Cobrança:	BV Financeira ou quem vier a substituí-la, responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.
Alienação dos Direitos Creditório:	É a alienação de Direitos Creditórios Cedidos para cobrir encargos do Fundo nos termos do item 16 do Regulamento.
Alocação Mínima:	Percentual de, no mínimo, 50% e no máximo 99,75% do Patrimônio Líquido que deverá investido nos Direitos Creditórios, após 90 dias do início de suas atividades, nos termos da seção "Relação Mínima", na página 39 deste Prospecto.
Amortização Periódica	É a amortização parcial das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, nos termos do item 9 do Regulamento.
ANBIMA:	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Início:	Anúncio de início da distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo.
Auditor:	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29.
Banco Arrecadador:	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, banco arrecadador, responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos, ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-la.
Banco Votorantim ou Coordenador Líder ou Distribuidor Líder	Banco Votorantim S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171 - 18º andar - Torre A, inscrito no CNPJ sob o n.º 59.588.111/0001-03.
BB DTVM ou Distribuidor	BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro nº 20, salas 201, 202, 301 e 302, inscrita no CNPJ sob o n.º 30.822.936/0001-69.

BV Financeira:	BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171 – 8º andar, Torre A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.149.953/0001-89.
Cedente:	BV Financeira.
CETIP:	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ:	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
Código ANBIMA:	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.
Código Civil:	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Trânsito Brasileiro:	Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, conforme alterada.
Conta de Custódia:	Conta corrente de titularidade do Fundo mantida perante o Custodiante, na qual os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos e as Disponibilidades serão depositados.
Contrato de Custódia e Controladoria:	"Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", celebrado entre o Fundo e o Custodiante.
Contrato de Promessa de Cessão:	"Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios", celebrado entre a BV Financeira, na qualidade de cedente e legítima proprietária e possuidora dos Direitos Creditórios, o Fundo, na qualidade de cessionário, e o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas:	"Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas e outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente", conforme aditado de tempos em tempos.
Contratos de Financiamento:	Cédulas de crédito bancário ou contratos de abertura de crédito relativos a operações de financiamento de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans) (i) que tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos Devedores; (ii) que sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames; (iii) que, no caso dos contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas sejam evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira; (iv) cujos créditos tenham sido integralmente desembolsados e aplicados na aquisição dos veículos automotores; (v) que não contenham qualquer vedação à sua livre cessão pela BV Financeira; e (vi) que tenham os requisitos necessários para a caracterização de títulos executivos extrajudiciais.
Controlador:	Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12.
COSIF:	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
Cotas Seniores:	Cotas de emissão do Fundo que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização, e resgate, e apresentam preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas.

Cotas Subordinadas:	Cotas de emissão do Fundo que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, de resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, observado o disposto na seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Valorização das Cotas", na página 40 deste Prospecto.
Cotas:	Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, em conjunto.
CPF:	Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
Crítérios de Elegibilidade:	As características que os Direitos Creditórios deverão atender para que sejam cedidos ao Fundo, sendo aqueles que, cumulativamente, (i) tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo; (ii) sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento da cessão; (iii) tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50 mil por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo; e (iv) no momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10%; (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20%; e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100%.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A., ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-la.
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Datas de Amortização	Último Dia Útil do 31º mês contado da Data de Subscrição Inicial e cada último Dia Útil dos meses subsequentes até o 36º mês contado da Data de Subscrição Inicial.
Data de Subscrição Inicial:	Data da subscrição e integralização de Cotas representativas do Patrimônio Líquido inicial do Fundo.
Data de Verificação:	O último Dia Útil de cada mês.
Decreto-lei n.º 911/69:	Decreto-Lei n.º 911, de 1 de outubro de 1969, conforme alterado pela Lei n.º 6014, de 31 de dezembro de 1973, pela Lei n.º 6071, de 4 de julho de 1974, e pela Lei n.º 10.931, de 3 de agosto de 2004.
Devedores:	Os devedores dos Direitos Creditórios.
Dia Útil:	Dia em que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Direitos Creditórios Cedidos:	Os Direitos Creditórios cedidos pela BV Financeira ao Fundo, por meio da celebração dos Termos de Cessão.
Direitos Creditórios:	Créditos líquidos e certos de titularidade legítima e exclusiva da BV Financeira, decorrentes de Contratos de Financiamento apresentados pela BV Financeira ao Custodiante para aquisição pelo Fundo.
Disponibilidades:	É o somatório, apurado pela Administradora em cada Dia Útil, dos recursos mantidos em moeda corrente nacional na Conta de Custódia decorrentes (i) do aporte de recursos em razão da integralização de Cotas pelos Cotistas; (ii) do recebimento dos valores devidos a título de juros e principal dos Direitos Creditórios Cedidos; (iii) do recebimento dos valores devidos a títulos de juros (inclusive de mora),

	principal e multa em decorrência dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores; (iv) dos valores recuperados em razão da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores, inclusive mediante excussão das respectivas garantias (observado que tais valores previstos nesta alínea (iv) somente deverão ser contabilizados pelo Fundo na medida em que tenham sido depositados na Conta de Custódia); (v); e (v) de depósitos bancários à vista e aplicações de liquidez imediata.
Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos:	Os documentos que deram origem a cada Direito Creditório Cedido, quais sejam, os Contratos de Financiamento, os documentos que formalizam as respectivas garantias e todos os demais documentos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos.
Emissão:	A presente emissão, para a distribuição pública no mercado de valores mobiliários, de Cotas Seniores.
Evento de Indenização:	Qualquer um dos seguintes eventos previstos no Contrato de Promessa de Cessão: (i) inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou (iii) reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.
Evento de Liquidação Antecipada:	Qualquer dos eventos descritos na seção "Liquidação Antecipada do Fundo", na página 83 deste Prospecto ou no item 21 do Regulamento do Fundo, que acarretarão na liquidação antecipada automática do Fundo.
Evento de Revisão:	Qualquer das ocorrências previstas na seção "Eventos de Revisão", na página 81 deste Prospecto ou no item 20 do Regulamento do Fundo.
Fenaseg:	Federação Nacional das Empresas de Seguro e Capitalização.
Fundo:	BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV.
Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento ou ILACF	Valor apurado pela Administradora, a partir do 90º dia imediatamente após a data de início do Fundo, em cada Data de Verificação, equivalente à fração representativa do (i) somatório dos recursos pagos pelos Devedores a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos e o valor do saldo devedor em aberto dos Contratos de Financiamento objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, no período de 90 dias imediatamente anterior à data de Verificação do ILACF, dividido pelo (ii) valor do patrimônio líquido do Fundo, acrescido do somatório das amortizações de Cotas Seniores ocorridas, a qualquer título, no período de 90 dias imediatamente anterior à Data de Verificação do ILACF.
Instituições Autorizadas:	São as instituições financeiras, e respectivas partes Relacionadas, preferencialmente a Administradora; e instituições financeiras, não incluídas as respectivas Partes Relacionadas, com classificação de risco mínima "Aa2.br" atribuída pela Agência Classificadora de Risco, ou classificação de risco equivalente, atribuída por outra agência classificadora de risco.

Instrução CVM 356:	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 400:	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409:	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Investidores Qualificados:	Tem o significado que lhe foi atribuído no artigo 109 da Instrução CVM 409.
Lei n.º 10.931/04:	Lei n.º 10.931, de 3 de agosto de 2004, conforme alterada.
Lei n.º 4.728/65:	Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.
Lote:	Conjunto de Direitos Creditórios objeto de um determinado Termo de Cessão.
Oferta:	Distribuição pública das Cotas Seniores ao amparo da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400.
Outros Ativos:	Significa: (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, (iii) cotas de fundos de investimento que apliquem seu patrimônio preponderantemente em títulos públicos e/ou operações compromissadas com lastro em títulos mencionados no item (ii), com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, (iv) cotas de fundos que aplicam em cotas de fundos de investimento que apliquem seu patrimônio em títulos públicos e/ou operações compromissadas com lastro em títulos mencionados no item (ii), com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, e (v) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (ii).
Partes Relacionadas:	Em relação a uma determinada pessoa, significa (i) pessoas físicas ou jurídicas controladoras de tal pessoa; (ii) sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob o Controle comum de tal pessoa. Para os fins desta definição, o termo " <u>Controle</u> " tem o significado do Artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Patrimônio Líquido:	Corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.
Periódico:	O jornal "Valor Econômico", com circulação nacional.
Potenciais Devedores:	Pessoas físicas ou jurídicas interessadas em contratar financiamentos para a compra de veículos automotores.
Preço de Aquisição:	É o preço pago pelo Fundo como contraprestação à cessão de Direitos Creditórios pela Cedente, conforme definido no Contrato de Promessa de Cessão.
Regulamento:	Regulamento do Fundo.
Relação Mínima:	Tem o significado estabelecido no item "Das Cotas e Regras de Valorização – Relação Mínima".
Reserva de Liquidez:	Reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), a qual será utilizada para pagamento de encargos do Fundo, e que corresponderá a no mínimo 0,25% do Patrimônio Líquido a partir da Data de Subscrição Inicial do Fundo e até o resgate total das Cotas.

Reserva de Pagamento:	Reserva constituída pela Administradora para o pagamento dos valores relativos às amortizações das Cotas Seniores na Datas de Amortização, nos termos da seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Reserva de Pagamento", na página 38 deste Prospecto.
Resgate Compulsório:	Liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração, com o consequente resgate das Cotas.
Resolução n.º 159/04:	Resolução n.º 159, de 22 de abril de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito.
Resolução n.º 2.907/01:	Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional.
Selic:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
Serasa:	Serasa S.A.
Tabela Molicar:	Tabela fornecida quinzenalmente à BV Financeira pela MOLICAR – Serviços Técnicos de Seguro Ltda., com sede na Av. Yojiro Takaoka 4.384, cj. 401, Alphaville, Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 68.153.238/0001-90, contendo cotações de veículos de passeio e de carga, nacionais e importados.
Taxa de Desconto:	Taxa de desconto dos Direitos Creditórios Cedidos negociada entre o Fundo e a BV Financeira por ocasião da cessão de cada Lote, que deverá ser negociada entre as partes, observadas as disposições do Regulamento e as condições do mercado resultando sempre em um valor de aquisição inferior ao valor de face dos Direitos Creditórios. Para cada Lote, a Administradora deverá considerar a rentabilidade alvo das Cotas Seniores com base na curva futura de juros, bem como as despesas do Fundo, incluindo o nível de provisão para perdas e acrescida do excesso de <i>spread</i> mínimo anual para o cálculo da taxa de desconto.
Taxa DI:	Variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Taxa Selic:	Taxa média diária da Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil.
Termos de Cessão:	Termos de cessão dos Direitos Creditórios, amparados no Contrato de Promessa de Cessão, celebrados entre o Fundo e a BV Financeira, que efetivam e concretizam a cessão de cada lote de Direitos Creditórios da BV Financeira para o Fundo.
Valor dos Ativos Financeiros:	Com relação a cada Ativo Financeiro, exceto qualquer ativo que for parte das Disponibilidades do Fundo, é o menor valor entre (i) o valor de mercado do ativo financeiro, se houver, calculado pelo Custodiante; e (ii) o valor de principal do ativo financeiro, mais os juros incidentes sobre o ativo financeiro, ou (iii) o valor contábil do ativo financeiro, calculado de acordo com as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

SUMÁRIO

Segue abaixo um sumário das características do Fundo e da Emissão:

Emissor das Cotas:	BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV.
Cedente dos Direitos Creditórios:	BV Financeira.
Tipo de Fundo:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, os condôminos não podem solicitar o resgate de cotas, exceto nos termos da seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Resgate Compulsório das Cotas", na página 38 deste Prospecto.</p> <p>Para os fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.</p> <p>Para os fins do Código ANBIMA, o Fundo é caracterizado como fundo de investimentos em direitos creditórios.</p>
Objetivo:	<p>O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios decorrentes de operações de financiamento para aquisição de veículos automotores, de acordo com as disposições previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor.</p> <p>O Fundo tem como meta, mas não garante atingir, a obtenção de rentabilidade correspondente a 110% da Taxa DI (<i>benchmark</i>) para as Cotas Seniores e aplica parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, controlados pelo Custodiante.</p> <p>A meta ora indicada não constitui compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem. Para informações mais detalhada sobre a política de investimentos do Fundo, <i>vide</i> seção "Características Gerais do Fundo – Política de Investimento", na página 11 deste Prospecto.</p>
Prazo de Duração:	O Fundo tem prazo de duração de 36 meses a contar da Data de Subscrição Inicial.
Amortização Periódica do Fundo:	É a amortização parcial das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, sendo a primeira no Último Dia Útil do 31º mês contado da Data de Subscrição Inicial e cada último Dia Útil dos meses subsequentes até o 36º mês contado da Data de Subscrição Inicial.
Exercício Social:	O exercício social do Fundo terá início em 1º de outubro e término em 30 de setembro de cada ano.
Classificação de Risco das Cotas Seniores:	As Cotas Seniores do Fundo receberam a classificação de risco "Aa1.br" da Agência Classificadora de Risco. A Administradora deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização, pela Agência Classificadora de Risco da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Classes de Cotas:	<p>As cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.</p> <p>O critério de distribuição dos rendimentos das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas está previsto na seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Valorização das Cotas", na página 38 deste Prospecto.</p>
Relação Mínima:	<p>Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% do Patrimônio Líquido do Fundo. Consequentemente, as Cotas Subordinadas durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% do Patrimônio Líquido do Fundo. A Relação Mínima deve ser apurada e disponibilizada aos condôminos diariamente na sede da Administradora.</p>
Público Alvo:	<p>Pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem na definição de Investidores Qualificados e/ou investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como Investidores Qualificados.</p>
Prazo de Colocação:	<p>A colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores, representativas de seu Patrimônio Líquido inicial, nos termos do artigo 20, §4º, da Instrução CVM 356, deverá ser feita pelos Distribuidores no prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II da Instrução CVM 356, dentro do qual deverá ser realizada, pelos Distribuidores, a colocação das Cotas Seniores do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores objeto da Oferta.</p>
Distribuição:	<p>A distribuição pública das Cotas Seniores objeto desta Emissão.</p>
Negociação:	<p>As Cotas Seniores objeto desta Emissão serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
Valor Mínimo de Aplicação:	<p>A aplicação mínima nas Cotas é aquela determinada pela CVM de acordo com a regulamentação em vigor, atualmente em R\$25.000,00. Caso a regulamentação em vigor seja alterada, o valor para aplicação mínima no Fundo será automaticamente diminuído ou aumentado para refletir a regulamentação em vigor.</p>
Destinação e Gestão dos Recursos:	<p>O Fundo aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e a política de investimentos prevista no Regulamento. Para maiores informações sobre a política de investimentos, <i>vide</i> seção "Características Gerais do Fundo – Política de Investimento", na página 18 deste Prospecto.</p>
Valorização das Cotas e Distribuição dos Rendimentos da Carteira do Fundo:	<p>As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição de rendimentos (incorporando ao principal investido por cada cotista a rentabilidade diária) ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.</p> <p>I. Remuneração das Cotas Seniores: A Remuneração das Cotas Seniores será incorporada, diariamente, ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente Sênior à aplicação do Fator Multiplicador Sênior sobre a Taxa DI. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à fórmula prevista na seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Valorização das Cotas", na página 40 deste Prospecto.</p>

II. Remuneração das Cotas Subordinadas: A Remuneração das Cotas Subordinadas será realizada com a distribuição dos rendimentos acima descritos para as Cotas Seniores; o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

III. O valor unitário das Cotas Seniores, para fins de integralização, amortização e resgate, será o menor dos seguintes valores: (i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido do Fundo pela quantidade de Cotas Seniores; ou (ii) o valor apurado conforme a fórmula a que se refere o item 11.1 do Regulamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Se na data de distribuição de rendimentos, não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 30 dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Administradora, mediante aviso aos condôminos, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar assembleia geral de condôminos para definir o parâmetro a ser aplicado como *benchmark*. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

IV. Caso o Patrimônio Líquido do Fundo, (i) após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, considerando o cálculo conforme previsto na seção "Remuneração das Cotas Seniores", na página 40 deste Prospecto, resulte em um valor inferior ao somatório do principal investido pelos cotistas o valor unitário das Cotas Subordinadas, será o menor valor entre: (i) a divisão do somatório do principal investido pelo cotista das Cotas Subordinadas pela quantidade total de Cotas Subordinadas; ou (ii) a divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pela quantidade total de Cotas Subordinadas.

V. O disposto na seção "Remuneração das Cotas Seniores", na página 40 deste Prospecto, estabelece meramente um limite de incorporação ao valor das Cotas Seniores dos rendimentos da carteira do Fundo, não constituindo compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem.

VI. O inadimplemento de qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou quaisquer outras perdas sofridas pela carteira do Fundo será prioritariamente absorvida pelas Cotas Subordinadas, através da redução de seu valor e, uma vez esgotada tal possibilidade, pelas Cotas Seniores, através da redução de seu valor.

Resgate:

Exceto pelo disposto no item 21 do Regulamento as cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas na hipótese de Resgate Compulsório.

Os titulares de Cotas Seniores terão direito a receber parcela do valor de suas cotas, sem redução do seu número, a título de Amortização Periódica das Cotas Seniores, conforme descrito no item 9.2 do Regulamento.

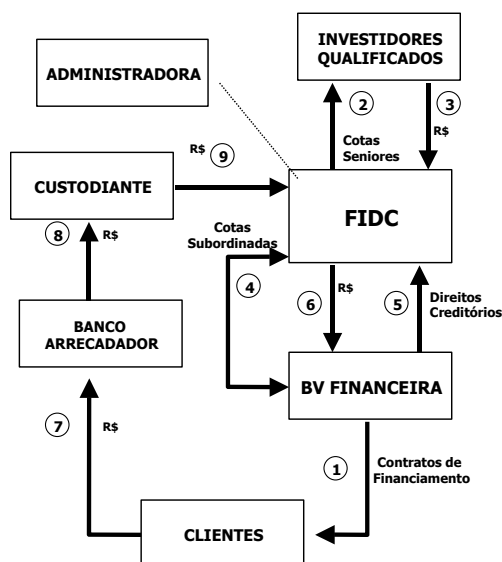
As Cotas Subordinadas não serão amortizadas e somente poderão ser resgatadas por ocasião do resgate das Cotas em virtude da liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração ou em caso de liquidação antecipada do Fundo, observado o disposto no item 20.3 do Regulamento, sendo que as Cotas Seniores terão preferência sobre as Cotas Subordinadas para efeitos de resgate. Assim, nenhuma Cota Subordinada será resgatada antes de resgatada a totalidade das Cotas Seniores

Para maiores informações sobre resgate de Cotas, *vide* seção "Das Cotas e Regras de Valorização – Resgate Compulsório das Cotas", na página 38 deste Prospecto.

Resgate Compulsório:	Liquidação ordinária do Fundo quando do término de seu prazo de duração.
Periódico:	O periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo é Valor Econômico com circulação nacional.
Publicações:	As publicações a cargo do Fundo serão realizadas, inicialmente, no Periódico.
Quoruns:	<p>Na assembléia geral dos cotistas do Fundo, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas de condôminos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado, entretanto, que:</p> <p>(i) a cada Cota Sênior corresponde um voto, sendo que as Cotas Subordinadas não terão direito a voto, exceto no que se refere às matérias que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos titulares das Cotas Subordinadas, quais sejam: (A) Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação Antecipada, ressalvados os Eventos de Revisão listados nos itens 20.1 (i) e 20.1 (xiv) do Regulamento, cuja deliberação deverá ser tomada apenas pelos titulares de Cotas Seniores; (B) Critérios de Elegibilidade; e/ou (C) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas), quando votarão (a) juntamente com as Cotas Seniores e em igualdade de condições quando o assunto for afeto a ambas as espécies de Cotas; ou (b) em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, quando o assunto for afeto apenas às Cotas Subordinadas; e</p> <p>(ii) as deliberações relativas às matérias a que se referem (a) à substituição da Administradora e do Custodiante, e/ou Agência de Classificação de Risco (b) à elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução, e (c) à liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes. Para maiores informações sobre a assembléia geral de cotistas do fundo, <i>vide</i> seção "Assembléia Geral", na página 79 deste Prospecto.</p>
Base Legal:	O Fundo é regido pela Resolução n.º 2.907/01 e pela Instrução CVM 356.

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Segue abaixo fluxograma da operação de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo:



Legenda:

- (1) Os clientes celebram com a BV Financeira, na qualidade de cedente, operações de financiamento para aquisição de veículos, gerando Contratos de Financiamento, figurando a BV Financeira, em contrapartida, como credora dos clientes pelo valor dos bens financiados.
- (2) O Fundo emite Cotas Seniores para aquisição pelos Investidores Qualificados.
- (3) Os Investidores Qualificados efetuam os pagamentos relativos às Cotas Seniores adquiridas.
- (4) O Fundo emite Cotas Subordinadas para serem adquiridas pela BV Financeira.
- (5) A BV Financeira realiza a cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo.
- (6) O Fundo efetua pagamento pelos Direitos Creditórios Cedidos.
- (7) Os clientes pagam as parcelas dos Direitos Creditórios Cedidos ao Banco Arrecadador.
- (8) O Banco Arrecadador transfere recursos para o Custodiante.
- (9) O Custodiante transfere os recursos para o Fundo. Uma vez recebidos os recursos, o Fundo adquire mais Direitos Creditórios da Cedente (estrutura revolvente) ou efetua a reserva de liquidez e reserva de pagamento de amortização de acordo com o Regulamento do Fundo.

Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo por meio do Contrato de Promessa de Cessão e dos Termos de Cessão, dos quais constarão, dentre outros:

- (i) Taxa de Desconto sobre o valor de face dos Direitos Creditórios, negociada entre o Fundo e a BV Financeira por ocasião da cessão de cada lote, que deverá ser negociada entre as partes, observadas as disposições do Regulamento e as condições de mercado à época resultando sempre em um valor de aquisição inferior ao valor de face dos Direitos Creditórios. Para cada lote de Direitos Creditórios, a Administradora deverá considerar a rentabilidade alvo das Cotas Seniores com base na curva futura de juros, bem como as despesas do Fundo, incluindo o nível de provisão para perdas e acrescida do excesso de spread mínimo anual para o cálculo da Taxa de Desconto;
- (ii) inexistência de direito de regresso contra a BV Financeira e inexistência de coobrigação da BV Financeira ou de qualquer outra pessoa no pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, não respondendo a BV Financeira ou qualquer de suas controladas, controladoras ou sócias, diretas ou indiretas, qualquer de suas coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum, pela solvência dos Devedores, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (iii) a obrigação da BV Financeira de, ocorrendo qualquer Evento de Indenização, indenizar o Fundo por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do preço pago pelo Fundo à BV Financeira pela aquisição dos Direitos Creditórios afetados pelo Evento de Indenização; e

- (iv) obrigação da BV Financeira de, na hipótese de solicitação de liquidação antecipada de um Direito Creditório Cedido por parte de seu respectivo Devedor, disponibilizar meios para receber o referido pagamento por parte do respectivo Devedor, e informar ao Custodiante e ao Banco Arrecadador o montante a ser transferido ao Fundo em virtude do pagamento antecipado, após a negociação dos valores para pagamento entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.

Para mais informações sobre os Direitos Creditórios, *vide* seção "Direitos Creditórios", na página 32 deste Prospecto e para mais informações sobre a Cedente dos Direitos Creditórios, *vide* seção "A Cedente", na página 60 deste Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ADMINISTRADORA, GESTORA, CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Administração, Gestão e Escrituração:	A Administradora, também responsável pela gestão e escrituração das cotas do Fundo, é a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5.805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários.
Controladoria:	Os serviços de controladoria de ativos (controle e processamento dos créditos e títulos e valores mobiliários) são prestados ao Fundo pelo Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12.
Custódia:	Os serviços de custódia são prestados ao Fundo pelo Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12. Ademais, em decorrência da nomeação da BV Financeira como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, da expressiva diversificação de Devedores e do significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem.
Cobrança:	Os serviços de cobrança bancária dos direitos creditórios são prestados pelo Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12. Os serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são feitos, às expensas exclusivas da BV Financeira, pela BV Financeira e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial contratadas pela BV Financeira para tanto.
Auditoria:	Os serviços de auditoria são prestados ao Fundo pela KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.755.217/0001-29 (" Auditor ").
Classificação de Risco:	Foi contratada como agência classificadora de risco a Moody's América Latina Ltda. com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.551, 16º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.101.919/0001-05 (" Agência Classificadora de Risco ").
Estruturação e Coordenação da Oferta:	Os serviços de estruturação do Fundo e de coordenação da Oferta foram prestados pelo Banco Votorantim (" Coordenador Líder " ou " Distribuidor Líder ").
Distribuição:	Os serviços de distribuição de Cotas Seniores do Fundo são prestados pelo Distribuidor Líder e pela BB DTVM.
Assessoria Jurídica:	A estruturação e a assessoria jurídicas do Fundo e da Oferta são prestadas por Pinheiro Guimarães – Advogados, com endereço na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, 181, 27º andar.
Outros Serviços:	O Fundo, representado pela Administradora, poderá contratar outros prestadores de serviços, conforme suas necessidades.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem como meta, mas não garante atingir, a obtenção de rentabilidade correspondente a 110% da Taxa DI (*benchmark*) para as Cotas Seniores, e aplica parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, controlados pelo Custodiante. A meta ora indicada não constitui compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem.

Requisitos de Diversificação

Observada a manutenção da Reserva de Liquidez, o Fundo deverá manter, após 90 dias contados da data de início de suas atividades, no mínimo, 50% e no máximo 99,75% de seu Patrimônio Líquido investido nos Direitos Creditórios ("**Alocação Mínima**"). O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em Outros Ativos, selecionados a critério da Administradora.

Os critérios utilizados para seleção dos Direitos Creditórios elegíveis para aquisição pelo Fundo estão relacionados na seção "Direitos Creditórios – Critérios de Elegibilidade", na página 33 deste Prospecto.

É facultado ao Fundo, ainda, a realização de:

- (i) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas e como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e
- (ii) operações em mercados de derivativos, tendo como contraparte exclusivamente Instituições Autorizadas, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, as quais deverão ser informadas à Agência Classificadora de Risco juntamente com as informações mensais descritas na seção "Administração Obrigações e Proibições", na página 43 deste Prospecto.

As operações do Fundo em mercados de derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Além disso, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao Fundo:

- (i) adquirir ativos ou aplicar recursos em modalidade de investimento de renda variável;
- (ii) adquirir cotas de Fundos de Desenvolvimento Social - FDS; e
- (iii) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Conforme previsto no artigo 40, parágrafo 10, da Instrução CVM 356:

- (i) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física pode representar a totalidade da parcela do Patrimônio Líquido do Fundo não investida em Direitos Creditórios Cedidos;
- (ii) os Direitos Creditórios Cedidos podem representar 99,75% do Patrimônio Líquido; e
- (iii) observada a manutenção da Reserva de Pagamento e da Reserva de Liquidez, o Fundo pode, na composição de sua carteira, ter a totalidade remanescente de seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos Creditórios da BV Financeira e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com os Direitos Creditórios Cedidos em carteira:

- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (*RATING*)

Por ocasião da constituição do Fundo, as Cotas Seniores do Fundo receberam a classificação inicial de risco "Aa1.br" da Agência Classificadora de Risco Moody's América Latina Ltda. A classificação de risco das Cotas Seniores será revisada trimestralmente e divulgada aos cotistas na forma prevista no Regulamento.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos financeiros monitorados e controlados pela Administradora podem ser classificados em quatro tipos: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; e (iv) risco operacional.

Risco de mercado

O risco de mercado deve-se às mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. Estas, por sua vez, são decorrentes das alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das *commodities*. Para controle e mensuração de risco de mercado a Administradora utiliza um sistema de gerenciamento de risco de mercado que está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

A Administradora usa a abordagem do *value at risk* para calcular o risco de mercado diário das posições de suas carteiras. Para o controle da exposição das carteiras a riscos de mercado, estão definidos diversos tipos de limites em função dos objetivos de retorno e das tolerâncias a risco destas carteiras. Também são considerados procedimentos de preservação de capital.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Administradora é feito por meio da definição e divulgação dos seguintes limites, quando aplicáveis e apropriados:

- (i) limites financeiros de exposição por classes/sub-classes de ativos;
- (ii) limites temporais (envolvendo maturidade ou duração) de exposição a risco por classes/sub-classes de ativos;
- (iii) limite de *value at risk* para as posições das carteiras como um todo;
- (iv) limites de *value at risk* incremental para as diversas classes e sub-classes de ativos existentes nas carteiras (renda fixa pré-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda fixa pós-fixada e seus diferentes riscos de crédito, renda variável);
- (v) limites de *value at risk* em condições de *stress*;
- (vi) limites de alavancagem; e
- (vii) limites de preservação de capital para as carteiras.

A Administradora também avalia o risco de mercado considerando situações de volatilidades anormalmente altas, chamadas situações de *stress*. Essas análises de stress são necessárias, pois os sistemas de mensuração de risco de mercado baseiam-se em condições normais de mercado, que podem não refletir potenciais perdas sob condições extremas de mercado. Estas análises consideram tanto eventos históricos como estimativas futuras de movimentos adversos do mercado.

Risco de crédito

Ao se medir o risco de crédito, ou risco de contraparte, deve-se avaliar a perda potencial em caso de inadimplemento, i.e., a perda potencial em caso de a contraparte não poder cumprir com suas obrigações. O sistema de aprovação, gestão e controle de risco de crédito da Administradora está em conformidade com as mais importantes práticas do mercado.

A Administradora possui um sistema interno de *rating* para a gestão do risco de crédito. Este sistema apresenta consistência com outros sistemas de *rating* de agências classificadoras de risco de crédito. Já a avaliação do risco de crédito dos instrumentos derivativos é feita por meio de mensurações da exposição potencial e da exposição corrente. A exposição corrente é o valor de mercado, ou o custo de reposição, das posições existentes em aberto. A exposição potencial mede perdas futuras prováveis em decorrência de inadimplementos ao longo da vida restante das posições existentes em aberto.

Risco de liquidez

A estratégia de gerenciamento de liquidez da Administradora estabelece a abordagem geral adotada no gerenciamento de liquidez, incluindo metas quantitativas e qualitativas. Esta estratégia aborda, ainda, a habilidade das carteiras da Administradora em suportar eventos de *stress* no mercado.

A estratégia de gerenciamento de liquidez (ou, simplesmente, estratégia de liquidez) dispõe sobre aspectos como:

- (i) composição de ativos e passivos;
- (ii) liquidez de ativos;
- (iii) procedimentos de atuação para situações de crise de liquidez (tanto de curto como de longo prazo);
- (iv) limites de descasamento de fluxo de caixa (necessidade de recursos em relação ao total do passivo) em função do tempo; e
- (v) limites para a relação entre ativos líquidos e passivo de curto prazo.

Adicionalmente, os gestores de recursos da Administradora avaliam constantemente a forma pela qual os riscos de crédito e de mercado impactam a estratégia de gerenciamento de liquidez.

A responsabilidade por estabelecer e analisar criticamente a estratégia de liquidez está designada às posições mais altas na hierarquia da Administradora, enquanto a responsabilidade por executar as determinações da estratégia de liquidez cabe aos gestores dos recursos da Administradora e a responsabilidade por verificar a execução das determinações da estratégia de liquidez é do gerente de risco e *compliance*.

A estratégia de liquidez da Administradora é avaliada criticamente em intervalos regulares que coincidem com as revisões para a macro alocação dos ativos, ou, se houver necessidade, em intervalos menores.

Risco operacional

O risco operacional pode ser caracterizado como o risco causado por falhas nos seus procedimentos operacionais, nos seus sistemas internos e nos seus sistemas de controle.

O gerenciamento do risco operacional ao qual estão expostas as atividades da Administradora é feito pela área de *compliance* por meio de um sistema de controles internos que compreende as seguintes etapas: (i) identificação de riscos; (ii) estimação dos riscos; (iii) análise dos riscos; e (iv) mitigação dos riscos.

CONFLITO DE INTERESSES

A Administradora e a BV Financeira estão sob o controle comum do Coordenador Líder e do Distribuidor. Assim, o Coordenador Líder e o Distribuidor, incluindo o grupo de controle da Administradora e da BV Financeira, encontra-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e da BV Financeira e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Coordenador Líder e do Distribuidor, na qualidade de controladores da Administradora e da BV Financeira, podem conflitar com os interesses dos cotistas do Fundo, inclusive em relação a operações que resultem na alteração de controle.

FATORES DE RISCO

O Fundo realiza aplicações que colocam em risco o seu patrimônio, podendo ocorrer perda de capital investido em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do Fundo. Antes de tomar a decisão de investimento no Fundo, o investidor deve considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos abaixo.

RISCOS RELACIONADOS AOS ATIVOS DA CARTEIRA DO FUNDO

Risco de Crédito dos Ativos do Fundo

Caso os Devedores e/ou os devedores dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo não efetuem os pagamentos devidos nas datas previstas e caso não haja mecanismos de proteção suficientes para cobrir essa inadimplência, poderá haver, conforme o caso, a redução de ganhos do Fundo ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados pelo risco de crédito dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ou dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, ou em eventual execução de Devedor inadimplente, no qual o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente.

Risco de Mercado

Os ativos financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Cotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente. A queda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

Caso ocorram, no Brasil ou no exterior, fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem e/ou influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro e/ou internacionais, resultando no aumento nas taxas de juros, na desvalorização do real ou no aumento da inflação ou em mudanças legislativas, tais eventos poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo e/ou perda de rendimento das Cotas.

Risco de Descasamento de Taxas

O Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, bem como em modalidades financeiras de renda fixa. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas será atualizado nos termos da seção "Das Cotas e Regras de Valorização", na página 38 deste Prospecto, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios Cedidos e de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas, inclusive em caso de pagamento antecipado dos Direitos Creditórios. Além disso, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto na seção "Das Cotas e Regras de Valorização", na página 38 deste Prospecto. Eventuais operações com derivativos realizadas pelo Fundo para proteção das posições mantidas à vista poderão ser insuficientes. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Cotas Seniores.

Risco de Liquidez

Caso ocorra a redução ou inexistência de demanda pelos Direitos Creditórios Cedidos ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, devido a condições específicas atribuídas a cada um desses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados, o Fundo poderá não estar apto a efetuar, dentro do prazo estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos às Amortizações Periódicas das Cotas Seniores. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os Direitos Creditórios Cedidos ou os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo são negociados ou de outras condições atípicas de mercado.

Risco de Derivativos

A eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

RISCOS RELACIONADOS PREPONDERANTEMENTE AO FUNDO

Fundo Fechado

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada, não havendo por parte da Administradora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os cotistas do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.

Risco de Ausência de Notificação dos Devedores

Caso os Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos não sejam notificados acerca da cessão realizada ao Fundo, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente à BV Financeira, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira

A BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos; entretanto, a BV Financeira não é responsável ou coobrigada pela solvência dos respectivos Devedores ou pelo pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, cabendo exclusivamente ao Fundo o risco de inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos.

Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade da BV Financeira. Caso a BV Financeira não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos cotistas.

Risco de Questionamento do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos

No caso dos Contratos de Financiamento que sejam contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas, devidamente efetivadas mediante desembolso pela BV Financeira, são evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira e vinculadas a tais contratos. O lastro dos Direitos Creditórios Cedidos representados por notas promissórias vinculadas a Contratos de Financiamento

poderá ser objeto de questionamento por parte dos respectivos Devedores, uma vez que (i) a vinculação da nota promissória ao contrato de abertura de crédito poderá afastar sua natureza de título executivo extrajudicial nos casos em que o Devedor apresentar, em oposição à nota promissória, exceções relativas ao contrato de abertura de crédito; e (ii) a nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito poderá ter sua natureza cambial desnaturada se houver questionamento sobre a liquidez do contrato a que está vinculada.

Risco da Insuficiência de Recursos para Pagamento da Amortização e Resgate das Cotas

A liquidação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar as Amortizações Periódicas das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a BV Financeira ou contra quaisquer Partes Relacionadas quanto aos Direitos Creditórios Cedidos, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios Cedidos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar as Amortizações Periódicas das Cotas Seniores.

Risco de Não Indenização pela BV Financeira

Caso a BV Financeira não cumpra com sua obrigação de indenizar o Fundo na ocorrência de um Evento de Indenização, o Fundo terá em sua carteira Direitos Creditórios Cedidos que não atendem à sua política de investimento. Direitos Creditórios Cedidos que não atendem à política de investimento também trazem para o Fundo riscos adicionais àqueles originalmente antecipados, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

Risco de Ausência de Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios

Apenas o Contrato de Promessa de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão, em especial em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da BV Financeira.

Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios

A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos em razão de tais Direitos Creditórios Cedidos virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou processos similares contra a Cedente.

Risco Operacional

Caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do Banco Arrecadador ou problemas internos das instituições financeiras em que forem feitos os pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos.

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo

Caso ocorra um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo nos termos da seção "Liquidação Antecipada do Fundo", na página 83 deste Prospecto, as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os titulares das Cotas Seniores, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Cotas Seniores, que poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou pela Administradora qualquer multa ou compensação em decorrência desse fato.

Risco de Ausência de Garantia das Aplicações em Cotas

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Cotistas no Fundo. As aplicações nas Cotas não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC para redução ou eliminação de tais riscos.

Risco de Falta da Transferência da Garantia

Os Direitos Creditórios Cedidos são oriundos de Contratos de Financiamento garantidos por alienação fiduciária de veículos. A propriedade fiduciária dos veículos dados em garantia, porém, permanece com a BV Financeira, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá caso a Administradora assim entenda necessário. Caso seja necessária a execução dos Devedores, é possível que a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o nome do Fundo demore mais do que o esperado, o que pode dificultar, inviabilizar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo será reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas.

Risco Relativo ao Resgate das Cotas Seniores em Direitos Creditórios Cedidos

Caso ocorra a liquidação antecipada do Fundo, na hipótese da assembleia geral de cotistas do Fundo deliberar o resgate das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, inclusive nos casos de ocorrência de Eventos de Liquidação, conforme autorizado pelo artigo 15 da Instrução da CVM n.º 356/01, os titulares de Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

Risco Relativo à BV Financeira como Fiel Depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos

A BV Financeira será responsável, na qualidade de fiel depositária, pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos ou podem, ainda, ser perdidos ou destruídos, podendo acarretar prejuízos para o Fundo em caso de inadimplemento ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios Cedidos. A guarda dos referidos documentos pela BV Financeira pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e/ou formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios Cedidos.

Risco de Insuficiência da Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos

O Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita à inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

Inexistência de Rendimento Predeterminado.

O valor das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando da Amortização Periódica e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou da BV Financeira em assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas.

Insuficiência da Reserva de Pagamento e/ou Liquidez

O Fundo poderá não ter recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça combinada e/ou iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, é considerada um Evento de Revisão nos termos do item 20 do Regulamento.

Liquidez reduzida das Cotas

As cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os Cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário.

Risco Relativo à Aplicação Conjunta em Cotas do Fundo

Nos termos do item 4.3 do Regulamento, é admitido o investimento conjunto em Cotas feito solidariamente por 2 ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Em caso de conflito entre 2 ou mais co-proprietários de Cotas, ou, ainda, em caso de indisponibilidade de bens de algum dos co-proprietários de Cotas, os pagamentos efetuados pela Administradora a qualquer dos co-proprietários, isoladamente, poderão ser alvo de questionamentos.

Risco Relativo à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios

A titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Devedores inadimplentes. Todavia, a BV Financeira prestará ao Fundo serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos, e a BV Financeira dispõe de poderes para cobrar os devedores inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios Cedidos estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a BV Financeira consiga receber dos Devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplentes pode acarretar perdas para o Fundo e seus cotistas.

Risco Relativo à Necessidade de Aporte de Recursos Adicionais

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos cotistas em assembleia geral. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

RISCOS RELACIONADOS PREPONDERANTEMENTE À BV FINANCEIRA

Efeitos da Política Econômica do Governo Federal

Ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifa, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da BV Financeira, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Risco de Descontinuidade

Caso o Fundo não encontre novos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade pela BV Financeira (em função de alterações no contexto econômico que influenciem a geração de recebíveis ou da oferta de Direitos Creditórios prioritariamente ao BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I, ao BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II e ao BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III, enquanto houver quotas desses fundos em circulação); e (b) pelo descumprimento, pela BV Financeira, de sua obrigação de ceder Direitos Creditórios para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Cotas do Fundo em função da impossibilidade de aquisição de ativos com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Risco de Conflito de Interesses

A Administradora e a BV Financeira estão sob o controle comum do Coordenador Líder e do Distribuidor. Assim, o Coordenador Líder e o Distribuidor, incluindo o grupo de controle da Administradora e da BV Financeira, encontra-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e da BV Financeira e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Coordenador Líder e do Distribuidor, na qualidade de controladores da Administradora e da BV Financeira, podem conflitar com os interesses dos cotistas, inclusive em relação a operações que resultem na alteração de controle.

Risco Relativo às Informações Financeiras da BV Financeira Constantes do Prospecto

A BV Financeira, por não ser companhia aberta registrada perante a CVM, não divulga informações financeiras trimestrais. Dessa forma, as informações financeiras da BV Financeira constantes do Prospecto são relativas a 31 de dezembro de 2009 e, portanto, podem não refletir a realidade no momento em que o Prospecto for distribuído aos investidores.

Risco Relativo às Alterações na Política de Concessão de Crédito

A política de concessão de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Cotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Cotistas.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO

Os principais contratos celebrados pelo Fundo estão sintetizados abaixo.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo, na qualidade de cessionário, celebrou com a BV Financeira, na qualidade de cedente e legítima proprietária e possuidora dos Direitos Creditórios, o Custodiante e o Banco Arrecadador, na qualidade de intervenientes anuentes, o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios, pelo qual a BV Financeira prometeu ceder, e o Fundo prometeu adquirir Direitos Creditórios, por meio de Termos de Cessão, observado que não ocorrerá a cessão de mais de um Lote de Direitos Creditórios por Dia Útil. Os respectivos Preços de Aquisição serão fixados no Termo de Cessão correspondente. A aquisição dos Direitos Creditórios será realizada em caráter definitivo.

Pelo Contrato de Promessa de Cessão, os Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo devem atender aos Critérios de Elegibilidade. Para maiores detalhes sobre a cessão de Direitos Creditórios, *vide* "Direitos Creditórios", na página 32 deste Prospecto.

Ainda de acordo com tal contrato, a BV Financeira (i) é fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, devendo apresentá-los à Administradora e ao Custodiante mediante solicitação nesse sentido; e (ii) deve arcar com as despesas da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos, inclusive os inadimplidos. A BV Financeira será responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, não sendo responsável pela solvência dos respectivos Devedores. Ocorrendo qualquer Evento de Indenização, a BV Financeira deverá indenizar o Fundo por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do Preço de Aquisição.

De acordo com o Contrato de Promessa de Cessão não existe a possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos.

Os Direitos Creditórios devem ser garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames. O Contrato de Promessa de Cessão poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela BV Financeira ou pelo Fundo, de qualquer obrigação; (ii) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de falência, intervenção, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (iii) liquidação do Fundo; ou (iv) a critério da BV Financeira, mediante comunicação com antecedência mínima de 120 dias da data de resilição.

CONTRATO DE PROMESSA DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS SUBORDINADAS

O Fundo celebrou com a BV Financeira o Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas, pelo qual a BV Financeira obrigou-se a subscrever e integralizar as Cotas Subordinadas.

O Contrato de Promessa de Subscrição poderá ser rescindido por qualquer uma das partes nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento, pela BV Financeira ou pelo Fundo, de qualquer obrigação; (ii) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de falência, intervenção, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das partes; (iii) liquidação do Fundo; ou (iv) a critério da BV Financeira, mediante comunicação com antecedência mínima de 120 dias da data de resilição.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTRATO DE CONTROLADORIA

O Fundo celebrou com o Custodiante o Contrato de Custódia que tem por objeto a prestação, pelo Custodiante, de serviços de custódia qualificada, compreendendo a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, sua guarda, bem como a administração e informação de proventos associados a esses ativos. Além disso, o Fundo celebrou com o Custodiante o Contrato de Controladoria de Fundo de Investimento que tem por objeto a prestação, pelo Custodiante, dos serviços de controladoria do Fundo que estes consistem na atividade diária de supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial, controle do ativo do Fundo e controle legal da adequação dos investimentos e aplicações dos recursos do Fundo. O Contrato de Custódia e o Contrato de Controladoria de Fundo de Investimento vigorarão por prazo indeterminado, podendo ser resilido por qualquer das partes mediante aviso escrito com antecedência mínima de 60 dias.

CONTRATO DE DEPÓSITO

O Fundo celebrou com a BV Financeira, com a interveniência do Custodiante, o Contrato de Depósito, que tem como objeto a contratação da BV Financeira para atuar como depositária, para que guarde, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma de depósito voluntário conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro, os originais de todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. O Contrato de Depósito permanecerá em vigor durante o prazo de duração do Fundo, podendo ser resilido unilateralmente pelo Fundo, por meio de notificação à BV Financeira, por escrito, com efeito imediato.

DIREITOS CREDITÓRIOS

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios apresentados para cessão ao Fundo são créditos líquidos e certos de titularidade legítima e exclusiva da BV Financeira originados dos financiamentos para aquisição de veículos automotores, concedidos pela BV Financeira por meio das suas filiais ou por meio de seus correspondentes, contratados nos termos da Resolução n.º 3.110, de 31 de julho de 2003, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional.

Os Direitos Creditórios são formalizados por meio dos Contratos de Financiamento, que, conforme definidos, são cédulas de crédito bancário ou contratos de abertura de crédito relativos a operações de financiamento de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans) (i) que tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos Devedores; (ii) que sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames; (iii) que, no caso dos contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas sejam evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira; (iv) cujos créditos tenham sido integralmente desembolsados e aplicados na aquisição dos veículos automotores; (v) que não contenham qualquer vedação à sua livre cessão pela BV Financeira; e (vi) que tenham os requisitos necessários para a caracterização de títulos executivos extrajudiciais.

Para a originação dos Direitos Creditórios, as filiais e os pontos de venda e atendimento recebem fichas cadastrais padronizadas, contendo campos, a serem preenchidos, com informações básicas relativas aos Potenciais Devedores. Tais fichas cadastrais são preenchidas pelos Potenciais Devedores e enviadas, via fax ou eletronicamente, através das filiais ou dos pontos de venda, para uma das centrais de crédito da BV Financeira.

As centrais de crédito são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos Potenciais Devedores, que são liberados mediante a formalização dos Contratos de Financiamento. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:

- (i) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição CPF ou CNPJ), profissão, rendimentos, residência, bens próprios etc.;
- (ii) dados cadastrais (*credit scoring*): pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre pessoas inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos Potenciais Devedores; e
- (iii) referências bancárias, pessoais e comerciais: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos Potenciais Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios Potenciais Devedores.

Os Direitos Creditórios Cedidos estão sujeitos ao pagamento antecipado por parte de seus Devedores. Nesse caso, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios Cedidos e de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas.

A cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos será feita de acordo com o disposto na seção "Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos", na página 34 deste Prospecto.

Para mais informações acerca da originação, prazo médio e padrões inadimplência dos Direitos Creditórios, *vide* seção "A Cedente – Análise e Concessão de Crédito", na página 67 e "A Cedente – Recuperação de Crédito e Inadimplência", na página 68 deste Prospecto.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

São elegíveis para aquisição pelo Fundo todos e quaisquer Direitos Creditórios válidos no território nacional que atendam, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade: (i) tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo; (ii) sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento da cessão; (iii) tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50 mil por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo; e (iv) no momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10%; (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20%; e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100%.

Não obstante os Critérios de Elegibilidade, o Contrato de Promessa de Cessão contém declaração da BV Financeira, que será reafirmada a cada Termo de Cessão, no sentido de que a cessão de Direitos Creditórios que venha a ser realizada ao Fundo compreenderá Direitos Creditórios que, cumulativamente, (i) sejam originados dos, e lastreados nos, Contratos de Financiamento; (ii) sejam de titularidade da BV Financeira; (iii) estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais; e, cumulativamente, (iv) que possam ser livremente cedidos ao Fundo nos termos dos respectivos Contratos de Financiamento e do Contrato de Promessa de Cessão.

Além disso, o Contrato de Promessa de Cessão contém as seguintes declarações da BV Financeira:

- (i) em qualquer cessão de Direitos Creditórios, a relação entre (1) o saldo atualizado de cada Contrato de Financiamento e (2) o valor de avaliação do veículo alienado fiduciariamente no âmbito de cada Contrato de Financiamento, medido por meio da Tabela Molicar, será sempre inferior a 80%;
- (ii) cada Contrato de Financiamento somente será cedido ao Fundo integralmente; dessa forma em qualquer cessão de Direitos Creditórios fará a cessão de todos os Direitos Creditórios decorrentes de cada Contrato de Financiamento, exceto pelas parcelas já pagas pelos respectivos Devedores, não sendo admitida a cessão parcial de Direitos Creditórios;
- (iii) a BV Financeira notificará à Administradora, em até 10 dias contados do evento, a rescisão do convênio celebrado entre a Fenaseg e o Departamento Nacional de Trânsito em 17 de dezembro de 1998, ao qual aderiu em 7 de maio de 1999; ou a interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, de suas atribuições ali estabelecidas.

O Fundo deverá sempre manter a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, é reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), e que corresponderá no mínimo 0,25% do Patrimônio Líquido até o resgate total das Cotas.

A Reserva de Liquidez somente poderá ser utilizada para o pagamento dos encargos do Fundo previstos no item 15.1 do Regulamento, sendo certo que, após tais pagamentos, a Reserva de Liquidez deverá ser prontamente restabelecida, observando-se a ordem de alocação de recursos prevista no item 15.4 do Regulamento.

PREÇO DE AQUISIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

As cessões dos Direitos Creditórios entre a BV Financeira e o Fundo serão sempre feitas a título oneroso, por um ou mais Termos de Cessão, observado que não ocorrerá cessão de mais de um Lote de Direitos Creditórios por Dia Útil. Os Preços de Aquisição serão fixados, em cada caso, nos respectivos Termos de Cessão.

O Preço de Aquisição deverá ser sempre pago à vista, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica disponível para a BV Financeira.

TAXA DE DESCONTO

Para fins de exemplo, em caso de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo na data deste Prospecto, a Taxa de Desconto seria equivalente a 14,5% ao ano (base 252 dias úteis), considerando 110% CDI e o excesso de spread mínimo de 4,5% (quarto e meio por cento) ao ano, despesas do fundo.

GUARDA DOS DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

A BV Financeira é a fiel depositária de todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos nos termos previstos no Contrato de Custódia, devendo guardar todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos com o mesmo grau de zelo e diligência com que costuma guardar seus próprios documentos.

A BV Financeira poderá subcontratar, sob sua responsabilidade, empresas especializadas na guarda de documentos, mediante comunicação escrita à Administradora e ao Custodiante neste sentido.

A cada cessão de Direitos Creditórios, todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos permanecem na posse da BV Financeira, para que esta os guarde na qualidade de fiel depositária, pelo prazo de cinco anos contados da data de vencimento dos Contratos de Financiamento que originaram os Direitos Creditórios Cedidos ou, se for o caso, contados da data da decisão judicial envolvendo os Direitos Creditórios Cedidos, o que ocorrer por último. Decorrido este prazo em relação a um determinado Direito Creditório Cedido, a BV Financeira deixará, a partir de então, de ser responsável pela sua guarda e conservação, devendo observar as instruções da Administradora quanto à destinação de tais documentos.

A Administradora e o Custodiante, ou terceiros por estes indicados, poderão, a qualquer tempo, verificar e analisar, por amostragem ou não, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos que estiverem na posse da BV Financeira, obrigando-se a BV Financeira a apresentá-los (i) no caso verificação por amostragem, em até 5 Dias Úteis, contados da solicitação neste sentido, e (ii) no caso de apresentação de todos os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, no prazo de até 20 Dias Úteis.

A BV Financeira obriga-se a prontamente observar as ordens de restituição dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos dadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante, observando ainda as eventuais indicações de dia, horário e local estabelecidas.

COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

A cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos será feita, pelo Banco Arrecadador e/ou por outras instituições financeiras contratadas como agentes arrecadadores pelo Custodiante, com a interveniência da Administradora, arcando a BV Financeira com os respectivos custos, devendo os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos ser transferidos pelo Banco Arrecadador e/ou por tais instituições financeiras contratadas, ou pelo Custodiante, conforme a hipótese prevista nas alíneas (ii) e (iii) abaixo, e depositados na Conta de Custódia:

- (i) na mesma data da compensação, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja por meio de carnê; ou
- (ii) no prazo de até 10 Dias Úteis contados do primeiro depósito, recebido pela BV Financeira, para os Direitos Creditórios cuja forma de pagamento seja por meio de cheque; ou
- (iii) no prazo de até 10 Dias Úteis contados do seu recebimento pela BV Financeira, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja (1) diferente da prevista no item (i) acima ou no item (ii) acima; ou (2) seja decorrente de cobrança judicial ou extrajudicial .

O Banco Arrecadador procede à alteração da titularidade do credor dos Direitos Creditórios quando forem cedidos pela BV Financeira ao Fundo, e disponibiliza ao Custodiante e à BV Financeira relatório informando referida alteração, bem como o recebimento dos pagamentos relativos aos Direitos Creditórios efetuados no dia útil imediatamente anterior, devendo transferir, mediante ordem do Custodiante nesse sentido, o produto da cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos para a Conta de Custódia.

A BV Financeira mantém a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos perante o Banco Arrecadador e não pode contratar outro agente de arrecadação dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos sem o prévio e expreso consentimento da Administradora.

A BV Financeira repassa ao Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos descontados dos valores que tiverem sido pagos pela BV Financeira a título de multas decorrentes de infrações de trânsito, de tributos incidentes sobre os veículos automotores (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA e taxas de licenciamento) e do seguro obrigatório.

Na hipótese de solicitação de liquidação antecipada de um Direito Creditório Cedido por parte de seu respectivo Devedor, cabe à BV Financeira disponibilizar meios para receber o referido pagamento por parte do respectivo Devedor, e informar ao Custodiante e ao Banco Arrecadador o montante a ser transferido ao Fundo em virtude do pagamento antecipado, arcando a BV Financeira com todos os custos e despesas incorridos para tanto.

Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos

A cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos será feita, às expensas exclusivas da Cedente, pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial contratados pela BV Financeira, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Financiamento, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, de acordo com as seguintes fases:

- (i) fase preventiva, por meio de envio de carta de cobrança ao Devedor, bem como contato telefônico com o Devedor relativo ao Direito Creditório Cedido inadimplente para (a) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; e/ou (b) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- (ii) fase pré-judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança via protesto em cartório, seguido de cobrança, por carta, visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório Cedido inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução dos Documentos Representativos do Crédito Cedido;
- (iii) fase judicial, que compreende (a) controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório Cedido inadimplente; e (b) gerenciamento da guarda e da venda do veículo automotor dado em garantia, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento; e
- (iv) fase de negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

Para que a BV Financeira proceda à cobrança dos Direitos Creditórios, o Custodiante deverá manter disponível à BV Financeira, eletronicamente, mediante acesso à sua página na rede mundial de computadores, relatórios sobre Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos ou pagos a menor.

Em caso de cobrança judicial, o Fundo deverá outorgar procuração em favor da BV Financeira para que esta preste os serviços de cobrança acima previstos.

A BV Financeira deverá apresentar relatórios sobre a cobrança e encaminhá-los à Administradora a cada 30 dias, contados da data da assinatura do primeiro Termo de Cessão, para que a Administradora e a BV Financeira definam, em conjunto, de tempos em tempos, os critérios e procedimentos gerais para cobrança dos Direitos Creditórios.

O recebimento, pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, de qualquer valor relativo a qualquer Direito Creditório Cedido, será considerado recebido pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, na qualidade de depositários, para benefício do Fundo para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em 1 Dia Útil (ressalvados os prazos previstos no primeiro parágrafo da seção "Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos", na página 34 deste Prospecto), sem qualquer direito a remuneração, retenção ou compensação a qualquer título.

INEXISTÊNCIA DE COBRIGAÇÃO

Não há direito de regresso contra e nem coobrigação da BV Financeira ou de qualquer outra pessoa, não respondendo a BV Financeira ou qualquer de suas controladas, controladoras ou sócias, diretas ou indiretas, qualquer de suas coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum, pela solvência dos Devedores, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos.

INDENIZAÇÃO PELA BV FINANCEIRA

A BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, não sendo responsável pela solvência dos respectivos Devedores. A BV Financeira indenizará o Fundo na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos ("**Eventos de Indenização**"): (i) inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; ou (ii) existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou (iii) reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.

A BV Financeira indenizará o Fundo na ocorrência de um Evento de Indenização por meio de rescisão da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do Preço de Aquisição, mediante o pagamento, no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data do envio da comunicação da ocorrência de um Evento de Indenização, dos respectivos Preços de Aquisição, corrigidos pela Taxa de Desconto aplicada à respectiva cessão do Direito Creditório Cedido objeto da rescisão, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento.

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes no COSIF, exceto se a CVM expedir normas contábeis específicas para este fim, hipótese em que estas deverão ser observadas.

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado. O valor de mercado dos Direitos Creditórios Cedidos será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, metodologia esta justificada pelos seguintes motivos:

- (i) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Cedidos; e
- (ii) as características dos Direitos Creditórios Cedidos.

Caso seja verificada a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, sendo elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios Cedidos.

Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do Fundo, observarão as disposições do COSIF e serão, no mínimo, aqueles previstos na tabela abaixo sempre pela faixa de maior risco do mesmo.

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos e ativos financeiros de renda fixa pertencentes à carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado de acordo com sua respectiva cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme disposto no manual de precificação que o Custodiante disponibiliza no site "<http://www.bradescocustodia.com.br>".

DAS COTAS E REGRAS DE VALORIZAÇÃO

EMIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, podendo ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas. As Cotas de cada classe têm iguais taxas, despesas e direito de voto, observado o disposto neste Prospecto.

Serão emitidas inicialmente pelo Fundo até 2.000.000 Cotas Seniores, de uma única série, com valor nominal de R\$1.000,00 cada, perfazendo o montante total de até R\$2.000.000.000,00. O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$25.000,00. As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, com valor nominal de R\$1.000,00 cada, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, à Relação Mínima. Na hipótese de, durante o período de distribuição das Cotas Seniores, não serem subscritas e integralizadas Cotas Subordinadas em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Cotas Seniores estabelecido neste item, o saldo de Cotas Seniores excedente ao número de Cotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pela Administradora independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

As Cotas Seniores são registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário por meio do SF – Módulo de Fundos Fechados, administrado e operacionalizado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurar que somente Investidores Qualificados poderão adquirir Cotas do Fundo.

A qualidade de cotista caracteriza-se pelo registro das Cotas na conta de depósito aberta em nome do condômino nos livros da Administradora.

É admitido o investimento conjunto feito solidariamente por duas ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Cada co-investidor, isoladamente, e sem a anuência do outro, pode investir, dar recibos e praticar, enfim, todo e qualquer ato inerente à propriedade das Cotas.

As Cotas somente podem ser distribuídas por meio de instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários.

A colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores, representativas de seu Patrimônio Líquido inicial, nos termos do artigo 20, §4º, da Instrução CVM 356, deverá ser feita pelos Distribuidores no prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II da Instrução CVM 356, dentro do qual deverá ser realizada, pelos Distribuidores, a colocação das Cotas Seniores do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores objeto da Oferta.

As Cotas são destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados e/ou investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como Investidores Qualificados, cabendo à Administradora assegurar esta condição do subscritor das Cotas, independentemente da classe a que pertença.

Será admitida a aquisição, por um mesmo investidor, de todas as Cotas Seniores emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas do Fundo.

A única condição a que a oferta pública de Cotas Seniores do Fundo está submetida é a de que sejam subscritas, no mínimo, 1.000 Cotas Seniores.

Cronograma Estimado das Etapas da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma estimado abaixo:

Evento	Data Prevista*
Protocolo da Oferta na CVM	29/07/2010
Registro automático da Oferta na CVM	04/10/2010
Publicação do Anúncio de Início	06/10/2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo	06/10/2010
Início da Liquidação da Emissão	06/10/2010
Final do Prazo de Distribuição	04/04/2011
Publicação do Anúncio de Encerramento	06/04/2011

(*) As datas referidas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

Os investidores poderão manifestar sua aceitação à Oferta a partir de 06/10/2010.

Custos de Distribuição das Cotas Seniores

A tabela abaixo demonstra o custo da distribuição da Oferta:

Custo Total da Distribuição das Cotas Seniores	Valor (R\$ ou %)
Valor da Emissão de Cotas Seniores	Aproximadamente R\$2.000.000.000,00 ⁽¹⁾
Custo da Distribuição	-
Custo de Registro junto à CVM	R\$82.870,00
Outros Custos Relacionados ⁽²⁾	R\$159.254,40
Valor Nominal Unitário.....	R\$1.000,00
Custo da Distribuição por Cotas Seniores	R\$5,12
Porcentagem em relação ao preço unitário	0,51%

⁽¹⁾ O valor de emissão será o valor das Cotas em vigor no dia útil em que ocorrer a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

⁽²⁾ Outros custos relacionados incluem, entre outros: (i) publicação dos atos societários, anúncio de início e anúncio de encerramento da distribuição; (ii) despesas com a confecção de Prospectos; (iii) taxa de registro na ANBIMA; (iv) honorários dos consultores legais; e (v) agências de classificação de risco.

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o investidor, no momento de aceitação à Oferta, declarará que está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de revogação da Oferta ou desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelo investidor serão devolvidos, sem juros nem correção monetária.

RELAÇÃO MÍNIMA

Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% do Patrimônio Líquido do Fundo. Consequentemente, as Cotas Subordinadas, durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% do Patrimônio Líquido do Fundo. As Cotas Subordinadas deverão ser subscritas pela Cedente sempre que as Cotas Subordinadas representem menos que 20% do Patrimônio Líquido. A Relação Mínima deve ser apurada e disponibilizada aos condôminos diariamente na sede da Administradora.

A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 5 Dias Úteis será caracterizada, para os fins do Regulamento, como um Evento de Revisão.

APLICAÇÃO EM COTAS

A aplicação mínima nas Cotas é aquela determinada pela CVM de acordo com a regulamentação em vigor, atualmente em R\$25.000,00. Caso a regulamentação em vigor seja alterada, o valor para aplicação mínima no Fundo será automaticamente diminuído ou aumentado para refletir a regulamentação em vigor.

A aplicação nas Cotas poderá ser efetuada em cheque, débito em conta corrente ou em conta investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, à escolha do Coordenador Líder e do Distribuidor, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do subscritor.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a aplicação seja efetuada, além dos meios definidos acima, em Direitos Creditórios, de acordo com o Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas.

As aplicações são consideradas efetivadas somente após a devida disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo, observado que, para que o valor de emissão da Cota para aplicação seja o valor de abertura da Cota no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo condômino à Administradora (D+0), tais recursos deverão ser disponibilizados até as 15 horas do referido dia.

Os Distribuidores atenderão aos pedidos de aplicação dos investidores, em valores e quantidade de Cotas Seniores, observado o disposto no Regulamento e o seu critério de seleção e aceitação de investidores.

VALORIZAÇÃO DAS COTAS

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição de rendimentos (incorporando ao principal investido por cada cotista a rentabilidade diária) ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

Remuneração das Cotas Seniores

Será incorporado, diariamente, ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente Sênior à aplicação do Fator Multiplicador Sênior sobre a Taxa DI, no respectivo período. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{FMS}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}; \text{ onde:}$$

- VQS_T valor unitário de cada Cota Sênior calculado na data "T";
 VQS_{T-1} valor unitário de cada Cota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, VQS_{T-1} será igual ao valor unitário de emissão da Cotas Sênior na Data de Subscrição Inicial;
 VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Cota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";
 DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e
 FMS Fator Multiplicador das Cotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, equivalente a 110% (cento e dez).

Remuneração das Cotas Subordinadas

A Remuneração das Cotas Subordinadas será realizada todo Dia Útil, após a distribuição dos rendimentos a que se refere o item acima (*Remuneração das Cotas Seniores*) para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Se na data de distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 30 dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Administradora, mediante aviso aos condôminos, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar assembleia geral de condôminos para definir o parâmetro a ser aplicado como benchmark. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas neste Regulamento, se o Patrimônio Líquido assim permitir, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento para o pagamento das Amortizações Periódicas das Cotas Seniores. Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em Disponibilidades de modo que:

- I. (i) até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior à Data de cada Amortização Periódica de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de pagamento, deverá ser correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos à próxima Amortização Periódica;
- II. até o 15º (décimo quinto) dia corrido anterior à Data de cada Amortização Periódica de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de pagamento, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos à próxima Amortização Periódica.

Cada uma das datas limite previstas nas alíneas I e II acima deve ser considerada, para os fins do Regulamento, uma "Data de Verificação da Reserva de Pagamento". Uma vez devidamente constituída a Reserva de Pagamento em cada uma das Datas de Verificação da Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir, em nome do Fundo, novos Direitos Creditórios.

Na constituição da Reserva de Pagamento, a Administradora deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das Amortizações Periódicas das Cotas Seniores, sempre observada a política de investimento do Fundo.

Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto no Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado das Amortizações Periódicas de Cotas Seniores.

Vale ressaltar que os procedimentos acima descritos não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das Amortizações Periódicas, estabelecendo meramente uma previsão de pagamento e procedimento de constituição de reserva para tanto.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS DO FUNDO

Os titulares de Cotas Seniores terão direito a receber parcela do valor de suas cotas, sem redução do seu número, a título de Amortização Periódica das Cotas Seniores, mediante a observância do seguinte procedimento:

- (i) As Cotas Seniores serão amortizadas em cada Data de Amortização e serão resgatadas quando da última Amortização Periódica;
- (ii) Para pagamento das parcelas de amortização das Cotas Seniores nas Datas de Amortização será utilizado o valor da Cota Sênior do dia do pagamento;
- (iii) As Amortizações Periódicas das Cotas Seniores ocorrerão conforme a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VCS_n \text{ onde:}$$

PMT é o valor de cada Amortização Periódica de cada Cota Sênior;

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 31 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e

VCS_n é o valor unitário da Cota Sênior na data "n" de amortização de Cotas Seniores, calculado na forma do item 11.6 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas não serão amortizadas e somente poderão ser resgatadas por ocasião do resgate das Cotas em virtude da liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração ou em caso de liquidação antecipada do Fundo, observado o disposto no item 20.3 do Regulamento, sendo que as Cotas Seniores terão preferência sobre as Cotas Subordinadas para efeitos de resgate. Assim, nenhuma Cota Subordinada será resgatada antes de resgatada a totalidade das Cotas Seniores.

Na hipótese de a data prevista para amortização ou resgate não ser Dia Útil, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil imediatamente subsequente.

ADMINISTRAÇÃO

A Administradora, observadas as limitações previstas neste Prospecto, no Regulamento e na regulamentação aplicável, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo, incluindo os poderes para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros que integrem sua carteira.

Obrigações e Proibições

São obrigações da Administradora:

- (i) manter atualizados e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa:
 - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (b) o registro dos condôminos;
 - (c) o livro de atas de assembleias gerais;
 - (d) o livro de presença de condôminos;
 - (e) o Prospecto;
 - (f) os demonstrativos trimestrais a que se refere o item (ix) abaixo;
 - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - (h) os relatórios do auditor independente; e
 - (i) o Regulamento, em decorrência de deliberações da assembleia geral, de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo, no último caso, providenciar a divulgação das alterações no Periódico no prazo de até 30 dias contados da respectiva ocorrência;
- (ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
- (iii) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar do Regulamento e do Prospecto do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do Periódico e da taxa de administração praticada, e providenciar para que os condôminos assinem o termo de adesão ao Regulamento, exceção feita aos casos de aquisição no mercado secundário;
- (iv) divulgar diariamente, exceto nos feriados nacionais, no Periódico, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, além de manter tais informações, juntamente com os relatórios da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem as Cotas, sendo que tal divulgação pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administração pela regularidade na prestação de tais informações
- (v) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (vi) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil, a rentabilidade do Fundo no ano e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação aplicável, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o Fundo;
- (viii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização, pela(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, e notificar os condôminos, por carta com aviso de recebimento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo de até 10 Dias Úteis contados do recebimento de tal informação;

- (ix) elaborar, por meio de seu diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356, demonstrativos trimestrais evidenciando que:
 - (a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; e
 - (b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
 - (c) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e
 - (d) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados;
- (x) submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais a que se refere o item (ix) acima a exame por parte do auditor independente, enviá-los à CVM no prazo de 45 dias após o encerramento do período, e mantê-los em sua sede à disposição dos condôminos do Fundo;
- (xi) colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, informações sobre:
 - (a) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
 - (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
 - (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (xii) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
 - (a) 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - (b) 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais;
- (xiii) remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas no item (xii) acima, conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos;
- (xiv) divulgar no Periódico as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos ou fatos relevantes relativos ao Fundo que possam influir na decisão dos condôminos de manutenção dos recursos investidos no Fundo, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas Seniores;
- (xv) requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta corrente de titularidade do Fundo no caso de pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial do agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (xvi) convocar a assembléia geral, nos termos do Regulamento, caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão;
- (xvii) encaminhar à CVM, no prazo de 10 dias contados da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:
 - (a) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
 - (b) data da primeira integralização de Cotas;

- (xviii) encaminhar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observado o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, observado que eventuais retificações nas informações aqui previstas devem ser comunicadas à CVM até o 1º Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência:
- (a) saldo das aplicações;
 - (b) valor do Patrimônio Líquido;
 - (c) rentabilidade apurada no período
 - (d) valor das Cotas e quantidade em circulação;
 - (e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (f) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - (g) número de cotistas;
- (xix) protocolar na CVM, no prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:
- (a) alteração do Regulamento;
 - (b) substituição da Administradora;
 - (c) incorporação;
 - (d) fusão;
 - (e) cisão; ou
 - (f) liquidação;
- (xx) informar imediatamente à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco a ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a ocorrência de alterações ao Regulamento, bem como informar ou encaminhar, mensalmente, no prazo de até 10 Dias Úteis contados a partir de cada Data de Verificação:
- (a) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas em circulação, bem como com a composição analítica dos ativos e passivos do Fundo conforme calculado e informado pelo Custodiante;
 - (b) o enquadramento do Fundo quanto às porcentagens do Patrimônio Líquido referentes à Reserva de Pagamento, à Reserva de Liquidez e às porcentagens mínima e máxima que devem ser mantidas investidas em Direitos Creditórios;
 - (c) o resultado das deliberações das assembleias extraordinárias de cotistas;
 - (d) os índices referidos nos itens 20.1.1 e 20.1.2 do Regulamento; e
 - (e) o Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento.
- (xxi) fornecer à Agência Classificadora de Risco, relatório contendo a taxa média dos Contratos de Financiamento que originaram os respectivos Direitos Creditórios na data da primeira cessão de Direitos Creditórios e 180 dias após a primeira cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.

A divulgação das informações a que se refere o item (iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações.

É vedado à Administradora (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos; (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste. As vedações de que trata este parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do disposto neste parágrafo os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Ainda é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes dos Direitos Creditórios Cedidos, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvada a possibilidade de contratação de terceiros para a prestação de serviços de gestão, nos termos do artigo 15.1(ii) do Regulamento do Fundo;
- (xi) obter ou conceder financiamentos ou empréstimos, admitindo se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; ou
- (xii) efetuar locação, financiamento ou empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Renúncia

A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a assembléia geral que decidirá sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Remuneração

A Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração de 0,40% ao ano, provisionada por Dia Útil sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo (tendo por base no número de Dias Úteis do ano em vigor), apurada e paga mensalmente, por períodos vencidos, no quinto Dia Útil subsequente ao encerramento de cada mês do calendário civil. A remuneração aqui estabelecida será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$TA = \{(0,40/100) \times (1/n) \times PL(D-1)\}$, onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil;

PL = Patrimônio líquido do Fundo no Dia Útil anterior; e

n = Número de dias úteis do ano em vigor.

Responsabilidade

Exceto nos casos de culpa ou dolo da Administradora, os condôminos serão responsáveis por indenizar a Administradora por toda e qualquer despesa ou prejuízo incorrido pela Administradora em decorrência do regular exercício de suas atividades previstas no Regulamento.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

O Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia qualificada e de controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, por meio da celebração do Contrato de Custódia, sendo responsável pelas seguintes atividades:

Custódia

Com relação aos serviços de custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência(s) Classificadora(s) de Risco e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na Conta de Custódia do Fundo .

A Administradora pode, a qualquer tempo e a seu critério, contratar outra instituição credenciada pela CVM para a prestação dos serviços de custódia descritos acima.

Em decorrência da nomeação da BV Financeira como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, da expressiva diversificação de Devedores e do significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante verificará, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora e à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco. Tal verificação (i) será realizada de acordo com a metodologia normalmente aceita no País e utilizada pelo Custodiante, com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) dependerá de alguns estudos estatísticos; e (iii) incluirá a verificação da existência de Contrato de Financiamento físico celebrado por escrito entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.

A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem será realizada em observância ao disposto a seguir:

- (i) o Custodiante deverá analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, em data-base pré-estabelecida, selecionando uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10%, independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos selecionados;
- (ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos contempla a verificação da existência dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Direitos Creditórios Cedidos e a sua formalização ; e
- (iii) para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios Cedidos.

A análise por amostragem mencionada acima justifica-se pelo fato de que os Direitos Creditórios Cedidos corresponderão a mais de 150 mil Devedores e possuirão valor médio de R\$12.000,00.

Os valores e números indicados acima representam uma média estimada do número de Devedores, quantidade e valor dos créditos de Devedores, podendo sofrer alterações quando da efetiva cessão de Direitos Creditórios para o Fundo.

A BV Financeira prestará ao Custodiante os serviços de fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos .

A assunção da responsabilidade de fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos pela BV Financeira não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356 e do artigo 16 da Instrução CVM n.º 89, de 8 de novembro de 1988.

Controladoria

Os serviços de controladoria do Fundo a serem prestados pelo Custodiante consistem na atividade diária de supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial, controle do ativo do Fundo, e controle legal da adequação dos investimentos e aplicações dos recursos do Fundo. O Custodiante será responsável pela liquidação financeira das aplicações e resgates do Fundo.

Escrituração

Os serviços de escrituração das Cotas, a serem prestados pela Administradora, consistem na manutenção da totalidade das Cotas emitidas pelo Fundo sob responsabilidade da Administradora, incluindo o registro e controle das Cotas em nome dos respectivos titulares, registradas em contas de depósito no Custodiante e na CETIP, sem expedição de certificados, a legislação vigente e posteriores alterações. Os serviços de escrituração, além do registro e controle das Cotas, incluem atendimento a cotistas para fins de fornecimento de informações.

TAXAS E DESPESAS DO FUNDO

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração anual de 0,40% sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurada e paga mensalmente, por períodos vencidos, no 5º Dia Útil subsequente ao encerramento de cada mês do calendário civil. *Vide* seção "Administração – Remuneração", na página 47 deste Prospecto.

DESPESAS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração a que se refere a seção anterior:

- (i) tributos federais, estaduais, municipais ou autárquicos, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembleia geral de condôminos;
- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, caso tal venha a ocorrer; e
- (x) despesas com a contratação de agências classificadoras de risco, cujo pagamento ficará condicionado ao resgate integral das Cotas Seniores no caso de Evento de Liquidação antecipada do Fundo.

Não há qualquer prioridade de pagamento entre as despesas do Fundo.

Pelos serviços de custódia prestados ao Fundo são devidos ao Custodiante pelo Fundo os valores conforme estipulados na tabela abaixo.

Patrimônio Líquido (em milhões de R\$)	Taxa de Custódia de Outros Ativos	Taxa de Custódia de Direitos Creditórios
0 – 100	0,070%	0,120%
101 - 300	0,065%	0,090%
301 - 600	0,065%	0,070%
601 – 1 000	0,065%	0,055%
1.001 - 1.500	0,060%	0,040%
Acima 1.500	0,060%	0,035%

A remuneração do Auditor e da Agência Classificadora de Risco será devida pelo Fundo nos termos acordados em documento celebrado individualmente entre a Administradora e os respectivos prestadores de serviços. O contrato celebrado entre a Administradora e o Auditor do Fundo estabelece um pagamento de R\$18.000,00 ao ano para a realização da auditoria do Fundo. Já para a Agência Classificadora de Risco, será paga a importância de R\$30.246,40 ao ano para monitoramento da classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo.

O Estruturador do Fundo receberá da BV Financeira (e não do Fundo), por serviços prestados de estruturação do Fundo, em especial aqueles relacionados a constituição e desenvolvimento do Fundo, uma remuneração de 0,50% sobre o valor total de Cotas Seniores autorizadas a serem emitidas, a ser paga quando da primeira integralização de Cotas do Fundo, em moeda corrente nacional, diretamente pela BV Financeira, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) a ser enviada para a conta corrente indicada pelo Coordenador Líder.

Aos Distribuidores não será devida qualquer remuneração pelo Fundo para realizar a distribuição pública das Cotas Seniores.

Ao Banco Arrecadador não será devida qualquer remuneração pelo Fundo. A cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será feita pelo Banco Arrecadador às expensas exclusivas da Cedente, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios.

O gestor do Fundo fará jus a uma remuneração de 0,20% ao ano, que será paga diretamente pelo Administrador, valor este que já está contemplado dentro da taxa de administração anual de 0,40% recebida pela Administradora.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração a que se refere a seção anterior.

Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a utilizar as Disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme acima descritos;
- (ii) constituição ou manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento, conforme definida no Regulamento;
- (iii) pagamento dos valores referentes às Amortizações Periódicas das Cotas Seniores; e
- (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas, após o integral pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores.

ALIENAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com Direitos Creditórios Cedidos em carteira:

- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro, desde que essa operação seja permitida nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

APRESENTAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

BREVE HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA

O Fundo é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, uma subsidiária integral do Banco Votorantim. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas nesta seção e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, terá amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos, em nome do Fundo.

A Administradora foi constituída em 21 de junho de 1999 como Votorantim Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 7 de julho de 2000, alterou sua denominação para a atual, Votorantim Asset Management (VAM), tendo como principal missão a administração e gestão de recursos de terceiros.

Sendo uma sociedade distribuidora, a Administradora também pode atuar na subscrição, isolada ou em consórcio, de emissões de títulos para revenda, na intermediação da colocação de emissões de capital no mercado e em operações no mercado aberto.

A Administradora possui uma política de investimento focada na busca permanente da melhor relação entre o risco e o retorno para alcançar os objetivos de investimento de seus clientes (Investidores Institucionais, Empresas, Instituições Financeiras, Multi Family Offices, Investidores Estrangeiros e Private Bank). Para isso a VAM se utiliza de análises e estudos proprietários baseados em (i) análise fundamentalista; (ii) avaliação dos cenários econômico e político, nacional e internacional; e (iv) definição de alocação máxima (limites de aplicação) de cada ativo na composição dos fundos ou carteiras; entre outros.

A Votorantim Asset Management ocupa a 12º posição no ranking de Gestão de Fundos de Investimento da ANBIMA, administrando o volume de R\$ 20,9 bilhões (maio/2010). Na busca do aprimoramento constante de seu processo de gestão a VAM investe permanentemente no desenvolvimento de seus profissionais, no aprimoramento de seu parque tecnológico afim de minimizar os riscos e otimizar os resultados.

Dedica-se exclusivamente à gestão de recursos de terceiros e as atividades que não integram seu *core business* como Custódia e Controladoria são terceirizadas para parceiros de negócios, reconhecidos entre os melhores do mercado: Com isso, a VAM focou-se na gestão de recursos e no desenvolvimento de produtos diferenciados, inovadores e customizados, tais como: crédito privado, direitos creditórios e imobiliários entre outros. Tudo isso visando à criação de uma operação mais eficiente, ágil e com foco em identificar a melhor alternativa de investimento para cada um de seus clientes.

BREVE HISTÓRICO DO CUSTODIANTE E CONTROLADOR DE COTAS

O Bradesco, por meio do Departamento de Ações e Custódia ("Bradesco Custódia"), é um dos principais prestadores de Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais, sendo líder nacional em Custódia Qualificada, conforme o *Ranking* Anbima de Custódia de Ativos – Mercado Doméstico.

Contando com uma equipe de profissionais especializados, a oferta de serviços é feita em total aderência às demandas dos clientes e às diretrizes dos reguladores e autorreguladores, tendo como principais pilares o relacionamento e a parceria de longo prazo.

O Bradesco Custódia conta com 10 Certificações relacionadas à Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 e 3 certificações referentes à Proteção de Dados GoodPriv@cy, que ampliam as estruturas de controles e reforçam a eficácia dos processos, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco Custódia também aderiu ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Regulamento e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo Contrato de Cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

Informações para contato

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Verde, térreo, Vila Yara
06029-900 Osasco-SP

Sr. Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira
Telefone: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-2714
Página na Internet: www.bradesco.com.br
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

BREVE HISTÓRICO DO BANCO ARRECADADOR

O Bradesco prioriza investimentos em tecnologia e informática e assim a Cobrança Bradesco tem a disposição uma grande rede de atendimento do País para recebimento de sua Cobrança, além dos canais eletrônicos, como: Agências, Internet Banking (Pessoa Física e Bradesco Net Empresa), Máquinas de Auto-Atendimento da Rede Bradesco Dia&Noite, Fone Fácil, Banco Postal, Bradesco Expresso, Cartórios de Protesto, Mobile Banking e WAP (celular).

Informações para contato

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, Prédio Verde, térreo, Vila Yara
06029-900 Osasco-SP
Telefone: (11) 3684-5091
Fax: (11) 3684-3233
Página na Internet: www.bradesco.com.br
Correio Eletrônico: 4008.caixa4@bradesco.com.br

BREVE HISTÓRICO DO COORDENADOR LÍDER

O Banco Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda., que chegou a ser a 2ª maior distribuidora de valores do País em 1990, motivou sua transformação em banco múltiplo em agosto de 1991.

Em 28 de setembro de 2009, o Banco do Brasil adquiriu participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Banco Votorantim. Em 31 de março de 2010, o Banco Votorantim estava posicionado entre os 7 maiores bancos em atuação no Brasil pelo critério de ativos totais, que atingiram R\$95 bilhões, sendo o 3º maior banco privado do País.

O Banco Votorantim tem atuado fortemente no segmento de mercado de capitais. Como resultado desta atuação, o Banco Votorantim ocupa a 4ª colocação no *ranking* de originação de emissões de longo prazo e a 2ª colocação no *ranking* de distribuição, ambos divulgados pela ANBIMA, data-base dezembro de 2009. Atualmente, ocupa a 1ª posição no *ranking* de distribuição focado em operações de certificados de recebíveis imobiliários e a 8ª e 7ª posições, respectivamente, para originação e distribuição de renda fixa longo prazo (data-base maio de 2010).

Em 2009, o Banco Votorantim participou de 29 operações no mercado de capitais de renda fixa, sendo 16 como coordenador líder, nas quais destacamos a emissão de debêntures da Tractebel (R\$ 600 milhões), Gafisa (R\$ 250 milhões), Light (R\$ 300 milhões), MRV (R\$ 100 milhões), MMX (R\$ 96 milhões) e as emissões de notas promissórias da Iochpe-Maxion (R\$ 330 milhões), Tractebel (R\$ 300 milhões), Light (R\$ 100 milhões), MRV (R\$ 100 milhões) e MetroRio (R\$ 100 milhões). Como coordenador, destacam-se as operações de debêntures da Ampla (R\$ 250 milhões) e Alupar (R\$ 250 milhões) e de notas promissórias da CEMIG (R\$ 2,7 bilhões), Sabesp (R\$ 600 milhões), da Cart (R\$ 400 milhões) e da Santos Brasil (R\$ 200 milhões).

Em 2010, o Banco Votorantim participou de 16 operações no mercado de capitais de renda fixa local, nas quais destacamos as emissões de debêntures da Cemig (R\$ 2.700 milhões) e Sabesp (R\$ 1.215 milhões). No mercado de renda fixa internacional, atuou em 9 operações, 3 delas como *bookrunner*, com destaque para as emissões de *bonds* do Banco do Brasil (US\$ 1,0 bilhão e US\$ 450 milhões) e Bradesco (US\$ 750 milhões).

Na renda variável, o Banco Votorantim participou recentemente dos IPOs da Julio Simões (R\$ 450 milhões), OSX (R\$ 2,5 bilhões), Tivit (R\$ 574 milhões) e Visanet (R\$ 7,4 bilhões), e dos *follow-ons* da Gafisa (R\$ 1,1 bilhões), PDG (R\$ 941 milhões) e MRV (R\$ 550 milhões).

Banco Votorantim S.A.
Av. Nações Unidas, 14.171, 18º andar
04794-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 5171-2612
Fax: (11) 5171-2656
Página na Internet: www.bancovotorantim.com.br
Correio Eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

BREVE HISTÓRICO DO DISTRIBUIDOR

A BB Gestão de Recursos - DTVM S.A. é uma Instituição financeira com sede à Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares - Centro, Rio de Janeiro, RJ e filial em São Paulo - inscrita no CNPJ sob o nº 30.822.936/0001-69, devidamente credenciada pela CVM como prestadora de serviços de administração de carteiras. Criada em 1986 como subsidiária integral do Banco do Brasil, a BB Gestão de Recursos – DTVM S.A. alia segurança, experiência e alta tecnologia aos mais modernos conceitos de ferramentas de administração de ativos do mercado.

Informações para contato

BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Praça XV de Novembro nº 20, 2º e 3º andares, Centro
CEP: 20010-010 – Rio de Janeiro - RJ

Sr. Carlos José da Costa André
Telefone: (21) 3808-7500
Fax: (21) 3808-7506
Página na Internet: <http://www.bb.com.br/ofertapublica>
Correio Eletrônico: candre@bb.com.br

BREVE HISTÓRICO DO AUDITOR

A KPMG é uma rede global de firmas independentes, fornecendo serviços de auditoria, tributação e assessoria, com um foco setorial, presente em 146 países, com 140.000 profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo.

O objetivo das firmas-membro da KPMG é transformar conhecimento em valor em benefício de seus clientes, pessoal e do mercado de capitais. Esta rede de firmas interconecta-se através de três regiões operacionais, reunindo recursos locais e nacionais para propiciar uma entrega de serviços mais flexível, responsiva e consistente em âmbito mundial.

A KPMG, como Auditor do Fundo, será responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Informações para contato

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros 33
04530-904 São Paulo, SP
Telefone: (11) 2183-3000
Fax (11) 2183-3010
Página na Internet: www.kpmg.com.br
Correio Eletrônico: pzago@kpmg.com.br

BREVE HISTÓRICO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

A Agência Classificadora de Risco será responsável por conferir a classificação de risco do Fundo, atualizando-a no mínimo, a cada três meses.

Moody's América Latina Ltda.

A Moody's Investors Service está entre as agências de *rating* mais respeitadas do mundo e cujas fontes, pesquisas e análises de risco figuram entre as mais utilizadas. O compromisso e o conhecimento técnico da Moody's contribuem para mercados financeiros transparentes e integrados, protegendo a integridade do crédito. A empresa publica opiniões de crédito, pesquisas e comentários líderes no mercado, atendendo mais de 8.700 clientes em todo o mundo.

A integridade da Moody's e seu profundo conhecimento do mercado fizeram com que ganhasse a confiança dos participantes dos mercados de capital no mundo inteiro. Os *ratings* e análises da Moody's registram coberturas de dívidas de mais de 100 nações soberanas, 11.000 emissores corporativos, 26.000 emissores públicos e 110.000 obrigações de operações estruturadas.

Os estudos de *default* da Moody's validam os *ratings*. As publicações e *briefings* de alta qualidade da Moody's mantêm os investidores atualizados sobre os fundamentos que servem de base para as opiniões de crédito da agência.

Nos últimos anos, a Moody's foi muito além de suas atividades tradicionais, atribuindo *ratings* a emissores, obrigações de seguradoras, empréstimos bancários, depósitos bancários e outras dívidas de bancos, fundos administrados e derivativos. A empresa também se expandiu para mercados em desenvolvimento através de cooperações conjuntas (*joint ventures*) e afiliações com agências de *rating* locais.

A Moody's possui escritórios na maior parte dos principais centros financeiros do mundo e emprega aproximadamente 3.600 pessoas, incluindo mais de 1.000 analistas.

Os clientes da Moody's incluem investidores, depositantes, credores, bancos de investimento, bancos comerciais, outros intermediários financeiros, e uma grande variedade de emissores corporativos e governamentais.

A Moody's Investors Service é uma subsidiária da Moody's Corporation (NYSE: MCO). A companhia reportou receitas de US\$2,3 bilhões em 2007. Maiores informações sobre a empresa podem ser encontradas no site www.moody.com.

Informações para contato

Moody's América Latina Ltda.

Av. das Nações Unidas, 12.551, 16º andar

04578-903 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3043-7305

Fax: (11) 3043-7311

Página na Internet: www.moody.com

Correio Eletrônico: johnann.grieneisen@moody.com

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Administradora e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Administradora é controlada pelo Coordenador Líder (em controle compartilhado com o Banco do Brasil S.A.), detendo o Coordenador Líder 99,99% do capital social da Administradora. Na data deste Prospecto, identificamos a existência de outros 3 fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela Administradora cuja estruturação foi realizada pelo Coordenador Líder. Adicionalmente, na data deste Prospecto não existiam outras relações comerciais relevantes entre a Administradora e o Coordenador Líder além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e o BB DTVM

Na data deste Prospecto a BB DTVM mantém relacionamento comercial com a Votorantim Asset Management, que inclui, a alocação e administração de investimento e a administração de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, sob a gestão da Votorantim Asset Management. A BB DTVM é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. que detém participação acionária no Banco do Brasil S.A., controlador da Votorantim Asset Management. Adicionalmente, na data deste Prospecto não existiam outras relações comerciais relevantes entre a Administradora e o BB DTVM além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e o Custodiante

A Administradora possui amplo relacionamento com o Custodiante, incluindo operações de *international cash, trade finance*, emissão de títulos e derivativos. Especificamente no ramo de fundos de investimento, a Administradora possui relacionamento comercial com o Custodiante que presta os serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento da Administradora, com volume aproximado de R\$ 2 bilhões sob custódia. Em fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora possui a custódia de 1 fundo atualmente sob sua administração pelo Custodiante. Não há relacionamento societário entre a Administradora e o Custodiante. Além disso, a Administradora possui operações de *swap*, termo de ações, CDB em sua carteira tendo como contraparte o Banco Bradesco S.A. Na data deste Prospecto, não existiam entre a Administradora e o Custodiante relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e o Auditor

Na data deste Prospecto, 4 fundos de investimentos em direitos creditórios administrados e geridos pela Administradora têm suas demonstrações financeiras auditadas pelo Auditor.

Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Além dos serviços de auditoria externa, a Administradora não contratou outros serviços do Auditor relacionados aos fundos por ela administrados. A política adotada pela Administradora atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Relação entre a Administradora e a Cedente

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Cedente integravam o mesmo grupo econômico, tendo como controladora comum a ambas o Coordenador Líder sociedade detentora de 100,00% de participação do capital social da Cedente e 99,99% do capital social da Administradora. Na data deste Prospecto, a Administradora encontra-se responsável pela administração de três fundos de investimentos em direitos creditórios que adquirem créditos originados pela Cedente.

Na data deste Prospecto não existiam outras relações comerciais relevantes entre a Administradora e a Cedente além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE OS DISTRIBUIDORES E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre os Distribuidores e o Custodiante

Na data deste Prospecto, não existiam entre os Distribuidores e o Custodiante relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre os Distribuidores e o Auditor

Na data deste Prospecto, não existiam entre os Distribuidores e o Auditor relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre os Distribuidores e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, não existiam entre os Distribuidores e o Custodiante relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre o Coordenador Líder e a Cedente

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder era o controlador da Cedente, detendo 100% do seu capital.

Relação entre o BB DTVM e a Cedente

Na data deste Prospecto, a BB DTVM e a Cedente não possuem relações comerciais. A BB DTVM é subsidiária integral do Banco do Brasil, que detém participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Banco Votorantim, controlador da BV Financeira.

A CEDENTE

HISTÓRICO

A BV Financeira, sociedade sob o controle societário do Coordenador Líder e do Distribuidor, foi constituída em julho de 1996 e atua principalmente no segmento de financiamento e refinanciamento de veículos novos e usados. A BV Financeira oferece, ainda, outros produtos de financiamento voltados para as pessoas físicas, quais sejam: (i) crédito pessoal; (ii) empréstimos consignados, para funcionários do setor público ou privado; (iii) financiamentos para aquisição de material de construção; (iv) cartões de crédito; e (v) seguro.

A BV Financeira está comprometida com os valores do grupo a que pertence, tais como solidez, ética, seriedade, integridade, agilidade, segurança e parceria.

A BV Financeira tem sede na Cidade de São Paulo, sendo que, em 30 de junho de 2010, possuía 64 filiais dedicadas ao financiamento de veículos, espalhadas pelo Brasil, atendendo em 26 estados do País, com cerca de 7.200 funcionários, incluindo aprendizes, estagiários e pessoas com deficiências. .

A BV Financeira origina seus financiamentos através de uma rede de mais de 20.000 lojistas cadastrados, sendo que aproximadamente 12.000 são lojistas ativos. A análise de crédito é efetuada através de departamento de crédito próprio. A cobrança dos créditos em atraso é feita pela BV Financeira para contratos que estejam em atraso em até 15 dias. A partir do 16º dia de atraso, os contratos passam a ser cobrados por escritórios terceirizados especializados, contratados pela BV Financeira. Para maiores informações acerca da política de crédito e cobrança, *vide* seção "Análise e Concessão de Crédito" e seção "Recuperação de Crédito e Inadimplência", nas páginas 67 e 68, deste Prospecto.

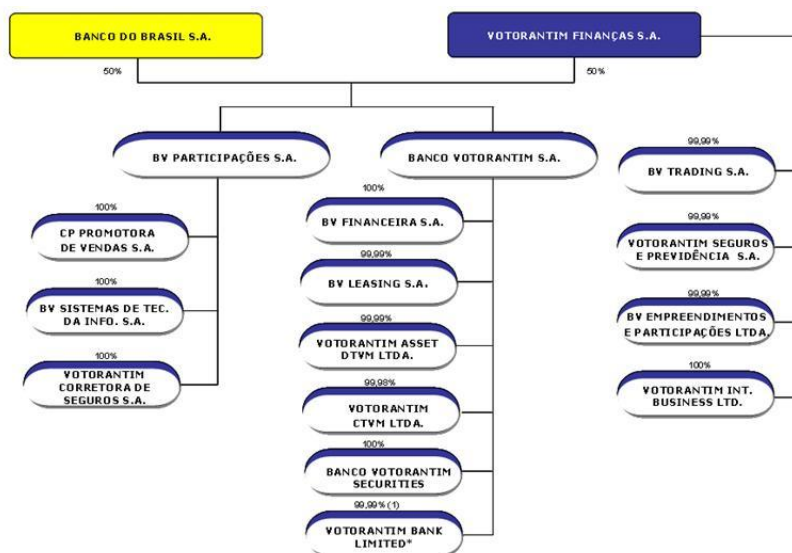
A BV Financeira preza pelo relacionamento próximo com os seus clientes finais e parceiros de negócios, oferecendo serviço especializado em crédito e um atendimento veloz e eficaz.

O quadro de funcionários é jovem, dinâmico e muito motivado. A busca de investimento em profissionais é uma constante, por meio de cursos institucionais, de formação, de capacitação técnica, de desenvolvimento e programas educacionais. Os treinamentos são realizados por profissionais internos ou externos qualificados do mercado. Aliado a isto, soma-se o relacionamento com os parceiros de negócios e a marca Votorantim, gerando a fórmula de sucesso do crescimento tão acelerado da BV Financeira.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da BV Financeira, em 30 de junho de 2010, era de R\$342.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado e dividido em 126.361 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2010, o Banco Votorantim S.A. era titular de 100% das ações de emissão da BV Financeira.

O organograma abaixo reflete as posições acionárias do conglomerado financeiro do Grupo Votorantim em 30 de junho de 2010:



ACORDO DE ACIONISTAS

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da BV Financeira.

ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A BV Financeira é administrada por uma diretoria, e possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente.

Diretoria

A diretoria é formada por 14 membros, todos eleitos em assembléia geral ordinária, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição.

São os seguintes membros da diretoria e seus respectivos cargos:

Nome	Cargo	Data da Eleição
Wilson Masao Kusuvara	Diretor Executivo	Agosto de 1995
Milton Roberto Pereira	Diretor Executivo	Agosto de 1995
Walter Guilherme Piacsek Jr.	Diretor Executivo	Janeiro de 2009
José Manoel Lobato Barletta	Diretor	Maio de 2002
Luiz Henrique Campana Rodrigues	Diretor Executivo Operacional	Abril de 2003
Paulo Ribeiro de Mendonça	Diretor Executivo Comercial	Abril de 2000
Celso Marques de Oliveira	Diretor Executivo de Recursos Humanos	Abril de 2004
Pedro Paulo Mollo Neto	Diretor	Junho de 2004
Didimo Santana Fernandes Jr.	Diretor Gerente	Abril de 2006
Geraldo Donizeti da Silva	Diretor Gerente	Abril de 2006
Mario Antonio Thomazi	Diretor	Abril de 2006
Marcelo Parente Vives	Diretor	Abril de 2006
Yeh Jui Cheng	Diretor Gerente	Junho de 2008
Bartholomeu Antonio Ganzaga Machado Ribeiro	Diretor Gerente	Junho de 2008

Segue, abaixo, um resumo das biografias dos diretores:

Wilson Masao Kuzuvara, 57 anos, é diretor executivo da BV Financeira desde agosto de 1995. Formou-se em engenharia mecânica de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e em economia pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou como diretor corporativo e diretor financeiro na S.A. Indústrias Votorantim (atual Votorantim Participações S.A.) e como diretor na Cia Votorantim de Celulose e Papel. Iniciou suas atividades no Banco Votorantim S.A. em 1991.

Milton Roberto Pereira, 52 anos, é diretor executivo da BV Financeira desde agosto de 1995. Formou-se em engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem atuado, nos últimos 33 anos, em instituições financeiras brasileiras e multinacionais, tais como Banco Maisonnave S.A., Banco Iochpe S.A. e Banco Santander S.A. Iniciou suas atividades no Banco Votorantim S.A. em 1991.

Walter Guilherme Piacsek Jr, 40 anos, é diretor executivo desde janeiro de 2009. Graduado e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em Administração pela *Harvard University Graduate School of Business Administration*. Executivo com 20 anos de experiência em posições estratégicas e carreira em Instituição Financeira e em Consultoria Estratégica como The Boston Consulting Group e Citibank S.A.

José Manoel Lobato Barletta, 54 anos, é diretor da BV Financeira desde maio de 2002. Formou-se em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuou em diversas instituições financeiras como BCN Barclays Banco de Investimentos S.A., Banco Iochpe de Investimentos S.A. e Banco Maisonnave de Investimentos S.A.

Luiz Henrique Campana Rodrigues, 44 anos, é diretor executivo operacional da BV Financeira desde abril de 2003. Formou-se em engenharia eletrônica pela Faculdade de Engenharia Industrial, Mestre em qualidade pela Universidade de Campinas e possui MBA em finanças e marketing pela Fundação Instituto Administração. Atuou em empresas como Visanet – Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, Cartão Nacional Visa e American Express.

Paulo Ribeiro de Mendonça, 56 anos, é diretor executivo comercial da BV Financeira desde abril de 2000. Formou-se em economia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Tem atuado em diversas instituições financeiras, tais como: Banco Santander S.A., Banco Noroeste S.A., Banco Norchem S.A.

Celso Marques de Oliveira, 56 anos, é diretor executivo de recursos humanos da Emissora desde abril de 2004. Formou-se em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Marcos. Atuou no Banco Operador S.A., no Banco BCN e BCN Empreendimentos e Serviços S.A., na Fiat Automóveis S.A. e no Banco Comind S.A.

Pedro Paulo Mollo Neto, 39 anos, é diretor da BV Financeira desde junho de 2004. Formou-se em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado. Atuou em empresas como Banco Votorantim S.A. e Metrobanco S.A.

Didimo Santana Fernandes Jr., 51 anos, é diretor gerente da BV Financeira desde abril de 2006. Possui diversos cursos sobre Vendas, Negociação, Liderança e *Coaching*. Atuou em empresas como BANCO BMC, Banco BMG S.A. e Finasa Mercantil São Paulo.

Geraldo Donizeti da Silva, 46 anos, é diretor gerente da BV Financeira desde abril de 2006. Formou-se em ciências contábeis e administração de empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui MBA em finanças pelo Instituto de Mercado de Capitais. Atuou em empresas como Banco Votorantim S.A. e Banco Crefisul S.A.

Mario Antonio Thomazi, 49 anos, é diretor da BV Financeira desde abril de 2006. Formou-se em ciências contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu de Porto Alegre e é pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Tem atuado em diversas instituições financeiras como: Banco Santander S.A., Banco Iochpe S.A. e Banco Maisonnave S.A.

Marcelo Parente Vives, 39 anos, é diretor da BV Financeira desde abril de 2006. Formou-se em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou em empresas como Banco Votorantim S.A. e Booz Allen & Hamilton.

Yeh Jui Cheng, 33 anos, é diretor gerente da BV Financeira desde junho de 2008. Formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, é pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em finanças e economia pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou suas atividades no Banco Votorantim em 1999 e em 2001 transfere-se para a BV Financeira.

Bartholomeu Antonio Gonzaga Machado Ribeiro, 56 anos, é diretor da BV Financeira desde junho de 2008. Graduou-se em ciências contábeis pela Faculdades Metropolitanas Unidas, pós-graduado em administração industrial pelo Instituto de Engenharia Mauá, Mestre em ciências contábeis pela Universidade de São Paulo e possui MBA em Gestão pela Universidade de São Paulo. Atuou em empresas como Visanet – Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, Porto Seguro Adm. de Cartões de Crédito e American Express do Brasil.

CONSELHO FISCAL

A BV Financeira tem um conselho fiscal de funcionamento não permanente, podendo ser composto por três membros efetivos e três membros suplentes.

Os membros do conselho fiscal devem ser pessoas naturais residentes e domiciliadas no País, nos termos dos dispositivos legais aplicáveis.

O conselho fiscal será instalado, a qualquer momento, por deliberação da assembleia geral da BV Financeira, que deverá eleger seus membros e fixar-lhes sua remuneração, sendo que deverá funcionar até a assembleia geral ordinária seguinte à sua instalação.

PRODUTOS

A BV Financeira atua principalmente no segmento de financiamento e refinanciamento de veículos novos e usados e oferece, ainda, outros produtos de financiamento voltados para pessoas físicas, quais sejam: (i) crédito pessoal; (ii) empréstimos consignados, para funcionários do setor público ou privado; (iii) financiamentos para aquisição de material de construção; (iv) cartões de crédito; e (v) seguro.

Os financiamentos têm prazos entre 3 dias e 60 meses. A BV Financeira possui estrutura física e política de crédito próprias.

Carteira de Produtos

Em 30 de junho de 2010, a BV Financeira possuía uma carteira de 3.119.231 operações, totalizando créditos de R\$25,6 bilhões (sem *leasing* e cartões de crédito), com um *market share* de 10,7% considerando todos os produtos financiados.

A tabela abaixo apresenta a participação dos principais produtos na carteira da BV Financeira, nos períodos indicados:

Participação dos Principais Produtos na Carteira de Produtos da BV Financeira								
Tipo de Bens	31 de dezembro de						30 de junho de	
	2007		2008		2009		2010	
	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$
Financiamento de Veículos	84,6	13.181.873	84,4%	16.270.693	84,1	18.366.800	80,9	20.738.258
Crédito Pessoal	1,3	203.389	1,4%	279.055	1,4	319.171	1,3	327.951
Empréstimos Consignados	12,7	1.976.783	13,2%	2.537.029	15,1	3.348.392	17,3	4.449.378
Material de Construção	1,4	224.189	1,0%	200.090	0,7	146.720	0,5	134.754
Total	100,0	15.586.233	100,0	19.286.867	100,0	22.181.082	100,0	25.650.341

Relacionamento com Revendas

A BV Financeira origina novos negócios através de revenda e concessionárias de veículos. A BV Financeira possui mais de 20.000 lojistas cadastrados, sendo aproximadamente 12.000 ativos. As lojas de revenda atuam principalmente na origem de financiamentos de veículos usados ou semi-novos e as concessionárias na origem de financiamentos de veículos novos.

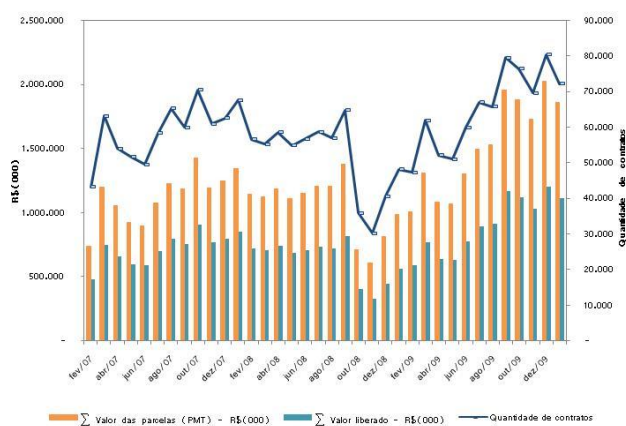
A distribuição geográfica das lojas de revenda de produtos da BV Financeira era a seguinte em junho de 2010:

Estado	Quantidade de Lojas	%
AC	34	0,16%
AL	129	0,62%
AM	114	0,55%
AP	20	0,10%
BA	464	2,23%
CE	375	1,80%
DF	302	1,45%
ES	434	2,08%
GO	494	2,37%
MA	139	0,67%
MG	2.596	12,45%
MS	308	1,48%
MT	440	2,11%
PA	206	0,99%
PB	191	0,92%
PE	345	1,65%
PI	115	0,55%
PR	2.228	10,68%
RJ	1.271	6,10%
RN	240	1,15%
RO	64	0,31%
RR	32	0,15%
RS	2.174	10,43%
SC	1.764	8,46%
SE	102	0,49%
SP	6.176	29,62%
TO	95	0,46%
Total Geral	20.852	100,00%

Financiamento de Veículos

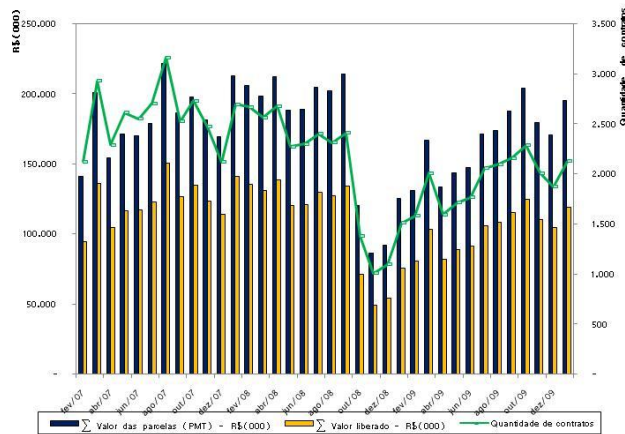
Os veículos financiados são predominantemente de fabricação brasileira. O percentual de financiamento depende da avaliação de crédito realizada e da classificação de risco obtida pelo cliente (*credit score*). Os financiamentos são, normalmente, em taxas prefixadas. Abaixo apresentamos a produção mensal para veículos leves, pesados e motos respectivamente.

Distribuição mensal – veículos leves



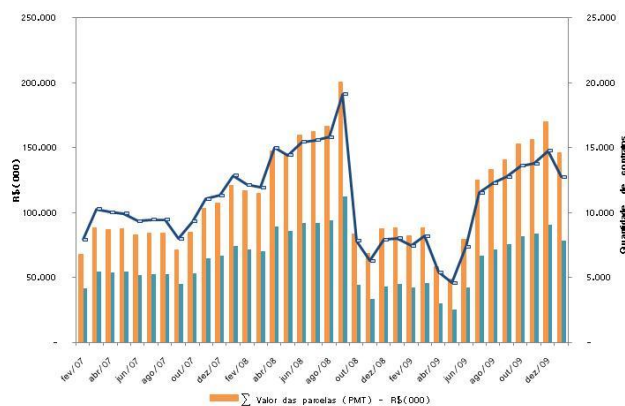
Fonte: Relatório da KPMG

Distribuição mensal – veículos pesados



Fonte: Relatório da KPMG

Distribuição mensal – motos

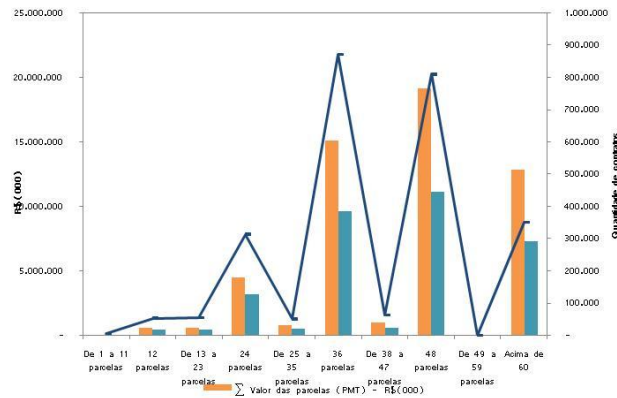


Fonte: Relatório da KPMG

Veículos Leves e Pesados

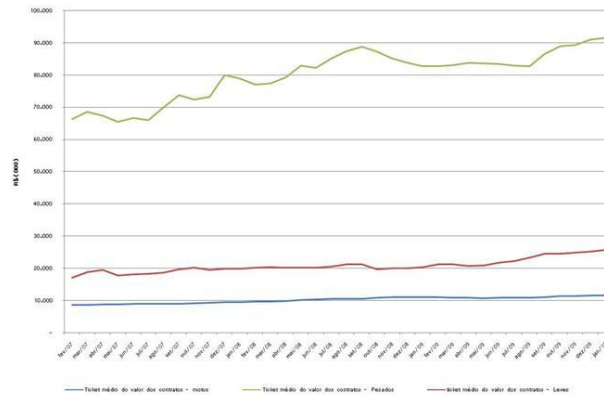
No caso de veículos leves e pesados, que representam 81,2% e 11,4% respectivamente da carteira de produtos financiados pela BV Financeira, o prazo médio de financiamento era de 36 e 40 meses em 2007 e 2008, respectivamente sendo que em 2009 o prazo médio era de 45 e 41 meses, respectivamente. O valor médio financiado por cliente para o segmento de veículos era de R\$12,7 mil, e R\$13,7 mil em 2007 e 2008 respectivamente. Em dezembro de 2009, os valores médios financiados eram de R\$26,6 mil para veículos novos e R\$13,0 mil para usados. Os gráficos abaixo mostram a distribuição dos prazos por quantidades de parcelas, consolidando veículos leves, pesados e motos, bem como a evolução dos valores médios liberados (Fonte: Relatório KPMG).

Distribuição das operações por quantidades de parcelas – Consolidado



Fonte: Relatório da KPMG

Ticket médio – somatório do valor das parcelas



Fonte: Relatório da KPMG

A carteira de financiamento de veículos, desde o 2º semestre de 2005, é quase que em sua totalidade operada via Cédula de Crédito Bancário – CCB.

O bem adquirido, sempre que possível, serve como garantia da operação, ficando a ela vinculado pela figura jurídica da alienação fiduciária, pela qual o cliente transfere à BV Financeira a propriedade do bem adquirido até o pagamento total de sua dívida. Para informações sobre os aspectos legais da alienação fiduciária em garantia, *vide* seção "Marco Regulatório", na página 76 deste Prospecto.

CLIENTES

O gráfico abaixo mostra a distribuição da carteira da BV Financeira entre pessoas físicas e jurídicas, por setor de atividade, nos períodos indicados.

Participação dos Tipos de Clientes na Receita Bruta da BV Financeira

	31 de dezembro de						30 de junho de	
	2007		2008		2009		2010	
Tipo de Cliente	R\$ mil	Qt. cto	R\$ mil	Qt. cto	R\$ mil	Qt. cto	R\$ mil	Qt. cto
Pessoas Jurídicas	802.416	29.033	889.941	29.398	900.200	30.942	1.061.602	34.130
Pessoas Físicas	14.783.818	2.453.073	18.264.748	2.711.756	21.280.882	2.653.258	24.588.739	3.085.101
Total	15.586.233	2.482.106	19.154.689	2.741.154	22.181.082	2.684.200	25.650.341	3.119.231

A tabela abaixo apresenta a concentração geográfica dos clientes das carteiras da BV Financeira:

Uf do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) -	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
SP	14.367.370	26,3	8.696.696	26,1	623.532	24,2
MG	7.805.889	14,3	4.820.098	14,5	347.305	13,5
PR	6.769.048	12,4	4.163.458	12,5	316.309	12,3
SC	4.437.763	8,1	2.749.895	8,2	204.158	7,9
RS	3.761.410	6,9	2.375.036	7,1	187.553	7,3
RJ	2.194.762	4,0	1.334.839	4,0	86.591	3,4
BA	1.494.170	2,7	891.975	2,7	70.435	2,7
GO	1.388.305	2,5	843.839	2,5	67.643	2,6
CE	1.312.241	2,4	803.149	2,4	56.722	2,2
AL	1.144.817	2,1	678.196	2,0	90.572	3,5
DF	1.041.962	1,9	638.693	1,9	48.207	1,9
ES	994.430	1,8	601.141	1,8	47.870	1,9
AC	902.360	1,7	521.724	1,6	84.943	3,3
MT	875.461	1,6	545.434	1,6	35.511	1,4
AM	850.970	1,6	500.687	1,5	63.306	2,5
MS	776.076	1,4	477.485	1,4	40.961	1,6
PE	722.386	1,3	450.284	1,4	29.098	1,1
RN	622.788	1,1	380.028	1,1	28.658	1,1
PA	601.796	1,1	359.449	1,1	21.983	0,9
MA	434.754	0,8	261.969	0,8	18.860	0,7
AP	414.821	0,8	238.787	0,7	38.410	1,5
PB	395.968	0,7	241.874	0,7	17.388	0,7
RO	332.882	0,6	206.299	0,6	13.994	0,5
PI	293.509	0,5	178.051	0,5	13.511	0,5
TO	245.217	0,4	148.898	0,4	9.187	0,4
RR	182.176	0,3	108.785	0,3	6.685	0,3
SE	176.239	0,3	104.728	0,3	6.365	0,2
UF não identificado	29.511	0,1	18.755	0,1	1.604	0,1
Total	54.569.085	100,0	33.340.250	100,0	2.577.361	100,0

Fonte: Relatório KPMG – dez/09

CONCORRÊNCIA

Os principais concorrentes da BV Financeira no segmento de veículos são Banco Itaú S.A.; Bradesco (Finasa) e Banco ABN AMRO Real S.A. (Aymoré).

ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO

As centrais de crédito da BV Financeira são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais devedores por meio de contratos de financiamento. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:

- perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF), profissão, rendimentos, endividamento, residência, bens próprios etc., sendo que, no caso de financiamento de veículos pesados, são levados em conta outros fatores, tais como rota de transporte, frota e compatibilidade da atividade profissional com a operação solicitada;
- dados cadastrais (*credit scoring*): pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre pessoas inadimplentes, e utilização de ferramentas de localização; e
- referências bancárias, pessoais e comerciais: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos potenciais devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios Potenciais Devedores.

A política de crédito é constantemente avaliada por meio de índices de inadimplência, sendo alterada diante das necessidades ou oportunidades verificadas.

A BV Financeira possui faixas de classificação de risco de crédito (*credit score*) que varia de 1 a 10. Clientes enquadrados nas faixas 1, 2 ou 3 tem baixa chance de terem seus créditos aprovados. A BV Financeira constantemente avalia os modelos de *credit score* monitorando o desempenho dos financiamentos concedidos de acordo com as faixas de *credit score*, incorporando ajustes quando necessário.

O índice de aprovação em 30 de junho de 2010 era de 39,5% para veículos leves, de 33,5% para veículos pesados. Destes totais, cerca de 79,6% (para veículos leves) e 64,9% (para pesados) das propostas aprovadas eram efetivadas com a formalização de contratos. Os processos de aprovação de crédito levam em média menos do que 25 minutos. Os recursos são desembolsados apenas quando os veículos são transferidos, no DETRANS, para o nome do devedor.

Após a concessão do financiamento, a BV Financeira envia para o endereço do devedor um carnê que inclui as parcelas de financiamento a serem pagas, sendo que os devedores podem efetuar os pagamentos das parcelas através da rede bancária ou via internet.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A BV Financeira tem por política esgotar todas as possibilidades de negociação antes de iniciar a cobrança judicial. A cobrança extrajudicial segue três fases, divididas de acordo com os dias de atraso.

Na primeira fase (quatro a 15 dias de atraso), a cobrança é feita por meio de um *call center* da própria BV Financeira, através de um staff de aproximadamente 120 funcionários.

Na segunda fase (15 a 75 dias de atraso), a cobrança é terceirizada junto a assessorias administrativas, que são remuneradas de acordo com o êxito da recuperação de valores, limitado a 10% do valor recuperado. Nesta fase a cobrança é intensificada e a negativação é efetuada. A BV Financeira usa aproximadamente 20 diferentes firmas de cobrança, que possuem juntas, mais de 100 escritórios espalhados pelo País.

Na terceira fase (acima de 75 dias), a cobrança é terceirizada por meio de assessorias jurídicas, também remuneradas de acordo com o êxito da recuperação de valores e sujeitas à mesma limitação de remuneração aplicável às assessorias administrativas de cobrança.

Grande parte das apreensões de veículos que são objeto de garantia dos financiamentos são motivadas por desequilíbrio financeiro dos devedores. Outro fator é o financiamento feito para terceiro, no qual, embora seja o financiado que assuma uma obrigação perante a BV Financeira, os pagamentos ficam a cargo de um terceiro que deixa de efetuá-los.

Boa parte dos veículos retomados é vendida em leilões, sendo a taxa de recuperação média da ordem de 60%. A BV Financeira também possui parcerias estratégicas com empresas que costumam comprar parte do lote de veículos apreendidos. O índice médio de recompra em dezembro de 2009 era inferior a 1,0% do total de veículos apreendidos.

A BV Financeira possui uma política conservadora em que adota como critério efetuar provisão de perdas acima dos percentuais mínimos estabelecidos pelo Banco Central. Com 120 dias de atraso, a BV Financeira provisiona 100% de provisão para devedores duvidosos.

INADIMPLÊNCIA

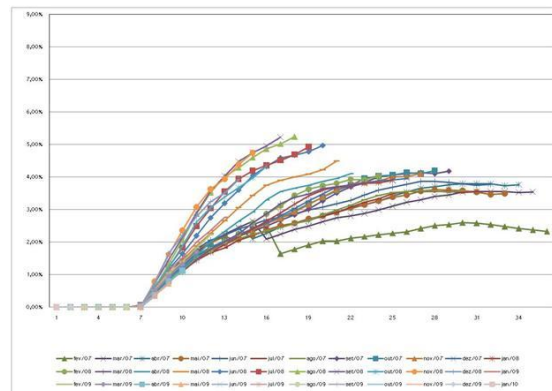
A tabela abaixo demonstra a média de inadimplência da carteira da BV Financeira dos anos de 2007, 2008 e 2009, considerando os contratos de modalidade crédito direto ao consumidor (veículos, pesados, motos, refinanciamento de veículos, refinanciamento de pesados e vans):

Ano	Média Ano	Em dia	Até 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	121-180 dias	181-359 dias	>= 360 dias
2007	2,77%	80,58%	13,72%	2,18%	0,80%	0,52%	0,71%	1,46%	0,01%
2008	3,35%	76,52%	15,22%	3,24%	1,32%	0,76%	0,93%	1,89%	0,12%
2009	3,72%	73,95%	15,82%	3,58%	1,68%	0,75%	1,13%	2,83%	0,28%

Os gráficos apresentados abaixo demonstram o percentual de operações em atraso, segregadas em faixas: (i) acima de 30 dias de atraso; (ii) acima de 60 dias de atraso; (iii) acima de 90 dias de atraso; e (iv) acima de 180 dias de atraso. O montante de operações em atraso nas respectivas faixas (numerador) compreende o saldo devedor (somatório do valor das parcelas vencidas e vincendas) apurado sobre o total acumulado das operações originadas no período sob análise (denominador).

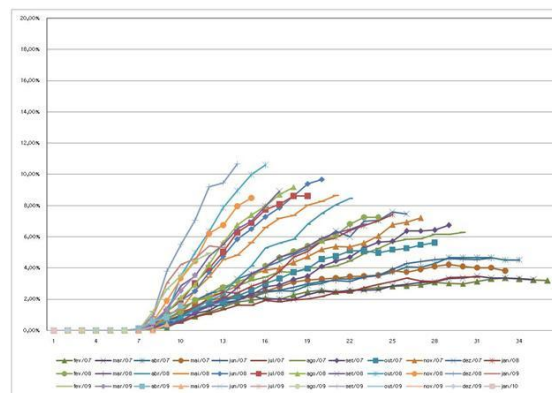
Inadimplência no caso de veículos leves, pesados e motos respectivamente.

Veículos leves



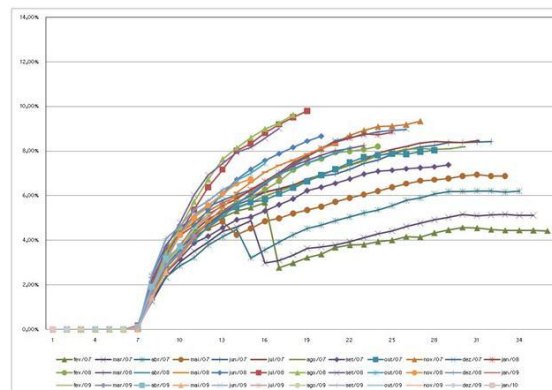
Fonte: Relatório da KPMG

Veículos pesados



Fonte: Relatório da KPMG

Motos



Fonte: Relatório da KPMG

Adicionalmente, com relação às estatísticas sobre perdas, além do critério acima mencionado, foram elaboradas e apresentadas no Relatório KPMG informações sobre perdas, representadas graficamente na Seção III de tal relatório (Anexo II, na página 151 do Prospecto). As informações sobre pagamento antecipado encontram-se apresentadas na página 50 deste mesmo relatório – Tabela 3.7 da Seção III, bem como abaixo.

PERDAS

A tabela de perdas encontra-se nas páginas 44 e 45, tabelas 3.1 e 3.2 do Relatório da KPMG em anexo a este Prospecto (Anexo II, na página 151 do Prospecto).

Aging List	Veículos Leves			Veículos Pesados			Motos			Consolidado		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	44.346.092			6.229.689			3.993.305			54.569.085		
(-) Parcelas baixadas por cancelamento	665.672			72.627			30.367			768.665		
(-) Parcelas baixadas por renegociação	255.856			67.240			14.456			337.552		
(-) Pré-liquidações de contratos	3.079.732			512.270			85.527			3.677.529		
(-) Contratos retomados	1.238.384			102.768			187.726			1.528.879		
(-) Desconto	119.119			26.508			7.839			153.466		
(+) Multa	303.514			35.715			38.805			378.035		
(-) Parcelas a vencer após 31 de janeiro de 2010	24.511.430			3.017.263			2.181.525			29.710.218		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2010	14.779.413			2.466.728			1.524.670			18.770.811		
Parcelas pagas antecipadamente	4.862.760			525.210			516.543			5.904.512		
acima de 90 dias	226.843	1,5%	1,5%	226.843	1,1%	1,1%	14.364	0,9%	0,9%	267.137	1,4%	1,4%
de 60 a 90 dias	34.258	0,2%	1,8%	4.312	0,2%	1,2%	3.697	0,2%	1,2%	42.267	0,2%	1,6%
de 30 a 60 dias	112.647	0,8%	2,5%	12.002	0,5%	1,7%	13.732	0,9%	2,1%	138.381	0,7%	2,4%
de 15 a 30 dias	321.658	2,2%	4,7%	23.579	1,0%	2,7%	40.653	2,7%	4,8%	386.080	2,1%	4,4%
de 1 a 15 dias	4.167.154	28,2%	32,9%	459.386	18,6%	21,3%	444.097	29,1%	33,9%	5.070.637	27,0%	31,5%
Parcelas liquidadas no vencimento	3.250.246	22,0%	54,9%	689.465	28,0%	49,2%	236.809	15,5%	49,4%	4.176.520	22,3%	53,7%
Parcelas vencidas e liquidadas com atraso	5.953.938			1.073.325			634.224			7.661.487		
de 1 a 15 dias	4.091.810	27,7%	82,6%	709.205	28,8%	78,0%	421.937	27,7%	77,1%	5.222.952	27,8%	81,5%
de 15 a 30 dias	1.228.299	8,3%	90,9%	224.489	9,1%	87,1%	142.915	9,4%	86,5%	1.595.715	8,5%	90,0%
de 30 a 60 dias	449.099	3,0%	93,9%	91.554	3,7%	90,8%	91.449	3,4%	89,8%	592.102	3,2%	93,2%
de 60 a 90 dias	144.567	1,0%	94,9%	35.760	1,4%	92,3%	14.196	0,9%	90,8%	194.523	1,0%	94,2%
de 90 a 120 dias	20.581	0,1%	95,0%	5.524	0,2%	92,5%	2.046	0,1%	90,9%	28.451	0,2%	94,4%
de 120 a 150 dias	7.378	0,0%	95,1%	2.379	0,1%	92,6%	694	0,0%	90,9%	10.451	0,1%	94,4%
de 150 a 180 dias	3.816	0,0%	95,1%	1.267	0,1%	92,6%	337	0,0%	91,0%	5.420	0,0%	94,5%
acima de 180 dias	8.389	0,1%	95,2%	2.837	0,1%	92,8%	647	0,0%	91,0%	11.873	0,1%	94,5%
Parcelas vencidas e não liquidadas	712.470	4,8%	100,0%	178.728	7,2%	100,0%	137.094	9,0%	100,0%	1.028.292	5,5%	100,0%

Fonte: Relatório KPMG

PRÉ-PAGAMENTO

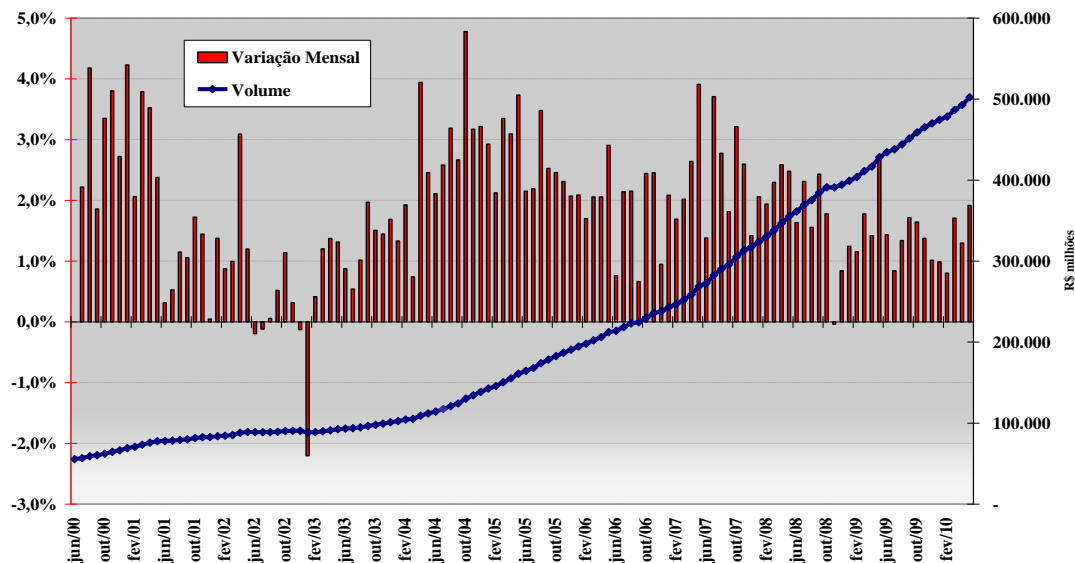
A tabela abaixo mostra os percentuais de pré-pagamento. Esta informação encontra-se também na página 50 do Relatório da KPMG, Tabela 3.7 – Seção III, anexa a este Prospecto (Anexo II, na página 151 do Prospecto).

Distribuição Antecipações																						
Período	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	Prazo médio ponderado mensal	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
			fev/07	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08
fev/07	948.871	38																				
mar/07	1.485.774	44	25.163																			
abr/07	1.292.238	44		25.163																		
mai/07	1.179.709	39			25.163																	
jun/07	1.149.210	39				25.161																
jul/07	1.335.237	41					25.161															
ago/07	1.528.135	44						25.161														
set/07	1.439.241	44							25.161													
out/07	1.710.163	45								25.161												
nov/07	1.478.118	44									25.161											
dez/07	1.521.087	44										25.161										
jan/08	1.680.289	44											25.161									
fev/08	1.484.069	44												25.161								
mar/08	1.436.024	44													25.161							
abr/08	1.543.012	44														25.161						
mai/08	1.441.014	44															25.161					
jun/08	1.499.410	44																25.161				
jul/08	1.574.253	44																	25.161			
ago/08	1.574.104	45																		25.161		
set/08	1.791.775	45																			25.161	
out/08	914.080	45																				25.161
nov/08	762.183	44																				25.161
dez/08	990.861	44																				25.161
jan/09	1.199.232	44																				25.161
fev/09	1.219.921	45																				25.161
mar/09	1.566.660	45																				25.161
abr/09	1.276.668	45																				25.161
mai/09	1.261.916	45																				25.161
jun/09	1.528.467	45																				25.161
jul/09	1.780.280	47																				25.161
ago/09	1.836.103	47																				25.161
set/09	2.292.937	49																				25.161
out/09	2.235.858	49																				25.161
nov/09	2.064.655	49																				25.161
dez/09	2.387.184	49																				25.161
jan/10	2.199.549	49																				25.161
Total	54.569.085	45	25.163	58.331	88.326	118.602	147.793	180.698	215.428	248.213	286.157	319.750	354.551	392.739	426.013	456.650	493.719	526.882	560.948	596.846	632.010	671.710
Pré liquidação			224	2.421	4.659	8.494	12.589	20.313	29.404	33.296	46.836	49.801	54.397	66.819	65.943	88.154	108.443	110.153	157.687	137.932	147.534	174.587
%			0,89%	4,11%	5,27%	7,16%	8,52%	11,24%	13,65%	13,41%	16,37%	15,57%	15,34%	17,01%	15,48%	19,22%	21,96%	20,91%	28,11%	23,11%	23,34%	25,99%
% - Acumulado			0,89%	3,15%	4,24%	5,43%	6,47%	7,86%	9,30%	10,28%	11,56%	12,32%	12,84%	13,51%	13,81%	14,55%	15,51%	16,17%	17,53%	18,14%	18,68%	19,40%

Fonte: Relatório KPMG

Motivado pelo aquecimento da demanda e o cenário econômico prospectivo favorável, tem-se observado uma retomada bastante significativa dos investimentos produtivos, que contribui para impulsionar o crédito total em circulação no sistema financeiro. O BNDES tem tido papel fundamental neste processo, registrando crescimento de suas operações em 40,8% nos últimos 12 meses e 7,3% até maio 2010.

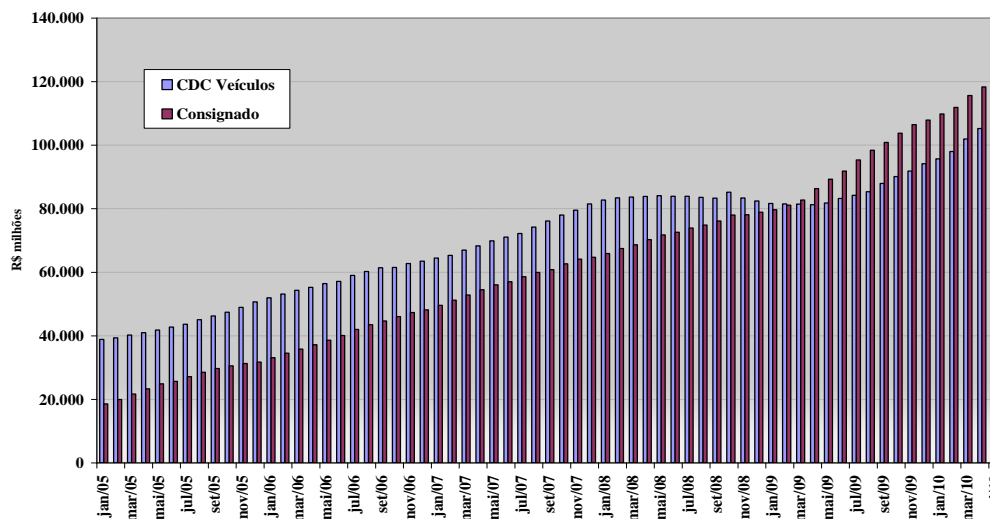
Estoque de crédito para pessoas físicas – nominal e variação mensal



Fonte: Bacen – maio/2010

Dos principais mercados de atuação da BV Financeira, destacamos o crescimento expressivo do crédito para aquisição de veículos e crédito consignado da ordem de 35,5% nos últimos 12 meses e de 12,1% até maio de 2010.

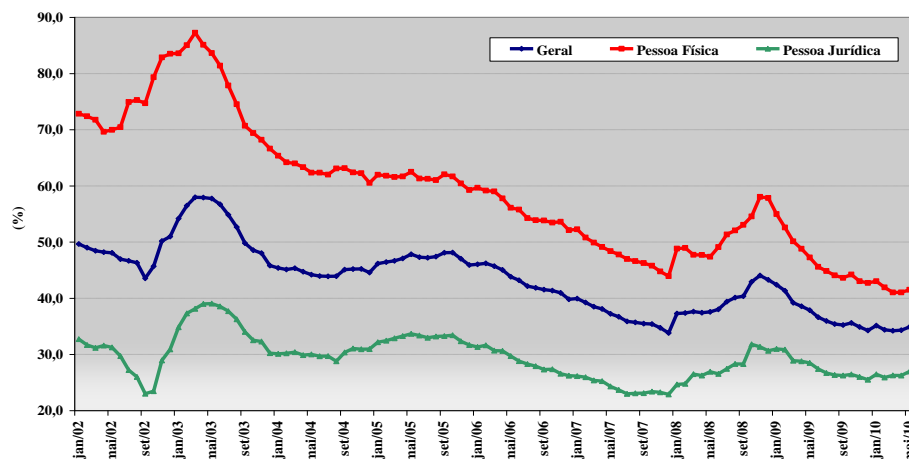
Modalidades de crédito para pessoas físicas – CDC para veículos e crédito consignado



Fonte: Bacen – maio/2010

Como contraponto do aquecimento da economia, o Banco Central tomou a iniciativa de promover um aperto monetário, através do aumento da taxa de juros. Embora o custo de captação dos bancos tenha aumentado em função da elevação da Selic, tal aumento não foi transferido para os tomadores finais de crédito, como pode ser visto pelo gráfico abaixo.

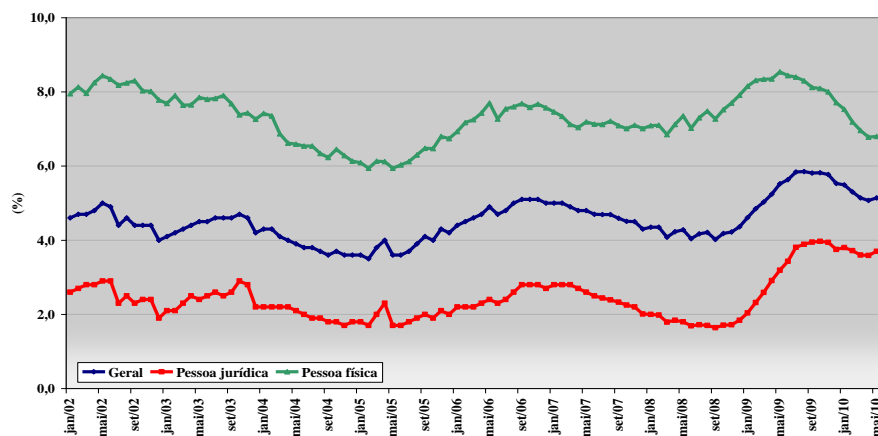
Taxas de juros médias das operações de crédito



Fonte: Bacen – maio/2010

Com relação à inadimplência, podemos perceber através dos gráficos abaixo um recuo em relação ao verificado no primeiro semestre de 2009, demonstrando um grande alívio das finanças pessoais, dadas as condições favoráveis de emprego e renda da população. O mesmo, contudo, não pode ser afirmado com relação às pessoas jurídicas, cujos níveis de inadimplência recuaram apenas modestamente, ainda que seu patamar seja significativamente menor.

Inadimplência média (atrasos superiores à 90 dias)



Fonte: Banco Central do Brasil - maio/2010

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A BV Financeira financia suas operações de crédito direto ao consumidor com recursos próprios e emissão de CDIs.

A tabela abaixo mostra as fontes de recursos consolidadas por tipo, valor e percentual da carteira em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009.

31 de dezembro de						
	2007		2008		2009	
	R\$ mil	% do Portfolio	R\$ mil	% do Portfolio	R\$ mil	% do Portfolio
Depósitos interfinanceiros	15.406.999	100%	17.681.465	100%	21.636.789	100%
Captação Mercado Aberto						
Emissões no Exterior						
Empréstimos, Cessões e Repasses						
Total	15.406.999	100%	17.681.465	100%	21.636.789	100%
Passivo Total	17.314.477	88,98%	20.209.895	87,49%	24.558.640	88,10%

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A BV Financeira, no ano de 2008, foi responsável por 46,65% do resultado total do Banco Votorantim S.A e, no período em 31 de dezembro de 2009, por 47,61%.

A BV Financeira encerrou o exercício social de 2008 com uma carteira de operações de crédito no montante de R\$17.779.073 mil, significando um aumento de 13,99% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. No mesmo período, o lucro apurado foi de R\$420.677 mil, atingindo um patrimônio líquido ao final do exercício de 2008 de R\$663.240 mil.

Já em 31 de dezembro de 2009 a BV Financeira tinha uma carteira de operações de crédito no montante de R\$22.303.640 mil, significando um aumento de 25,45% em relação ao exercício social findo em 2008. No mesmo período, o lucro apurado foi de R\$381.756 mil, atingindo um patrimônio líquido ao final do exercício de 2009 de R\$947.819 mil.

EXPERIÊNCIA PRÉVIA EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

A BV Financeira já participou de outras operações de securitização de direitos creditórios originados de financiamento de veículos. Dentre elas, destacamos as descritas a seguir.

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I, que emitiu inicialmente um total de R\$500.000.000,00 em cotas seniores e R\$125.000.000,00 em cotas subordinadas. O prazo de duração do Fundo é de 20 anos, e teve início em 27 de junho de 2006. As cotas seniores do BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I podem ser resgatadas a qualquer momento.

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II, que emitiu um total de R\$500.000.000,00 em cotas seniores e R\$500.000.000,00 em subordinadas classe B e no mínimo R\$1.000.000,00 em cotas subordinadas classe A, observada a relação mínima. As cotas seniores devem respeitar ao longo do prazo do de tal fundo, a relação mínima de 70% em relação ao patrimônio líquido do mesmo. O prazo de duração do BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II é de 60 meses, sendo que as cotas seniores serão amortizadas, mensalmente, a partir do 36º mês inclusive a partir da data da primeira integralização. As cotas da classe subordinada B serão amortizadas semestralmente contados a partir do 30º mês, inclusive a partir da data da primeira integralização. As cotas subordinadas classe A não serão amortizadas. A distribuição das cotas seniores e subordinadas teve início em outubro de 2006.

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III, que emitiu um total de 422.380,3659 em cotas seniores, com prazo de duração do Fundo de 30 meses. A Oferta teve início de distribuição em 23 de dezembro de 2009 e já encerrou seu período de distribuição. O saldo remanescente não distribuídas foi cancelado.

Balanço Patrimonial

Seguem abaixo informações sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009.

Ativo (R\$ mil)					
	31 de dezembro			Variação	Variação
	2007	2008	2009	2007/2008	2008/2009
Circulante	9.146.047	10.759.022	11.934.828	18%	11%
Realizável a longo prazo	8.111.405	9.398.648	12.568.231	16%	34%
Permanente	57.025	52.225	55.581	-8%	6%
Investimentos	2.125	2.263	14.004	6%	519%
Imobilizado	31.114	30.475	22.445	-2%	-26%
Diferido	23.786	19.487	16.334	-18%	-16%
Intangível	-	-	2.798	-	-
Total	17.314.477	20.209.895	24.558.640	17%	22%

Passivo (R\$ mil)					
	31 de dezembro			Variação	Variação
	2007	2008	2009	2007/2008	2008/2009
Circulante	16.135.818	19.109.008	12.306.876	18%	-36%
Exigível a longo prazo	219.096	437.647	11.303.945	100%	2483%
Patrimônio Líquido	959.563	663.240	947.819	-31%	43%
Total	17.314.477	20.209.895	24.558.640	17%	22%

Demonstrações de Resultados

Seguem abaixo informações sobre as demonstrações de resultados da BV Financeira relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 e aos trimestres findos em 30 de junho de 2009 e 2010.

Demonstração de Resultados (R\$ mil)					
	31 de dezembro			Variação	
	2007	2008	2009	2007/2008	2008/2009
Receitas de Intermediação Financeira	3.966.978	5.248.383	5.817.354	32%	11%
Despesas de Intermediação Financeira	(2.003.495)	(2.797.910)	(3.291.844)	40%	18%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	1.963.483	2.450.473	2.525.510	25%	3%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.326.144)	(1.654.491)	(1.716.914)	25%	4%
Resultado Operacional	637.339	795.982	808.596	25%	2%
Resultado Não Operacional	(28.853)	(56.666)	(78.889)	96%	39%
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro	608.486	739.316	729.707	22%	-1%
Provisão para IR e CSLL	(160.388)	(156.918)	(243.668)	-2%	55%
Participações no Lucro	(136.496)	(161.721)	(104.283)	18%	-36%
Lucro/(Prejuízo) do Exercício/Período	311.602	420.677	381.756	35%	-9%

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2009, a BV Financeira era parte em 26 processos judiciais e administrativos de natureza fiscal para os quais constituiu provisões no valor total de cerca de R\$1.617 mil. Tais processos envolviam basicamente, questionamentos acerca da Instituição pleitear o não pagamento do COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98), no montante de R\$553.746,55 mil, estando o mesmo totalmente provisionado na data-base de 31 de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2009, a BV Financeira figurava no pólo ativo em 197 processos cíveis, que correspondiam basicamente a ações de Busca e Apreensão e Reintegração de Posse. No pólo passivo, a BV Financeira era parte em 60.075 ações cíveis (incluindo reclamações perante o Procon), das quais cerca de 68% correspondiam a ações revisionais questionando os valores cobrados pela BV Financeira.

Em 31 de dezembro de 2009, a BV Financeira ainda era parte em 524 reclamações trabalhistas, para as quais constituiu provisões no valor total de R\$60.137,83 mil.

MARCO REGULATÓRIO

Introdução

A alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, no âmbito do mercado financeiro, está regulada pelo Código Civil, nos artigos 1361 e seguintes, pela Lei nº 4.728/65, no artigo 66-B, pelos artigos 2º e seguintes do Decreto-lei nº 911/69 e pela Resolução nº 159/04, do Conselho Nacional de Trânsito.

Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o devedor transmite a propriedade resolúvel de um determinado bem de sua propriedade ao credor com o fim de garantir a dívida do devedor, permanecendo o devedor com a posse direta do bem e o credor com a posse indireta. Uma vez quitada a dívida, a propriedade se resolve e o bem retorna ao patrimônio do devedor.

No caso de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, o parágrafo 1º do artigo 1361 do Código Civil, estabelece como requisito de constituição da garantia o registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

Até o vencimento da dívida, o devedor, às suas expensas e risco, pode usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, como seu depositário, devendo empregar na guarda da coisa a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor se não pagar a dívida no vencimento (artigo 1363 do Código Civil).

Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia

Os artigos 1361 e seguintes do Código Civil, que se aplicam à alienação fiduciária de coisa móvel infungível (a coisa móvel que não pode ser substituída por outra da mesma espécie, qualidade e quantidade), autorizam a utilização desta forma de garantia a qualquer pessoa, ainda que não seja uma entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional. Desse modo, o Fundo pode ser cessionário dos Direitos Creditórios, assim como de sua garantia.

A Resolução nº 2.907/01 do CMN, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, dispõe em seu artigo 2º, inciso I, que, nas operações de créditos realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios, devem-se observar as disposições da Resolução CMN nº 2.686/00 e suas alterações.

Por sua vez, a Resolução CMN nº 2.686/00 prevê, em seu artigo 2º, inciso III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam na transferência, à cessionária, dos contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução ressalvados os casos de cessão oriunda de operações de arrendamento mercantil, nas quais os contratos e bens arrendados permanecem sob a titularidade da cedente.

Ainda que não houvesse esta disposição infra-legal, o Código Civil prevê, em seu artigo 287, que, salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

Da Eficácia do Contrato contra Terceiros

De acordo com o já mencionado parágrafo 1º do artigo 1361 do Código Civil, para a constituição da alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deverá haver o registro no órgão competente para o licenciamento do veículo automotor, a saber, o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, onde o veículo automotor estiver registrado (artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro), que deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário (artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro).

Os procedimentos para registro são regulados pela Resolução n.º 159/04, do Conselho Nacional de Trânsito, e visam não apenas atender aos requisitos legais de constituição da garantia, mas também conferir publicidade ao registro, protegendo terceiros que venham a adquirir o bem. Trata-se, também, de um requisito de eficácia da garantia contra terceiros.

Antes da promulgação do Código Civil e da Lei 10.931/04, a Lei n.º 4.728/65 estabelecia, por meio do parágrafo 1º do revogado artigo 66, cuja redação havia sido dada pelo Decreto-lei n.º 911/69, que o contrato deveria ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor. Além disso, o parágrafo 10º desse mesmo revogado dispositivo legal dispunha que a alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do automóvel.

Assim, eram necessários (i) o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia no Cartório de Títulos e Documentos e (ii) a transcrição da alienação fiduciária no certificado de registro do veículo automotor. A esse respeito, a Súmula n.º 92, do Superior Tribunal de Justiça, previa que *"A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do Veículo Automotor."*

Contudo, a Lei n.º 10.931/04 revogou os artigos 66 e 66-A da Lei n.º 4.728/65 e introduziu o artigo 66-B, o qual passou a prever apenas algumas regras específicas para a alienação fiduciária no âmbito do mercado financeiro, não fazendo menção alguma à exigência de registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Nesse novo contexto legal, a única regra que dispõe expressamente sobre o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores é o mencionado parágrafo 1º do artigo 1361 do Código Civil. Nesse sentido, é necessário apenas o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo automotor e a consequente anotação no certificado de registro do veículo para que a garantia seja constituída e produza efeitos perante as partes e perante terceiros.

Dos Regulamentos Editados pelos Órgãos Públicos Competentes

O Conselho Nacional de Trânsito, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito (inciso I do artigo 7º do Código de Trânsito Brasileiro), com o fim de estabelecer e padronizar procedimentos para o registro de contratos de alienação fiduciária de veículos perante órgãos executivos de trânsito (DETRANs), expediu a Resolução n.º 159/04.

O parágrafo 1º do artigo 1º da Resolução n.º 159/04 prevê que se considera registro de contrato de alienação fiduciária de veículo o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio, podendo os dados desse registro ser arquivado em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que este garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo.

O parágrafo 2º do artigo 1º prevê que o registro do contrato deve ser anterior à expedição do certificado de registro do veículo. Ademais, o parágrafo 3º deste mesmo artigo dispõe que *"cumprida a responsabilidade decorrente do contrato com cláusula de alienação fiduciária, deverá ser efetuada a sua baixa no registro"*.

Já o artigo 5º da referida resolução dispõe que se considera gravame a anotação, no campo de observações do certificado de registro do veículo, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor. Os mencionados órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato de alienação fiduciária, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do certificado de registro do veículo, a existência do gravame com a identificação do credor da garantia real (artigo 6º da Resolução n.º 159/04).

As informações para as inserções e liberações de gravames poderão ser feitas eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, sob a integral expensa dos credores (artigo 7º da Resolução n.º 159/04).

Será de inteira e exclusiva responsabilidade dos credores a veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame, inexistindo para os órgãos ou entidades executivos de trânsito obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais, junto aos usuários, referentes aos contratos com cláusula de garantia real de veículos automotores (artigo 8º da Resolução n.º 159/04).

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor da garantia real de veículo automotor providenciará, eletronicamente, a informação da baixa do gravame junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal (artigo 9º da Resolução n.º 159/04).

Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal expedirão os certificados de registro dos veículos, com a inserção do gravame, depois de verificada a compatibilidade com as informações do registro do contrato de garantia real, prestadas pelos referidos órgãos ou entidades executivos de trânsito, ou, se for o caso, instituição conveniada (artigo 10 da Resolução 159/04). Além disso, o parágrafo 1º deste mesmo artigo prevê que as informações eletrônicas de inserção e liberação de gravames poderão ser prestadas pelos agentes financeiros, anterior ou simultaneamente ao registro definitivo do contrato com cláusula de garantia real (parágrafo 1º do artigo 10 da Resolução 159/04).

Dos Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato

Paga a dívida pelo devedor, extingue-se a propriedade resolúvel do credor sobre o bem, tornando-se o devedor novamente proprietário do bem.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, garantidos pelas referidas alienações fiduciárias foram constituídos no âmbito do mercado financeiro, sob a disciplina da Lei n.º 4.728/65. Assim, se o devedor não pagar a dívida, poderá o credor adotar os procedimentos previstos no Decreto-lei n.º 911/69 para cobrar o seu crédito.

O artigo 2º do Decreto-lei n.º 911/69 prevê que, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas com alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa alienada fiduciariamente independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda para quitar a dívida e as despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo remanescente ao devedor.

A mora na obrigação decorrerá do simples vencimento do prazo para o pagamento, podendo ser comprovada por meio de notificação extrajudicial ou de protesto do título (parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto-lei n.º 911/69).

O proprietário fiduciário do bem, uma vez comprovada a mora, poderá requerer contra o devedor, ou o terceiro que esteja na posse do bem, a busca e apreensão, a qual poderá ser concedida liminarmente (*caput* do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). Nesse contexto, é importante ressaltar a Súmula n.º 72, do Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que *"a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente"*.

A Lei n.º 10.931/04 alterou e acrescentou parágrafos ao artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69. Nesse sentido, o parágrafo 1º deste artigo passou a prever que, 5 dias após o cumprimento da medida liminar de busca e apreensão do bem, a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, devendo, no caso em questão, o órgão executivo de trânsito competente expedir novo certificado de registro do veículo em nome do credor ou de terceiro por ele indicado, livre de qualquer ônus da propriedade fiduciária.

Dentro do prazo de 5 dias, o devedor poderá quitar a dívida conforme os valores apresentados pelo credor (purgação da mora), situação em que o bem lhe será restituído sem o ônus da propriedade fiduciária (parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). No prazo de 15 dias do cumprimento da medida liminar, o devedor poderá apresentar resposta impugnando o valor cobrado pelo credor mesmo que tenha purgado a mora (parágrafos 3º e 4º do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69).

Importante ressaltar que, caso venha a ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa em favor do devedor fiduciante equivalente a 50% do valor originalmente financiado se o bem já tiver sido alienado (parágrafo 6º do artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69).

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, que tem procedimento específico na legislação processual civil em vigor.

Se o credor preferir, poderá recorrer à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos bens do devedor quanto bastem para assegurar a execução (artigo 5º do Decreto-lei n.º 911/69).

No caso de falência do devedor, é assegurado ao credor pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente, já que o bem não deverá integrar a massa falida do devedor (artigo 7º do Decreto-lei n.º 911/69). Este dispositivo continua em vigor, nos termos dos artigos 85 e seguintes da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências).

ASSEMBLÉIA GERAL DO FUNDO

A assembléia geral de condôminos do Fundo possui as seguintes competências privativas:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) alterar o Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre a liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (vi) deliberar sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, no caso previsto no item 11.5 do Regulamento;
- (vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos do item 17.7 do Regulamento; e
- (viii) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para o resgate das Cotas em caso de liquidação antecipada, nos termos do item 21.2.1 do Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de assembleia geral, em decorrência de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo a Administradora providenciar a divulgação das alterações aos cotistas mediante publicação no Periódico ou mediante o envio de correspondência aos cotistas nesse sentido, no prazo de até 30 dias contados da respectiva ocorrência.

A convocação da assembléia geral de condôminos do Fundo obedece às seguintes regras:

- (i) a convocação será feita mediante anúncio publicado no Periódico ou por correspondência endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembléia geral e os assuntos a serem tratados;
- (ii) a primeira convocação da assembléia geral deverá ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da correspondência aos condôminos;
- (iii) não se realizando a assembléia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de 5 dias;
- (iv) a segunda convocação da assembléia geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta da primeira convocação; e
- (v) independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os condôminos.

Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de condôminos titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% do total.

Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas, pelo critério da maioria de Cotas de condôminos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado, entretanto, que:

- (i) a cada Cota Sênior corresponde um voto nas assembléias gerais do Fundo, sendo que as Cotas Subordinadas não terão direito a voto, exceto no que se refere às matérias que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos titulares das Cotas Subordinadas, quais sejam (A) Eventos de Revisão e/ou Eventos de Liquidação Antecipada, ressalvados os Eventos de Revisão listados nos itens 20.1 (i) e 20.1 (xiv), cuja deliberação deverá ser tomada apenas pelos titulares de Cotas Seniores; (B) Critérios de Elegibilidade; e/ou (C) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas, quando votarão (a) juntamente com as Cotas Seniores e em igualdade de condições quando o assunto for afeto a ambas as espécies de Cotas; ou (b) em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, quando o assunto for afeto apenas às Cotas Subordinadas; e

- (ii) as deliberações relativas (a) à substituição da Administradora, do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco; (b) à elevação da taxa de administração praticada pela Administradora; e (c) à liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

Somente poderão votar na assembléia geral os condôminos do Fundo, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de um ano, em qualquer caso desde que registrado até 3 Dias Úteis antes da data fixada para sua realização.

A Administradora ou seus empregados não têm direito a voto na assembléia geral, ainda que sejam titulares de Cotas.

A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo na BV Financeira.

EVENTOS DE REVISÃO DO FUNDO

São considerados Eventos de Revisão do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) caso ocorra o desenquadramento da Relação Mínima indicada acima e não seja sanada por 5 Dias Úteis consecutivos;
- (ii) descumprimento, pela BV Financeira, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Promessa de Cessão e que, a critério da Administradora, possam comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os seus cotistas, desde que a BV Financeira tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 Dias Úteis;
- (iii) rescisão do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante.
- (iv) rescisão do contrato de cobrança entre a BV Financeira e o Banco Arrecadador sem substituição do Banco Arrecadador por outro com as mesmas qualificações, ou seja, com condições de dar continuidade à cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (v) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial administrativo temporário da BV Financeira ou protocolo de pedido de falência da BV Financeira que não seja ilidido no prazo legal ou no prazo concedido pelo poder judiciário para tanto;
- (vi) protestos de títulos em que a BV Financeira figure como devedora em valor agregado igual ou superior a R\$10 milhões;
- (vii) ajuizamento de execução de natureza fiscal contra a BV Financeira em que o valor cobrado em face da BV Financeira, considerada individualmente, seja igual ou superior a R\$50 milhões na data do ajuizamento, sem que a BV Financeira tenha apresentado garantia em forma de depósito judicial, penhora, caução ou qualquer outra forma que seja admitida pelo juízo responsável pela execução fiscal;
- (viii) arresto ou penhora judicial de bens da BV Financeira em valor agregado igual ou superior a R\$15 milhões, observado que não será considerado um Evento de Revisão nos termos desta alínea (viii) qualquer penhora ou arresto em função da alínea (vii) acima;
- (ix) rescisão do convênio celebrado em 17 de dezembro de 1998 entre Fenaseg e Departamento Nacional de Trânsito, ao qual a BV Financeira aderiu em 7 de maio de 1999, ou interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, das suas atribuições ali previstas;
- (x) caso o valor da totalidade das despesas do Fundo apuradas em cada mês, na respectiva Data de Verificação, seja superior a 1% do valor do Patrimônio Líquido, observado que não haverá verificação nos primeiros 180 dias de funcionamento do Fundo;
- (xi) verificação pela Administradora, a qualquer tempo, do não atendimento da Reserva de Liquidez por 30 dias consecutivos;
- (xii) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Pagamento, em 2 Datas de Verificação de Reserva de Pagamento;
- (xiii) rebaixamento da(s) classificação(ões) de risco das Cotas Seniores;
- (xiv) caso o excesso de *spread* (calculado nos termos do item 20.1.1 do Regulamento), em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 dias imediatamente anterior à última data de apuração do excesso de *spread*, seja inferior a taxa de cessão definida no Contrato de Cessão, sendo que tal evento não será apurado nos primeiros 180 dias de funcionamento do Fundo; e caso, após 180 dias contados do início do Fundo, a média móvel dos 3 meses anteriores a cada Data de Verificação dos índices de *performance* (1) IP30, (2) IP120, (3) IP180 ou (4) IP181 (definidos no item 20.1.2 do Regulamento), apurados pela Administradora, seja superior a 35%, 15%, 5% ou 10%, respectivamente.

Para os fins da alínea (xiv) acima, o excesso de *spread* deve ser calculado da seguinte forma:

$$ES = \left\{ \left[1 + \frac{RDCA_{(t-1)} + ROA_{(t-1)} - RQSC_{(t-1)} - D_{(t-1)}}{DCA_{(t-1)}} \right]^{12} - 1 \right\} \times 100$$

onde:

- $RDCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos adimplentes apropriados no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.
- $ROA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos do Fundo, apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.
- $RQSC_{(t-1)}$: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.
- $D_{(t-1)}$: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.
- $DCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios adimplentes na Data de Verificação do mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

Para os fins da alínea (xv) acima:

- (i) "IP30" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último Dia Útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 dias, excluindo-se do IP30 os Direitos Creditórios Cedidos integrantes dos IP120, IP180 e IP181, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- (ii) "IP120" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias e inferior a 120 dias e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- (iii) "IP180" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 dias e inferior a 180 dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo; e
- (iv) "IP181" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Revisão, (i) o Custodiante, mediante instrução da Administradora, suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (ii) a Administradora deverá convocar uma assembléia geral para que seja deliberada a liquidação antecipada do Fundo.

Se a assembléia geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá proceder ao resgate compulsório das Cotas em circulação, nos termos do item 21.2 do Regulamento.

Se a assembléia geral de cotistas do Fundo deliberar pela não liquidação antecipada de fundo, aplicar-se-á o disposto no item 21.3 do Regulamento.

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

Será considerado um Evento de Liquidação Antecipada, que acarretará na liquidação antecipada automática do Fundo, o advento de uma das seguintes hipóteses:

- (i) por decisão da CVM, se: (a) no âmbito de uma oferta pública de Cotas Seniores ao amparo das Instruções CVM 356 e Instrução CVM 400, no prazo de 180 dias, a contar da data de publicação do Anuncio de Início, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo; ou (b) o Patrimônio Líquido permanecer, por 3 meses consecutivos, em valor inferior a R\$500.000,00;
- (ii) por decisão dos condôminos, reunidos em assembleia convocada especialmente para esse fim, observado o quorum previsto no item 17.4, inciso (ii) do Regulamento; ou
- (iii) em razão da rescisão do Contrato de Promessa de Cessão.

Na hipótese do inciso (i)(b) acima, o Fundo poderá, alternativamente, ser incorporado por outro fundo de investimento em direitos creditórios.

A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, poderá prorrogar os prazos previstos no item (i) acima.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o disposto no Regulamento e o que for deliberado em assembleia geral.

Em caso de liquidação antecipada prevista no parágrafo acima, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional sobre as Cotas Subordinadas, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios e Outros Ativos em dação em pagamento aos titulares de Cotas Seniores, conforme faculta o Artigo 15, §1º da Instrução CVM 356. A Administradora poderá convocar assembleia geral para definir os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos Creditórios e Outros Ativos.

Caso a assembleia geral não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos Creditórios e Outros Ativos ou não seja instalada por falta de quorum, será constituído pelos titulares das Cotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Cotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Cotas Seniores detidas por titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação. A Administradora deverá notificar os cotistas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada cotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios e Outros Ativos a que cada titular de Cotas Seniores fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios e Outros Ativos existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, e observado o resgate das Cotas Subordinadas na forma do segundo parágrafo abaixo (item 21.2.4 do Regulamento), a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Cotas Seniores em circulação.

Assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional mencionada acima ou em Direitos Creditórios e Outros Ativos às Cotas Seniores estabelecida acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e Outros Ativos, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

No caso de decisão da assembleia geral pela não liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate de Cotas Seniores pelos seus respectivos valores aos cotistas dissidentes que o solicitarem. Tal disposição, prevista no artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM 356, vigorará com relação ao Fundo apenas e tão-somente enquanto a mesma vigorar na Instrução CVM 356.

TRIBUTAÇÃO

O Fundo e seus cotistas estão sujeitos às seguintes regras de tributação:

TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de zero%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO DOS COTISTAS

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Cotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, os Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil estão sujeitos ao IOF/Câmbio de acordo com as seguintes alíquotas:

- (i) 2% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizados por investidores estrangeiros, para aplicações no mercado financeiro e de capitais; e
- (ii) 0% nas liquidações de operações de câmbio para fins de retorno dos recursos aplicados por investidor estrangeiro nas operações de que trata o inciso (i) acima.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a operações ocorridas após tal aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo tomará por base a residência dos Cotistas do Fundo (a) no Brasil; e (b) no exterior; e três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Cotas do Fundo; (i) cessão ou alienação de Cotas do Fundo; e (iii) amortização das Cotas do Fundo:

Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

- (i) Resgate das Cotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Cotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito:

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio superior a 365 dias, os Cotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, para aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Cotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, para aplicações com prazo acima de 180 dias.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

- (ii) Cessão ou alienação das Cotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas do Fundo devem ser tributados à alíquota máxima de 22,50%, a depender da forma como for conduzida a operação. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 0,005%; e
- (iii) Amortização das Cotas do Fundo: no caso de amortização de Cotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas aplicáveis à hipótese de resgate/liquidação das Cotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo, descritas no item (i) acima.

Cotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("**Cotistas Qualificados**"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade do investimento ("**Paraíso Fiscal**").

Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

- Resgate de Cotas: O rendimento auferido no resgate de Cotas será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.
- Cessão ou alienação de Cotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.
- Amortização de Cotas: No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas do Fundo residentes no Brasil nas operações de amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 22,50% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E PUBLICAÇÕES

Em linhas gerais, a Administradora deverá divulgar no Periódico as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos ou fatos relevantes relativos ao Fundo que possam influir na decisão dos condôminos de manutenção dos recursos investidos no Fundo, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas.

Todo Dia Útil, a Administradora divulgará no Periódico, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor da Cota e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e também manterá tais informações, juntamente com os relatórios das Agências Classificadoras de Risco, disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem as Cotas.

A divulgação das informações a que se refere o parágrafo anterior pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeira Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações.

No prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, a Administradora colocará à disposição dos condôminos, em sua sede e, informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Trimestralmente, a Administradora deverá elaborar, por meio de seu diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356, demonstrativos trimestrais evidenciando:

- (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- (ii) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e
- (iv) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados.

Anualmente, a Administradora fornecerá aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil, a rentabilidade do Fundo no ano e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor.

Além disso, a Administradora colocará as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, publicando-as ainda através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Com relação às informações que deverão ser encaminhadas à CVM, a Administradora deverá, no prazo de 10 dias contados da data da primeira integralização de Cotas, fornecer (i) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e (ii) data da primeira integralização de Cotas.

Mensalmente, a Administradora encaminhará à CVM, até o terceiro Dia Útil contado da data de encerramento do mês anterior, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, observado que eventuais retificações nas informações aqui previstas devem ser comunicadas à CVM até o 1º Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) valor da Cota e quantidade em circulação; (iv) valores totais das captações e das amortizações no mês, considerados os valores efetivamente ingressados e amortizados; (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e (vi) posições mantidas em mercados de derivativos.

No prazo máximo de 10 dias contados de sua ocorrência, a Administradora apresentará à CVM, documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo: (i) alteração do Regulamento; (ii) substituição da Administradora; (iii) incorporação; (iv) fusão; (v) cisão; ou (vi) liquidação.

ATENDIMENTO A COTISTAS

Aplicando no Fundo o cotista receberá uma cópia do Regulamento, que deve ser lido com atenção. Para obter um histórico do desempenho do Fundo, o cotista deve solicitá-lo ao Serviço de Atendimento a Clientes abaixo identificado, que estará apto também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como encaminhar críticas e sugestões, ou poderá acessar o site "www.vam.com.br".

SEDE DA ADMINISTRADORA

Av. das Nações Unidas 14.171 – 7º andar - Torre A
04707-000 São Paulo, SP
Atenção: Sr. Robert John van Dijk
Correio Eletrônico: robert.vandijk@vam.com.br

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços acima citados, onde tais informações poderão ser solicitadas.

A Administradora mantém serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos cotistas, nas referidas dependências.

Adicionalmente, para consulta ou obtenção de cópia do Prospecto e do Regulamento, os investidores poderão dirigir-se à CVM ou à CETIP, em suas respectivas sedes, conforme informado abaixo, ou acessar suas respectivas páginas na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br e www.cetip.com.br.

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Sete de Setembro, nº 111
20050-901 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone e Fax: (21) 3554-8686
www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

ANEXOS DO PROSPECTO

- Anexo I** - Regulamento do Fundo
- Anexo II** - Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios preparado pelo Auditor
- Anexo III** - Relatório de Classificação de Risco
- Anexo IV** - Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- Anexo V** - Declaração do Distribuidor Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400
- Anexo VI** - Demonstrações Financeiras da BV Financeira Relativas aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO BV
FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS IV

CNPJ/MF Nº 10.456.640/0001-64

Por este instrumento particular, na qualidade de Administradora, a Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 7º andar, com seu ato constitutivo arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.215.931.334, em sessão de 10/09/99, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.384.738/0001-98, neste ato devidamente representada por seus representantes legais infra-assinados, em virtude das exigências feitas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no Ofício/CVM/SIN/GIE/nº2749/2010, resolve alterar o Regulamento do BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV, o qual consolidado passa a fazer parte integrante deste instrumento na forma de anexo.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 08 de setembro de 2010.



Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.



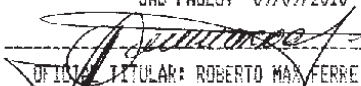
Testemunhas:


Sheila Christe de Freitas Freire
RG nº 32.126.230-x


Renata Garcia Cardozo
RG nº 30.201.958-3



5o OFICIAL DE REGISTRO
DE TITULOS E DOCUMENTOS
Rua XV de Novembro, 244 - 8 Andar
Fone/Fax: (11) 3115-5414 www.5rtd.com.br
CEP: 01013-000 - Sao Paulo - SP
O presente tit./ doc., foi protocolado,
microfilmado, digitalizado e registrado/
avariado sob no. 1308213
Referencia anterior: 1304489
SAO PAULO, 09/09/2010


OFICIAL TITULAR: ROBERTO MAX FERREIRA
1o SUBSTITUTO: ARTUR VENEROSO MAX FERREIRA
2o SUBSTITUTO: MARCO ANTONIO NUNES
3o SUBSTITUTO: JADIEL G. DE OLIVEIRA

Emolumentos:.....R\$	171.89
Estado:.....R\$	48.83
Cart. Prev:.....R\$	36.33
Registro Civil:.....R\$	9.21
Trib. Justica:.....R\$	9.21
Despesas:.....R\$	0.00
Total:.....R\$	275.47

CUSTAS E CONTR. RECOLHIDAS POR VERBA



Regulamento

**REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV**

ÍNDICE

1.	Definições	3
2.	Objeto, Constituição e Características	10
3.	Fatores de Risco	10
4.	Cotas do Fundo	18
5.	Emissão de Cotas	19
6.	Distribuição das cotas	20
7.	Aplicação em Cotas do Fundo	21
8.	Reserva de Pagamento	21
9.	Amortização e Resgate das Cotas do Fundo	22
10.	Política de Investimento	23
11.	Valorização das Cotas	28
12.	Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	30
13.	Administração	31
14.	Contratação de Terceiros	37
15.	Despesas e Encargos e alocação das disponibilidades do Fundo	39
16.	Alienação de Direitos Creditórios	40
17.	Assembleia Geral	40
18.	Publicidade e Remessa dos Documentos	42
19.	Indenização à Administradora	43
20.	Eventos de Revisão	43
21.	Liquidação Antecipada do Fundo	46
22.	Disposições Finais	48
23.	Foro	48





REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV

CNPJ/MF Nº 10.456.640/0001-64

1. DEFINIÇÕES

1.1. Os termos iniciados com letra maiúscula utilizados neste Regulamento terão o significado que lhes é atribuído a seguir, no singular ou no plural:

"Administradora": Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14. 171, Torre A, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, responsável pela administração e gestão do Fundo e pela escrituração das cotas do Fundo.

"Agência Classificadora de Risco": Moody's América Latina Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.551. 16º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.101.919/0001-05, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo ou qualquer outra agência de classificação de risco em funcionamento no País que vier a ser contratada pelo Fundo para substituí-la.

"Agente de Cobrança": BV Financeira ou quem vier a substituí-la, responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

"Alienação dos Direitos Creditórios": é a alienação de Direitos Creditórios Cedidos para cobrir encargos do Fundo nos termos do item 16 abaixo.

"Alocação Mínima": percentual de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido que deverá estar investido nos Direitos Creditórios, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, nos termos do item 10.5 abaixo.

"Amortização Periódica": é a amortização parcial das Cotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, nos termos do item 9 deste Regulamento.





"Anúncio de Início": anúncio de início da primeira distribuição pública de Cotas Seniores do Fundo.

"Banco Arrecadador": Banco Bradesco S.A., instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12, banco arrecadador, responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos, ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-lo.

"BV Financeira": BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14. 171, Torre A, 8º andar, conjunto 82, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.149.953/0001-89.

"CETIP": Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

"CNPJ": Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

"Conta de Custódia": conta corrente de titularidade do Fundo, mantida perante o Custodiante, na qual os valores referentes aos Direitos Creditórios Cedidos e as Disponibilidades serão depositados.

"Contrato de Custódia": "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios" a ser celebrado entre o Fundo e o Custodiante, relativo à prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo.

"Contratos de Financiamento": cédulas de crédito bancário ou contratos de abertura de crédito relativos a operações de financiamento de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans) (i) que tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos Devedores; (ii) que sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados, constituída em favor da BV Financeira de acordo com os procedimentos definidos no Sistema Nacional de Gravames; (iii) que, no caso dos contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas sejam evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira; (iv) cujos créditos tenham sido integralmente desembolsados e aplicados na aquisição dos veículos automotores; (v) que não contenham qualquer vedação à sua livre cessão pela BV Financeira; e (vi) que tenham os requisitos necessários para a caracterização de títulos executivos extrajudiciais.

"Contrato de Promessa de Cessão": "Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios", a ser celebrado entre a BV Financeira, na qualidade de cedente





e legítima proprietária e possuidora dos Direitos Creditórios, o Fundo, na qualidade de cessionário, o Custodiante e o Banco Arrecadador, na qualidade de intervenientes anuentes.

"Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas": Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas e Outras Avenças, celebrado entre o Fundo e a Cedente, conforme aditado de tempos em tempos.

"COSIF": Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

"Cotas": Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, consideradas em conjunto.

"Cotas Seniores": cotas de emissão do Fundo que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização e resgate, e apresentam preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo em relação às Cotas Subordinadas.

"Cotas Subordinadas": cotas de emissão do Fundo que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, observado o disposto no item 11.7 abaixo.

"CPF": Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

"Critérios de Elegibilidade": as características que os Direitos Creditórios deverão atender para que sejam cedidos ao Fundo, sendo aqueles que, cumulativamente, (i) tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo; (ii) sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento da cessão; (iii) tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo; e (iv) no momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10% (dez por cento); (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20% (vinte por cento); e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100% (cem por cento).

"Custodiante": Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na, inscrita no CNPJ sob o n.º60.746.948/0001-12, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do Fundo, ou qualquer outra instituição financeira que vier substituí-la.





"CVM": Comissão de Valores Mobiliários.

"Datas de Amortização": último Dia Útil do 30º (trigésimo) mês contado da Data de Subscrição Inicial e cada último Dia Útil dos meses subsequentes até o 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Subscrição Inicial.

"Data de Subscrição Inicial": data da subscrição e integralização de Cotas representativas do patrimônio líquido inicial do Fundo.

"Data de Verificação": o último Dia Útil de cada mês.

"Data de Verificação da Reserva de Pagamento": tem o significado estabelecido no item 8.1 abaixo.

"Devedores": os devedores dos Direitos Creditórios.

"Dia Útil": dia em que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

"Direitos Creditórios": créditos líquidos e certos de titularidade legítima e exclusiva da BV Financeira, decorrentes de Contratos de Financiamento apresentados pela BV Financeira ao Custodiante para aquisição pelo Fundo.

"Direitos Creditórios Cedidos": os Direitos Creditórios cedidos pela BV Financeira ao Fundo por meio da celebração de Termos de Cessão.

"Disponibilidades": é o somatório, apurado pela Administradora em cada Dia Útil, dos recursos mantidos em moeda corrente nacional na Conta de Custódia decorrentes (i) do aporte de recursos em razão da integralização de Cotas pelos cotistas; (ii) do recebimento dos valores devidos a título de juros e principal dos Direitos Creditórios Cedidos; (iii) do recebimento dos valores devidos a títulos de juros (inclusive de mora), principal e multa em decorrência dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores; (iv) dos valores recuperados em razão da cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pelos respectivos Devedores, inclusive mediante excussão das respectivas garantias (observado que tais valores previstos nesta alínea (iv) somente deverão ser contabilizados pelo Fundo na medida em que tenham sido depositados na Conta de Custódia); e (v) de depósitos bancários à vista e aplicações de liquidez imediata.

"Distribuidor": Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na, inscrita no CNPJ sob o n.º 060.746.948/0001-12, responsável pela prestação dos serviços de distribuição pública das Cotas Seniores.





"Distribuidores": o Distribuidor, em conjunto com o Coordenador Líder, são denominados, quando referidos em conjunto, Distribuidores.

"Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos": os documentos que deram origem a cada Direito Creditório Cedido, quais sejam, os Contratos de Financiamento, os documentos que formalizam as respectivas garantias e todos os demais documentos relacionados com os Direitos Creditórios Cedidos.

"Coordenador Líder": Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar, inscrito no CNPJ sob o n.º 59.588.111/0001-03, para prestar os serviços de estruturação da distribuição pública das Cotas Seniores.

"Evento de Indenização": qualquer um dos seguintes eventos previstos no Contrato de Promessa de Cessão, os quais dão causa à rescisão da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados, com a restituição integral do Preço de Aquisição, nos termos ali previstos: (i) inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou (iii) reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.

"Evento de Liquidação Antecipada": qualquer dos eventos descritos no item 21 abaixo, que acarretarão na liquidação antecipada automática do Fundo.

"Evento de Revisão": qualquer dos eventos descritos no item 20 abaixo.

"Fenaseq": Federação Nacional das Empresas de Seguro e Capitalização.

"Fundo": BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV.

"Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento" ou "ILACF": o valor apurado pela Administradora, a partir do 90º (nonagésimo) dia imediatamente após a data de início do Fundo, em cada Data de Verificação, equivalente à fração representativa do (i) somatório dos recursos pagos pelos Devedores a título de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios Cedidos e o valor do saldo devedor em aberto dos Contratos de Financiamento objeto dos procedimentos de devolução amigável de veículos automotores, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à data de Verificação do ILACF, dividido pelo (ii) valor do patrimônio líquido do Fundo, acrescido do somatório das amortizações de Cotas Seniores ocorridas, a qualquer título, no período no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à Data de Verificação do ILACF.





"Instituições Autorizadas": são as instituições financeiras, e respectivas Partes Relacionadas, (i) preferencialmente a Administradora; e (ii) instituições financeiras, não incluídas as respectivas Partes Relacionadas, exclusivamente com classificação de risco mínima "Aa2.br", atribuída pela Agência Classificadora de Risco ou classificação de risco equivalente atribuída por outra agência classificadora de risco.

"Instrução CVM n.º 356/01": Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Instrução CVM n.º 409/04": Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

"Investidores Qualificados": tem o significado que lhe foi atribuído no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/04.

"Oferta": a distribuição pública das Cotas Seniores ao amparo da Instrução CVM n.º 356/01 e da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

"Outros Ativos": (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, (iii) cotas de fundos de investimento que apliquem seu patrimônio em títulos públicos e/ou operações compromissadas com lastro em títulos mencionados no item (ii), com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, (iv) cotas de fundos que aplicam em cotas de fundos de investimento que apliquem seu patrimônio em títulos públicos e/ou operações compromissadas com lastro em títulos mencionados no item (ii), com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, e (v) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (ii).

"Partes Relacionadas": em relação a uma determinada pessoa, significa (i) pessoas físicas ou jurídicas controladoras de tal pessoa; (ii) sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob o Controle comum de tal pessoa. Para os fins desta definição, o termo "Controle" tem o significado do Artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"Patrimônio Líquido": tem o significado estabelecido no item 4.6.2 abaixo.

"Periódico": jornal Valor Econômico, com circulação nacional.

"Potenciais Devedores": pessoas físicas ou jurídicas interessadas em contratar financiamentos para a compra de veículos automotores.





"Prazo de Colocação": prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data publicação do Anúncio de Início, conforme estabelecido no artigo 9º, inciso II, da Instrução CVM n.º 356/01, dentro do qual deverá ser realizada, pelos Distribuidores, a colocação das Cotas Seniores do Fundo, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores objeto da Oferta.

"Preço de Aquisição": é o preço pago pelo Fundo como contraprestação à cessão de Direitos Creditórios pela Cedente, conforme definido no Contrato de Promessa de Cessão.

"Prospecto": o prospecto da Oferta.

"Regulamento": este regulamento do Fundo.

"Relação Mínima": tem o significado estabelecido no item 4.6 abaixo.

"Reserva de Liquidez": reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), a qual será utilizada para pagamento de encargos do Fundo, e que corresponderá a no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido a partir da Data de Subscrição Inicial e até o resgate total das Cotas.

"Reserva de Pagamento": reserva constituída pela Administradora para o pagamento dos valores relativos às amortizações das Cotas Seniores nas Datas de Amortização, nos termos do item 8 abaixo.

"Selic": Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

"Tabela Molicar": tabela fornecida quinzenalmente à BV Financeira pela MOLICAR – Serviços Técnicos de Seguro Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 68.153.238/0001-90, com sede na Av. Yojiro Takaoka 4.384, cj. 401, Alphaville, Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo, contendo cotações de veículos de passeio e de carga, nacionais e importados.

"Taxa DI": variação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

"Taxa Selic": taxa média diária da Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil.





"Termos de Cessão": termos de cessão dos Direitos Creditórios, amparados no Contrato de Promessa de Cessão, celebrados entre o Fundo e a BV Financeira, que efetivam e concretizam a cessão de cada lote de Direitos Creditórios da BV Financeira para o Fundo.

2. OBJETO, CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

2.1. O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos Creditórios decorrentes de operações de financiamento para aquisição de veículos automotores, de acordo com a política de investimentos descrita no item 10 abaixo.

2.2. Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.

2.3. O Fundo tem prazo de duração de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Subscrição Inicial.

2.4. O exercício social do Fundo terá início em 01 de outubro e término em 30 de setembro de cada ano.

2.5. Somente poderão subscrever Cotas do Fundo os Investidores Qualificados e/ou investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como Investidores Qualificados, e/ou os investidores que possuem autorização legal ou normativa para investimento em cotas de fundo de investimento em direitos creditórios. As aplicações terão valor mínimo de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Caso a legislação aplicável venha a alterar esses requisitos, o Regulamento do Fundo poderá ser aditado pela Administradora para refletir tais alterações.

3. FATORES DE RISCO

3.1. O Fundo realiza aplicações que colocam em risco o seu patrimônio, podendo ocorrer perda de capital investido em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do Fundo.

3.2. Antes de tomar a decisão de investimento no Fundo, o investidor deve considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Regulamento e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos abaixo.

3.2.1. Riscos Relacionados aos Ativos da Carteira do Fundo:

(i) Risco de Crédito dos Ativos do Fundo: caso os Devedores e/ou os devedores dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo não efetuem os pagamentos devidos nas datas previstas e caso não haja mecanismos de proteção suficientes para cobrir essa inadimplência, poderá haver, conforme





o caso, a redução de ganhos do Fundo ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados pelo risco de crédito dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios Cedidos ou dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, ou em eventual execução de Devedor inadimplente, no qual o veículo objeto de alienação fiduciária não seja encontrado, ou o seu valor de venda seja insuficiente para o pagamento integral da dívida, o Patrimônio Líquido pode ser afetado negativamente.

(ii) Risco de Mercado: os ativos financeiros do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Cotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido poderá ser afetado negativamente. A queda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação ou perda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo devido às oscilações de mercado.

(iii) Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos: caso ocorram, no Brasil ou no exterior, fatos extraordinários ou situações de mercado especiais ou eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem e/ou influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro e/ou internacionais, resultando no aumento nas taxas de juros, na desvalorização do real ou no aumento da inflação ou em mudanças legislativas, tais eventos poderão resultar em oscilações inesperadas no valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo e/ou perda de rendimento das Cotas, bem como na capacidade da BV Financeira originar novos financiamentos.

(iv) Risco de Descasamento de Taxas: o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios, bem como em modalidades financeiras de renda fixa. Considerando-se que o valor das Cotas Seniores será atualizado nos termos do item 11.1 abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos Creditórios Cedidos e de Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Cotas Seniores. Além disso, os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo mediante deságio calculado a taxas prefixadas e a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto no item 11.1 abaixo. Eventuais operações com derivativos realizadas pelo Fundo para proteção das posições mantidas à vista poderão ser insuficientes. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Cotas Seniores.





(v) Risco de Liquidez: caso ocorra a redução ou inexistência de demanda pelos Direitos Creditórios Cedidos ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, devido a condições específicas atribuídas a cada um desses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados, o Fundo poderá não estar apto a efetuar, dentro do prazo estabelecido neste Regulamento e na regulamentação em vigor, pagamentos relativos às Amortizações Periódicas das Cotas Seniores. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os Direitos Creditórios Cedidos ou os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo são negociados ou de outras condições atípicas de mercado.

(vi) Risco de Derivativos: a eventual contratação, pelo Fundo, de modalidades de operações de derivativos poderá ocorrer exclusivamente para proteção de posições detidas à vista pelo Fundo e poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. A Administradora, o Custodiante, a BV Financeira e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas do Fundo em razão da utilização de instrumentos derivativos.

3.2.2. Riscos Relacionados Preponderantemente ao Fundo:

(i) Fundo Fechado: o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de um Evento de Liquidação Antecipada, não havendo por parte da Administradora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Cotas dos cotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os cotistas do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Cotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos cotistas do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.

(ii) Risco de Ausência de Notificação dos Devedores: caso os Devedores dos Direitos Creditórios Cedidos não sejam notificados acerca da cessão realizada ao Fundo, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente à BV Financeira, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Cotas.

(iii) Risco de Ausência de Coobrigação da BV Financeira: a BV Financeira é responsável pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Entretanto, a BV Financeira não é responsável ou coobrigada pela solvência dos respectivos Devedores, cabendo exclusivamente ao Fundo o risco de inadimplência dos Direitos Creditórios Cedidos.

(iv) Risco de Cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Inadimplidos: os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à





cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade da BV Financeira. Caso a BV Financeira não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e o Banco Arrecadador não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos cotistas.

(v) Risco de Questionamento do Lastro dos Direitos Creditórios Cedidos: no caso dos Contratos de Financiamento que sejam contratos de abertura de crédito, as respectivas dívidas, devidamente efetivadas mediante desembolso pela BV Financeira, são evidenciadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos Devedores em favor da BV Financeira e vinculadas a tais contratos. O lastro dos Direitos Creditórios Cedidos representados por notas promissórias vinculadas a Contratos de Financiamento poderá ser objeto de questionamento por parte dos respectivos Devedores, uma vez que (i) a vinculação da nota promissória ao contrato de abertura de crédito poderá afastar sua natureza de título executivo extrajudicial nos casos em que o Devedor apresentar, em oposição à nota promissória, exceções relativas ao contrato de abertura de crédito; e (ii) a nota promissória vinculada ao contrato de abertura de crédito poderá ter sua natureza cambial desnaturada se houver questionamento sobre a liquidez do contrato a que está vinculada.

(vi) Risco de Insuficiência de Recursos para Pagamento da Amortização e Resgate das Cotas: a liquidação dos Direitos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo é a principal fonte de recursos do Fundo para efetuar as Amortizações Periódicas das Cotas Seniores. Assim, tendo em vista a inexistência de coobrigação ou direito de regresso contra a BV Financeira ou contra quaisquer Partes Relacionadas quanto aos Direitos Creditórios, após o recebimento dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a sua cobrança, judicial ou extrajudicial, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar as Amortizações Periódicas das Cotas Seniores.

(vii) Risco de Não Indenização pela BV Financeira: caso a BV Financeira não cumpra com sua obrigação de indenizar o Fundo na ocorrência de um Evento de Indenização, o Fundo terá em sua carteira Direitos Creditórios Cedidos que não atendem à sua política de investimento. Direitos Creditórios Cedidos que não atendem à política de investimento também trazem para o Fundo riscos adicionais àqueles originalmente antecipados, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

(viii) Risco de Ausência de Registro dos Termos de Cessão dos Direitos Creditórios: Apenas o Contrato de Promessa de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a





respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão, em especial em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da BV Financeira.

(ix) Invalidez ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidez ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos em razão de tais Direitos Creditórios Cedidos virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

(a) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;

(b) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e

(c) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou processos similares contra a Cedente.

(x) Risco Operacional: caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas do Banco Arrecadador ou problemas internos das instituições financeiras.

(xi) Risco de Liquidação Antecipada do Fundo: caso ocorra um Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, as Cotas Seniores deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os titulares das Cotas Seniores, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Cotas Seniores, que poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou pela Administradora qualquer multa ou compensação em decorrência desse fato.





(xii) Risco de Ausência de Garantia das Aplicações em Cotas. A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas no Fundo. As aplicações nas Cotas não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC para redução ou eliminação de tais riscos.

(xiii) Risco de Falta da Transferência da Garantia: os Direitos Creditórios Cedidos são oriundos de Contratos de Financiamento garantidos por alienação fiduciária de veículos. A propriedade fiduciária dos veículos dados em garantia, porém, permanece com a BV Financeira, sendo que a efetiva transferência ao Fundo somente ocorrerá caso a Administradora assim entenda necessário. Caso seja necessária a execução dos Devedores, é possível que a transferência da propriedade fiduciária do veículo para o nome do Fundo demore mais do que o esperado, o que pode dificultar, inviabilizar ou mesmo impedir a execução da garantia. Se isso ocorrer, o patrimônio do Fundo será reduzido, afetando negativamente o rendimento das Cotas.

(xiv) Risco Relativo ao Resgate das Cotas Seniores em Direitos Creditórios Cedidos: na hipótese da assembleia geral de cotistas do Fundo deliberar o resgate das Cotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios Cedidos, inclusive na hipótese de ocorrência conforme autorizado pelo artigo 15 da Instrução CVM n.º 356/01, os titulares das Cotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios Cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

(xv) Risco Relativo à BV Financeira como Fiel Depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos: a BV Financeira será responsável, na qualidade de fiel depositária, pela guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos. Os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis juridicamente, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos ou podem, ainda, ser perdidos ou destruídos, podendo acarretar prejuízos para o Fundo em caso de inadimplemento ou questionamento judicial relativo a tais Direitos Creditórios Cedidos. A guarda dos referidos documentos pela BV Financeira pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e/ou formalização dos Direitos Creditórios Cedidos, bem como de exercer seus direitos, na qualidade de titular de tais Direitos Creditórios Cedidos.

(xvi) Risco de Insuficiência da Verificação dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos: o Custodiante realizará verificação periódica dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita





à inexistência de qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos; e/ou (ii) poderá conter Direitos Creditórios Cedidos cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos.

(xvii) Inexistência de Rendimento Predeterminado: o valor das Cotas Seniores será atualizado diariamente, de acordo com os critérios definidos neste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Cotas Seniores quando da Amortização Periódica e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante ou da BV Financeira em assegurar tal remuneração aos referidos cotistas.

(xviii) Insuficiência da Reserva de Pagamento e/ou de Liquidez. O Fundo poderá não ter recursos suficientes para a constituição da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez, como, por exemplo, em caso de inadimplência maciça e/ou iliquidez do mercado secundário de Direitos Creditórios. Ademais, a soma a ser mantida em Disponibilidades para formação da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez pode ser insuficiente para fazer quaisquer pagamentos de responsabilidade do Fundo. Desse modo, a existência da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez não constitui garantia de pagamento pelo Fundo de amortizações, resgates ou despesas. A não constituição ou o não atendimento da Reserva de Pagamento e/ou Reserva de Liquidez, a qualquer tempo durante a vigência do Fundo, é considerada um Evento de Revisão nos termos do item 20 abaixo.

(xix) Liquidez reduzida das Cotas: as cotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Cotas a qualquer momento, os cotistas podem ter dificuldade em vender suas Cotas no mercado secundário.

(xx) Risco Relativo à Aplicação Conjunta em Cotas do Fundo. Nos termos do item 4.3, é admitido o investimento conjunto em Cotas feito solidariamente por 2 (duas) ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Em caso de conflito entre 2 (dois) ou mais co-proprietários de Cotas, ou, ainda, em caso de indisponibilidade de bens de algum dos co-proprietários de Cotas, os pagamentos efetuados pela Administradora a qualquer dos co-proprietários, isoladamente, poderão ser alvo de questionamentos.

(xxi) Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. A titularidade dos Direitos Creditórios Cedidos é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Devedores inadimplentes. Todavia, a BV Financeira prestará ao Fundo serviços de cobrança judicial e/ou extrajudicial





dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos, e a BV Financeira dispõe de poderes para cobrar os devedores inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a BV Financeira consiga receber dos Devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos pode acarretar perdas para o Fundo e seus cotistas.

(xxii) Necessidade de Aporte de Recursos Adicionais: os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos cotistas em assembleia geral. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

3.2.3. Riscos Relacionados Preponderantemente à BV Financeira:

(i) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal: ocasionalmente, o Governo Federal intervém na economia realizando mudanças drásticas e repentinas em suas políticas. Medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifa, alteração na política fiscal e tributária, dentre outras. Tais medidas podem impactar os negócios da BV Financeira, bem como sua condição financeira, seus resultados operacionais e a originação e entrega dos Direitos Creditórios ao Fundo.

(ii) Risco de Descontinuidade: caso o Fundo não encontre novos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade pela BV Financeira (em função de alterações no contexto econômico que influenciem a geração de recebíveis ou da oferta de Direitos Creditórios prioritariamente ao BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I, ao BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II e ao BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios III, enquanto houver quotas desses fundos em circulação); e (b) pelo descumprimento, pela BV Financeira, de sua obrigação de ceder Direitos Creditórios para o Fundo, poderá haver um impacto negativo





na rentabilidade das Cotas em função da impossibilidade de aquisição de ativos com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

(iii) Risco de Conflito de Interesses: a Administradora e a BV Financeira estão sob o controle comum do Coordenador Líder e da BB DTVM. Assim, o Coordenador Líder e a BB DTVM, incluindo o grupo de controle da Administradora e da BV Financeira, encontram-se em posição de eleger a maioria dos administradores da Administradora e da BV Financeira e de determinar a realização da maioria dos atos que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses do Coordenador Líder e da BB DTVM, na qualidade de controladores da Administradora e da BV Financeira, podem conflitar com os interesses dos cotistas, inclusive em relação a operações que resultem na alteração de controle.

(iv) Risco Relativo às Informações Financeiras da BV Financeira Constantes do Prospecto: a BV Financeira, por não ser companhia aberta registrada perante a CVM, não divulga informações financeiras trimestrais. Dessa forma, as informações financeiras da BV Financeira constantes do Prospecto são relativas a 31 de dezembro de 2009 e, portanto, podem não refletir a realidade no momento em que o Prospecto for distribuído aos investidores.

(v) Alterações na Política de Concessão de Crédito. A política de concessão de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos cotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus cotistas.

4. COTAS DO FUNDO

4.1. As Cotas são nominativas escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sendo permitidas Cotas fracionárias.

4.2. A qualidade de condômino caracteriza-se pelo registro das Cotas na conta de depósito aberta em nome do condômino nos livros da Administradora.

4.3. É admitido o investimento conjunto feito solidariamente por 2 (duas) ou mais pessoas, sendo que, para todos os efeitos, perante a Administradora, cada co-investidor é considerado único proprietário das Cotas objeto da propriedade conjunta, ficando a Administradora exonerada de qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a ambos em conjunto. Cada co-investidor, isoladamente, e sem a anuência do outro, pode investir, receber amortizações, dar recibos e praticar, enfim, todo e qualquer ato inerente à propriedade das Cotas.





4.4. As Cotas não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo, sendo admitida sua amortização conforme o disposto neste Regulamento ou por decisão da assembleia geral de cotistas.

4.5. As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio. As cotas do Fundo poderão ser Cotas Seniores ou Cotas Subordinadas.

4.5.1. As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às Cotas Subordinadas para efeito de amortização e resgate, e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas. O critério para distribuição dos resultados para as Cotas Seniores está previsto no item 11.1 abaixo.

4.5.2. As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, observado o disposto no item 11.7.

4.6. Na Data de Subscrição Inicial e durante todo o prazo de vigência do Fundo, as Cotas Seniores não poderão ultrapassar 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido. Conseqüentemente, as Cotas Subordinadas, durante toda a vigência do Fundo, deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ("Relação Mínima"). As Cotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto no item 5.1 abaixo, ser subscritas pela Cedente sempre que as Cotas Subordinadas representem menos que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido. A Relação Mínima deve ser apurada e disponibilizada aos condôminos diariamente na sede da Administradora.

4.6.1. A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 5 (cinco) Dias Úteis será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Revisão.

4.6.2. O patrimônio líquido do Fundo corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

4.6.3. Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes no COSIF, exceto se a CVM expedir normas contábeis específicas para este fim, hipótese em que estas deverão ser observadas.

5. EMIÇÃO DE COTAS

5.1. Serão emitidas inicialmente pelo Fundo até 2.000.000 (dois milhões) de Cotas Seniores, de uma única série, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, perfazendo o montante total de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). As Cotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Cotas Subordinadas, com valor nominal de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista neste Regulamento, à Relação Mínima. Na hipótese de, durante o período de distribuição, não serem subscritas e integralizadas Cotas Subordinadas em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Cotas Seniores estabelecido neste item, o saldo de Cotas Seniores





excedente ao número de Cotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pela Administradora independentemente de deliberação pela assembleia geral.

5.2. Não serão realizadas novas emissões de Cotas Seniores além da referida no item 5.1 acima, exceto se houver decisão nesse sentido dos cotistas reunidos em assembleia geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

5.3. Na emissão de novas Cotas, deve-se utilizar o valor da Cota em vigor, conforme itens 11.6 e 11.7 abaixo no Dia Útil em que ocorreu a efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

6. DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS

6.1. A colocação das Cotas Seniores objeto da Oferta, assim entendida a subscrição e efetiva integralização, pelos investidores, das Cotas Seniores, representativas de seu Patrimônio Líquido inicial, deverá ser feita pelos Distribuidores, no Prazo de Colocação, sendo que a integralização obedecerá ao disposto neste Regulamento e no boletim de subscrição.

6.2. As Cotas Subordinadas serão colocadas de forma privada pela Administradora *junto à Cedente, que subscreverá a totalidade das Cotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas.*

6.3. No momento da subscrição das Cotas Seniores do Fundo, caberá aos Distribuidores assegurar a condição de Investidor Qualificado e/ou a respectiva permissão para investimento contida em legislação aplicável e/ou no regulamento do subscritor das Cotas Seniores.

6.4. No ato de subscrição de Cotas Seniores, o subscritor assinará o boletim de subscrição, comprometendo-se a integralizar as Cotas Seniores subscritas conforme ali estabelecido, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento e assinará o termo de adesão ao Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, correio eletrônico. Caberá a cada cotista informar à Administradora a alteração de seus dados cadastrais.

6.5. Caso a totalidade de Cotas Seniores do Fundo não seja colocada até o dia útil imediatamente anterior ao encerramento do Prazo de Colocação, conforme especificado no Anúncio de Início, o eventual saldo não colocado deverá ser cancelado pela Administradora, conforme previsto no artigo 9º, II da Instrução CVM n.º 356/01, respeitada, em qualquer caso, a Relação Mínima.

6.6. Será admitida a aquisição, por um mesmo investidor, de todas as Cotas Seniores emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas Seniores do Fundo.

6.7. As Cotas Seniores serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário





por meio do SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

7. APLICAÇÃO EM COTAS DO FUNDO

7.1. A aplicação nas Cotas obedece às seguintes regras:

7.1.1. A aplicação mínima nas Cotas é aquela determinada pela CVM de acordo com a regulamentação em vigor, atualmente em R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); caso a regulamentação em vigor seja alterada, o valor para aplicação mínima no Fundo será automaticamente diminuído ou aumentado para refletir a regulamentação em vigor.

7.1.2. A aplicação nas Cotas poderá ser efetuada em cheque, débito em conta corrente ou em conta investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, à escolha da Administradora e dos demais Distribuidores, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do subscritor.

7.1.3. Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a aplicação seja efetuada, além dos meios definidos no item 7.1 acima, em Direitos Creditórios, de acordo com o Contrato de Promessa de Subscrição de Cotas Subordinadas.

7.1.4. As aplicações são consideradas efetivadas somente após a devida disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo, observado que, para que valor de emissão da Cota para aplicação seja o valor de abertura da Cota no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo condômino à Administradora (D+0), tais recursos deverão ser disponibilizados até as 15 horas do referido dia.

7.1.5. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

8. RESERVA DE PAGAMENTO

I. A Administradora deverá constituir Reserva de Pagamento para o pagamento das Amortizações Periódicas das Cotas Seniores. Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e manter os ativos do Fundo (exceção feita aos Direitos Creditórios) em Disponibilidades de modo que: até o 30º (trigésimo) dia corrido anterior à Data de cada Amortização Periódica de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de pagamento, deverá ser correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos à próxima Amortização Periódica;

II. até o 15º (décimo quinto) dia corrido anterior à Data de cada Amortização Periódica de Cotas Seniores, o valor de resgate e/ou alienação dos ativos





segregados na Reserva de Pagamento, líquido de qualquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, projetado até tal data de pagamento, deverá ser correspondente a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para o pagamento dos valores aos titulares de Cotas Seniores relativos à próxima Amortização Periódica.

8.1. Cada uma das datas limite previstas nos incisos I e II acima deve ser considerada, para os fins deste Regulamento, uma "Data de Verificação da Reserva de Pagamento". Uma vez devidamente constituída a Reserva de Pagamento em cada uma das Datas de Verificação da Reserva de Pagamento, a Administradora poderá adquirir, em nome do Fundo, novos Direitos Creditórios.

8.2. Na constituição da Reserva de Pagamento, a Administradora deverá privilegiar a aquisição de ativos cujas datas de vencimento ou de resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das Amortizações Periódicas das Cotas Seniores, sempre observada a política de investimento do Fundo.

8.3. Caso, uma vez constituída, a Reserva de Pagamento deixe de atender ao disposto neste Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios, com vistas à recomposição da Reserva de Pagamento. Tal procedimento somente será suspenso quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos ativos segregados na Reserva de Pagamento, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao valor estimado das Amortizações Periódicas das Cotas Seniores.

Os procedimentos descritos neste item 8 não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das Amortizações Periódicas, estabelecendo meramente uma previsão de pagamento e procedimento de constituição de reserva para tanto.

9. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS DO FUNDO

9.1. Os titulares de Cotas Seniores terão direito a receber parcela do valor de suas cotas, sem redução do seu número, a título de Amortização Periódica das Cotas Seniores, conforme descrito no item 9.2 abaixo.

9.2. As Cotas Seniores serão amortizadas em cada Data de Amortização e serão resgatadas quando da última Amortização Periódica.

9.2.1. Para pagamento das parcelas de amortização das Cotas Seniores nas Datas de Amortização será utilizado o valor da Cota Sênior do dia do pagamento.

9.2.2. As Amortizações Periódicas das Cotas Seniores ocorrerão conforme a fórmula abaixo:

$$PMT = \left(\frac{1}{36 - (M - 1)} \right) * VCS_n \text{ onde:}$$

PMT é o valor de cada Amortização Periódica de cada Cota Sênior;

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 31 (primeira amortização) e 36 (última amortização); e





VCS_n é o valor unitário da Cota Sênior na data "n" de amortização de Cotas Seniores, calculado na forma do item 11.6 abaixo.

9.3. As Cotas Subordinadas não serão amortizadas e somente poderão ser resgatadas por ocasião do resgate das Cotas Seniores em virtude da liquidação ordinária do Fundo quando do término do seu prazo de duração ou em caso de liquidação antecipada do Fundo, observado o disposto no item 20.3 abaixo, sendo que as Cotas Seniores terão preferência sobre as Cotas Subordinadas para efeitos de resgate. Assim, nenhuma Cota Subordinada será resgatada antes de resgatada a totalidade das Cotas Seniores.

9.3.1. Na hipótese de a data prevista para amortização ou resgate não ser Dia Útil, referida amortização ou resgate será realizado no primeiro Dia Útil imediatamente subsequente.

10. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

10.1. O Fundo tem como meta, mas não garante atingir, a obtenção de rentabilidade correspondente a 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI (*benchmark*) para as Cotas Seniores, e aplica parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios, que atendam cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, controlados pelo Custodiante.

10.2. Os Direitos Creditórios serão cedidos ao Fundo por meio do Contrato de Promessa de Cessão e dos Termos de Cessão, dos quais constarão, dentre outros:

- (i) taxa de desconto sobre o valor de face dos Direitos Creditórios, negociada entre o Fundo e a BV Financeira por ocasião da cessão de cada lote, observadas as disposições deste Regulamento e as condições de mercado à época, resultando sempre em um valor de aquisição inferior ao valor de face dos Direitos Creditórios. Para cada lote de Direitos Creditórios, a Administradora deverá considerar a rentabilidade alvo das Cotas Seniores com base na curva futura de juros, bem como as despesas do Fundo, incluindo o nível de provisão para perdas e acrescida do excesso de *spread* mínimo anual para o cálculo da taxa de desconto;
- (ii) inexistência de direito de regresso contra a BV Financeira e inexistência de coobrigação da BV Financeira ou de qualquer outra pessoa no pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos, não respondendo a BV Financeira ou qualquer de suas controladas, controladoras ou sócias, diretas ou indiretas, qualquer de suas coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum, pela solvência dos Devedores, sendo apenas responsável pela existência e correta formalização dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (iii) a obrigação da BV Financeira de, ocorrendo qualquer Evento de Indenização, indenizar o Fundo por meio de resilição da cessão dos Direitos Creditórios Cedidos afetados pelo Evento de Indenização, com a restituição integral do preço pago pelo Fundo à BV Financeira pela aquisição dos Direitos Creditórios Cedidos corrigidos pela taxa de desconto aplicada à respectiva





cessão dos Direitos Creditórios Cedidos objeto da resilição, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento; e

(iv) obrigação da BV Financeira de, na hipótese de solicitação de liquidação antecipada de um Direito Creditório Cedido por parte de seu respectivo Devedor, disponibilizar meios para receber o referido pagamento por parte do respectivo Devedor, e informar ao Custodiante e ao Banco Arrecadador o montante a ser transferido ao Fundo em virtude do pagamento antecipado, após a negociação dos valores para pagamento entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.

10.3. Para os fins do artigo 24, inciso X, da Instrução CVM n.º 356/01, são descritas abaixo características inerentes aos Direitos Creditórios:

- (i) os Direitos Creditórios são originados dos financiamentos para aquisição de veículos automotores (automóveis leves, pesados, motos e vans), concedidos pela BV Financeira por meio das suas filiais ou por meio de seus correspondentes, contratados nos termos da Resolução n.º 3.110, de 31 de julho de 2003, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional, que têm pontos de venda e de atendimento em todo o País;
- (ii) os Direitos Creditórios são formalizados por meio dos Contratos de Financiamento, acompanhados, se assim prever o respectivo Contrato de Financiamento, de notas promissórias representativas da dívida e de instrumentos constitutivos de garantia;
- (iii) as filiais e os pontos de venda e atendimento recebem fichas cadastrais padronizadas, contendo campos, a serem preenchidos, com informações básicas relativas aos Potenciais Devedores. Tais fichas cadastrais são preenchidas pelos Potenciais Devedores e enviadas, via fax ou eletronicamente, através das filiais ou dos pontos de venda, para uma das centrais de crédito da BV Financeira;
- (iv) as centrais de crédito são responsáveis pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos Potenciais Devedores, que são liberados mediante a formalização dos Contratos de Financiamento. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que compõem a política de concessão de crédito:
 - (a) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no CPF ou CNPJ), profissão, rendimentos, residência, bens próprios etc.;
 - (b) dados cadastrais (*credit scoring*): pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contém informações sobre pessoas inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos Potenciais Devedores; e
 - (c) referências bancárias, pessoais e comerciais: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos Potenciais Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios Potenciais Devedores;
- (v) a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos será feita, pelo Banco





Arrecadador e/ou por outras instituições financeiras contratadas como agentes arrecadadores pelo Custodiante, com a interveniência da Administradora, arcando a BV Financeira com os respectivos custos, devendo os valores recebidos referentes aos Direitos Creditórios Cedidos ser transferidos pelo Banco Arrecadador e/ou por tais instituições financeiras contratadas, ou pelo Custodiante, conforme a hipótese prevista na alínea (b) e (c) abaixo, e depositados na Conta de Custódia:

- (a) na mesma data da compensação, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja por meio de carnê; ou
- (b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do primeiro depósito, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja por meio de cheque; ou
- (c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do seu recebimento pela BV Financeira, para os Direitos Creditórios Cedidos cuja forma de pagamento seja diferente da prevista na alínea (a) ou (b) acima, ou seja decorrente de cobrança judicial ou extrajudicial;
- (vi) a cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos será feita, às expensas exclusivas da Cedente, pelo Agente de Cobrança e/ou por prestadoras de serviços de cobrança amigável e/ou judicial contratados pelo Custodiante, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob os Contratos de Financiamento, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, de acordo com as seguintes fases:
 - (a) fase preventiva, por meio de envio de carta de cobrança ao Devedor, bem como contato telefônico com o Devedor relativo ao Direito Creditório Cedido inadimplido para (1) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; e/ou (2) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
 - (b) fase pré-judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança via protesto em cartório, seguido de cobrança, por carta, visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório Cedido inadimplido. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução dos Documentos Representativos do Direito Creditório Cedido;
 - (c) fase judicial, que compreende (1) controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório Cedido inadimplido; e (2) gerenciamento da guarda e da venda do veículo automotor dado em garantia, nos termos do respectivo Contrato de Financiamento; e
 - (d) fase de negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.





- (vii) o recebimento, pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, de qualquer valor relativo a qualquer Direito Creditório Cedido nos termos dos incisos (v) e (vi) acima, será considerado recebido pelo Banco Arrecadador ou pelo Agente de Cobrança, na qualidade de depositários, para benefício do Fundo, para o fim exclusivo de repassá-lo ao Fundo em 1 (um) Dia Útil, ressalvados os prazos estabelecidos no inciso (v) acima, sem qualquer direito a remuneração, retenção ou compensação a qualquer título, aplicando-se o disposto nos artigos 627 e seguintes do Código Civil;
- (viii) conforme declaração da BV Financeira no Contrato de Promessa de Cessão, no momento da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo:
- (a) a cessão de Direitos Creditórios que venha a ser realizada ao Fundo compreenderá Direitos Creditórios que, cumulativamente, (i) sejam originados dos, e lastreados nos, Contratos de Financiamento (a) referentes a Devedores que não possuam, na data da cessão dos Direitos Creditórios, registros na Serasa, relativos a títulos protestados, em valor agregado igual ou superior a R\$500,00 (quinhentos reais), que não possuam apontamentos de pedido de falência, requerimentos de recuperação judicial ou extrajudicial ou insolvência, e que não estejam em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; e (b) que tenham, no mínimo, 1 (uma) parcela já paga no momento da cessão ao Fundo; (ii) sejam de titularidade da BV Financeira; (iii) estejam livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais; e, (iv) que possam ser livremente cedidos ao Fundo nos termos dos respectivos Contratos de Financiamento e do Contrato de Promessa de Cessão;
- (b) a relação entre (1) o saldo atualizado de cada Contrato de Financiamento e (2) o valor de avaliação do veículo alienado fiduciariamente no âmbito de cada Contrato de Financiamento, medido por meio da Tabela Molcar, será sempre inferior a 80% (oitenta por cento);
- (c) cada Contrato de Financiamento somente será cedido ao Fundo integralmente; dessa forma, a BV Financeira fará a cessão de todos os Direitos Creditórios decorrentes de cada Contrato de Financiamento, exceto pelas parcelas já pagas pelos respectivos Devedores, não sendo admitida a cessão parcial de Direitos Creditórios;
- (d) a BV Financeira notificará a Administradora, em até (10) dez dias contados do evento, a rescisão do convênio celebrado entre a Fenaseg e o Departamento Nacional de Trânsito em 17 de dezembro de 1998, ao qual aderiu em 7 de maio de 1999; ou interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, de suas atribuições ali estabelecidas; e
- (e) os Contratos de Financiamento cujos Direitos Creditórios tiverem sido cedidos ao Fundo não poderão ser alterados, aditados ou de qualquer forma modificados.
- 10.4. O Fundo deverá sempre manter a Reserva de Liquidez, que, conforme definido, é reserva constituída pela Administradora a partir da Data de Subscrição Inicial, que deverá ser mantida em Disponibilidades (líquidas de





quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), e que corresponderá a no mínimo 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido até o resgate total das Cotas.

10.4.1. A Reserva de Liquidez somente poderá ser utilizada para o pagamento dos encargos do Fundo previstos no item 15.1 abaixo, sendo certo que, após tais pagamentos, a Reserva de Liquidez deverá ser prontamente restabelecida, observando-se a ordem de alocação de recursos prevista no item 15.4 abaixo.

10.5. Observada a manutenção da Reserva de Liquidez, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias contados da data de início de suas atividades, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e no máximo 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido investido nos Direitos Creditórios ("Alocação Mínima").

10.5.1. Observado o disposto no inciso (viii) do item 10.3 acima, o Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em Outros Ativos.

10.5.2. É facultado ao Fundo, ainda, a realização de:

- (i) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas e como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; e
- (ii) operações em mercados de derivativos, tendo como contraparte exclusivamente Instituições Autorizadas, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, as quais deverão ser informadas às Agência(s) Classificadora(s) de Risco juntamente com as informações mensais descritas no item 13.3 (xx) abaixo.

10.5.3. Para efeito do disposto no inciso (ii) do item 10.5.2 acima:

- (i) as operações podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil; e
- (ii) devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

10.5.4. O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, e suas Partes Relacionadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou por suas Partes Relacionadas, atuem na condição de contraparte.

10.6. É vedado ao Fundo:

- (i) adquirir ativos ou aplicar recursos em modalidade de investimento de renda variável;
- (ii) adquirir cotas de Fundos de Desenvolvimento Social - FDS; e





(iii) realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

10.7. Os Direitos Creditórios Cedidos e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM.

10.8. Observado o disposto no item 10.4 acima, na composição da carteira do Fundo:

(i) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física pode representar a totalidade da parcela do Patrimônio Líquido do Fundo não investida em Direitos Creditórios Cedidos;

(ii) os Direitos Creditórios Cedidos podem representar até 99,75% (noventa e nove vírgula setenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido; e

(iii) observada a manutenção da Reserva de Pagamento e da Reserva de Liquidez, o Fundo pode, na composição de sua carteira, ter a totalidade remanescente do Patrimônio Líquido aplicado em direitos creditórios da BV Financeira e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

10.9. É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com os Direitos Creditórios Cedidos em carteira:

(i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro, pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou

(ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

10.10. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora (na qualidade administradora e gestora do Fundo), do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

11. VALORIZAÇÃO DAS COTAS

As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira distribuição de rendimentos (incorporando ao principal investido por cada cotista a rentabilidade diária) ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.





11.1. Remuneração das Cotas Seniores: será incorporado, diariamente, ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente à aplicação do Fator Multiplicador Sênior sobre a Taxa DI. O cálculo do valor a ser distribuído a cada Cota Sênior, desde que os resultados da carteira do Fundo permitam, obedecerá à seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{FMS}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Cota Sênior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Cota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Subscrição Inicial, VQS_{T-1} será igual ao valor unitário de emissão das Cotas Sênior na Data de Subscrição Inicial;

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Cota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

FMS Fator Multiplicador das Cotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, equivalente a 110% (cento e dez).

11.2. Remuneração das Cotas Subordinadas. Todo Dia Útil, após a distribuição dos rendimentos a que se referem o item 11.1 acima para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

11.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

11.4. Se na data de distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

11.5. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 30 (trinta) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Administradora, mediante aviso aos condôminos, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar assembleia geral de condôminos para definir o parâmetro a ser aplicado como *benchmark*. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de





rendimentos previstas neste Regulamento, se o Patrimônio Líquido assim permitir, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

11.6. O valor unitário das Cotas Seniores, para fins de integralização, amortização e resgate, será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pela quantidade de Cotas Seniores ; ou
- (ii) o valor apurado conforme a fórmula a que se refere o item 11.1 acima.

11.7. O valor unitário das Cotas Subordinadas, para fins de integralização, amortização e resgate, será o menor valor entre:

- (i) a divisão do somatório do principal investido pelo cotista das Cotas Subordinadas pela quantidade total de Cotas Subordinadas; ou
- (ii) a divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pela quantidade total de Cotas Subordinadas.

11.8. O disposto no item 11.1 acima estabelece meramente um limite de incorporação ao valor das Cotas Seniores dos rendimentos da carteira do Fundo, não constituindo compromisso ou promessa de rendimentos, de modo que os condôminos somente receberão rendimentos se os rendimentos da carteira do Fundo assim permitirem.

11.9. O inadimplemento de qualquer dos Direitos Creditórios Cedidos e/ou quaisquer outras perdas sofridas pela carteira do Fundo será prioritariamente absorvido pelas Cotas Subordinadas, através da redução de seu valor e, uma vez esgotada tal possibilidade, pelas Cotas Seniores, através da redução de seu valor.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

12.1. Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado descrita nos itens abaixo.

12.2. O valor de mercado dos Direitos Creditórios Cedidos será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume e prazo.

12.2.1. Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período, metodologia esta justificada pelos seguintes motivos:

- (i) inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios Cedidos; e





(ii) as características dos Direitos Creditórios Cedidos.

12.2.2. Caso seja verificada a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Cedidos, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado, sendo elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

(i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e

(ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios Cedidos.

12.3. Os critérios de provisionamento a serem seguidos pela Administradora, em nome do Fundo, observarão as disposições do COSIF e serão, no mínimo, aqueles previstos na tabela abaixo, sempre pela faixa de maior risco do mesmo.

Regras de Provisão			
Níveis de Risco	Dias em Atraso	Dias em Atraso	PDD
AA	0	0	0%
A	1	14	0,5%
B	15	30	1%
C	31	60	3%
D	61	90	10%
E	91	120	30%
F	121	150	50%
G	151	180	70%
H	181		100%

12.4. Os títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil, os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e os demais títulos e ativos financeiros de renda fixa pertencentes à carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado de acordo com sua respectiva cotação média oficial em bolsa ou em mercado de balcão organizado, conforme disposto no manual de precificação que o Custodiante disponibiliza no site "<http://www.bradescocustodia.com.br>".

13. ADMINISTRAÇÃO

13.1. A administração do Fundo será exercida pela Administradora, que indicará um de seus diretores para supervisionar e responder diretamente pela supervisão do Fundo.



13.2. A Administradora, observadas as limitações deste Regulamento e na regulamentação aplicável, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos financeiros que integrem sua carteira.

13.3. São obrigações da Administradora:

(i) manter atualizados e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa:

- (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
- (b) o registro dos condôminos;
- (c) o livro de atas de assembleias gerais;
- (d) o livro de presença de condôminos;
- (e) o Prospecto;
- (f) os demonstrativos trimestrais a que se refere o inciso (ix) abaixo;
- (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- (h) os relatórios do auditor independente; e

(i) este Regulamento, em decorrência de deliberações da assembleia geral, de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo, no último caso, providenciar a divulgação das alterações no Periódico no prazo de até 30 (trinta) dias contados da respectiva ocorrência;

(ii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM n.º 356/01;

(iii) entregar ao condômino, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como cientificá-lo do nome do Periódico e da taxa de administração praticada, e providenciar para que os condôminos assinem o termo de adesão a este Regulamento nos termos do Anexo I a este Regulamento, exceção feita aos casos de aquisição no mercado secundário;

(iv) divulgar, diariamente, exceto nos feriados nacionais, no Periódico, o valor do Patrimônio Líquido, o valor da Cota e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, além de manter tais informações, juntamente com os relatórios da(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem as Cotas, sendo que tal divulgação pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações;

(v) custear as despesas de propaganda do Fundo;

(vi) fornecer anualmente aos condôminos documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil, a rentabilidade do Fundo no ano e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

(vii) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação aplicável, manter,





separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a mesma e o Fundo;

(viii) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização, pela(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco, da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, e notificar os condôminos, por carta com aviso de recebimento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento de tal informação;

(ix) elaborar, por meio de seu diretor designado, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, da Instrução CVM n.º 356/01, demonstrativos trimestrais evidenciando:

(a) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;

(b) que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;

(c) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período; e

(d) os resultados da verificação do lastro por amostragem, realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentro do universo analisado, a quantidade e a relevância dos Direitos Creditórios Cedidos inexistentes porventura encontrados;

(x) submeter, anualmente, os demonstrativos trimestrais a que se refere o inciso (ix) acima a exame por parte do auditor independente, enviá-los à CVM no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e mantê-los em sua sede à disposição dos condôminos do Fundo;

(xi) colocar à disposição dos condôminos, em sua sede e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, informações sobre:

(a) o número de Cotas de propriedade de cada condômino e respectivo valor;

(b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e

(c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;

(xii) colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

(a) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

(b) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais;

(xiii) remeter à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, as informações previstas no inciso (xii) acima, conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos;





- (xiv) divulgar no Periódico as informações relativas ao Fundo exigidas pela legislação em vigor, nos prazos e condições previstos, inclusive atos ou fatos relevantes relativos ao Fundo que possam influir na decisão dos condôminos de manutenção dos recursos investidos no Fundo, mantendo disponíveis tais informações sobre fatos e atos relevantes em sua sede, bem como nas sedes e agências das instituições responsáveis pela distribuição das Cotas Seniores;
- (xv) requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes dos Direitos Creditórios Cedidos para outra conta corrente de titularidade do Fundo no caso de pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial do agente cobrador dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (xvi) convocar a assembleia geral nos termos deste Regulamento caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão previstos no item 20 abaixo;
- (xvii) encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da primeira integralização de Cotas, as seguintes informações:
 - (a) número de inscrição do Fundo no CNPJ; e
 - (b) data da primeira integralização de Cotas;
- (xviii) encaminhar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo disponível na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações, observado que eventuais retificações nas informações aqui previstas devem ser comunicadas à CVM até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência:
 - (a) saldo das aplicações;
 - (b) valor do Patrimônio Líquido;
 - (c) rentabilidade apurada no período;
 - (d) valor das Cotas e quantidade em circulação;
 - (e) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Cedidos, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - (f) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - (g) número de cotistas;
- (xix) protocolar na CVM, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:
 - (a) alteração deste Regulamento;
 - (b) substituição da Administradora;
 - (c) incorporação;
 - (d) fusão;
 - (e) cisão; ou
 - (f) liquidação; e
- (xx) informar imediatamente à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco a ocorrência de qualquer Evento de Revisão ou Evento de Liquidação Antecipada do Fundo, a ocorrência de alterações ao Regulamento, bem como informar ou





encaminhar, mensalmente, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados a partir de cada Data de Verificação:

- (a) relatório com o valor e quantidade de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas em circulação, bem como com a composição analítica dos ativos e passivos do Fundo conforme calculado e informado pelo Custodiante;
- (b) o enquadramento do Fundo quanto ao disposto nos itens 8 (Reserva de Pagamento) e 10.4 acima (Reserva de Liquidez);
- (c) o resultado das deliberações das assembleias extraordinárias de cotistas;
- (d) os índices referidos nos itens 20.1.1 e 20.1.2 abaixo; e
- (e) o Índice de Liquidação Antecipada dos Contratos de Financiamento; e
- (xxi) fornecer à Agência Classificadora de Risco, relatório contendo a taxa média dos Contratos de Financiamento que originaram os respectivos Direitos Creditórios na data da primeira cessão de Direitos Creditórios e 180 (cento e oitenta) dias após a primeira cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.

13.3.1. A divulgação das informações a que se refere o item 13.3(iv) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação de tais informações.

13.4. É vedado à Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

13.4.1. As vedações de que trata o item 13.4 acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

13.4.2. Excetuam-se do disposto no item 13.4.1 acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

13.5. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo;





- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes dos Direitos Creditórios Cedidos, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos condôminos;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no item 14.1(ii) abaixo;
- (xi) obter ou conceder financiamentos ou empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; ou
- (xii) efetuar locação, financiamento ou empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

13.6. A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a convocar assembleia geral que decidirá sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo.

13.6.1. Nas hipóteses de substituição da Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

13.7. Pelos serviços prestados, a Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, provisionada diariamente, exceto nos feriados nacionais, sobre o valor do Patrimônio Líquido (tendo por base no número de Dias Úteis do ano em vigor), apurada e paga mensalmente, por períodos vencidos, no 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada mês do calendário civil. A remuneração aqui estabelecida será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$TA = \{(0,4/100) \times (1/n) \times PL(D-1)\}$, onde:

TA = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil;

PL = Patrimônio Líquido no Dia Útil anterior; e

n = Número de dias úteis do ano em vigor.

13.7.1. Pelos serviços de gestão, a Administradora fará jus a uma remuneração de 0,20% ao ano, valor este que já está contemplado dentro da





taxa de administração anual de 0,40% recebida pela Administradora na forma do item 13.7 acima.

14. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

14.1. A Administradora pode, sem necessidade de prévia autorização da assembleia geral e sem prejuízo de sua responsabilidade e do diretor ou sócio-gerente designado, contratar serviços de:

- (i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e demais ativos para integrarem a carteira do Fundo;
- (ii) gestão da carteira do Fundo com terceiros devidamente identificados, nos termos do Anexo II à Instrução CVM n.º 356/01;
- (iii) custódia, conforme previsto no item 14.4 abaixo; e
- (iv) classificação de risco.

14.2. Os poderes de gestão referidos no item 14.1(ii) acima somente podem ser delegados a pessoas jurídicas domiciliadas ou com sede no País, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional.

14.3. Qualquer alteração cadastral relativa ao gestor da carteira do Fundo deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 15 (quinze) dias contados de sua ocorrência.

14.4. O Custodiante prestará ao Fundo os serviços de custódia qualificada e de controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, por meio da celebração do Contrato de Custódia, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar, por amostragem, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (ii) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Cedidos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência(s) Classificadora(s) de Risco e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na Conta de Custódia do Fundo.

14.4.1. A Administradora pode, a qualquer tempo e a seu critério, contratar outra instituição credenciada pela CVM para a prestação dos serviços a que se refere o item 14.4 acima.

14.4.2. Em decorrência da nomeação da BV Financeira como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, da expressiva





diversificação de Devedores e do significativo volume de Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante está autorizado a verificar, por amostragem, trimestralmente, os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, comunicando o resultado dessa verificação à Administradora e à(s) Agência(s) Classificadora(s) de Risco. Tal verificação (i) será realizada de acordo com a metodologia normalmente aceita no País e utilizada pelo Custodiante, com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios Cedidos; (ii) dependerá de alguns estudos estatísticos; e (iii) incluirá a verificação da existência de Contrato de Financiamento físico celebrado por escrito entre a BV Financeira e o respectivo Devedor.

14.4.3. A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos por amostragem será realizada em observância ao disposto a seguir:

- (i) o Custodiante deverá analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos, em data-base pré-estabelecida, selecionando uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos selecionados;
- (ii) o escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos contempla a verificação da existência dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos correspondentes, a avaliação da recuperabilidade dos Direitos Creditórios Cedidos e a sua efetiva formalização; e
- (iii) para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios Cedidos, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios Cedidos.

14.4.4. A análise por amostragem a que se refere o item 14.4.3 acima justifica-se pelo fato de que os Direitos Creditórios Cedidos corresponderão a mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) Devedores e possuirão valor médio de R\$12.000,00 (doze mil reais).

14.4.5. Os valores e números indicados no item 14.4.4 acima representam uma média estimada do número de Devedores, quantidade e valor dos créditos de Devedores, podendo sofrer alterações quando da efetiva cessão de Direitos Creditórios para o Fundo.

14.5. A BV Financeira prestará ao Custodiante os serviços de fiel depositária da documentação relativa aos Direitos Creditórios Cedidos.

14.6. O Agente de Cobrança prestará serviços de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.

14.7. A contratação dos serviços a que se referem os itens 14.5 e 14.6 acima não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da





Instrução CVM n.º 356/01 e do artigo 16 da Instrução CVM n.º 89, de 8 de novembro de 1988.

14.8. A Administradora poderá ainda contratar os serviços de terceiros para emissão, impressão e postagem dos boletos que instrumentalizam a cobrança dos Diretos Creditórios Cedidos integrantes da carteira do Fundo, sendo que as despesas decorrentes desses serviços – sejam eles prestados diretamente pela Administradora ou por quaisquer terceiros contratados – constituem encargos do Fundo.

14.9. As Cotas Seniores serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, inciso III da Instrução CVM n.º 356/01, pela Agência Classificadora de Risco, que emitirá classificação de risco para as Cotas Seniores, consoante a escala de risco por ela adotada.

14.9.1. A Agência Classificadora de Risco deverá emitir relatório de classificação de risco quando do início das atividades do Fundo, que deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente. O relatório inicial, as atualizações e eventuais relatórios complementares, ficarão à disposição dos cotistas na sede da Administradora.

14.9.2. Em caso de rebaixamento da classificação de risco atribuída inicialmente às Cotas Seniores, os cotistas serão notificados sobre tal fato nos termos do item 13.3(viii) acima, sendo que cotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas, nos termos do item 17.3.1 abaixo, poderão convocar assembleia geral para o fim de deliberar sobre referido rebaixamento.

15. DESPESAS E ENCARGOS E ALOCAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO FUNDO

15.1. Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração a que se refere o item 13.7 acima:

- (i) tributos federais, estaduais, municipais ou autárquicos, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- (iv) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição, manutenção ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembleia geral de condôminos;





- (viii) taxas de custódia de ativos do Fundo;
 - (ix) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, caso tal venha a ocorrer; e
 - (x) despesas com a contratação de agências classificadoras de risco, cujo pagamento ficará condicionado ao resgate integral das Cotas Seniores no caso de Evento de Liquidação Antecipada do Fundo.
- 15.2. Quaisquer despesas não previstas no item 15.1 acima como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.
- 15.3. A Administradora pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração a que se refere o item 13.7 acima.
- 15.4. Diariamente, a partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, a Administradora obriga-se a utilizar as Disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:
- (i) pagamento dos encargos do Fundo, conforme acima descritos no item 15.1 acima;
 - (ii) constituição ou manutenção da Reserva de Liquidez e da Reserva de Pagamento, conforme definida neste Regulamento;
 - (iii) pagamento dos valores referentes às Amortizações Periódicas das Cotas Seniores;
 - (iv) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas, após o integral pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores.

16. ALIENACÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

16.1. É permitido ao Fundo realizar as seguintes operações com Direitos Creditórios Cedidos em carteira:

- (i) alienar tais Direitos Creditórios Cedidos para qualquer terceiro, desde que essa operação seja permitida nos termos do Contrato de Promessa de Cessão, pelo preço e nos termos e condições que a Administradora julgar conveniente; ou
- (ii) manter os Direitos Creditórios Cedidos em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos devedores dos Direitos Creditórios Cedidos.

17. ASSEMBLEIA GERAL

17.1. Será da competência privativa da assembleia geral de condôminos do Fundo:





- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (v) deliberar sobre a liquidação, transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (vi) deliberar sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, no caso previsto no item 11.5 acima;
- (vii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos do item 17.7 abaixo; e

(viii) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para o resgate das Cotas em caso de liquidação antecipada, nos termos do item 21.2.1 abaixo.

17.2. Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de assembleia geral, em decorrência de alterações na legislação em vigor e/ou de cumprimento de determinações da CVM, devendo a Administradora providenciar a divulgação das alterações aos cotistas mediante publicação no Periódico ou mediante o envio de correspondência aos cotistas nesse sentido, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da respectiva ocorrência.

17.3. A convocação da assembleia geral de condôminos do Fundo obedece às seguintes regras:

- (i) a convocação será feita mediante anúncio publicado no Periódico ou por correspondência endereçada a cada condômino, do qual devem constar dia, hora e local de realização da assembleia geral e os assuntos a serem tratados;
- (ii) a primeira convocação da assembleia geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da correspondência aos condôminos;
- (iii) não se realizando a assembleia geral, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos condôminos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias;
- (iv) a segunda convocação da assembleia geral poderá ser providenciada juntamente com o anúncio ou carta da primeira convocação; e
- (v) independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os condôminos.

17.3.1. Além da reunião anual de prestação de contas, a assembleia geral pode reunir-se por convocação da Administradora ou de condôminos titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total.





17.4. Na assembleia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um condômino, as deliberações devem ser tomadas, pelo critério da maioria de Cotas de condôminos presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado entretanto que:

- (i) a cada Cota Sênior corresponde um voto nas assembleias gerais do Fundo, sendo que as Cotas Subordinadas não terão direito a voto, exceto no que se refere às matérias que afetem diretamente os direitos e/ou interesses dos titulares das Cotas Subordinadas, quais sejam: (A) Eventos de Revisão e/ou Eventos de Liquidação Antecipada, ressalvados os Eventos de Revisão listados nos itens 20.1(i) e 20.1(xiv), cuja deliberação deverá ser tomada apenas pelos titulares de Cotas Seniores; (B) Critérios de Elegibilidade; e/ou (C) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas), quando votarão (a) juntamente com as Cotas Seniores e em igualdade de condições quando o assunto for afeto a ambas as espécies de Cotas; ou (b) em separado, e após a aprovação da matérias pelos titulares das Cotas Seniores, quando o assunto for afeto apenas às Cotas Subordinadas; e
- (ii) as deliberações relativas às matérias a que se referem os itens 17.1(iii), 17.1(iv) ou 17.1(v) acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

17.5. Somente poderão votar na assembleia geral os condôminos do Fundo, seus representantes legais ou procuradores constituídos há menos de um ano, em qualquer caso desde que registrado até 3 (três) Dias Úteis antes da data fixada para sua realização.

17.6. A Administradora ou seus empregados não têm direito a voto na assembleia geral, ainda que sejam titulares de Cotas.

17.7. A assembleia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo na BV Financeira.

18. PUBLICIDADE E REMESSA DOS DOCUMENTOS

18.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo ou às mesmas, de modo a garantir a todos os





condôminos acesso às informações que possam influir em suas decisões quanto à permanência ou não no Fundo.

18.2. A divulgação de qualquer informação pertinente ao Fundo deverá ser feita por intermédio de publicação no Periódico e mantida à disposição dos condôminos na sede da Administradora.

18.3. A eventual substituição do Periódico por qualquer outro deverá ser precedida de aviso aos condôminos.

19. INDENIZAÇÃO À ADMINISTRADORA

19.1. Exceto nos casos de culpa ou dolo da Administradora, os condôminos serão responsáveis por indenizar a Administradora por toda e qualquer despesa ou prejuízo incorrido pela Administradora em decorrência do regular exercício de suas atividades previstas neste Regulamento.

20. EVENTOS DE REVISÃO

20.1. São considerados Eventos de Revisão do Fundo:

- (i) caso ocorra o desenquadramento da Relação Mínima indicada no item 4.6 acima e não seja sanada no prazo estabelecido naquele item;
- (ii) descumprimento, pela BV Financeira, de qualquer das obrigações de fazer e/ou não fazer decorrentes do Contrato de Promessa de Cessão e que, a critério da Administradora, possam comprometer a capacidade do Fundo de cumprir com seus compromissos perante os seus cotistas, desde que a BV Financeira tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis;
- (iii) resilição do Contrato de Custódia, nos termos ali previstos, sem que tenha sido encontrado um substituto para o Custodiante;
- (iv) resilição do contrato de cobrança entre a BV Financeira e o Banco Arrecadador sem substituição do Banco Arrecadador por outro com as mesmas qualificações, ou seja, com condições de dar continuidade à cobrança bancária dos Direitos Creditórios Cedidos;
- (v) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, regime especial administrativo temporário da BV Financeira ou protocolo de pedido de falência da BV Financeira que não seja ilidido no prazo legal ou no prazo concedido pelo poder judiciário para tanto;
- (vi) protestos de títulos em que a BV Financeira figure como devedora em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (vii) ajuizamento de execução de natureza fiscal contra a BV Financeira em que o valor cobrado em face da BV Financeira, considerada individualmente, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na data do ajuizamento, sem que a BV Financeira tenha apresentado garantia em forma de depósito judicial, penhora, caução ou qualquer outra forma que seja admitida pelo juízo responsável pela execução fiscal;





- (viii) arresto ou penhora judicial de bens da BV Financeira eu valor agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), observado que não será considerado um Evento de Revisão nos termos desta alínea (viii) qualquer penhora ou arresto em função da alínea (vii) acima;
- (ix) rescisão do convênio celebrado em 17 de dezembro de 1998 entre Fenaseg e Departamento Nacional de Trânsito, ao qual a BV Financeira aderiu em 7 de maio de 1999, ou interrupção do cumprimento, pela Fenaseg, das suas atribuições ali previstas;
- (x) caso o valor da totalidade das despesas do Fundo apuradas em cada mês, na respectiva Data de Verificação, seja superior a 1% (um por cento) do valor do Patrimônio Líquido, observado que não haverá verificação nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias de funcionamento do Fundo;
- (xi) verificação pela Administradora, a qualquer tempo, do não atendimento da Reserva de Liquidez por 30 (trinta) dias consecutivos;
- (xii) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Pagamento, em 2 (duas) Datas de Verificação de Reserva de Pagamento;
- (xiii) rebaixamento da(s) classificação(ões) de risco das Cotas Seniores; e
- (xiv) caso o excesso de *spread* (calculado nos termos do item 20.1.1 abaixo), em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data de apuração do excesso de *spread*, seja inferior a à taxa mínima definida no Contrato de Cessão, sendo que tal evento não será apurado nos primeiros 180 (cento e oitenta dias) dias de funcionamento do Fundo;
- (xv) caso, após 180 (cento e oitenta) dias contados do início do Fundo, a média móvel dos 3 (três) meses anteriores a cada Data de Verificação dos índices de *performance* (1) IP30, (2) IP120, (3) IP180 ou (4) IP181 (definidos no item 20.1.2 abaixo), apurados pela Administradora, seja superior a 35% (trinta e cinco por cento), 15% (quinze por cento), 5% (cinco por cento) ou 10% (dez por cento), respectivamente.

20.1.1. Para os fins do inciso (xiv) do item 20.1 acima, o excesso de *spread* deve ser calculado da seguinte forma:

$$ES = \left[\left[1 + \frac{RDCA_{(t-1)} + ROA_{(t-1)} - RQSC_{(t-1)} - D_{(t-1)}}{DCA_{(t-1)}} \right]^{12} - 1 \right] \times 100$$

onde:

$RDCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos adimplentes apropriados no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.





$ROA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos rendimentos auferidos relativos aos Outros Ativos do Fundo, apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$RQSC_{(t-1)}$: somatório do valor contábil da remuneração das Cotas Seniores em circulação apropriado no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$D_{(t-1)}$: somatório do valor contábil das despesas incorridas pelo Fundo no mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

$DCA_{(t-1)}$: somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios adimplentes na Data de Verificação do mês calendário imediatamente anterior à data "t" de apuração do excesso de *spread*.

20.1.2. Para os fins do inciso (xv) do item 20.1 acima:

(i) "IP30" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último Dia Útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, excluindo-se do IP30 os Direitos Creditórios Cedidos integrantes dos IP120, IP180 e IP181, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;

(ii) "IP120" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo;

(iii) "IP180" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedido com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago





por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo, excluindo-se o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos provisionados integrantes da carteira do Fundo; e

(iv) "IP181" significa a fração informada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Cedidos, que contenham, na respectiva Data de Verificação, qualquer Direito Creditório Cedidos com data de vencimento até o último dia útil do mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador é o patrimônio líquido do Fundo.

20.2. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados no item 20.1 acima, (i) o Custodiante, mediante instrução da Administradora, suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios; e (ii) a Administradora deverá convocar uma assembleia geral para que seja deliberada a liquidação antecipada do Fundo.

20.3. Se a assembleia geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá proceder ao resgate compulsório das Cotas em circulação, nos termos do item 21.2 abaixo.

20.4. Se a assembleia geral de cotistas do Fundo deliberar pela não liquidação antecipada de Fundo, aplicar-se-á o disposto no item 21.3 abaixo.

21. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

21.1. Será considerado um Evento de Liquidação Antecipada, que acarretará na liquidação antecipada automática do Fundo, o advento de uma das seguintes hipóteses:

(i) por decisão da CVM, se:

(a) no âmbito de uma oferta pública de Cotas Seniores ao amparo das Instruções CVM n.º 356/01 e n.º 400/03, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do Anuncio de Início, não for subscrita a totalidade das cotas representativas do seu patrimônio inicial, salvo na hipótese de cancelamento do saldo não colocado, antes do referido prazo; ou

(b) o Patrimônio Líquido permanecer, por 3 (três) meses consecutivos, em valor inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);

(ii) por decisão dos condôminos, reunidos em assembleia convocada especialmente para esse fim, observado o quorum previsto no item 17.4(ii) acima; ou

(iii) em razão da rescisão do Contrato de Promessa de Cessão.

21.1.1. Na hipótese do inciso (i)(b) do item 21.1 acima, o Fundo poderá, alternativamente, ser incorporado por outro fundo de investimento em direitos creditórios.

21.1.2. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, poderá prorrogar os prazos previstos no item 21.1(i) acima.





21.2. A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observado o disposto neste Regulamento e o que for deliberado em assembleia geral.

21.2.1. Em caso de liquidação antecipada previsto neste item 21.2, as Cotas Seniores terão prioridade no pagamento de resgate em moeda corrente nacional sobre as Cotas Subordinadas, sendo que, no caso de insuficiência de recursos do Fundo em moeda corrente, serão entregues Direitos Creditórios e Outros Ativos em dação em pagamento aos titulares de Cotas Seniores, conforme faculta o Artigo 15, §1º da Instrução CVM n.º 356/01. A Administradora poderá convocar assembleia geral para definir os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos Creditórios e Outros Ativos.

21.2.2. Caso a assembleia geral referida no item 21.2.1 acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos Creditórios e Outros Ativos ou não seja instalada por falta de quorum, será constituído pelos titulares das Cotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Cotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Cotas Seniores detidas por titular sobre o valor total das Cotas Seniores em circulação. A Administradora deverá notificar os cotistas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada cotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios e Outros Ativos a que cada titular de Cotas Seniores fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios e Outros Ativos existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, e observado o resgate das Cotas Subordinadas na forma do item 21.2.4 abaixo, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

21.2.3. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Cotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Cotas Seniores em circulação.

21.2.4. Assegurada a prioridade de pagamento de resgate em moeda corrente nacional mencionada acima ou em Direitos Creditórios e Outros Ativos às Cotas Seniores estabelecida acima, as Cotas Subordinadas serão resgatadas em moeda corrente nacional e/ou por meio de dação em pagamento de Direitos Creditórios e Outros Ativos, na hipótese de insuficiência de recursos em moeda corrente do Fundo.

21.3. No caso de decisão da assembleia geral pela não liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate de Cotas Seniores pelos seus respectivos valores aos cotistas dissidentes que o solicitarem. Tal disposição, prevista no artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM n.º 356/01, vigorará com relação ao Fundo





apenas e tão-somente enquanto a mesma vigorar na Instrução CVM n.º 356/01.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O Fundo terá escrituração contábil própria.

22.2. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

22.3. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos e dos Outros Ativos e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos condôminos, serão de inteira e exclusiva responsabilidade da Cedente, não cabendo à Administradora ou ao Custodiante qualquer responsabilidade pelo pagamento de tais custos e despesas.

23. FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa ser, para solução de quaisquer controvérsias e/ou processos judiciais relativos ao Fundo ou a questões decorrentes deste Regulamento.

* * * *





REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV
ANEXO I
MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO

TERMO DE CIÊNCIA DE RISCO E ADESÃO AO REGULAMENTO DO
BV FINANCEIRA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IV

1. Nome do cotista:	2. CNPJ/CPF:
---------------------	--------------

3. Estou(amos) ciente(s) de que:

3.1 O objetivo do BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV ("Fundo"), administrado pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14, 171, Torre A, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.384.738/0001-98, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil conforme ato declaratório n.º 5805, de 19 de janeiro de 2000, e autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários ("Administradora"), é proporcionar rendimento aos cotistas por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de direitos de crédito de titularidade da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 14, 171, Torre A, 8º andar, conjunto A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 01.149.953/0001-89 ("BV Financeira" ou "Cedente").

3.2 Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, a Administradora não se responsabilizará por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste termo de adesão. O cotista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, conforme disposto no Regulamento.

3.3 Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora fará jus à remuneração correspondente à taxa de administração definida no item 13.7 do Regulamento.

3.4 O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é "Valor Econômico", com circulação nacional.

3.5 Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados neste Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento.

3.6 Declaro(amos), ainda, para todos os fins e efeitos:





- (i) ter recebido, lido e entendido o Regulamento e o Prospecto, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo;
- (ii) aderir, neste ato, ao inteiro teor do Regulamento, sobre o qual não tenho(mos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo e a taxa de administração devida à Administradora, bem como com os riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no item 3 do Regulamento e no prospecto do Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido;
- (iii) ser Investidor(es) Qualificado(s) e/ou investidor(es) que tenha(m) permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu(s) regulamento(s), conforme legislação vigente; e
- (iv) concordar com a intenção e ter capacidade financeira suficiente para que os Direitos Creditórios Cedidos sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento.

3.7 As Cotas do Fundo apenas poderão ser subscritas ou integralizadas por Investidores Qualificados e/ou investidores que tenham permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

São Paulo, [•] de [•] de 200[•].

ASSINATURA DO(S) COTISTA(S)

A instituição responsável pela distribuição das cotas do Fundo declara que verificou a condição de Investidor Qualificado nos termos do item 3.7 acima e, se pessoa jurídica, os poderes para assinatura deste termo pelo investidor.

ASSINATURA DA INSTITUIÇÃO



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

- Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios preparado pelo Auditor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento

Relatório sobre a aplicação de procedimentos pré-acordados
31 de janeiro de 2010

ADVISORY

AUDIT & TAX ADVISORY

- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela BV Finaaceira S.A. Crédito Financiamento e Investimento. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia, por parte da KPMG, quanto a solvência, adimplimento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando-se todas as informações contidas no prospecto.



© 2010 KPMG Risk Advisory Service Ltda., uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, é filiada à rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça (KPMG 68377).



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Ricardo Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo - SP, Brasil
Cavalo Postal 2-167
01050-970 - São Paulo, SP - Brasil

Qualificação:
Tax Nacional
Internacional
Membro

55 (11) 2182-3000
55 (11) 2182-3001
55 (11) 2182-3034
www.kpmg.com.br

À
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
São Paulo - SP

8 de julho de 2010

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 5 de março de 2010, a KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG") apresenta constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento ("BV Financeira" ou "Cedente"). Tais recebíveis são representados por contratos de financiamento para aquisição de motos, veículos leves e veículos pesados.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características de *performance* dos pagamentos dos recebíveis, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e sobre os respectivos controles relacionados aos processos de origemação e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela BV Financeira para o período compreendido entre 1º de fevereiro de 2007 e 31 de janeiro de 2010. Indicamos, ainda neste relatório, as fontes das demais informações apresentadas.

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade anônima brasileira, é uma entidade independente e afiliada à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda., a Brazilian member firm, is a company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.


Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório.

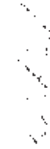
Nossos trabalhos foram executados no período de 16 de março a 27 de maio de 2010 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da BV Financeira e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da Gerência e dos colaboradores da BV Financeira no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Sócio


Fabio Barbosa
Gerente sênior

Conteúdo

Os contatos na KPMG em
relação a este relatório
são:

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fabio Barbosa
Gerente sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3788
Fax: 55 (11) 2183-3001
fabio@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	4
Sumário executivo	5
Apresentação da carteira de recebíveis	6
Análises de performance - Aging list	44
Confronto dos saldos analisados com os registros da BV Financeira	76
Verificação física de contratos e respectivos documentos acessórios	77
Anexos	78



© 2016 KPMG Peak Advisory Services Ltda. uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, o firma-venheto da rede KPMG de firma-venheto internacional e afiliada a KPMG Network, Coorporativa, KPMG International ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todas as direções reservadas. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas reg. marcas da KPMG Network e Coorporativa ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 883771)

Seção I - Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

De acordo com informações fornecidas por representantes da BV Financeira, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atende aos principais objetivos a seguir:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, os valores relativos ao perfil e à performance de pagamentos por parte dos clientes das carteiras de financiamento de veículos leves e pesados e motos originados pela BV Financeira.

Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de bases de dados fornecida pela área de Tecnologia da BV Financeira e compreendem as operações geradas pela Cedente, para um período de 36 meses, de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2010. Essa base de dados foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros oficiais da Cedente, conforme descrito na Seção III deste relatório.
- Os procedimentos pré-acordados a seguir formaram o escopo de nossos trabalhos, estabelecidos com representantes da BV Financeira, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a performance de pagamentos das operações, foram definidos, em comum acordo com representantes da BV Financeira, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das parcelas, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos (liquidez da carteira) e os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da parcela e a data de pagamento pelo financiado.
 - *Pool* estatístico (*twintage analysis*): apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atraso superior a 60, 90 e 180 dias. Para elaboração dessa informação, o saldo devedor de cada contrato é classificado de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise.
- Conforme solicitação de representantes da BV Financeira, foram elaboradas informações sobre os volumes mensais de financiamento relativas ao período de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2010. Distribuições e estatísticas sobre as características da carteira também foram realizadas para o período sob análise, conforme descrito a seguir.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de originação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas pela incitação aos responsáveis pelas áreas de Crédito e Cobrança, pela consulta aos manuais de políticas de crédito e cobrança e pela observação dos fluxos de originação executados com base em testes por amostragem.

Sumário executivo

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo da nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

	Página			
	Consolidado	Veículos leves	Veículos pesados	Motos
<p>Análises demográficas</p> <p>Tabela - Distribuição da produção mensal em volume e faixas de valor operado e quantidade de contratos</p> <p>Gráfico - Distribuição da produção mensal em volume e faixas de valor operado e quantidade de contratos</p> <p>Tabela - Evolução mensal do Ticket Médio das parcerias</p> <p>Gráfico - Evolução mensal do Ticket Médio das parcerias</p> <p>Tabela - Evolução mensal do Ticket Médio das parcerias (valor ajustado)</p> <p>Gráfico - Evolução mensal do Ticket Médio das parcerias (valor ajustado)</p> <p>Tabela - Distribuição das operações em faixas de valor financiado</p> <p>Gráfico - Distribuição das operações em faixas de valor financiado</p> <p>Tabela - Distribuição das operações por quantidade de parcelas</p> <p>Gráfico - Distribuição das operações por quantidade de parcelas</p> <p>Tabela - Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos</p> <p>Gráfico - Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos</p> <p>Tabela - Distribuição das operações por região</p> <p>Gráfico - Distribuição das operações por região</p> <p>Tabela - Evolução mensal da taxa média efetiva ponderada</p> <p>Gráfico - Evolução mensal da taxa média efetiva ponderada</p>	7	9	11	13
	8	10	12	14
	15	15	15	15
	16	16	16	16
	17	17	17	17
	18	18	18	18
	-	19	21	23
	-	20	22	24
	25	27	29	31
	26	28	30	32
	33	33	33	33
	34	35	36	37
	38	39	40	41
	38	39	40	41
	42	42	42	42
	43	43	43	43
<p>Análises performance</p> <p>Tabela - Percentuais de inadimplência mensal - veículos do mês de 00 dias</p> <p>Tabela - Percentuais de inadimplência mensal - veículos do mês de 90 dias</p> <p>Tabela - Percentuais de inadimplência mensal - veículos do mês de 180 dias</p> <p>Gráfico - Representação gráfica do Pdo estatístico - inadimplência por saída de parcerias acumulada de 60 dias</p> <p>Gráfico - Representação gráfica do Pdo estatístico - inadimplência por saída de parcerias acumulada de 90 dias</p> <p>Gráfico - Representação gráfica do Pdo estatístico - inadimplência por saída de parcerias acumulada de 180 dias</p>	53	59	65	71
	55	61	67	73
	57	63	69	75
	54	60	66	72
	56	62	68	74
	58	64	70	76

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 – Identificação do faturamento sujeito a securitização (FLS)

Descrição	Consolidado		Veículos leves		Veículos pesados		Motos	
	Somatório do Valor das Parcelas - R\$	%	Somatório do Valor das Parcelas - R\$		Somatório do Valor das Parcelas - R\$		Somatório do Valor das Parcelas - R\$	
Base de dados	56.050.029.446,70	100,0%	45.551.602.051,53		6.427.584.803,12		4.070.842.592,05	
(-) Contrato sem informações de pagamento	1.480.944.420,53	2,6%	1.205.510.404,21		197.896.164,40		77.537.851,92	
(=) FLS	54.569.085.026,17	97,4%	44.346.091.647,32		6.229.688.638,72		3.993.304.740,13	

Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis

Período sob análise: 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2010 (36 meses)

Somatório do valor das parcelas - R\$ 54.569.085 mil

Somatório do valor financiado - R\$ 33.340.250 mil

Média mensal de originação (valor futuro) - R\$ 1.515.808 mil

Média mensal de originação (valor financiado) - R\$ 926.118 mil

Quantidade de contratos - 2.577.361

Média de contratos originados (mês) - 71.593

Tickermédio das operações (valor futuro) - R\$ 21.172

Tickermédio das operações (valor financiado) - R\$ 12.936

Prazo médio das operações - 45 parcelas



© 2010 KPMG R & A Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e filial integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG R&A27)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Consolidado

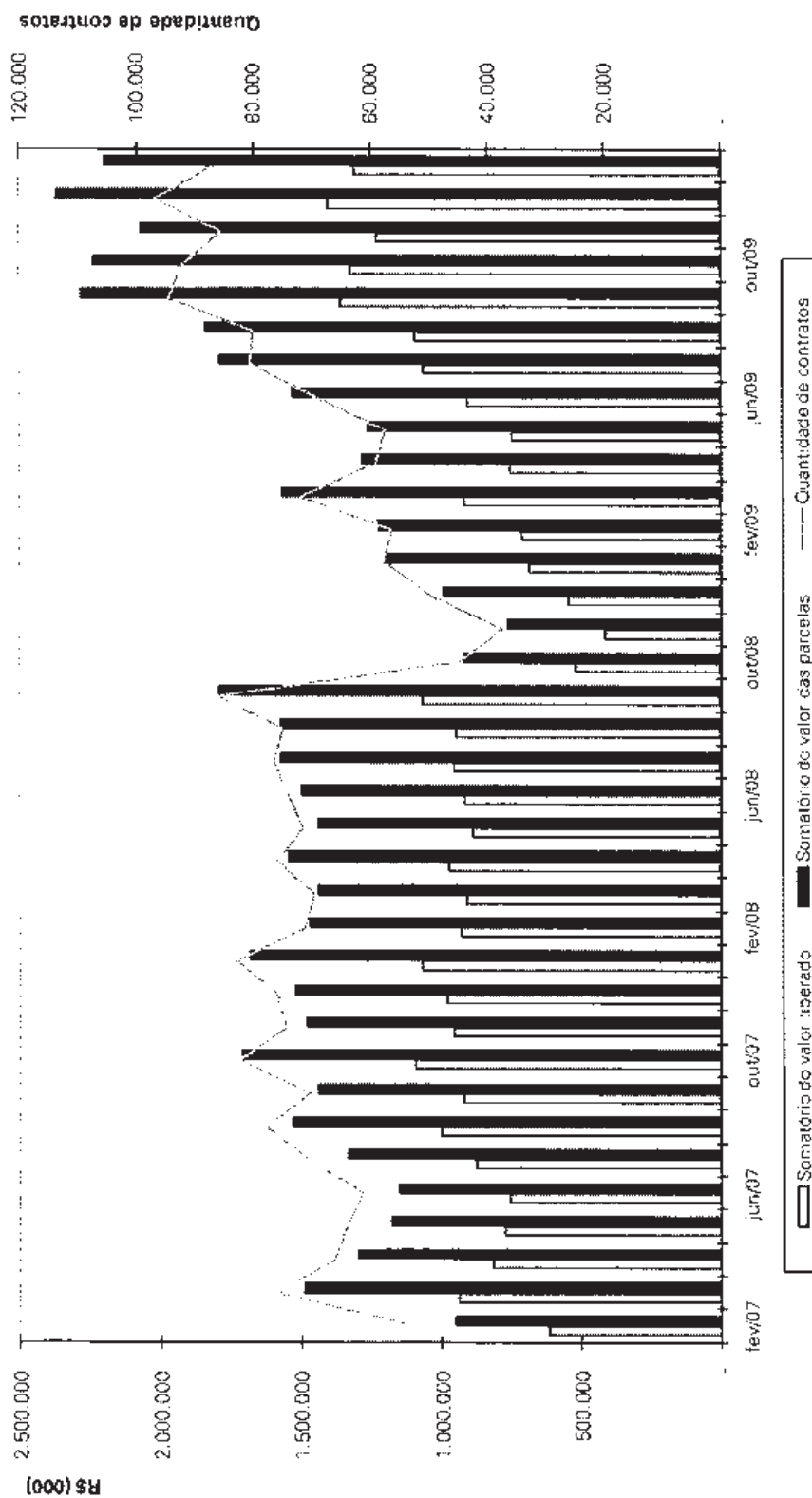
Período	∑ Valor das parcelas (PMV) - R\$[000]	%	∑ Valor liberado - R\$[000]	%	Quantidade de contratos	%
fev/07	948.371	1,7%	615.608	1,8%	53.251	2,1%
mar/07	1.485.774	2,7%	939.029	2,8%	76.397	3,0%
abr/07	1.292.238	2,4%	815.602	2,4%	66.226	2,6%
maio/07	1.179.709	2,2%	770.868	2,3%	64.116	2,5%
jun/07	1.149.210	2,1%	757.115	2,3%	61.457	2,4%
jul/07	1.335.237	2,4%	876.636	2,6%	70.458	2,7%
ago/07	1.526.135	2,8%	999.624	3,0%	77.842	3,0%
set/07	1.439.241	2,6%	924.947	2,8%	70.436	2,7%
out/07	1.710.163	3,1%	1.093.234	3,3%	82.526	3,2%
nov/07	1.478.118	2,7%	956.079	2,9%	74.443	2,9%
dez/07	1.521.987	2,8%	976.460	2,9%	75.968	2,9%
jan/08	1.680.289	3,1%	1.066.220	3,2%	83.074	3,2%
fev/08	1.464.069	2,7%	926.033	2,8%	71.353	2,8%
mar/08	1.436.024	2,6%	909.605	2,7%	69.600	2,7%
abr/08	1.543.012	2,8%	970.810	2,9%	76.214	3,0%
maio/08	1.441.014	2,6%	891.367	2,7%	71.509	2,8%
jun/08	1.499.410	2,7%	917.344	2,8%	74.357	2,9%
jul/08	1.574.253	2,9%	954.715	2,9%	76.643	3,0%
ago/08	1.574.104	2,9%	943.248	2,8%	75.007	2,9%
set/08	1.791.775	3,3%	1.066.837	3,2%	86.274	3,3%
out/08	914.980	1,7%	520.887	1,6%	43.074	1,7%
nov/08	762.183	1,4%	413.255	1,2%	37.481	1,5%
dez/08	990.861	1,8%	546.253	1,6%	49.557	1,9%
jan/09	1.199.232	2,2%	684.961	2,1%	57.678	2,2%
fev/09	1.219.921	2,2%	710.634	2,1%	56.789	2,2%
mar/09	1.566.660	2,9%	919.204	2,8%	72.047	2,8%
abr/09	1.276.668	2,3%	750.356	2,3%	59.123	2,3%
maio/09	1.261.916	2,3%	745.676	2,2%	57.342	2,2%
jun/09	1.528.467	2,8%	906.873	2,7%	69.046	2,7%
jul/09	1.789.280	3,3%	1.063.982	3,2%	80.558	3,1%
ago/09	1.836.103	3,4%	1.094.042	3,3%	80.097	3,1%
set/09	2.262.937	4,2%	1.355.894	4,1%	94.377	3,7%
out/09	2.235.858	4,1%	1.324.450	4,0%	92.225	3,6%
nov/09	2.064.655	3,8%	1.225.719	3,7%	85.348	3,3%
dez/09	2.367.184	4,3%	1.399.991	4,2%	96.944	3,8%
jan/10	2.199.549	4,0%	1.306.673	3,9%	87.042	3,4%
Total	54.569.085	100,0%	33.340.250	100,0%	2.577.361	100,0%



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade limitada e firma-membro da rede KPMG de firma-membro independente e afiliada a KPMG Network e a KPMG International Cooperative ("KPMG Network"), uma entidade suíça, KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network Cooperative ("KPMG Network"), uma entidade suíça. (KPMG 88377)

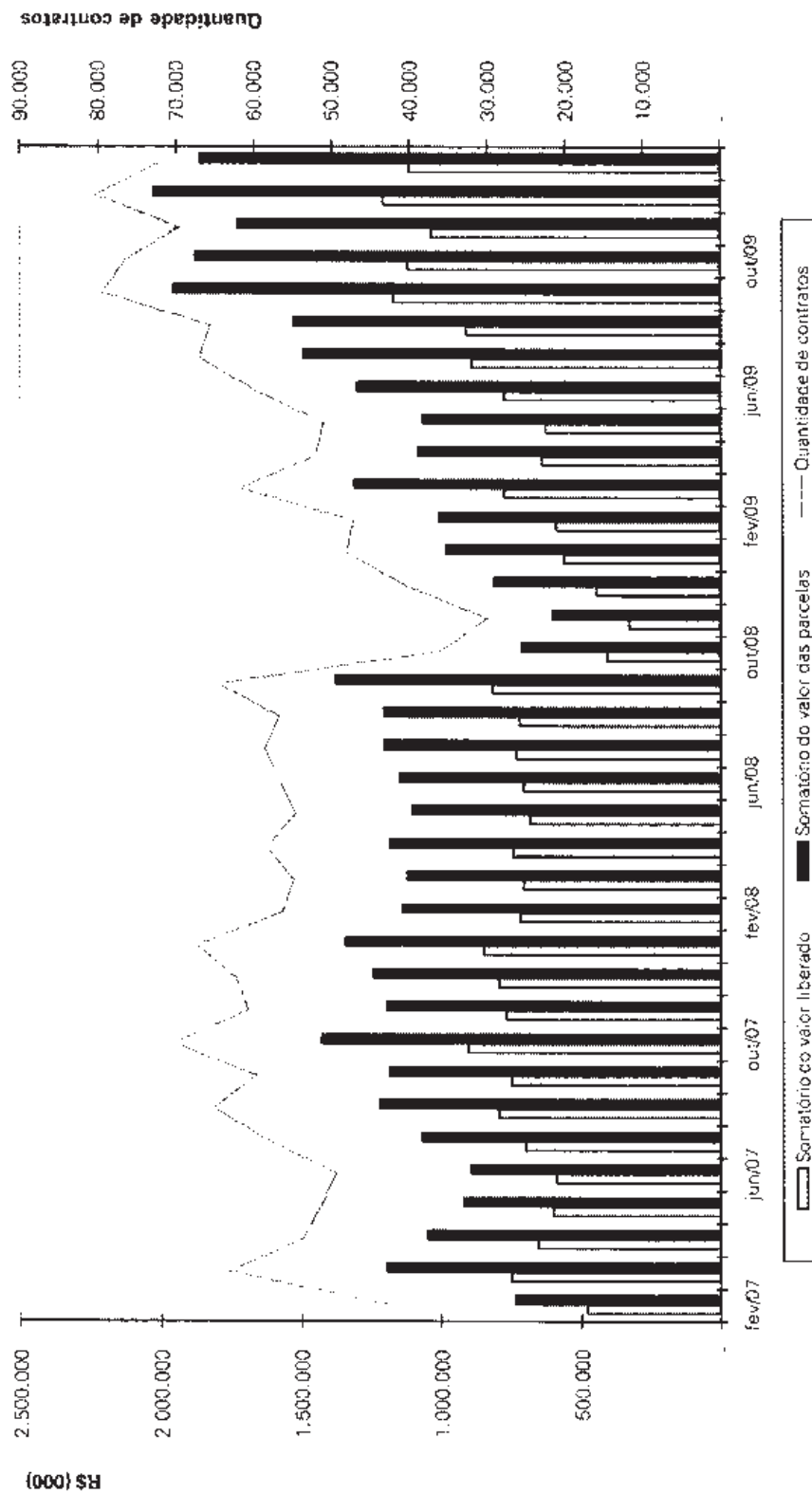
Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Consolidado



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Veículos leves



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Veículos pesados

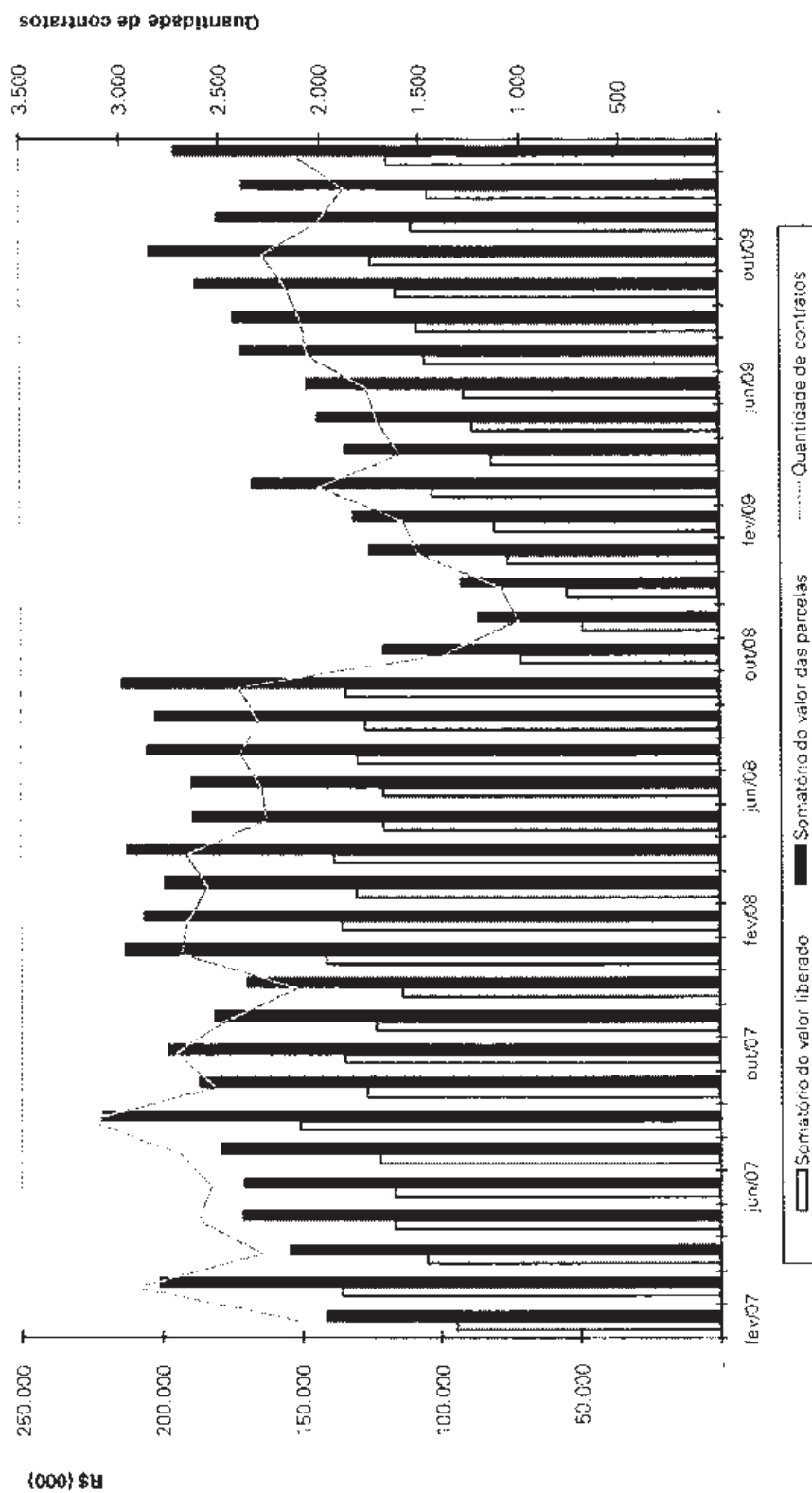
Período	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$ (000)	%	Σ Valor liberado - R\$ (000)	%	Quantidade de contratos	%
fev/07	140.948	2,3%	94.729	2,4%	2.126	2,7%
mar/07	201.159	3,2%	135.717	3,4%	2.932	3,7%
abr/07	154.550	2,5%	104.805	2,6%	2.295	2,9%
mai/07	171.037	2,7%	116.431	2,9%	2.615	3,3%
jun/07	170.223	2,7%	116.828	2,9%	2.554	3,2%
jul/07	178.730	2,9%	122.481	3,1%	2.709	3,4%
ago/07	221.533	3,6%	150.282	3,8%	3.166	4,0%
set/07	186.511	3,0%	126.531	3,2%	2.527	3,2%
out/07	197.750	3,2%	134.691	3,4%	2.735	3,5%
nov/07	181.129	2,9%	123.208	3,1%	2.472	3,1%
dez/07	169.490	2,7%	113.989	2,8%	2.121	2,7%
jan/08	212.963	3,4%	141.040	3,5%	2.700	3,4%
fev/08	205.783	3,3%	135.589	3,4%	2.671	3,4%
mar/08	198.500	3,2%	130.680	3,3%	2.565	3,3%
abr/08	212.373	3,4%	138.381	3,5%	2.679	3,4%
mai/08	188.549	3,0%	120.378	3,0%	2.274	2,9%
jun/08	189.210	3,0%	120.624	3,0%	2.300	2,9%
jul/08	204.822	3,3%	129.952	3,2%	2.403	3,0%
ago/08	202.052	3,2%	127.073	3,2%	2.313	2,9%
set/08	214.412	3,4%	134.070	3,4%	2.412	3,1%
out/08	120.385	1,9%	71.437	1,8%	1.379	1,7%
nov/08	86.107	1,4%	49.236	1,2%	1.011	1,3%
dez/08	92.061	1,5%	54.395	1,4%	1.088	1,4%
jan/09	125.293	2,0%	75.856	1,9%	1.513	1,9%
fev/09	131.233	2,1%	80.627	2,0%	1.586	2,0%
mar/09	167.137	2,7%	102.988	2,6%	2.010	2,5%
abr/09	133.708	2,1%	81.727	2,0%	1.597	2,0%
mai/09	143.580	2,3%	88.570	2,2%	1.716	2,2%
jun/09	147.619	2,4%	91.002	2,3%	1.768	2,2%
jul/09	170.974	2,7%	105.738	2,6%	2.061	2,6%
ago/09	173.553	2,8%	108.308	2,7%	2.098	2,7%
set/09	167.347	3,0%	115.513	2,9%	2.163	2,7%
out/09	203.745	3,3%	124.996	3,1%	2.289	2,9%
nov/09	179.566	2,9%	109.890	2,7%	2.010	2,5%
dez/09	170.716	2,7%	104.634	2,6%	1.875	2,4%
jan/10	194.924	3,1%	118.873	3,0%	2.128	2,7%
Total	6.229.659	100,0%	4.001.265	100,0%	78.871	100,0%



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, com sede no Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 88077)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.3 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Veículos pesados



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor liberado da quantidade de contratos no período - Motos

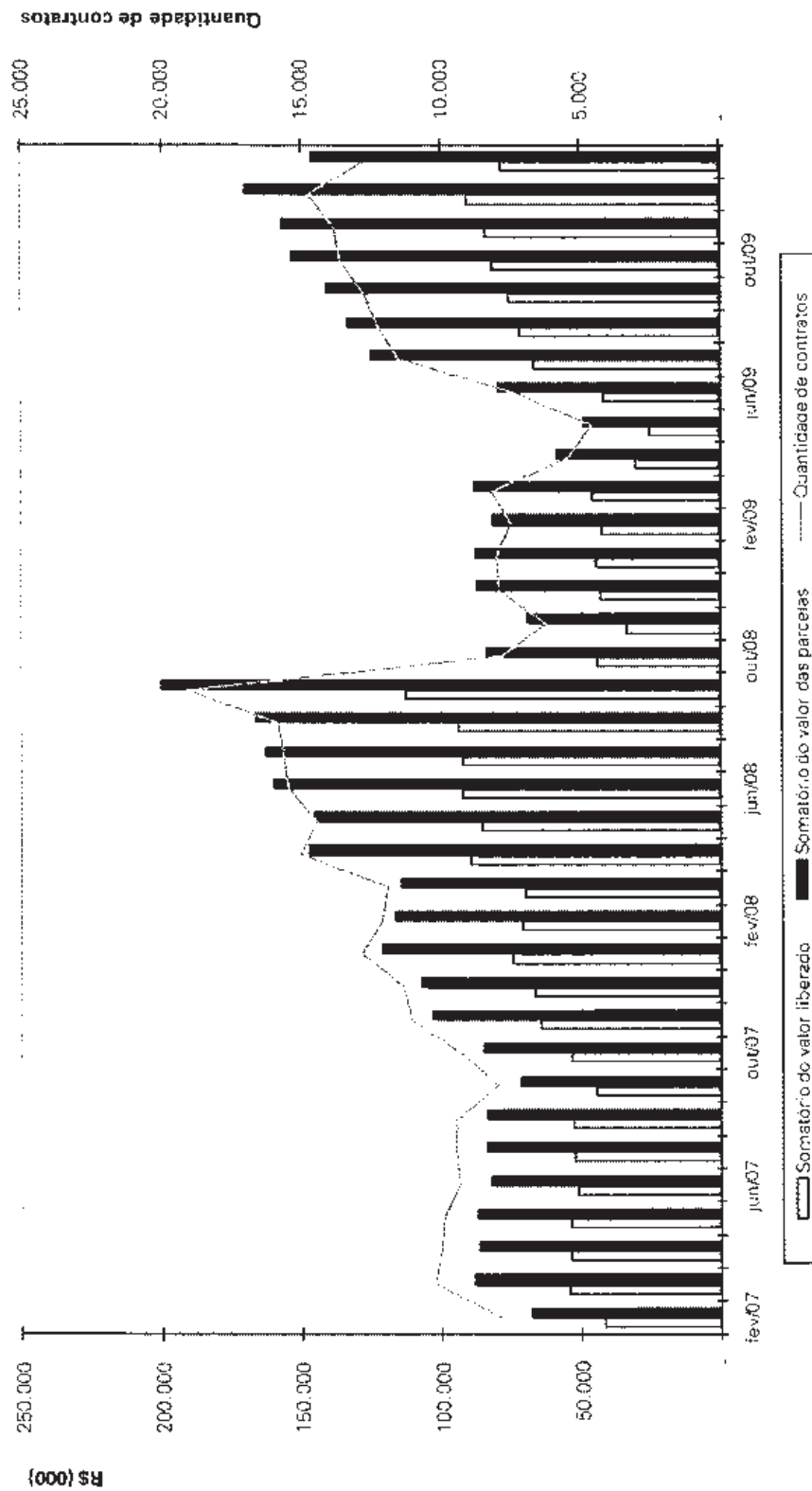
Período	∑ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	∑ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
fev/07	68.038	1,7%	41.765	1,8%	7.947	2,0%
mar/07	88.258	2,2%	54.532	2,4%	10.273	2,6%
abr/07	96.907	2,2%	53.827	2,4%	10.043	2,6%
mai/07	87.307	2,2%	54.312	2,4%	9.935	2,5%
jun/07	82.570	2,1%	51.534	2,3%	9.359	2,4%
jul/07	84.089	2,1%	52.822	2,3%	9.461	2,4%
ago/07	84.048	2,1%	52.717	2,3%	9.454	2,4%
set/07	71.568	1,8%	44.801	2,0%	7.981	2,0%
out/07	85.118	2,1%	53.296	2,3%	9.319	2,4%
nov/07	103.387	2,6%	64.480	2,8%	11.075	2,8%
dez/07	107.000	2,7%	66.560	2,9%	11.339	2,9%
jan/08	121.051	3,0%	74.493	3,3%	12.854	3,3%
fev/08	116.512	2,9%	71.428	3,1%	12.156	3,1%
mar/08	114.671	2,9%	70.300	3,1%	11.929	3,0%
abr/08	147.420	3,7%	89.380	3,9%	15.015	3,8%
mai/08	145.695	3,6%	85.599	3,8%	14.441	3,7%
jun/08	159.889	4,0%	92.036	4,1%	15.460	3,9%
jul/08	162.619	4,1%	92.157	4,1%	15.606	4,0%
ago/08	166.644	4,2%	94.068	4,1%	15.834	4,0%
set/08	200.383	5,0%	112.547	5,0%	19.117	4,9%
out/08	83.859	2,1%	43.981	1,9%	7.817	2,0%
nov/08	68.748	1,7%	33.466	1,5%	6.288	1,6%
dez/08	87.545	2,2%	43.017	1,9%	7.937	2,0%
jan/09	81.980	2,2%	44.728	2,0%	8.039	2,0%
fev/09	81.960	2,1%	42.341	1,9%	7.458	1,9%
mar/09	86.325	2,2%	45.585	2,0%	8.198	2,1%
abr/09	58.392	1,5%	30.116	1,3%	5.411	1,4%
mai/09	49.143	1,2%	25.264	1,1%	4.601	1,2%
jun/09	79.731	2,0%	42.053	1,9%	7.376	1,9%
jul/09	124.935	3,1%	66.720	2,9%	11.525	2,9%
ago/09	133.147	3,3%	71.592	3,2%	12.276	3,1%
set/09	140.901	3,5%	75.538	3,3%	12.775	3,2%
out/09	153.087	3,8%	81.927	3,6%	13.595	3,5%
nov/09	156.535	3,9%	83.743	3,7%	13.792	3,5%
dez/09	169.664	4,2%	90.564	4,0%	14.772	3,8%
jan/10	146.127	3,7%	78.318	3,4%	12.776	3,2%
Total	3.993.305	100,0%	2.271.411	100,0%	393.234	100,0%



© 2010 KPMG Rux Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e filial membro da rede KPMG de âmbito mundial. KPMG Rux é uma empresa de KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todas as outras referências, incluindo no Brasil, KPMG e o logotipo da KPMG são marcas e registros da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 05377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e valor financiado da quantidade de contratos no período - Motos



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Evolução mensal do ticket médio das operações

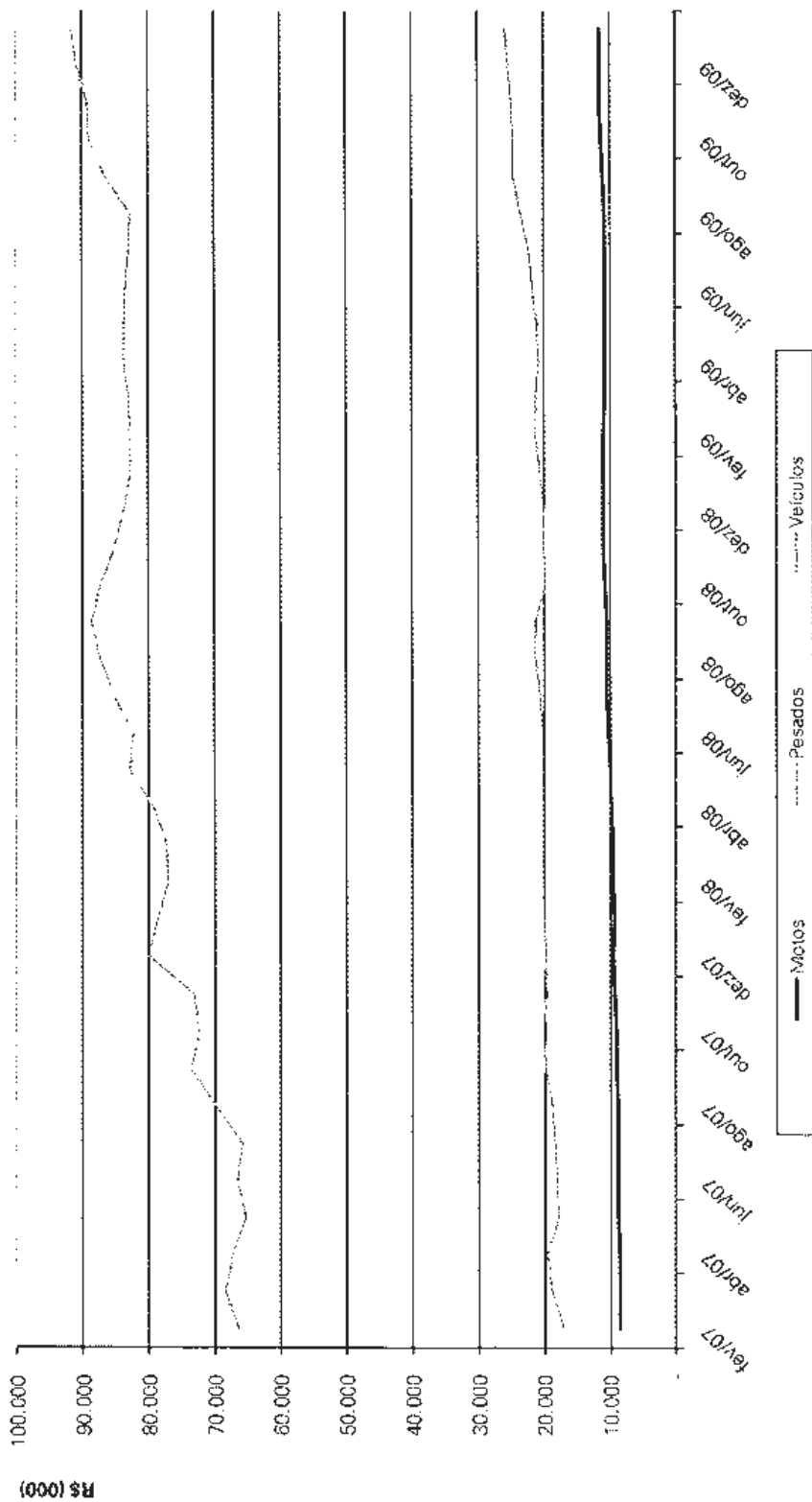
Período	Motos		Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$		Ticket médio do somatório do valor das parcelas - R\$	
fev/07	8.562		66.297		17.136		17.819	
mar/07	8.591		68.608		18.932		19.448	
abr/07	8.669		67.342		19.498		19.513	
mai/07	8.788		65.406		17.868		18.400	
jun/07	8.822		66.850		18.093		18.699	
jul/07	8.888		65.976		18.399		18.951	
ago/07	8.890		69.973		18.744		19.831	
set/07	8.866		73.807		19.710		20.433	
out/07	9.134		72.304		20.253		20.723	
nov/07	9.335		73.272		19.601		19.856	
dez/07	9.436		79.910		19.925		20.035	
jan/08	9.417		78.877		19.929		20.226	
fev/08	9.585		77.043		20.158		20.519	
mar/08	9.613		77.388		20.376		20.633	
abr/08	9.818		79.273		20.219		20.246	
mai/08	10.089		82.915		20.199		20.152	
jun/08	10.342		82.265		20.325		20.165	
jul/08	10.420		85.236		20.582		20.340	
ago/08	10.524		87.355		21.200		20.986	
set/08	10.482		88.894		21.268		20.768	
out/08	10.728		87.288		19.810		20.300	
nov/08	10.933		85.170		20.136		20.346	
dez/08	11.030		83.894		20.020		19.994	
jan/09	10.944		82.814		20.487		20.792	
fev/09	10.989		82.745		21.309		21.672	
mar/09	10.774		83.153		21.203		21.745	
abr/09	10.791		83.724		20.811		21.593	
mai/09	10.681		83.671		20.954		22.007	
jun/09	10.810		83.495		21.720		22.136	
jul/09	10.840		82.957		22.298		22.211	
ago/09	10.846		82.725		23.270		22.923	
set/09	11.029		86.614		24.606		24.190	
out/09	11.261		89.011		24.614		24.244	
nov/09	11.350		89.336		24.855		24.191	
dez/09	11.465		91.049		25.241		24.418	
jan/10	11.438		91.606		25.763		25.270	
Média	10.155		78.986		21.064		21.172	



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, é firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 88377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Evolução mensal do ticket médio das operações



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Evolução mensal do ticket médio do valor liberado

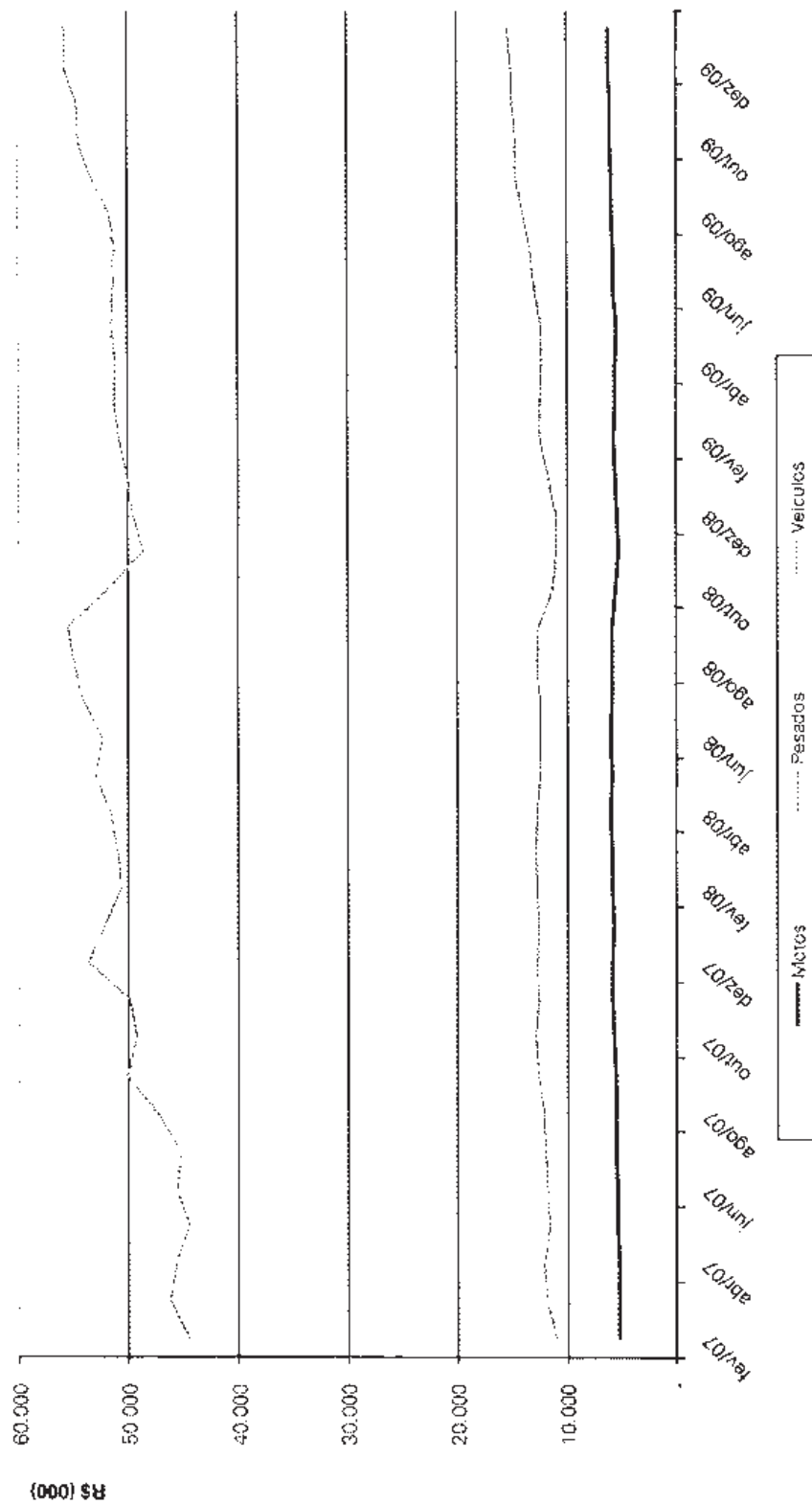
Período	Motos		Pesados		Veículos Leves		Consolidado	
	Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$		Ticket médio do valor liberado - R\$	
fev/07	5.255		44.557		11.095		11.560	
mar/07	5.308		46.238		11.849		12.291	
abr/07	5.360		45.667		12.191		12.315	
mai/07	5.467		44.524		11.638		12.023	
jun/07	5.508		45.743		11.883		12.319	
jul/07	5.562		45.213		12.036		12.442	
ago/07	5.376		47.468		12.214		12.842	
set/07	5.613		50.071		12.575		13.132	
out/07	5.719		48.247		12.845		13.247	
nov/07	5.822		49.341		12.618		12.843	
dez/07	5.870		53.743		12.733		12.854	
jan/08	5.795		52.237		12.699		12.835	
fev/08	5.878		50.763		12.720		12.978	
mar/08	5.893		50.947		12.859		13.069	
abr/08	5.953		51.654		12.697		12.738	
mai/08	5.929		52.926		12.508		12.465	
jun/08	5.953		52.445		12.451		12.337	
jul/08	5.905		54.079		12.495		12.457	
ago/08	5.941		54.939		12.700		12.575	
set/08	5.887		55.584		12.668		12.366	
out/08	5.876		51.803		11.301		11.555	
nov/08	5.322		46.700		10.959		11.032	
dez/08	5.420		49.540		11.076		11.022	
jan/09	5.504		50.136		11.727		11.876	
fev/09	5.677		50.837		12.439		12.625	
mar/09	5.561		51.238		12.462		12.758	
abr/09	5.566		51.175		12.252		12.692	
mai/09	5.491		51.614		12.383		13.004	
jun/09	5.701		51.472		12.918		13.134	
jul/09	5.789		51.304		13.312		13.203	
ago/09	5.832		51.824		13.909		13.559	
set/09	5.913		53.404		14.663		14.367	
out/09	6.026		54.608		14.639		14.361	
nov/09	6.072		54.672		14.840		14.361	
dez/09	6.131		55.805		15.004		14.411	
jan/10	6.130		55.861		15.380		15.012	
Média	5.776		50.732		12.857		12.936	



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples nos termos de regulamentação emitida, e filial integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG é o logotipo ou KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 25371)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Evolução mensal do ticket médio do valor liberado



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financiados) - Veículos leves

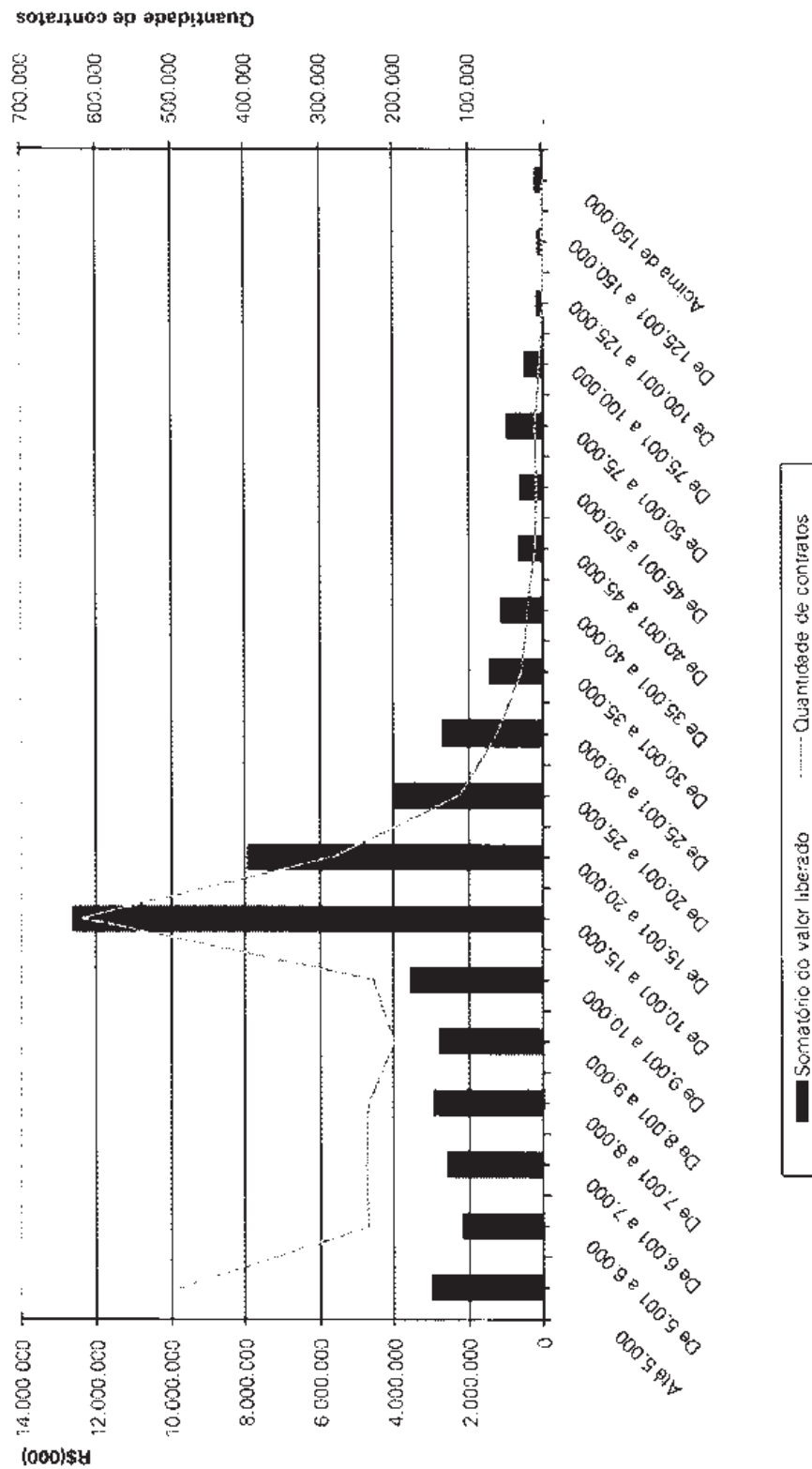
Faixas de valor (em R\$)	Σ do Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Até 5.000	978.586	3,6%	244.038	11,6%
De 5.001 a 6.000	806.561	3,0%	140.510	6,7%
De 6.001 a 7.000	1.020.709	3,8%	151.747	7,2%
De 7.001 a 8.000	1.270.729	4,7%	164.383	7,8%
De 8.001 a 9.000	1.263.759	4,7%	145.223	6,9%
De 9.001 a 10.000	1.758.513	6,5%	179.495	8,5%
De 10.001 a 15.000	6.765.342	25,0%	536.969	25,5%
De 15.001 a 20.000	4.744.866	17,5%	269.264	12,8%
De 20.001 a 25.000	2.639.464	9,8%	116.259	5,5%
De 25.001 a 30.000	1.908.577	7,1%	68.553	3,3%
De 30.001 a 35.000	1.083.327	4,0%	33.028	1,6%
De 35.001 a 40.000	801.840	3,0%	21.079	1,0%
De 40.001 a 45.000	450.536	1,7%	10.468	0,5%
De 45.001 a 50.000	403.442	1,5%	8.332	0,4%
De 50.001 a 75.000	683.197	2,5%	11.345	0,5%
De 75.001 a 100.000	271.916	1,0%	3.105	0,1%
De 100.001 a 125.000	81.838	0,3%	723	0,0%
De 125.001 a 150.000	48.111	0,2%	342	0,0%
Acima de 150.000	86.260	0,3%	393	0,0%
Total	27.067.573	100,0%	2.105.256	100,0%



© 2010 KPMG R&A Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firmo-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG IC"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Inscrita no Brasil: KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG IC"), uma entidade suíça. (NDUS 08377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.7 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financeiros) - Veículos leves



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.10 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financeiros) - Veículos pesados

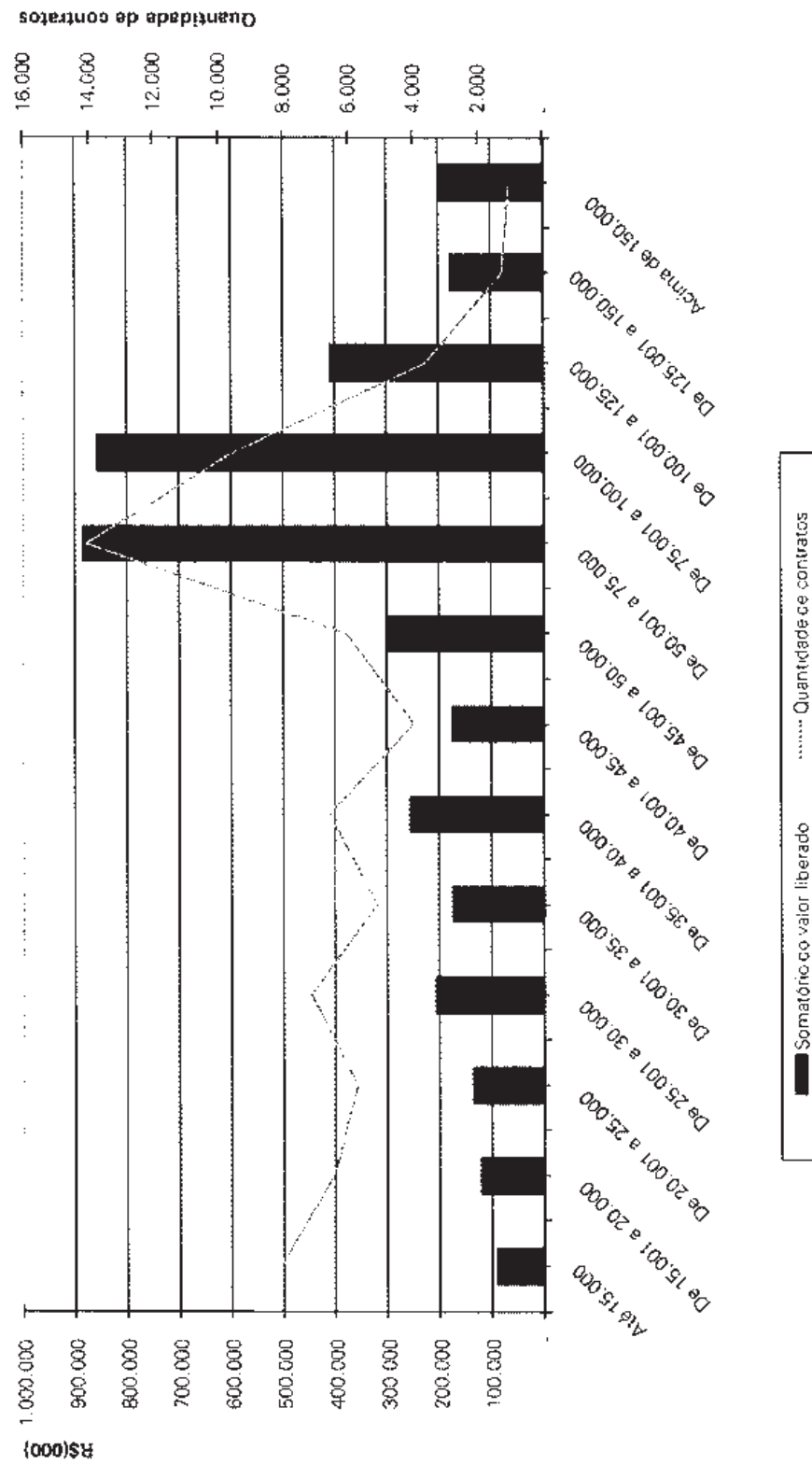
Faixas de valor (em R\$)	Σ do Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Até 15.000	92.030	2,3%	8.088	10,3%
De 15.001 a 20.000	122.723	3,1%	6.457	8,2%
De 20.001 a 25.000	137.543	3,4%	5.755	7,3%
De 25.001 a 30.000	207.956	5,2%	7.137	9,0%
De 30.001 a 35.000	174.461	4,4%	5.146	6,5%
De 35.001 a 40.000	257.497	6,4%	6.578	8,3%
De 40.001 a 45.000	175.104	4,4%	3.988	5,1%
De 45.001 a 50.000	299.287	7,5%	6.064	7,7%
De 50.001 a 75.000	886.040	22,1%	14.069	17,8%
De 75.001 a 100.000	856.590	21,4%	9.620	12,2%
De 100.001 a 125.000	411.094	10,3%	3.634	4,6%
De 125.001 a 150.000	178.023	4,4%	1.278	1,6%
Acima de 150.000	202.917	5,1%	1.057	1,3%
Total	4.001.265	100,0%	78.871	100,0%



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma subsidiária simples brasileira, de responsabilidade limitada, e filiada membro da rede KPMG do Brasil, uma rede independente e afiliada a KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Expressão no Brasil: KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (NOMIS 080377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financeiros) - Veículos pesados



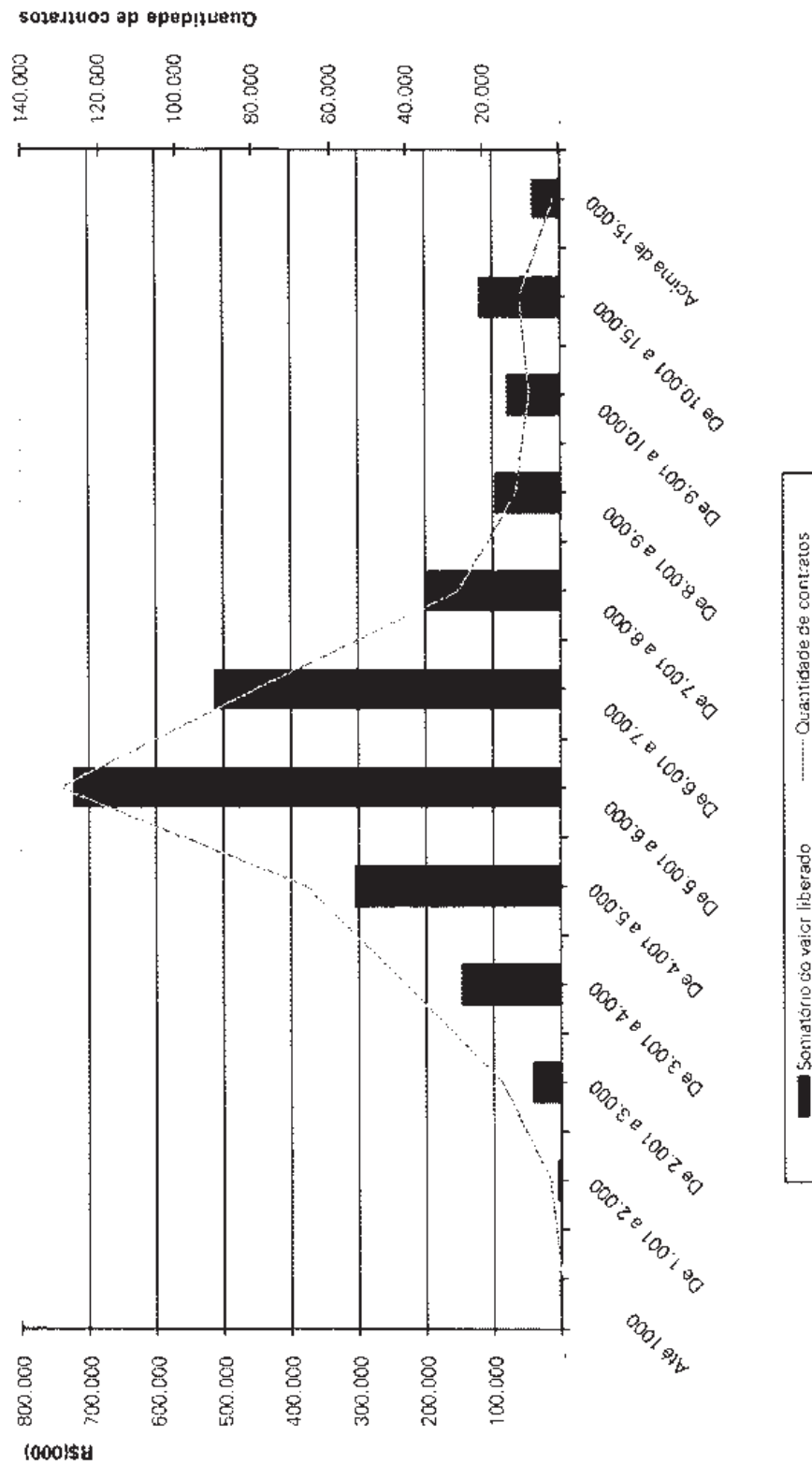
Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financeiros) - Motos

Faixas de valor (em R\$)	Σ do Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Até 1000	29	0,0%	30	0,0%
De 1.001 a 2.000	4.752	0,2%	2.644	0,7%
De 2.001 a 3.000	41.402	1,8%	15.182	3,9%
De 3.001 a 4.000	147.012	6,5%	40.693	10,3%
De 4.001 a 5.000	305.222	13,4%	66.277	16,9%
De 5.001 a 6.000	724.116	31,9%	130.362	33,2%
De 6.001 a 7.000	514.045	22,6%	79.589	20,2%
De 7.001 a 8.000	199.795	8,8%	26.800	6,8%
De 8.001 a 9.000	96.644	4,3%	11.347	2,9%
De 9.001 a 10.000	77.821	3,4%	8.138	2,1%
De 10.001 a 15.000	119.964	5,3%	10.482	2,7%
Acima de 15.000	40.609	1,8%	1.690	0,4%
Total	2.271.411	100,0%	393.234	100,0%

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.9 - Distribuição das operações em faixas de valor (em valores financeiros) - Motos



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.12 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Consolidado

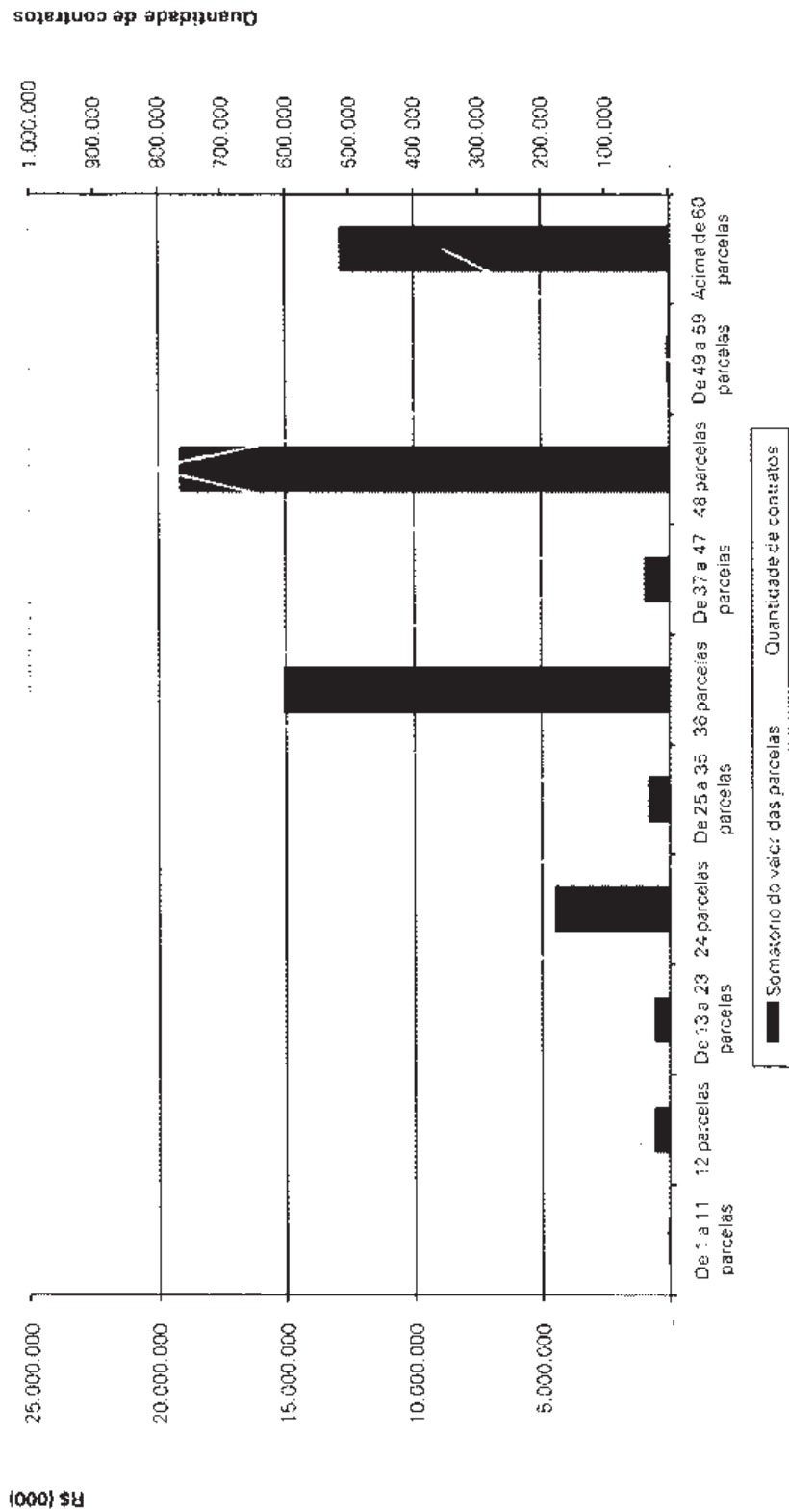
Quantidade de parcelas	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor Liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	60.127	0,1%	0,1%	49.787	0,15%	0,1%	6.061	0,2%	0,2%
12 parcelas	576.938	1,1%	1,2%	455.175	1,37%	1,5%	53.771	2,1%	2,3%
De 13 a 23 parcelas	592.135	1,1%	2,3%	441.951	1,33%	2,8%	55.256	2,1%	4,5%
24 parcelas	4.485.273	8,2%	10,5%	3.230.926	9,60%	12,5%	314.019	12,2%	16,6%
De 25 a 35 parcelas	816.750	1,5%	12,0%	527.642	1,58%	14,0%	51.613	2,0%	18,7%
36 parcelas	15.055.715	27,6%	39,6%	9.633.233	28,89%	42,9%	870.539	33,8%	52,4%
De 37 a 47 parcelas	974.951	1,8%	41,3%	596.976	1,75%	44,7%	63.860	2,5%	54,9%
48 parcelas	19.116.880	35,0%	76,4%	11.138.633	33,41%	78,1%	809.459	31,4%	86,3%
De 49 a 59 parcelas	32.772	0,1%	76,4%	20.462	0,06%	78,2%	984	0,0%	86,4%
Acima de 60 parcelas	12.857.534	23,6%	100,0%	7.275.860	21,82%	100,0%	351.769	13,6%	100,0%
Total	54.569.085	100,0%	100,00%	33.340.250	100,00%	100,00%	2.577.361	100,0%	100,0%
Prazo médio ponderado	45								



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda. Uma subsidiária wholly brasileira, de responsabilidade limitada, e integrante da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impressa no Brasil. KPMG é a sigla da KPMG Network registrada na KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 88377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.10 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Consolidado



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.13 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Veículos leves

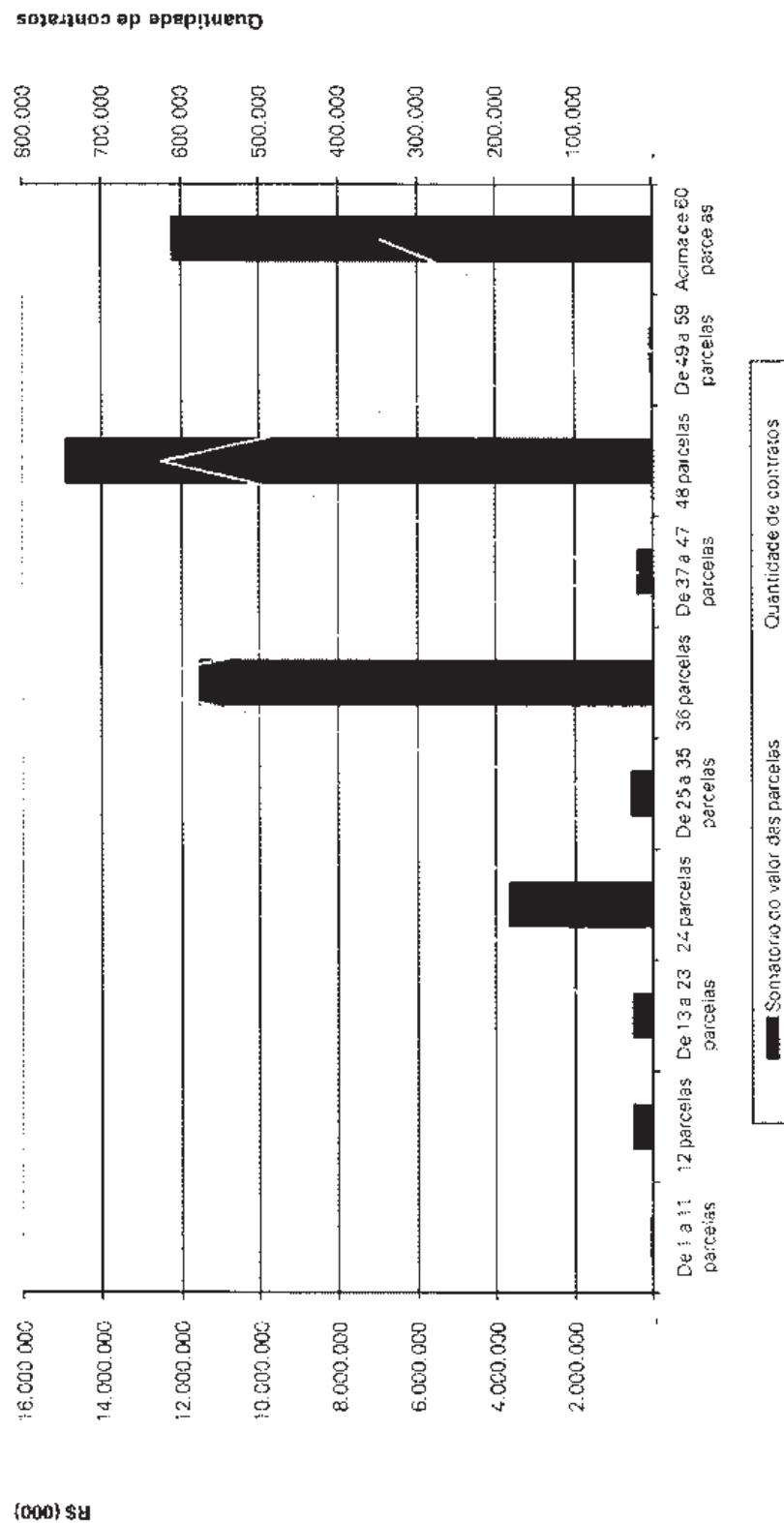
Quantidade de parcelas	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor Liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contatos	%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	56.236	0,1%	0,1%	46.387	0,17%	0,2%	5.755	0,3%	0,3%
12 parcelas	502.082	1,1%	1,3%	395.518	1,46%	1,6%	45.176	2,3%	2,6%
De 13 a 23 parcelas	521.200	1,2%	2,4%	389.110	1,44%	3,1%	49.746	2,4%	4,9%
24 parcelas	3.645.515	8,2%	10,7%	2.601.733	9,61%	12,7%	273.359	13,0%	17,9%
De 25 a 35 parcelas	544.438	1,2%	11,9%	355.190	1,31%	14,0%	45.491	2,2%	20,1%
36 parcelas	11.556.404	26,1%	37,9%	7.381.987	27,27%	41,3%	691.278	32,8%	52,9%
De 37 a 47 parcelas	395.384	0,9%	38,8%	249.892	0,92%	42,2%	18.875	0,9%	53,8%
48 parcelas	4.914.933	11,1%	72,5%	8.735.959	32,27%	74,5%	823.966	29,6%	83,4%
De 49 a 59 parcelas	31.941	0,1%	72,5%	19.930	0,07%	74,5%	987	0,0%	83,5%
Acima de 60 parcelas	12.177.358	27,5%	100,0%	6.891.876	25,46%	100,0%	347.600	16,5%	100,0%
Total	44.346.092	100,0%	100,00%	27.067.573	100,00%	100,00%	2.105.256	100,0%	100,0%
Prazo médio ponderado	45								



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e filiada ao KPMG de firma-membro independente e afiliada ao KPMG International Cooperative (“KPMG IC”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International (“KPMG I”), uma entidade suíça. (KPMG 98377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.11 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Veículos leves



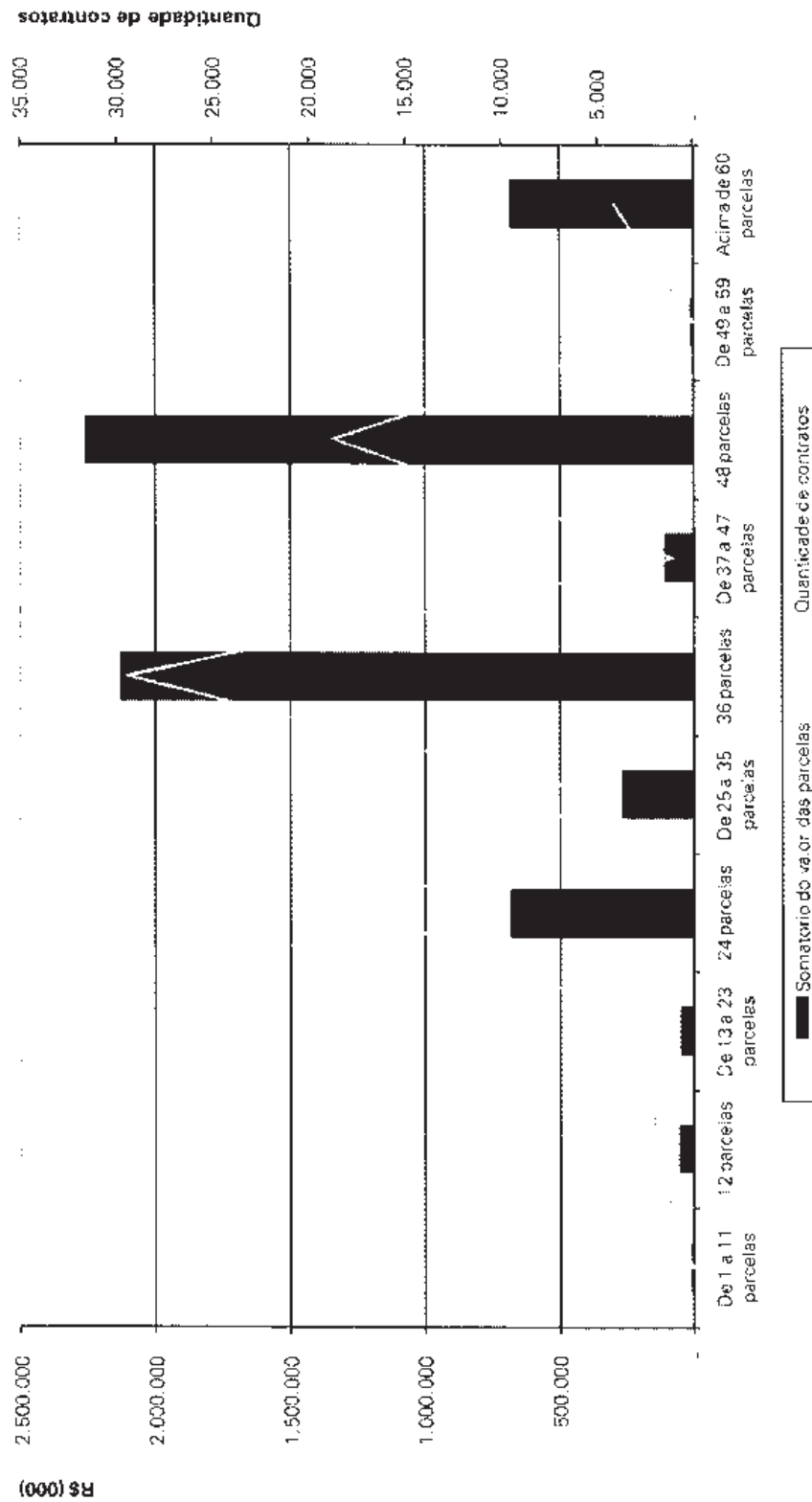
Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.14 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Veículos pesados

Quantidade de parcelas	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor Liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	2.892	0,1%	0,1%	2.576	0,1%	0,1%	97	0,1%	0,1%
De 12 a 23 parcelas	57.329	1,1%	1,3%	46.354	1,2%	1,2%	2.184	2,8%	2,9%
De 24 a 35 parcelas	49.414	1,3%	2,6%	37.643	0,9%	2,2%	1.587	2,0%	4,9%
De 36 a 47 parcelas	681.792	15,8%	18,4%	492.833	12,3%	14,5%	16.827	21,1%	28,0%
De 48 a 59 parcelas	262.447	2,9%	21,3%	166.206	4,2%	18,6%	4.864	6,2%	32,2%
De 60 a 71 parcelas	2.128.571	46,5%	65,7%	1.416.336	35,4%	54,0%	29.475	37,4%	69,5%
De 72 a 83 parcelas	169.005	1,6%	67,3%	53.028	1,7%	55,7%	1.059	1,3%	70,9%
De 84 a 95 parcelas	2.258.108	27,1%	94,5%	1.386.441	34,7%	90,4%	18.758	23,8%	94,7%
De 96 a 107 parcelas	831	0,0%	94,5%	538	0,0%	90,4%	7	0,0%	94,7%
Adianta de 60 parcelas	879.358	5,5%	100,0%	383.805	9,6%	100,0%	4.183	5,3%	100,0%
Total	6.229.689	100,0%	100,0%	4.001.265	100,0%	100,0%	78.871	100,0%	100,0%
Prazo médio ponderado			41						

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.12 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Veículos pesados



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.15 - Distribuição das operações por quantidade de parcela - Motos

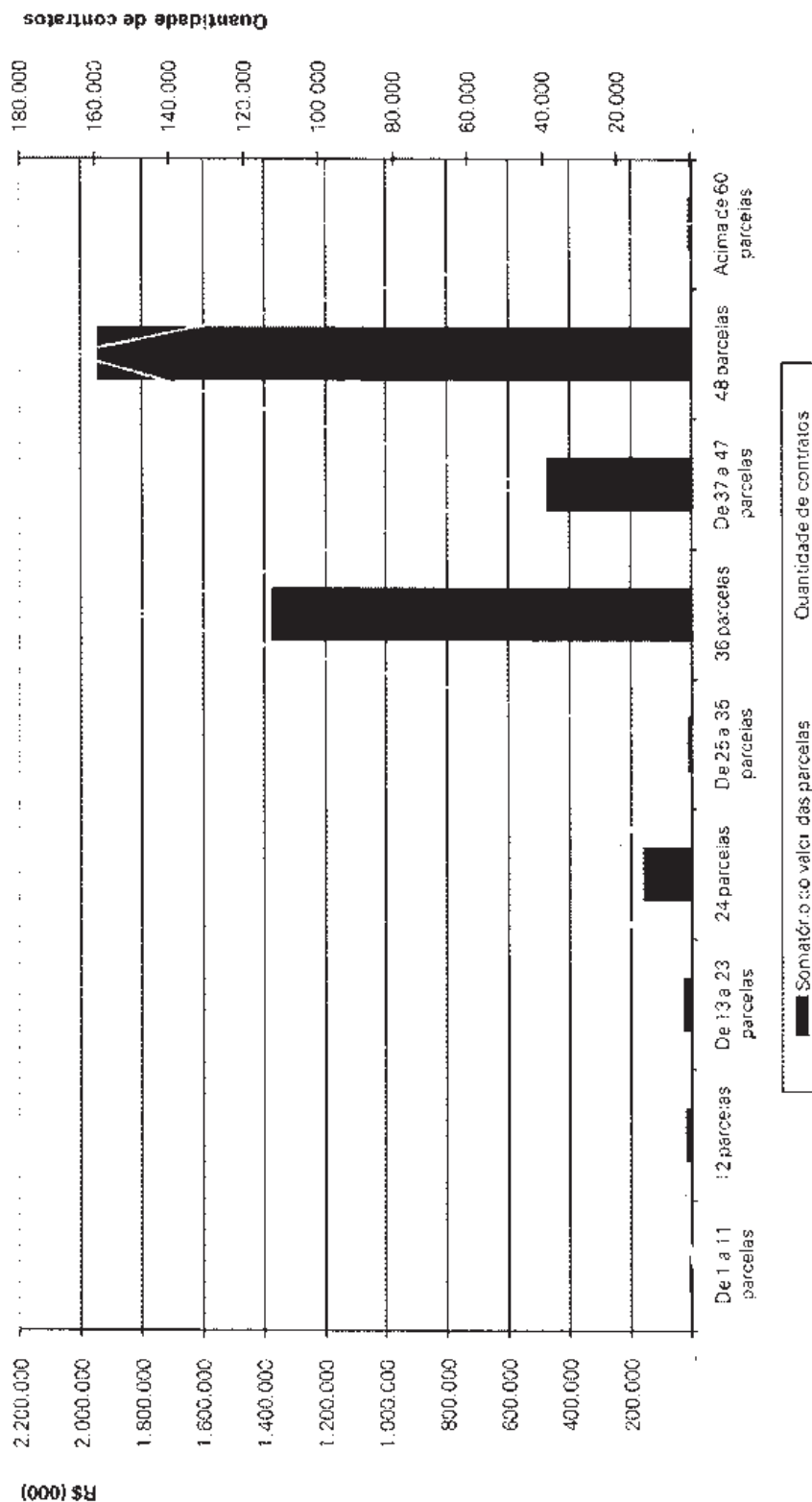
Quantidade de parcelas	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor Liberado - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de Contratos	%	% Acum.
De 1 a 11 parcelas	998	0,0%	0,0%	824	0,0%	0,0%	209	0,1%	0,1%
12 parcelas	17.527	0,4%	0,5%	13.303	0,6%	0,6%	3.411	0,9%	0,9%
De 13 a 22 parcelas	21.521	0,5%	1,0%	15.192	0,7%	1,3%	3.923	1,0%	1,9%
24 parcelas	158.025	4,0%	5,0%	106.460	4,7%	5,0%	24.033	6,1%	8,0%
De 25 a 35 parcelas	9.855	0,2%	5,2%	6.246	0,3%	6,3%	1.259	0,3%	5,3%
36 parcelas	1.370.740	34,3%	39,5%	534.910	36,8%	43,0%	149.786	38,1%	46,4%
De 37 a 47 parcelas	470.572	11,8%	51,3%	278.065	12,2%	55,3%	43.923	11,2%	67,6%
48 parcelas	1.943.783	49,7%	100,0%	1.016.233	44,7%	100,0%	166.685	42,4%	100,0%
Acum. de 60 parcelas	273	0,0%	100,0%	177	0,0%	100,0%	6	0,0%	100,0%
Total	3.993.305	100,0%	100,0%	2.271.411	100,0%	100,0%	393.234	100,0%	100,0%
Prazo médio ponderado	42								



KPMG KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 693771)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.13 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Motos



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.16 – Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos

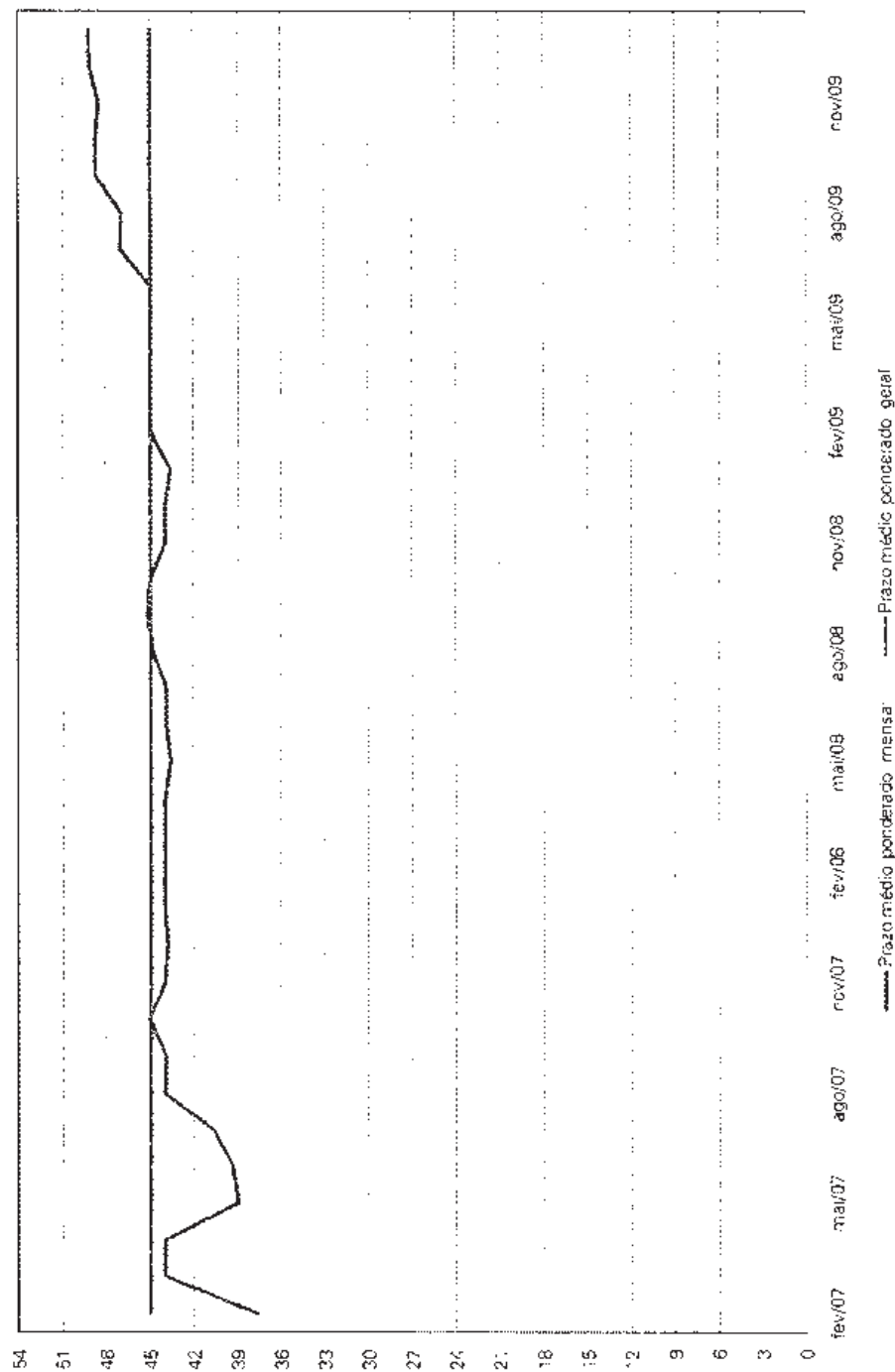
Período	Metos		Pesados		Vetulos		Consolidado	
	Prazo médio mensal		Prazo médio mensal		Prazo médio mensal		Prazo médio mensal	
fev/07	35		37		38		38	
mar/07	35		37		44		44	
abr/07	35		37		46		44	
mai/07	35		38		40		39	
jun/07	35		38		40		39	
jul/07	35		38		41		41	
ago/07	35		39		42		44	
set/07	35		40		45		44	
out/07	36		39		46		45	
nov/07	37		40		44		44	
dez/07	37		41		45		44	
jan/08	38		40		44		44	
fev/08	38		40		41		44	
mar/08	38		40		44		44	
abr/08	39		41		44		44	
mai/08	42		42		44		44	
jun/08	43		41		44		44	
jul/08	44		42		44		44	
ago/08	44		42		45		45	
set/08	45		42		46		45	
out/08	45		42		43		45	
nov/08	46		42		42		44	
dez/08	45		41		43		44	
jan/09	46		42		44		44	
fev/09	46		42		44		45	
mar/09	46		42		44		45	
abr/09	46		42		44		45	
mai/09	46		42		44		45	
jun/09	46		43		46		47	
jul/09	46		43		46		47	
ago/09	46		43		48		47	
set/09	46		44		48		49	
out/09	46		45		49		49	
nov/09	45		44		48		49	
dez/09	46		45		50		49	
jan/10	45		45		50		49	
Prazo médio ponderado	42		41		45		45	



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltd., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, o firma-membro do Rede KPMG de Investimento, membro do ICAEW (UK) e do CPA (USA). Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 83377)

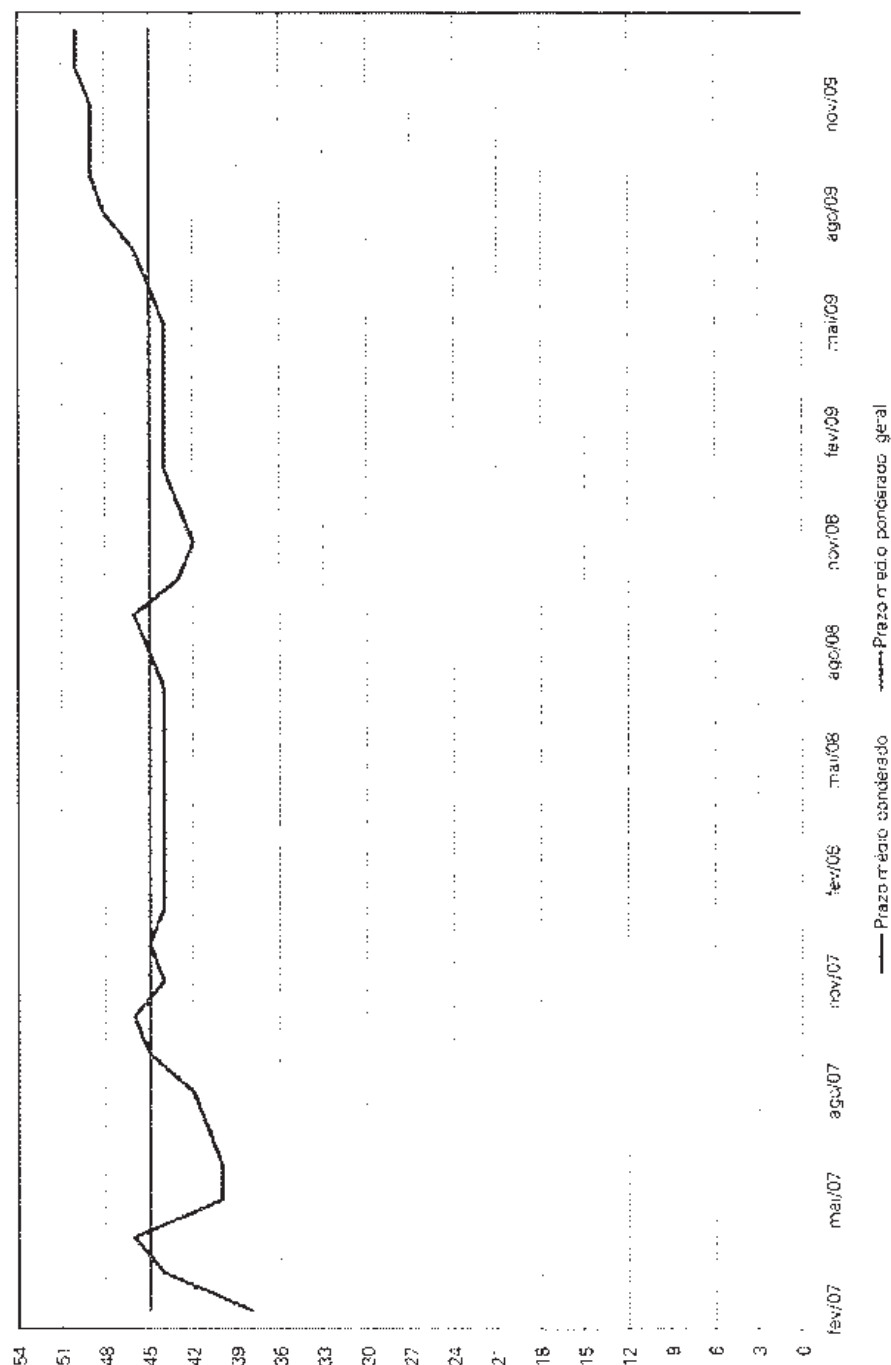
Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.14 - Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos – Consolidado



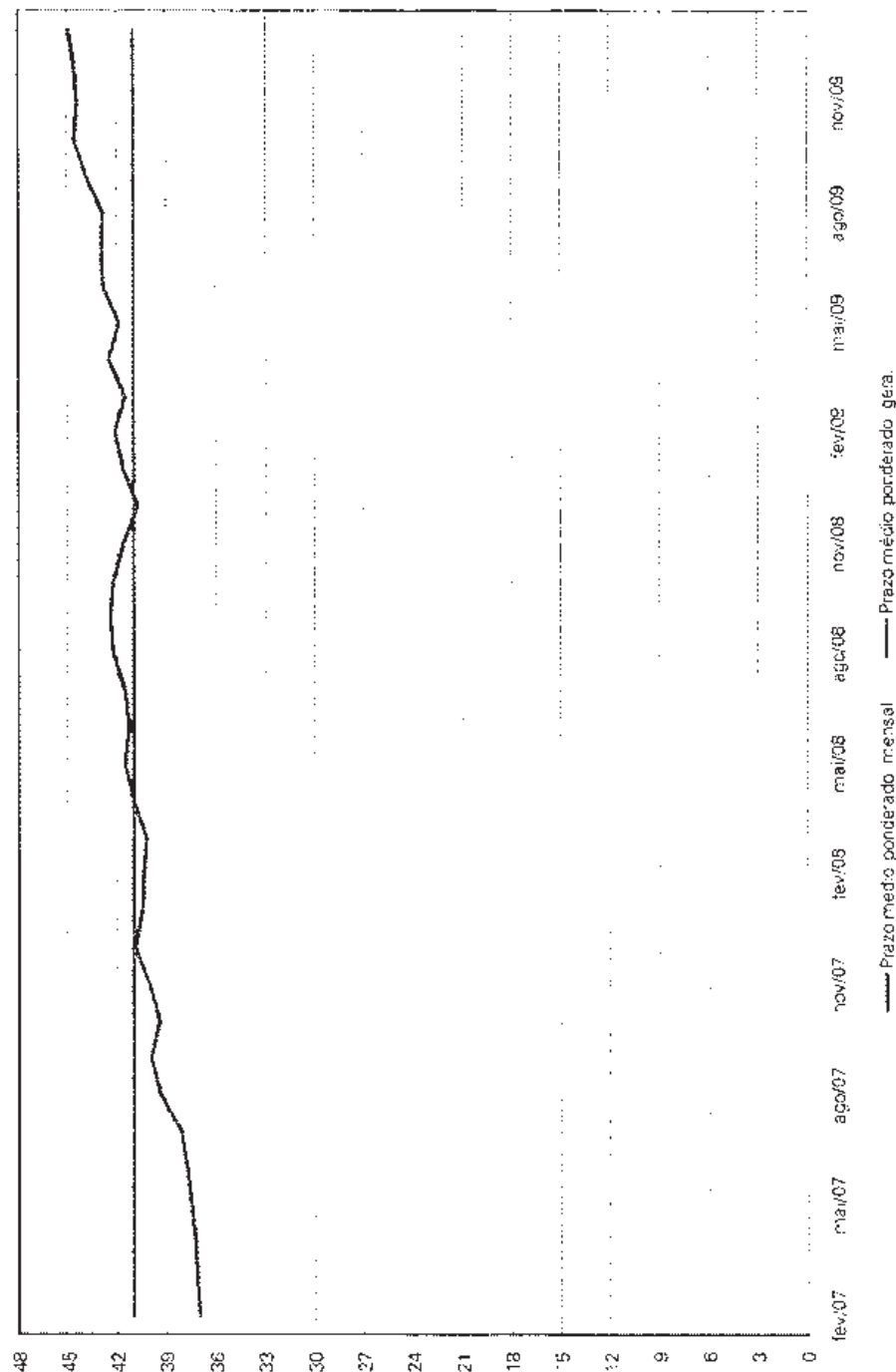
Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.15 - Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos – Veículos leves



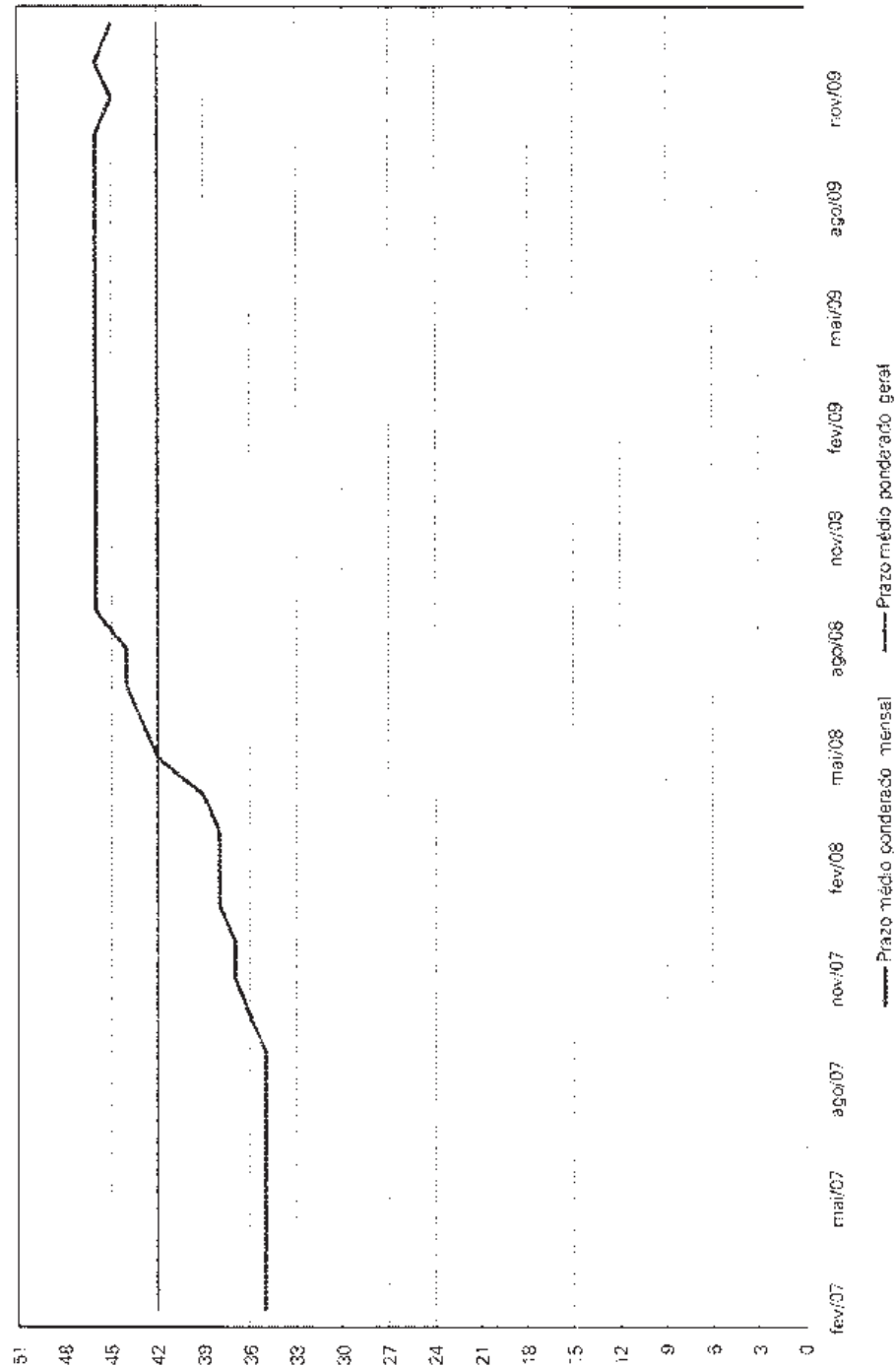
Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.16 - Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos – Veículos pesados



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.17 - Evolução mensal do prazo médio ponderado dos contratos – Motos



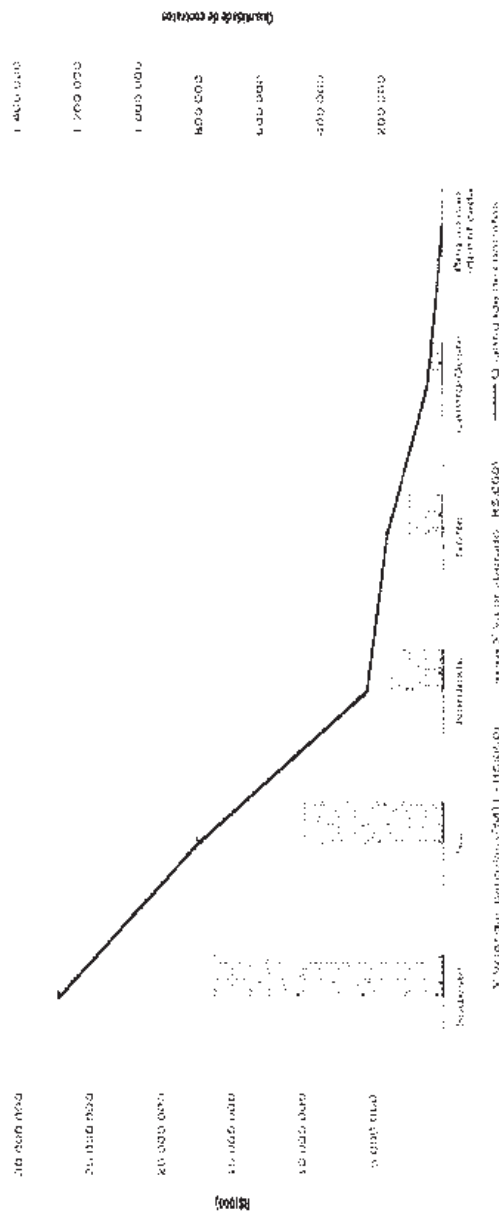
© 2010 KPMG Real Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e filiada à rede KPMG de "members independent" e afiliada à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG é o logotipo da KPMG, seu nome registrado da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (NONS 0837)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.17 - Distribuição das operações por região - Consolidado

Região do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Sudeste	27.034.075	49,5%	16.418.435	49,2%	1.270.079	49,3%
Sul	15.999.719	29,3%	9.887.126	29,7%	812.929	31,5%
Nordeste	6.068.801	11,1%	3.691.375	11,1%	252.900	9,8%
Norte	4.050.396	7,4%	2.484.864	7,5%	167.439	7,3%
Centro-Oeste	1.386.584	2,5%	839.694	2,5%	52.410	2,0%
Região não identificada	29.511	0,1%	18.755	0,1%	1.604	0,1%
Total	54.589.085	100,0%	33.340.250	100,0%	2.577.361	100,0%

Gráfico 2.18 - Distribuição das operações por região - Consolidado



As informações analíticas por estado estão apresentadas no Anexo I



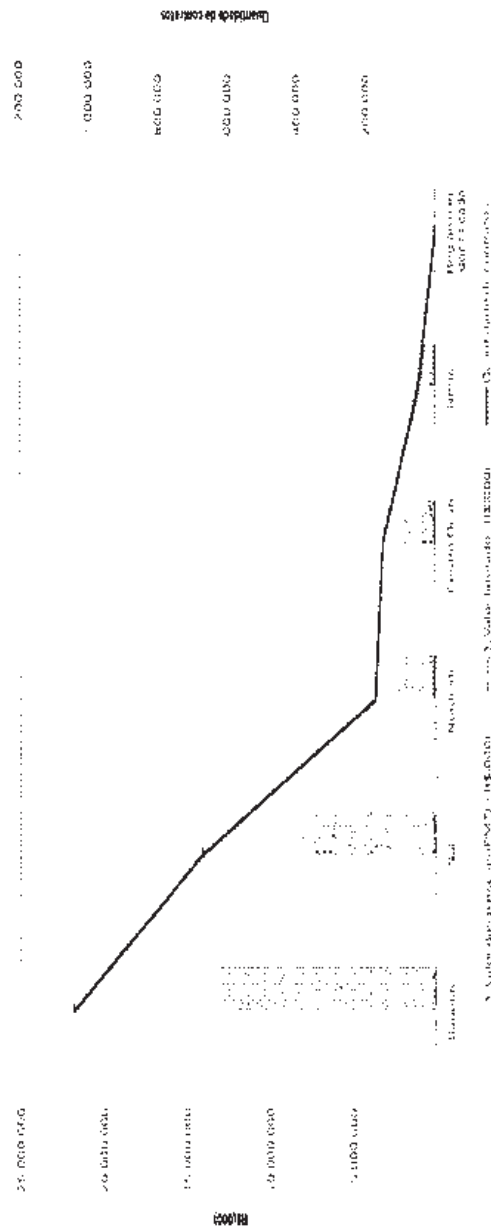
© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, o firm-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 83377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.18 - Distribuição das operações por região – Veículos leves

Região do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Sudeste	22.140.424	49,9%	13.423.274	49,6%	1.047.393	49,8%
Sul	13.159.699	29,7%	8.099.153	29,9%	676.672	32,1%
Nordeste	4.275.220	9,6%	2.613.357	9,7%	176.467	8,4%
Centro-Oeste	3.258.917	7,3%	2.012.123	7,4%	152.477	7,2%
Norte	1.488.779	3,4%	905.099	3,3%	50.970	2,4%
Região não identificada	23.053	0,1%	14.568	0,1%	1.277	0,1%
Total	44.346.092	100,0%	27.067.573	100,0%	2.105.256	100,0%

Gráfico 2.19 - Distribuição das operações por região – Veículos leves



As informações analíticas por estado estão apresentadas no Anexo II



Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.19 - Distribuição das operações por região – Veículos pesados

Região do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Sudeste	2.985.608	47,9%	1.897.233	47,4%	35.649	45,2%
SL	1.726.147	27,7%	1.145.711	28,6%	23.170	29,4%
Nordeste	832.296	13,4%	523.386	13,1%	11.876	15,1%
Centro-Oeste	454.030	7,3%	288.745	7,2%	5.397	6,8%
Norte	227.627	3,7%	143.531	3,6%	2.727	3,5%
Região não identificada	3.981	0,1%	2.660	0,1%	52	0,1%
Total	6.229.689	100,0%	4.001.265	100,0%	78.871	100,0%

Gráfico 2.20 - Distribuição das operações por região – Veículos pesados



As informações analíticas por estado estão apresentadas no Anexo III



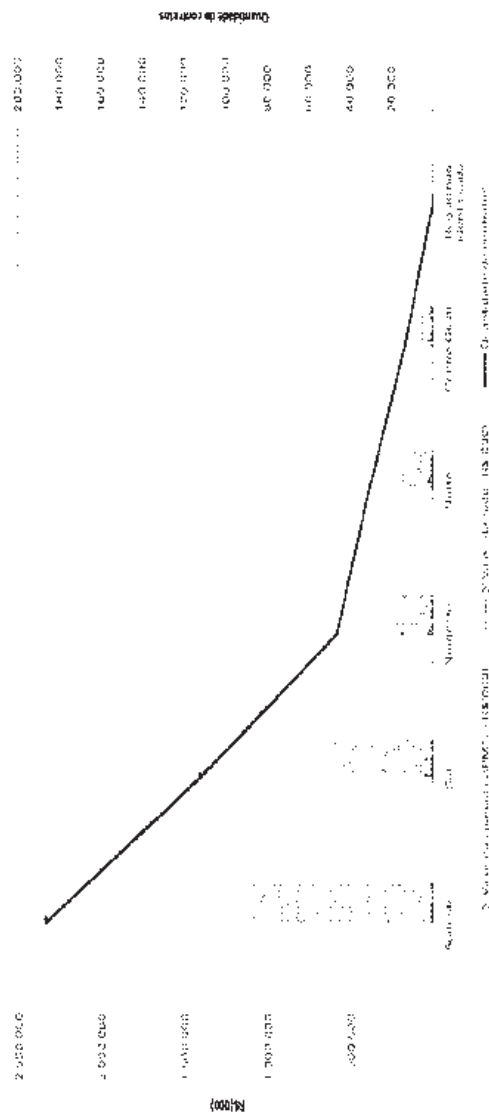
© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firmamento da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG é o logotipo de KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 08-377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.20 - Distribuição das operações por região - Motos

Região do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Sudeste	1.908.084	47,8%	1.097.953	48,3%	187.040	47,6%
Sul	1.113.873	27,9%	642.261	28,3%	113.087	28,8%
Nordeste	459.674	11,8%	258.294	11,4%	47.232	12,0%
Norte	357.065	8,9%	194.538	8,6%	31.602	8,0%
Centro-Oeste	142.173	3,6%	76.861	3,4%	14.001	3,6%
Região não identificada	2.435	0,1%	1.503	0,1%	272	0,1%
Total	3.993.305	100,0%	2.271.411	100,0%	393.234	100,0%

Gráfico 2.21 - Distribuição das operações por região - Motos



As informações analíticas por estado estão apresentadas no Anexo IV



© 2010 KPMG Audit Advisory Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, o único membro do grupo KPMG no Brasil, é uma entidade independente e não afiliada à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todas as referências aos "KPMG" no Brasil, KPMG e o "grupo" da KPMG são referências ao KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça, (KPMG 88377).

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.21 - Evolução mensal da taxa média praticada

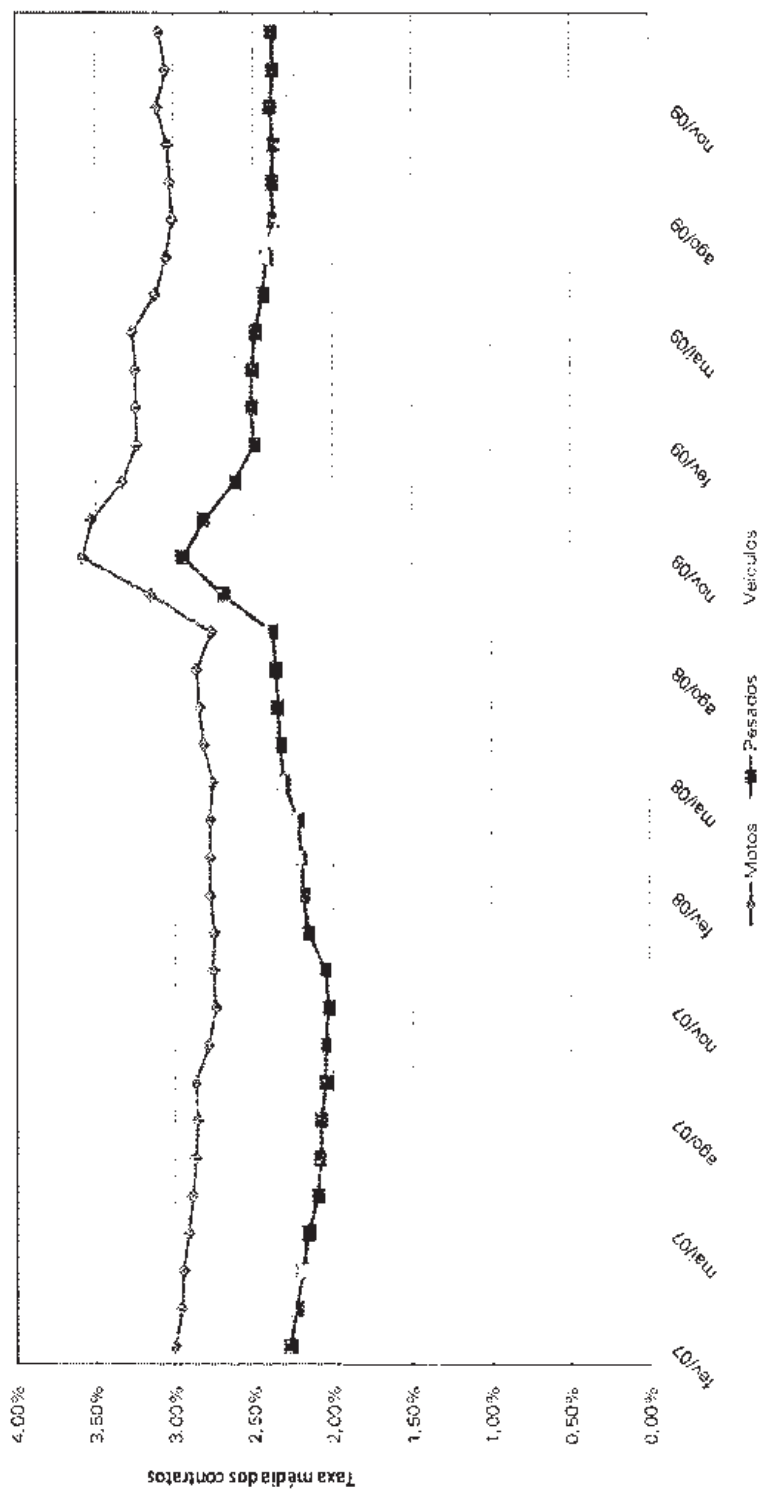
Período	Motos		Pesados		Veículos		Consolidado	
	Taxa média mensal		Taxa média mensal		Taxa média mensal		Taxa média mensal	
fev/07	3,00%		2,27%		2,43%		2,42%	
mar/07	2,96%		2,23%		2,29%		2,24%	
abr/07	2,94%		2,19%		2,20%		2,25%	
mai/07	2,91%		2,16%		2,28%		2,32%	
jun/07	2,89%		2,10%		2,23%		2,26%	
jul/07	2,87%		2,09%		2,20%		2,20%	
ago/07	2,85%		2,08%		2,17%		2,05%	
set/07	2,87%		2,06%		2,14%		2,16%	
out/07	2,79%		2,05%		2,12%		2,13%	
nov/07	2,74%		2,03%		2,14%		2,11%	
dez/07	2,76%		2,05%		2,13%		2,17%	
jan/08	2,75%		2,16%		2,24%		2,22%	
fev/08	2,78%		2,19%		2,26%		2,23%	
mar/08	2,78%		2,20%		2,25%		2,23%	
abr/08	2,77%		2,22%		2,27%		2,26%	
mai/08	2,76%		2,31%		2,35%		2,38%	
jun/08	2,82%		2,33%		2,41%		2,42%	
jul/08	2,84%		2,35%		2,46%		2,47%	
ago/08	2,86%		2,35%		2,47%		2,40%	
set/08	2,77%		2,38%		2,45%		2,50%	
out/08	3,15%		2,69%		2,87%		2,75%	
nov/08	3,59%		2,95%		3,22%		3,10%	
dez/08	3,55%		2,81%		3,05%		3,00%	
jan/09	3,33%		2,61%		2,78%		2,82%	
fev/09	3,24%		2,49%		2,67%		2,63%	
mar/09	3,24%		2,51%		2,64%		2,59%	
abr/09	3,24%		2,50%		2,63%		2,58%	
mai/09	3,26%		2,49%		2,61%		2,55%	
jun/09	3,12%		2,44%		2,61%		2,53%	
jul/09	3,05%		2,41%		2,44%		2,41%	
ago/09	3,01%		2,37%		2,33%		2,40%	
set/09	3,03%		2,36%		2,30%		2,33%	
out/09	3,04%		2,37%		2,31%		2,35%	
nov/09	3,10%		2,39%		2,29%		2,34%	
dez/09	3,06%		2,37%		2,27%		2,34%	
jan/10	3,09%		2,38%		2,25%		2,31%	
Média	2,98%		2,30%		2,40%		2,39%	



© 2010 KPMG Realização Serviços Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e fisco-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma rede mundial de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network. KPMG Realização Serviços Ltda. é uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma entidade suíça. (KPMG 00377)

Seção II - Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.22 - Evolução mensal do taxa média praticada



Seção III - Análises de performance – Aging list

Apresente a situação das parcelas em 31 de janeiro de 2010, segregadas entre liquidades antecipadamente, em dia, em atraso ou vencidas e não liquidadas. Indica a liquidez da carteira.

Tabela 3.1 - Aging list Consolidado: liquidez da carteira

Faixas	Soma do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	54.569.085		
(-) Parcelas baixadas por cancelamento	768.665		
(-) Parcelas baixadas por renegociação	337.552		
(-) Pré-liquidações de contratos *	3.677.529		
(-) Contratos retroativos	1.528.679		
(-) Desconto	153.466		
(-) Multa	378.035		
(-) Parcelas a vencer após 31 de janeiro de 2010	29.710.218		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2010	18.776.811		
Parcelas pagas antecipadamente	5.904.512		
acima de 90 dias	267.137	1,4%	1,4%
de 60 a 90 dias	42.287	0,2%	1,6%
de 30 a 60 dias	138.381	0,7%	2,4%
de 15 a 30 dias	386.090	2,1%	4,4%
de 1 a 15 dias	5.070.637	27,0%	31,5%
Parcelas liquidadas no vencimento	4.176.520		
Parcelas vencidas e liquidadas com atraso	7.661.487		
de 1 a 15 dias	5.222.952	27,4%	81,5%
de 15 a 30 dias	1.595.715	8,5%	90,0%
de 30 a 60 dias	592.102	3,2%	93,2%
de 60 a 90 dias	194.523	1,0%	94,2%
de 90 a 120 dias	28.451	0,2%	94,4%
de 120 a 150 dias	3.451	0,1%	94,4%
de 150 a 180 dias	5.420	0,0%	94,5%
acima de 180 dias	11.673	0,1%	94,5%
Parcelas vencidas e não liquidadas *	1.028.292		
		5,5%	100,0%

* As análises relativas ao saldo de "parcelas vencidas e não liquidadas" e "Pré-liquidações de contrato estão apresentadas no slide a seguir.



S 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todas as análises realizadas. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 88377)

Seção III - Análises de performance – Aging list (cont.)

Apresenta a situação das parcelas em 31 de janeiro de 2010, segregadas entre liquidadas antecipadamente, em dia, em atraso ou vencidas e não liquidadas. Índice de liquidez da carteira.

Tabela 3.2 - Aging list: liquidez da carteira - Segregado por tipo de veículo

Faixas	Veículos Livres			Veículos Pesados			Motos		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	44.345.092			6.229.889			3.983.305		
(I) Parcelas sob análise por cancelamento	265.612			72.827			30.361		
(II) Parcelas sob análise por reavaliação	756.356			67.240			14.436		
(III) Parcelas sob análise de contratos	3.073.732			512.230			88.521		
(IV) Contratos vencidos	1.206.584			102.768			167.725		
(V) Desconto	119.119			28.546			7.832		
(VI) Multas	303.611			35.715			36.836		
(VII) Parcelas a vencer após 31 de janeiro de 2010	21.511.430			3.517.263			3.151.525		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2010	14.773.413			2.465.728			1.524.870		
Parcelas pagas antecipadamente	4.852.760			525.210			516.543		
até 15 dias	326.643	1,5%	1,5%	25.821	1,1%	1,1%	14.354	0,9%	0,9%
de 16 a 30 dias	31.258	0,2%	1,8%	4.312	0,2%	1,2%	3.627	0,2%	1,1%
de 31 a 60 dias	112.647	0,8%	2,6%	12.002	0,5%	1,3%	13.732	0,9%	2,1%
de 61 a 90 dias	321.858	2,2%	4,7%	22.573	1,0%	2,7%	40.552	2,7%	4,8%
de 91 a 180 dias	2.167.156	28,2%	32,9%	459.386	18,6%	21,3%	444.037	28,1%	33,9%
Parcelas liquidadas no vencimento	3.258.246	27,5%	51,5%	889.455	22,0%	40,2%	235.809	15,3%	49,4%
Parcelas vencidas e liquidadas com atraso	5.953.938			1.073.325			634.224		
de 1 a 15 dias	459.161	21,7%	57,6%	309.235	28,6%	78,0%	327.927	27,7%	77,1%
de 16 a 30 dias	1.228.298	8,3%	90,9%	224.488	5,1%	83,1%	142.976	9,1%	88,6%
de 31 a 60 dias	119.089	3,0%	93,9%	91.454	2,7%	90,8%	51.448	3,1%	93,8%
de 61 a 90 dias	142.567	1,0%	94,9%	35.760	1,4%	92,3%	14.196	0,9%	95,8%
de 91 a 120 dias	23.581	0,1%	95,0%	5.834	0,2%	92,5%	2.746	0,1%	96,9%
de 121 a 180 dias	7.573	0,0%	95,1%	2.379	0,1%	92,6%	654	0,0%	97,9%
de 181 a 360 dias	3.816	0,0%	95,1%	1.257	0,1%	92,6%	327	0,0%	98,2%
de 361 a 180 dias	8.385	0,1%	96,2%	2.627	0,1%	92,8%	647	0,0%	98,2%
Parcelas vencidas e não liquidadas	712.470	4,8%	100,0%	178.728	7,2%	100,0%	137.094	5,0%	100,0%



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, e filial membro do rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network Cooperative ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impressão no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network Cooperative ("KPMG Network"), uma entidade suíça. (KPMG 98377)

Seção III - Análises de performance – Aging list (cont.)

A tabela 3.3 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*1st payment default*). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (*2nd payment default*).

Tabela 3.3 - Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Veículos leves

Faixas	1 st Payment Default			2 nd Payment Default		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	1.750.787			1.958.316		
1. Parcelas de todas as cancelamento	665.512			-		
2. Parcelas baixadas por negociação	-			-		
3. Parcelas liquidadas de contratos	-			-		
4. Contratos refinanciados	826			743		
5. Desconto	38			337		
6. Multa	5			334		
7. Parcelas a vencer após 31 de janeiro de 2010	939.656			1.858.134		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2010	64.600			69.535		
Parcelas pagas antecipadamente	118			4.249		
até 15 dias	49	0,1%	0,1%	317	0,5%	0,5%
de 16 a 30 dias	0	0,0%	0,1%	1	0,0%	0,5%
de 31 a 60 dias	1	0,0%	0,1%	24	0,0%	0,5%
de 61 a 90 dias	8	0,0%	0,1%	141	0,2%	0,7%
de 91 a 120 dias	60	0,1%	0,2%	3.767	5,4%	8,1%
de 121 a 150 dias	42	0,1%	0,2%	2.592	3,7%	9,8%
Parcelas liquidadas no vencimento	42			2.592		
Parcelas vencidas e liquidadas com atraso	105			7.712		
de 1 a 15 dias	97	0,2%	0,4%	5.063	7,3%	17,1%
de 16 a 30 dias	6	0,0%	0,4%	1.604	2,3%	19,4%
de 31 a 60 dias	1	0,0%	0,4%	852	1,2%	20,7%
de 61 a 90 dias	0	0,0%	0,4%	186	0,3%	20,9%
de 91 a 120 dias	0	0,0%	0,4%	6	0,0%	20,9%
de 121 a 150 dias	0	0,0%	0,4%	-	0,0%	20,9%
de 151 a 180 dias	-	0,0%	0,4%	-	0,0%	20,9%
de 181 a 180 dias	-	0,0%	0,4%	1	0,0%	20,9%
Parcelas vencidas e não liquidadas	64.335	93,6%	100,0%	54.582	79,1%	100,0%



© 2010 KPMG Brasil Advisory Services Ltda. uma sociedade simples, limitada, o membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todas as outras reservas, impressas no Brasil, KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Limited, uma entidade suíça. (KPMG 00317)

Seção III - Análises de performance - Aging list (cont.)

A tabela 3.4 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (1st payment default). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (2nd payment default).

Tabela 3.4 - Aging list - 1st e 2nd Payment Default - Veículos pesados

Faixas	1st Payment Default			2nd Payment Default		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	239.301			206.492		
(1) Parcelas baixadas por cancelamento	73.627			-		
(1) Parcelas baixadas por negociação	-			-		
(1) Re-liquidações de contratos	-			-		
(1) Contratos interrompidos	203		75	-		
(1) Desconto	-		63	-		
(1) Multa	2		43	-		
(1) Parcelas a vencer após 31 de janeiro de 2010	166.770			194.187		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2010	9.703			12.221		
Parcelas pagas antecipadamente	17			438		
acima de 90 dias	-	0,0%	0,0%	37	0,3%	0,3%
de 60 a 90 dias	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
de 30 a 60 dias	3	3,3%	0,0%	-	0,0%	0,0%
de 15 a 30 dias	-	0,0%	0,0%	14	0,1%	0,4%
de 1 a 15 dias	13	0,1%	0,2%	387	3,2%	3,6%
Parcelas liquidadas no vencimento	15			417		
		0,2%	0,3%		3,4%	7,0%
Parcelas vencidas e liquidadas com atraso	34			1.278		
de 1 a 15 dias	31	0,3%	0,6%	718	5,9%	12,8%
de 15 a 30 dias	4	0,0%	0,7%	334	2,7%	15,6%
de 30 a 60 dias	-	0,0%	0,7%	175	1,4%	17,0%
de 60 a 90 dias	-	0,0%	0,7%	50	0,4%	17,5%
de 90 a 120 dias	-	0,0%	0,7%	-	0,0%	17,5%
de 120 a 150 dias	-	0,0%	0,7%	-	0,0%	17,5%
de 150 a 180 dias	-	0,0%	0,7%	-	0,0%	17,5%
acima de 180 dias	-	0,0%	0,7%	-	0,0%	17,5%
Parcelas vencidas e não liquidadas	9.637			10.068		
		99,3%	100,0%		82,5%	100,0%



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, o firm-member da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. KPMG e o logo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 06377)

Seção III - Análises de performance - Aging list (cont.)

A tabela 3.5 apresenta a situação dos contratos cuja primeira parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (1st payment default). Da mesma forma, indica a situação dos contratos cuja segunda parcela não foi liquidada ou foi liquidada com atraso superior a 60 dias (2nd payment default).

Tabela 3.5 - Aging list - 1st e 2nd Payment default - Motos

Faixas	1 st Payment Default			2 nd Payment Default		
	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.	Σ do Valor das Parcelas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	175.975			179.509		
(i) Parcelas baixadas por cancelamento	30.367			-		
(ii) Parcelas baixadas por resgatação	-			-		
(iii) Proenquações de contratos	-			-		
(iv) Contratos reconhecidos	82			155		
(v) Desconto	0			6		
(vi) Multa	3			62		
(vii) Parcelas a vencer após 31 de janeiro de 2010	112.828			165.149		
Parcelas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2010	27.521			14.261		
Parcelas pagas antecipadamente	23			448		
acima de 90 dias	0	0,0%	0,0%	3	0,0%	0,0%
de 60 a 90 dias	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
de 30 a 60 dias	0	0,0%	0,0%	2	0,0%	0,0%
de 15 a 30 dias	3	0,0%	0,0%	25	0,2%	0,2%
de 1 a 15 dias	20	0,1%	0,1%	27	2,8%	3,1%
Parcelas liquidadas no vencimento	14			212		
acima de 90 dias	-	0,1%	0,1%	-	1,5%	4,6%
de 60 a 90 dias	3	0,1%	0,2%	1170	4,8%	9,5%
de 30 a 60 dias	2	0,0%	0,3%	254	2,1%	11,5%
de 15 a 30 dias	7	0,0%	0,3%	155	1,1%	12,6%
de 1 a 15 dias	-	0,0%	0,3%	32	0,2%	12,8%
de 90 a 120 dias	-	0,0%	0,3%	0	0,0%	12,8%
de 120 a 150 dias	-	0,0%	0,3%	0	0,0%	12,8%
de 150 a 180 dias	-	0,0%	0,3%	0	0,0%	12,8%
acima de 180 dias	-	0,0%	0,3%	-	0,0%	12,8%
Parcelas vencidas e não liquidadas	27.446			12.431		
		99,7%	100,0%		87,2%	100,0%



© 2010 KPMG R&A Advisory Services Ltda, uma sociedade simples para fins de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 0437)

Seção III - Análises de performance - Aging list (cont.)

Tabela 3.6 - A tabela a seguir apresenta a relação total de contratos em aberto na data-base sob análise, segregando os somatórios de parcelas entre três grandes grupos: "Vencidos", "A Vencer", e "Liquidadados". Além disso apresenta, por quantidade de parcelas vencidas, a respectiva quantidade de contratos e respectivo total originado (volume financeiro) em cada uma das faixas estabelecidas:

Total Original			Vencida			Liquida				
Quantidade de parcelas vencidas	Quantidade de parcelas - R\$	Somatório do valor das parcelas - R\$	AV	AV*	Somatório do valor das parcelas - R\$	AV*	Somatório do valor das parcelas - R\$	Multa / Desconto	AV*	AV*
0	3.352,97%	42.632.712,35	78,00	0%	22.575.911,72	75,00%	20.224.735,85	0,00	44,23%	47,00%
1	312,93%	6.564.654,42	13,00	5,00	4.466.343,86	5,00%	2.422.171,55	568,59	16,38%	16,38%
2	88,93%	1.758.359,88	3,00	2,00	913.823,82	3,00%	583.107,52	85,93	2,76%	2,76%
3	27,13%	433.344,33	0,00	0,00	31.463,31	0,00%	325.426,08	0,00	0,00%	0,00%
4	3,31%	137.135,76	0,00	0,00	192,50	0,00%	130.767,58	0,00	0,00%	0,00%
5	0,68%	434.656,62	0,00	0,00	122.054,31	0,00%	49,19	0,00	0,00%	0,00%
6	0,51%	166.854,83	0,00	0,00	67.718,26	0,00%	46,73	0,00	0,00%	0,00%
7	0,38%	75.334,22	0,00	0,00	30.445,58	0,00%	42,73	0,00	0,00%	0,00%
8	0,28%	59.887,03	0,00	0,00	18.249,62	0,00%	40,73	0,00	0,00%	0,00%
9	0,21%	45.871,82	0,00	0,00	13.853,43	0,00%	39,53	0,00	0,00%	0,00%
10	0,15%	34.065,63	0,00	0,00	10.733,48	0,00%	38,53	0,00	0,00%	0,00%
11	0,11%	26.486,74	0,00	0,00	8.245,73	0,00%	37,53	0,00	0,00%	0,00%
12	0,08%	20.815,78	0,00	0,00	6.351,61	0,00%	36,53	0,00	0,00%	0,00%
13	0,06%	16.246,91	0,00	0,00	4.912,92	0,00%	35,53	0,00	0,00%	0,00%
14	0,04%	12.149,03	0,00	0,00	3.746,23	0,00%	34,53	0,00	0,00%	0,00%
15	0,03%	9.585,03	0,00	0,00	2.907,62	0,00%	33,53	0,00	0,00%	0,00%
16	0,02%	7.453,66	0,00	0,00	2.255,22	0,00%	32,53	0,00	0,00%	0,00%
17	0,01%	5.740,53	0,00	0,00	1.714,42	0,00%	31,53	0,00	0,00%	0,00%
18	0,01%	4.395,91	0,00	0,00	1.312,43	0,00%	30,53	0,00	0,00%	0,00%
19	0,01%	3.382,55	0,00	0,00	1.047,42	0,00%	29,53	0,00	0,00%	0,00%
20	0,00%	2.617,37	0,00	0,00	817,52	0,00%	28,53	0,00	0,00%	0,00%
21	0,00%	2.007,87	0,00	0,00	621,32	0,00%	27,53	0,00	0,00%	0,00%
22	0,00%	1.541,11	0,00	0,00	465,56	0,00%	26,53	0,00	0,00%	0,00%
23	0,00%	1.165,29	0,00	0,00	352,56	0,00%	25,53	0,00	0,00%	0,00%
24	0,00%	895,46	0,00	0,00	269,56	0,00%	24,53	0,00	0,00%	0,00%
25	0,00%	682,37	0,00	0,00	207,56	0,00%	23,53	0,00	0,00%	0,00%
26	0,00%	518,29	0,00	0,00	156,56	0,00%	22,53	0,00	0,00%	0,00%
27	0,00%	396,21	0,00	0,00	121,56	0,00%	21,53	0,00	0,00%	0,00%
28	0,00%	302,16	0,00	0,00	93,56	0,00%	20,53	0,00	0,00%	0,00%
29	0,00%	230,12	0,00	0,00	71,56	0,00%	19,53	0,00	0,00%	0,00%
30	0,00%	175,07	0,00	0,00	54,56	0,00%	18,53	0,00	0,00%	0,00%
31	0,00%	132,02	0,00	0,00	42,56	0,00%	17,53	0,00	0,00%	0,00%
32	0,00%	100,98	0,00	0,00	32,56	0,00%	16,53	0,00	0,00%	0,00%
33	0,00%	77,23	0,00	0,00	24,56	0,00%	15,53	0,00	0,00%	0,00%
34	0,00%	58,94	0,00	0,00	18,56	0,00%	14,53	0,00	0,00%	0,00%
35	0,00%	44,70	0,00	0,00	14,56	0,00%	13,53	0,00	0,00%	0,00%
36	0,00%	34,02	0,00	0,00	11,56	0,00%	12,53	0,00	0,00%	0,00%
37	0,00%	25,97	0,00	0,00	8,56	0,00%	11,53	0,00	0,00%	0,00%
38	0,00%	19,72	0,00	0,00	6,56	0,00%	10,53	0,00	0,00%	0,00%
39	0,00%	14,90	0,00	0,00	5,56	0,00%	9,53	0,00	0,00%	0,00%
40	0,00%	11,22	0,00	0,00	4,56	0,00%	8,53	0,00	0,00%	0,00%
41	0,00%	8,51	0,00	0,00	3,56	0,00%	7,53	0,00	0,00%	0,00%
42	0,00%	6,44	0,00	0,00	2,56	0,00%	6,53	0,00	0,00%	0,00%
43	0,00%	4,88	0,00	0,00	2,56	0,00%	5,53	0,00	0,00%	0,00%
44	0,00%	3,69	0,00	0,00	2,56	0,00%	4,53	0,00	0,00%	0,00%
45	0,00%	2,80	0,00	0,00	2,56	0,00%	3,53	0,00	0,00%	0,00%
46	0,00%	2,14	0,00	0,00	2,56	0,00%	2,53	0,00	0,00%	0,00%
47	0,00%	1,64	0,00	0,00	2,56	0,00%	1,53	0,00	0,00%	0,00%
48	0,00%	1,25	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
49	0,00%	964,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
50	0,00%	736,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
51	0,00%	564,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
52	0,00%	432,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
53	0,00%	320,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
54	0,00%	208,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
55	0,00%	96,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
56	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
57	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
58	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
59	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
60	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
61	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
62	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
63	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
64	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
65	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
66	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
67	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
68	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
69	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
70	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
71	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
72	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
73	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
74	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
75	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
76	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
77	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
78	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
79	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
80	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
81	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
82	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
83	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
84	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
85	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
86	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
87	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
88	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
89	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
90	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
91	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
92	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
93	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
94	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
95	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
96	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
97	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
98	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
99	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
100	0,00%	0,56	0,00	0,00	2,56	0,00%	0,53	0,00	0,00%	0,00%
Total Vencidos	2.577,35%	54.630.055,02	17,100%	2,2%	23.710.217,98	100,00%	24.055.113,30	44,100%	44%	0%

[illegible][illegible]

KPMG

© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda. uma subsidiária simples brasileira e limitada por quotas de KPMG de firmas-membro do "KPMG network" e afiliadas a KPMG International Co-operative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impressão no Brasil. KPMG n.º 04000000-0. KPMG e os demais símbolos da KPMG International ("KPMG International"), uma entidade suíça (NOMAS 88372).

Análises de performance (pool) - Descrição dos critérios adotados e trabalhos efetuados

Nos slides a seguir apresentamos os resultados observados durante nossos testes realizados para análise do pool estático (por contrato), demonstrando o prazo de liquidação das parcelas vencidas no período sob análise. Tal informação tem como principal objetivo apresentar o comportamento de pagamentos por safra de origemação dos contratos.

Carteira sob análise: 1º de fevereiro de 2010 e 31 de janeiro de 2010

Safra de origemação: mensal

Períodos de "Corte" para operações vencidas: acima de 60 dias; acima de 90 dias; e acima de 180 dias

Produtos analisados:

- Veículos leves
- Veículos pesados
- Motos

Pool Estático por contrato

Apresenta a distribuição dos volumes financeiros não liquidados com atrasos superiores aos seguintes "cortes": 60 dias, 90 dias e 180 dias. Para elaboração de tal informação, classificamos o saldo devedor de cada contrato de acordo com a parcela mais atrasada em cada um dos meses sob análise, considerando a totalidade de suas parcelas em aberto (vencidas e a vencer). A fim de calcular o percentual de inadimplência (tendência) para cada uma das safras sob análise, dividimos o somatório dos saldos devedores dos contratos inadimplentes pelo total originado na respectiva safra ao longo do período sob análise.

As análises a seguir estão apresentadas de forma consolidada. A seguir, uma breve descrição do que será apresentado em cada um dos slides, incluindo as premissas utilizadas e significados dos termos utilizados.

Cabe ressaltar que os slides apresentados neste relatório foram preparados de forma sintética, sendo que as respectivas bases de dados analíticas utilizadas para sua confecção estão localizadas ao final deste relatório.

Slide 1: Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 60 dias)

Representação analítica dos percentuais de inadimplência (tendência) observados para cada um dos meses contidos no período sob análise, segregados por safra de origemação (apenas as safras representativas), que foram utilizados como base para preparação das tabelas apresentadas nos slides 1 e 2 - vencidos acima de 60 dias

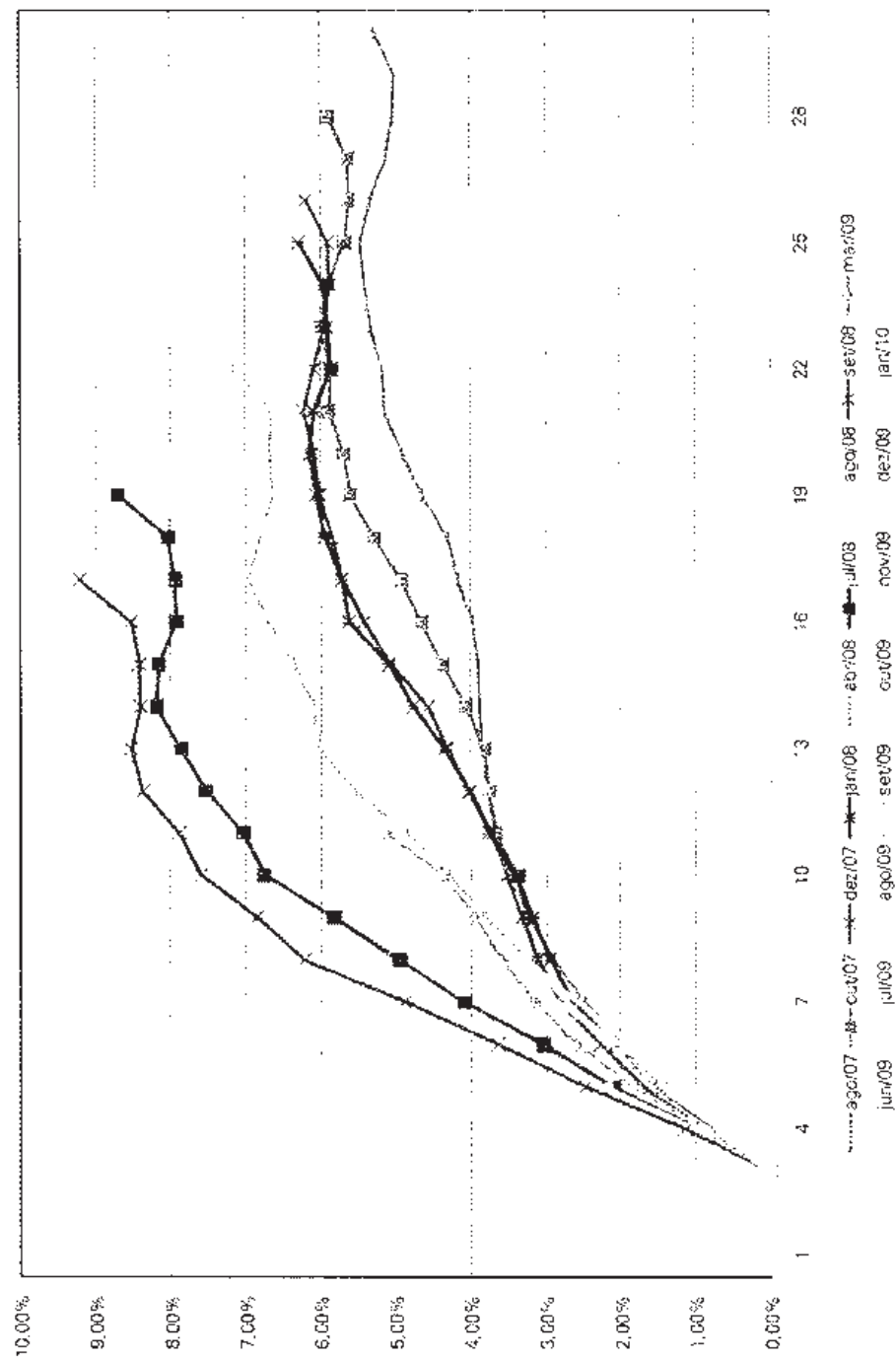
Slide 2: Representação gráfica das informações relacionadas no slide 1

Os slides 3/4 e os slides 5/6 apresentam as mesmas informações relativas aos slides 1/2, sendo diferentes apenas os "cortes" utilizados (3/4 - Vencidos acima de 90 dias / 5/6 - Vencidos acima de 180 dias).



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.1 - Pool estático - "corte" 60 dias (Consolidado)



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade anônima de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 88377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.9 - Percentuais de Inadimplência mensais (Vencidos acima de 90 dias) - Consolidado

Mês de Corte seq análise	Salas de Originação (* exceto as salas consideradas iniciais conforme premissa já mencionada neste relatório)											
	ago/07	out/07	dez/07	jan/08	abr/08	jul/08	ago/08	set/08	mar/09	jun/09	jul/09	ago/09
fev/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	0,04%	0,07%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	1,60%	0,49%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	2,00%	1,15%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	2,39%	1,63%	0,72%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/08	2,72%	2,73%	1,37%	0,64%	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	2,89%	2,80%	1,87%	1,25%	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	3,13%	2,67%	2,28%	1,69%	0,07%	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	3,24%	2,95%	2,55%	2,15%	0,67%	-	-	-	-	-	-	-
set/08	3,32%	3,10%	2,82%	2,42%	1,35%	-	-	-	-	-	-	-
out/08	3,35%	3,20%	2,99%	2,67%	1,72%	0,04%	-	-	-	-	-	-
nov/08	3,45%	3,45%	3,22%	2,91%	2,16%	0,60%	0,07%	-	-	-	-	-
dez/08	3,60%	3,60%	3,45%	3,24%	2,72%	1,75%	0,97%	0,03%	-	-	-	-
jan/09	3,72%	3,85%	3,72%	3,47%	3,16%	2,86%	1,90%	1,03%	-	-	-	-
fev/09	3,94%	4,11%	4,08%	3,74%	3,56%	3,38%	2,66%	2,33%	-	-	-	-
mar/09	4,16%	4,40%	4,39%	4,15%	4,06%	4,25%	3,97%	3,69%	-	-	-	-
abr/09	4,36%	4,68%	4,75%	4,52%	4,66%	4,89%	4,82%	4,12%	-	-	-	-
mai/09	4,56%	4,93%	5,01%	4,84%	5,07%	5,61%	5,74%	5,57%	-	-	-	-
jun/09	4,66%	5,04%	5,09%	5,00%	5,16%	5,99%	6,75%	6,00%	-	-	-	-
jul/09	4,73%	5,11%	5,22%	5,10%	5,44%	6,35%	6,63%	6,21%	-	-	-	-
ago/09	4,86%	5,22%	5,35%	5,27%	5,73%	6,71%	6,86%	6,65%	-	-	-	-
set/09	4,83%	5,34%	5,43%	5,38%	5,82%	6,89%	7,23%	6,99%	0,01%	-	-	-
out/09	4,73%	5,12%	5,33%	5,30%	5,82%	6,91%	7,18%	7,13%	0,41%	0,34%	-	-
nov/09	4,68%	5,10%	5,28%	5,28%	5,82%	6,86%	7,25%	7,22%	0,87%	0,46%	0,00%	-
dez/09	4,57%	5,02%	5,21%	5,29%	5,86%	6,94%	7,34%	7,23%	1,37%	1,21%	0,39%	0,10%
jan/10	4,75%	5,21%	5,47%	5,50%	6,12%	7,33%	7,96%	7,72%	2,15%	1,57%	1,00%	0,44%
Media	3,91%	3,55%	3,72%	3,64%	3,94%	4,83%	5,13%	5,01%	2,04%	0,56%	0,77%	0,46%
									0,23%		0,01%	

* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impressão no Brasil, KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 08377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.10 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 180 dias) - Consolidado

Mês de "Corte" sob análise	ago/07	out/07	dez/07	jan/08	abr/08	jul/08	ago/08	set/08	mar/09	jun/09	jul/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09	dez/09	jan/10
fev/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	0,44%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	0,93%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/08	1,32%	0,41%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	1,67%	0,88%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	1,99%	1,28%	0,59%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	2,24%	1,70%	1,09%	0,51%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	2,39%	1,87%	1,50%	0,88%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	2,57%	2,15%	1,86%	1,35%	0,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	2,69%	2,35%	2,09%	1,67%	0,57%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	2,84%	2,53%	2,32%	1,98%	1,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	2,95%	2,80%	2,61%	2,23%	1,38%	0,06%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	3,09%	2,99%	2,82%	2,45%	1,76%	0,67%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	3,24%	3,21%	3,03%	2,73%	2,24%	1,48%	0,72%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	3,38%	3,44%	3,27%	3,00%	2,58%	2,10%	1,52%	0,82%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/09	3,56%	3,60%	3,55%	3,31%	3,02%	2,86%	2,34%	1,70%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	3,76%	3,57%	3,80%	3,67%	3,40%	3,50%	3,16%	2,53%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/09	3,94%	4,03%	4,05%	3,84%	3,88%	4,12%	3,80%	3,32%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/09	4,08%	4,28%	4,33%	4,20%	4,16%	4,66%	4,61%	4,09%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/09	4,14%	4,33%	4,35%	4,32%	4,30%	4,97%	5,01%	4,58%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-
out/09	4,15%	4,38%	4,51%	4,41%	4,53%	5,26%	5,39%	5,10%	0,56%	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/09	4,19%	4,43%	4,55%	4,54%	4,73%	5,46%	5,70%	5,43%	1,11%	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/09	4,17%	4,46%	4,67%	4,56%	4,80%	5,70%	5,94%	5,72%	1,56%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-
jan/10	4,23%	4,53%	4,71%	4,70%	5,10%	5,91%	6,21%	6,05%	2,04%	0,37%	0,03%	-	-	-	-	-	-
Média	2,83%	2,91%	2,99%	2,87%	2,98%	3,59%	3,72%	3,58%	1,06%	0,15%	0,03%	-	-	-	-	-	-

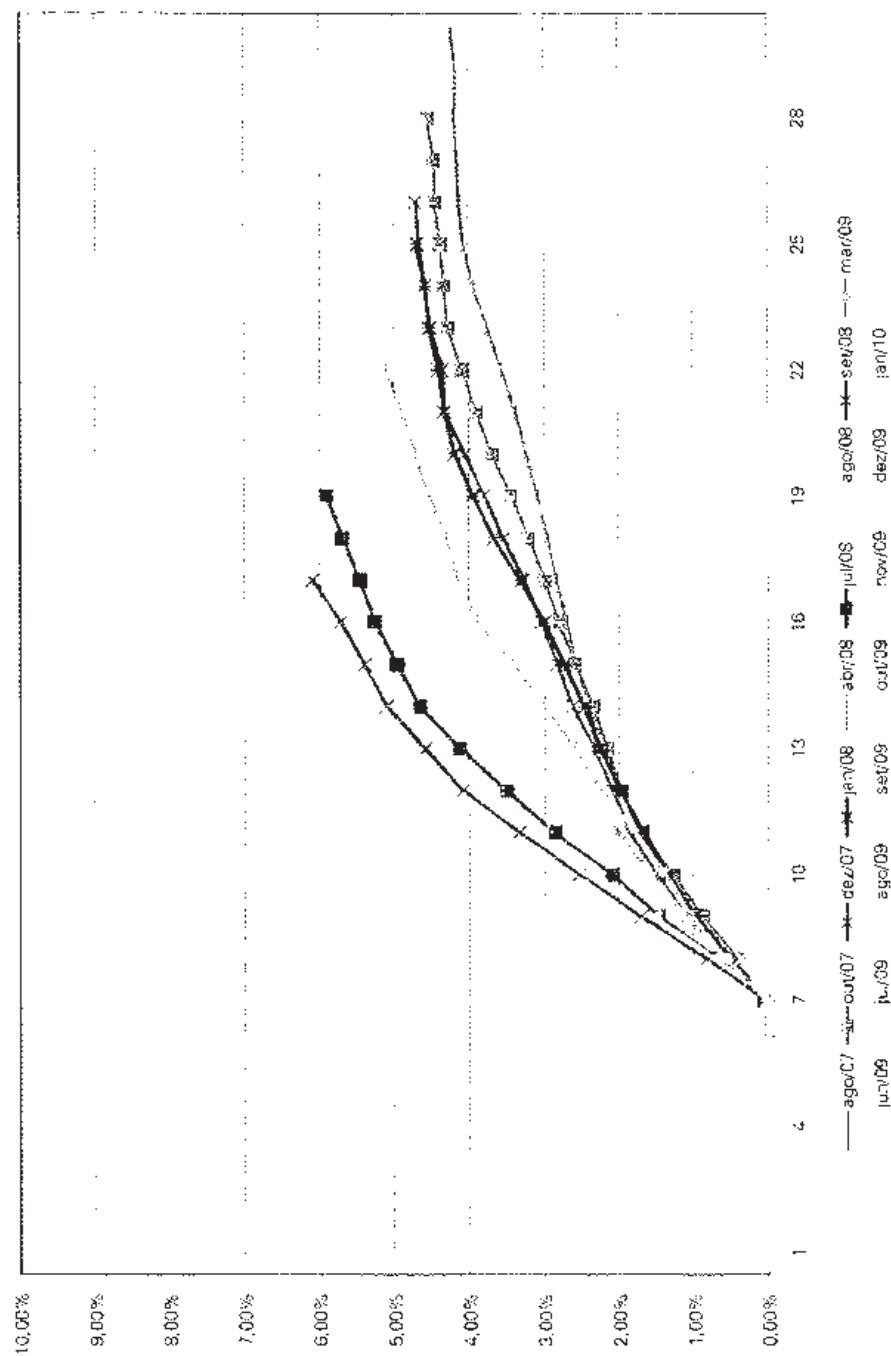
* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG, uma das empresas do grupo de trabalho de membros da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 05377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.3 - Pool estático - "corte" 180 dias (Consolidado)



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

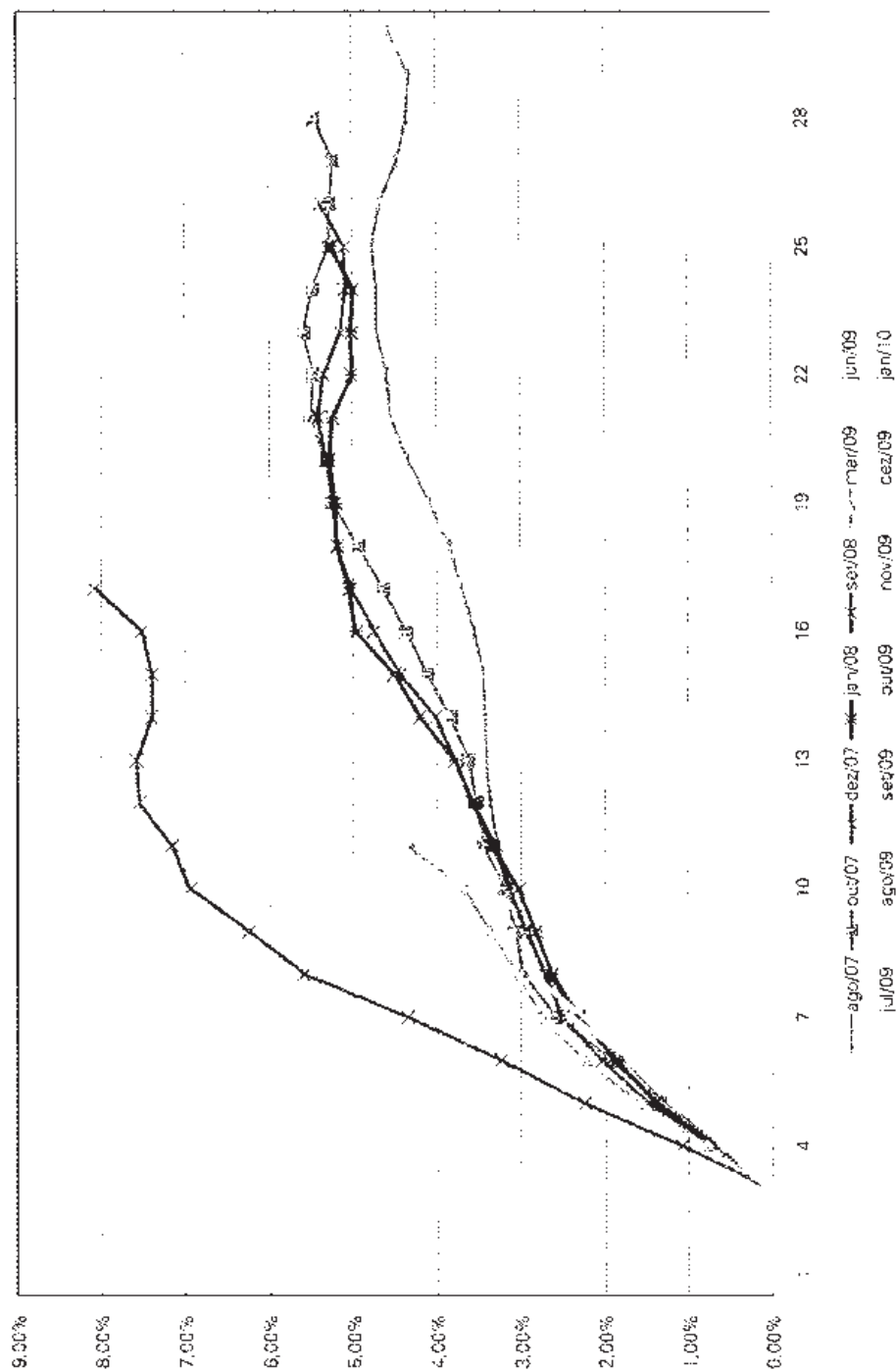
Tabela 3.11 - Percentuais de Inadimplência mensais (Vencidos acima de 60 dias) - Veículos leves

Mês de "Corte" sob análise		Safras de Originação (*) exceto as safras consideradas imateriais conforme premissa já mencionada neste relatório													
		ago/07	out/07	dez/07	jan/08	set/08	mar/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09
ago/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/07	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	0,61%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	1,30%	-	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	1,79%	0,61%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	2,27%	1,35%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	2,71%	1,93%	0,75%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	2,92%	2,58%	1,48%	0,69%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
maio/08	3,19%	2,98%	2,04%	1,40%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	3,27%	3,07%	2,50%	1,87%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	3,37%	3,19%	2,71%	2,31%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	3,41%	3,45%	2,95%	2,63%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	3,44%	3,53%	3,14%	2,82%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	3,45%	3,62%	3,30%	3,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	3,55%	3,83%	3,57%	3,35%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	3,70%	4,11%	3,76%	3,57%	1,08%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	3,84%	4,37%	4,02%	3,78%	2,25%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	4,08%	4,64%	4,44%	4,21%	3,24%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	4,33%	4,93%	4,75%	4,50%	4,35%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	4,54%	5,25%	5,03%	4,96%	5,59%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
maio/09	4,60%	5,31%	5,19%	5,05%	6,25%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	4,71%	5,51%	5,23%	5,18%	6,95%	0,79%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/09	4,71%	5,47%	5,31%	5,20%	7,16%	1,59%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/09	4,77%	5,58%	5,41%	5,28%	7,55%	2,25%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-
set/09	4,68%	5,48%	5,34%	5,23%	7,58%	2,76%	0,03%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-
out/09	4,48%	5,28%	5,13%	5,01%	7,40%	3,03%	1,08%	0,58%	0,01%	-	-	-	-	-	-
nov/09	4,56%	5,27%	5,08%	5,01%	7,40%	3,37%	1,56%	1,12%	0,54%	0,30%	-	-	-	-	-
dez/09	4,32%	5,23%	5,10%	4,99%	7,52%	3,68%	2,26%	1,67%	1,02%	0,47%	0,00%	-	-	-	-
jan/10	4,55%	5,45%	5,37%	5,25%	8,08%	4,35%	2,88%	2,42%	1,63%	1,06%	0,53%	0,00%	-	-	-
Media	3,46%	3,92%	3,82%	3,71%	5,49%	2,43%	1,40%	1,17%	0,80%	0,51%	0,26%	0,00%	-	-	-

* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.4 - Pool estático - "corte" 60 dias (Veículos leves)



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.12 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 90 dias) - Veículos leves

Mês de "Corte" sob análise	Safas de Originação (* exceto as safas consideradas imateriais conforme premissa já mencionada neste relatório)											
	ago/07	out/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	maio/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08
ago/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	0,49%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	1,03%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	1,43%	0,46%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	1,90%	1,09%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	2,16%	1,54%	0,58%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
maio/08	2,43%	2,12%	1,17%	0,52%	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	2,53%	2,35%	1,63%	1,07%	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	2,77%	2,49%	1,99%	1,47%	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	2,83%	2,65%	2,20%	1,85%	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	2,89%	2,90%	2,45%	2,10%	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	2,97%	3,00%	2,63%	2,32%	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	3,00%	3,14%	2,80%	2,57%	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	3,17%	3,37%	2,98%	2,82%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	3,29%	3,60%	3,25%	3,04%	0,91%	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	3,47%	3,83%	3,56%	3,28%	1,77%	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	3,62%	4,08%	3,77%	3,59%	2,66%	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	3,84%	4,35%	4,11%	3,96%	3,63%	-	-	-	-	-	-	-
maio/09	4,01%	4,59%	4,36%	4,22%	4,52%	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	4,09%	4,70%	4,43%	4,34%	5,14%	0,00%	-	-	-	-	-	-
jul/09	4,13%	4,75%	4,47%	4,43%	5,56%	0,59%	-	-	-	-	-	-
ago/09	4,21%	4,82%	4,58%	4,50%	5,97%	1,26%	-	-	-	-	-	-
set/09	4,20%	4,87%	4,67%	4,59%	6,19%	1,73%	0,01%	-	-	-	-	-
out/09	4,10%	4,78%	4,55%	4,48%	6,24%	2,08%	0,36%	0,04%	-	-	-	-
nov/09	4,01%	4,73%	4,50%	4,47%	6,36%	2,35%	0,81%	0,36%	0,00%	-	-	-
dez/09	3,90%	4,65%	4,42%	4,40%	6,27%	2,59%	1,22%	0,80%	0,31%	0,02%	-	-
jan/10	4,05%	4,84%	4,66%	4,59%	6,72%	3,08%	1,95%	1,31%	0,82%	0,35%	0,01%	-
Média	2,98%	3,35%	3,21%	3,12%	4,42%	1,71%	0,85%	0,63%	0,38%	0,19%	0,01%	-

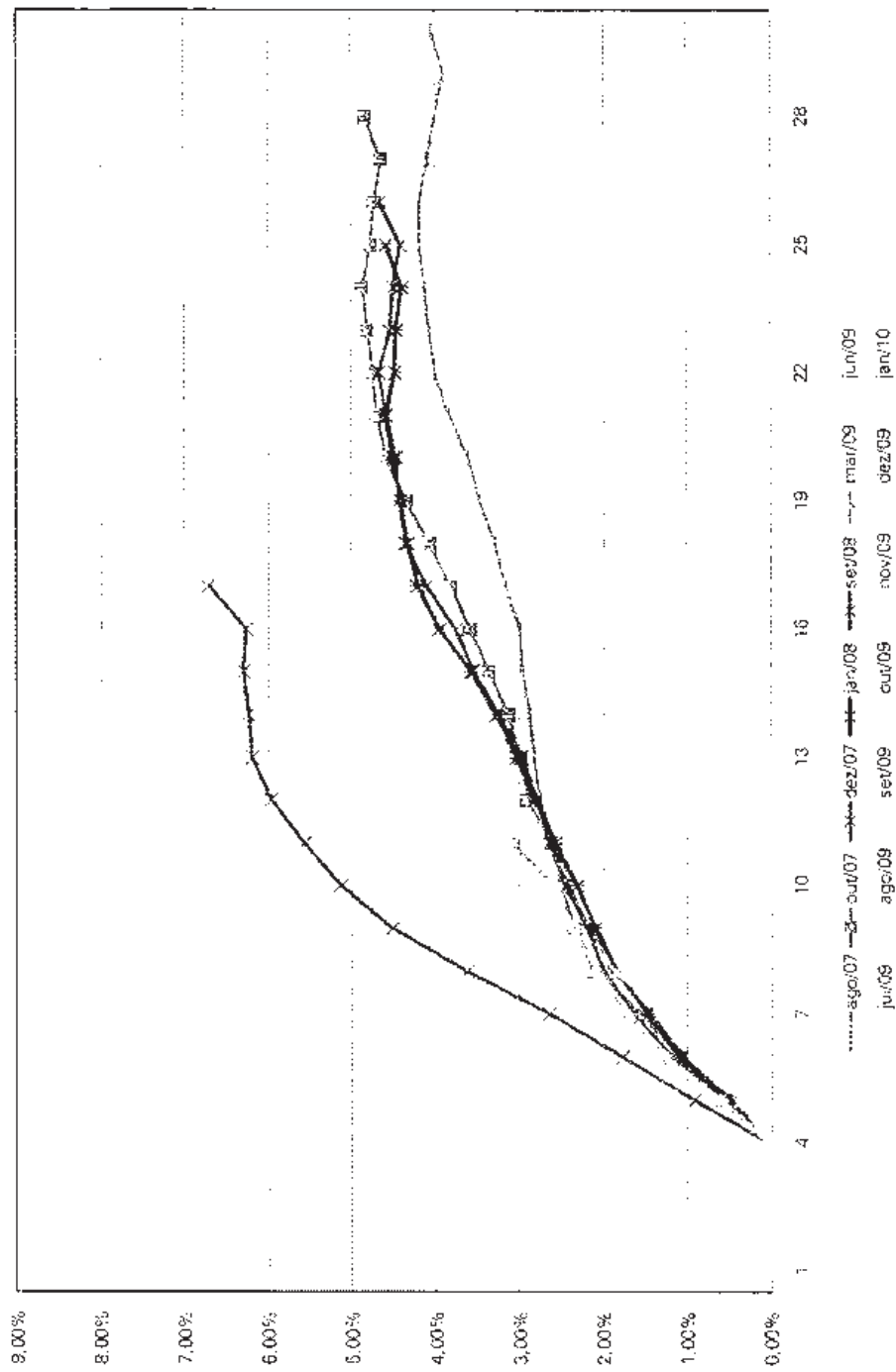
* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade s.r.l. de responsabilidade limitada, e firmes membros independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Imprimido no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KOMS 88377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.5 - Pool estático - "corte" 90 dias (Veículos leves)



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda - uma sociedade unipessoal brasileira, de responsabilidade limitada, a firma-mãe do grupo KPMG de firma-mãe membro independente e afiliada à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma entidade suíça. (KPMG 88377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.13 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 180 dias) - Veículos leves

Mês de "Corte" sob análise	ago/07	set/07	out/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	maio/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09
ago/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	0,39%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	0,82%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
maio/08	1,15%	0,38%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	1,47%	0,85%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	1,74%	1,21%	0,45%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	1,92%	1,59%	0,90%	0,39%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	2,10%	1,85%	1,27%	0,79%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	2,24%	2,03%	1,58%	1,13%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	2,34%	2,18%	1,76%	1,44%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	2,44%	2,40%	1,99%	1,65%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	2,57%	2,59%	2,23%	1,93%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	2,68%	2,76%	2,42%	2,16%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	2,84%	2,95%	2,58%	2,40%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	2,99%	3,18%	2,80%	2,65%	0,73%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
maio/09	3,14%	3,38%	3,04%	2,90%	1,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	3,29%	3,59%	3,27%	3,17%	2,15%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/09	3,44%	3,75%	3,49%	3,42%	2,90%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/09	3,53%	3,96%	3,70%	3,61%	3,58%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/09	3,56%	4,03%	3,77%	3,70%	4,03%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/09	3,56%	4,06%	3,81%	3,72%	4,48%	0,49%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/09	3,57%	4,14%	3,88%	3,81%	4,76%	0,96%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/09	3,54%	4,11%	3,91%	3,82%	4,95%	1,31%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/10	3,56%	4,19%	3,97%	3,90%	5,23%	1,71%	0,32%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média	2,46%	2,89%	2,54%	2,45%	3,12%	0,90%	0,17%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-

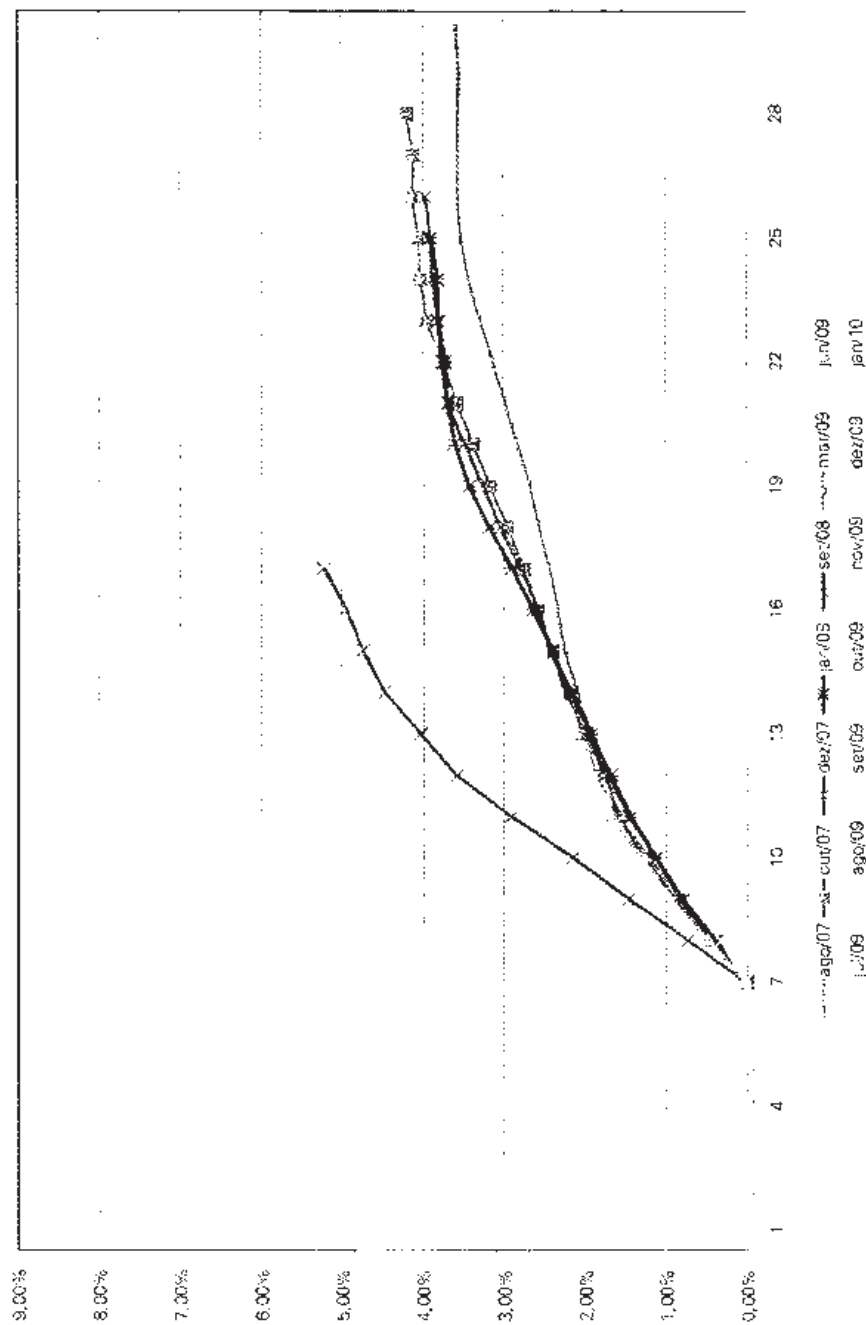
* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG R&A Advisory Services Ltda., uma sociedade s.m.l.s. brasileira, de responsabilidade limitada, é firmada membro da rede KPMG de firmas membros independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todas as escritas rotacionadas, impressas no Brasil, KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça (KPMG 88377).

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.6 - Pool estático - "corte" 180 dias (Veículos leves)



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.14 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 60 dias) – Veículos pesados

Mês de "Corte" sob análise	mar/07	abr/07	mai/07	jun/07	jul/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09
mar/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/07	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/07	0,27%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/07	0,99%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/07	0,98%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/07	1,69%	1,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/07	2,03%	0,18%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	2,41%	0,63%	0,47%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	2,77%	1,19%	1,13%	0,34%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	3,25%	1,71%	2,09%	0,95%	0,39%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	3,53%	1,71%	2,51%	1,69%	0,70%	0,56%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	3,82%	2,24%	2,81%	2,31%	1,63%	1,38%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	3,72%	2,72%	3,55%	2,85%	2,23%	2,03%	0,44%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/08	3,57%	2,50%	3,91%	3,23%	2,83%	2,72%	0,96%	0,31%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	3,56%	2,83%	4,22%	2,96%	3,10%	3,74%	1,47%	1,30%	0,60%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	3,15%	2,84%	4,69%	3,57%	3,08%	3,89%	2,65%	1,81%	1,25%	0,61%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	3,54%	3,17%	4,92%	3,94%	3,78%	4,11%	2,83%	3,21%	1,51%	1,44%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	3,41%	2,93%	4,96%	3,58%	3,90%	5,63%	3,50%	3,23%	1,51%	1,44%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	3,34%	3,01%	4,96%	4,34%	3,75%	4,97%	3,50%	3,80%	2,29%	2,12%	1,87%	0,45%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	3,39%	3,17%	4,91%	4,39%	4,36%	5,35%	4,27%	4,35%	3,07%	2,80%	3,46%	2,79%	1,90%	0,87%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	3,67%	3,34%	5,36%	5,76%	5,01%	5,87%	4,64%	4,90%	4,05%	4,30%	4,62%	3,43%	2,32%	1,83%	0,45%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	3,63%	3,56%	5,37%	5,63%	5,34%	6,19%	5,74%	5,55%	4,83%	5,14%	5,85%	5,16%	3,95%	3,48%	2,31%	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	3,97%	3,74%	6,26%	6,47%	6,61%	7,01%	6,25%	6,55%	5,70%	6,43%	6,99%	6,63%	5,46%	4,69%	4,20%	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	4,74%	4,36%	6,75%	6,99%	6,51%	7,49%	6,51%	7,26%	6,11%	6,09%	6,42%	7,24%	7,03%	6,86%	5,91%	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	4,33%	4,58%	7,09%	7,18%	6,81%	7,12%	7,04%	6,81%	7,03%	7,03%	7,03%	8,46%	9,85%	9,15%	8,38%	7,76%	7,50%	-	-	-	-	-	-
mai/09	4,19%	4,50%	7,00%	7,55%	7,04%	7,40%	7,61%	6,22%	7,03%	8,46%	9,85%	9,85%	9,85%	9,85%	8,07%	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	4,29%	4,81%	7,37%	7,53%	7,26%	7,72%	8,36%	8,56%	9,78%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%	10,64%
jul/09	4,31%	4,81%	7,83%	8,23%	7,22%	8,26%	9,06%	9,78%	8,59%	10,64%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%
ago/09	4,26%	4,74%	7,94%	8,53%	7,83%	8,45%	9,39%	10,19%	9,05%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%
set/09	4,30%	4,43%	7,19%	8,72%	7,55%	8,67%	9,24%	9,93%	8,85%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%	11,06%
out/09	4,00%	4,12%	7,27%	8,40%	7,95%	8,50%	9,35%	9,37%	8,56%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%	10,93%
nov/09	3,78%	4,21%	7,29%	8,79%	8,76%	8,77%	9,20%	9,76%	8,78%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%	11,13%
dez/09	3,63%	4,43%	7,43%	8,11%	7,01%	8,45%	9,76%	10,08%	8,87%	10,85%	12,12%	12,86%	11,92%	12,34%	1,55%	0,82%	-	-	-	-	-	-	-
jan/10	3,75%	4,77%	7,98%	8,49%	7,74%	9,01%	10,60%	10,22%	9,88%	11,48%	12,46%	13,35%	13,14%	13,51%	13,91%	1,63%	0,62%	-	-	-	-	-	-
Média	3,23%	3,13%	5,13%	5,12%	4,78%	5,74%	5,76%	6,19%	5,43%	6,74%	7,60%	8,01%	7,72%	8,01%	8,19%	1,19%	0,75%	0,31%	0,00%	-	-	-	-

* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, e filial brasileira da rede KPMG de limiar-membro independente e afiliada à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. "KPMG" refere-se ao conjunto de entidades da KPMG sob o nome das quais a KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça, atua. (KPMG 86377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.15 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 90 dias) – Veículos pesados

Mês de "Corte" sob análise	mar/07	jun/07	ago/07	set/07	out/07	nov/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	jan/09
maio/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/08	0,60%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	0,23%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	0,63%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	0,81%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
maio/08	1,29%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	1,56%	0,13%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	2,05%	0,42%	0,37%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	2,36%	0,86%	0,95%	0,34%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	2,93%	1,14%	1,61%	0,79%	0,30%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	3,04%	1,68%	2,14%	1,09%	0,52%	0,62%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	3,00%	1,65%	2,53%	1,56%	1,14%	1,23%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	3,13%	2,04%	3,15%	2,23%	1,67%	1,66%	0,38%	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	2,60%	2,15%	2,34%	2,54%	2,27%	2,37%	0,76%	0,26%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	2,76%	2,31%	3,83%	2,43%	2,50%	2,66%	1,22%	0,85%	0,40%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	2,89%	2,30%	4,18%	2,69%	2,74%	3,26%	2,14%	1,57%	0,37%	0,22%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	3,38%	2,43%	4,35%	2,99%	3,08%	3,77%	2,29%	2,56%	0,97%	0,69%	0,24%	0,00%	-	-	-	-	-	-
maio/09	3,01%	2,57%	4,32%	3,35%	3,24%	4,24%	3,31%	2,50%	1,27%	1,12%	1,29%	0,30%	0,00%	-	-	-	-	-
jun/09	2,99%	2,57%	4,56%	3,68%	3,46%	4,36%	3,31%	3,40%	1,80%	1,68%	1,80%	1,55%	0,39%	0,00%	-	-	-	-
jul/09	3,11%	2,82%	4,54%	4,03%	3,90%	4,83%	3,98%	3,81%	2,69%	2,42%	3,14%	2,42%	1,55%	0,63%	0,36%	-	-	-
ago/09	3,10%	2,77%	4,67%	4,55%	4,25%	5,01%	4,32%	3,94%	3,23%	3,46%	3,85%	2,96%	2,36%	1,50%	2,36%	-	-	-
set/09	3,37%	3,11%	5,34%	5,23%	4,73%	5,83%	4,54%	4,51%	4,21%	4,31%	6,27%	4,31%	3,48%	2,75%	1,61%	-	-	-
out/09	3,71%	3,51%	5,66%	6,46%	5,20%	6,05%	5,54%	5,71%	4,77%	5,21%	6,18%	5,39%	4,98%	3,96%	3,76%	-	-	-
nov/09	3,93%	3,62%	5,76%	6,37%	5,57%	6,36%	5,95%	5,98%	6,35%	6,45%	7,29%	6,50%	5,64%	5,56%	4,69%	-	-	-
dez/09	3,99%	3,95%	6,07%	6,42%	5,91%	6,39%	6,51%	6,14%	6,58%	6,81%	7,90%	7,52%	7,04%	6,58%	5,89%	-	-	-
jan/10	3,20%	3,92%	6,30%	6,55%	6,09%	6,36%	6,53%	6,65%	6,93%	7,13%	8,27%	8,69%	7,58%	7,48%	6,92%	-	-	-
fev/10	3,91%	3,93%	6,56%	7,16%	6,24%	6,80%	7,62%	7,51%	6,88%	8,26%	8,89%	9,18%	8,95%	8,25%	7,59%	-	-	-
mar/10	3,95%	4,15%	7,04%	7,38%	6,58%	7,60%	8,11%	8,45%	7,62%	8,92%	9,46%	10,16%	9,62%	9,32%	8,43%	-	-	-
abr/10	4,10%	4,34%	6,88%	7,75%	6,45%	7,92%	8,13%	8,39%	7,92%	9,43%	9,77%	10,67%	10,19%	10,12%	9,59%	-	-	-
maio/10	4,10%	4,34%	6,88%	7,75%	6,45%	7,92%	8,13%	8,39%	7,92%	9,43%	9,77%	10,67%	10,19%	10,12%	9,59%	-	-	-
jun/10	3,70%	3,83%	6,72%	7,79%	6,15%	7,56%	7,12%	8,39%	7,64%	9,51%	9,85%	10,67%	10,11%	10,22%	10,35%	-	-	-
jul/10	3,63%	3,85%	6,77%	7,63%	6,33%	7,99%	8,07%	8,54%	7,66%	9,53%	9,79%	11,04%	9,94%	10,72%	10,51%	0,00%	-	-
ago/10	3,48%	3,89%	6,80%	7,55%	6,22%	7,50%	8,55%	8,67%	7,74%	9,87%	9,97%	11,37%	10,17%	10,98%	10,53%	0,26%	0,00%	-
set/10	3,43%	4,27%	7,15%	7,77%	5,69%	8,20%	9,39%	9,63%	8,34%	10,07%	10,51%	11,94%	10,90%	11,75%	11,36%	0,40%	0,00%	-
Media	2,80%	2,63%	4,49%	4,44%	4,07%	4,95%	4,91%	5,12%	4,52%	5,55%	6,30%	6,74%	6,43%	6,64%	6,54%	0,20%	0,00%	-

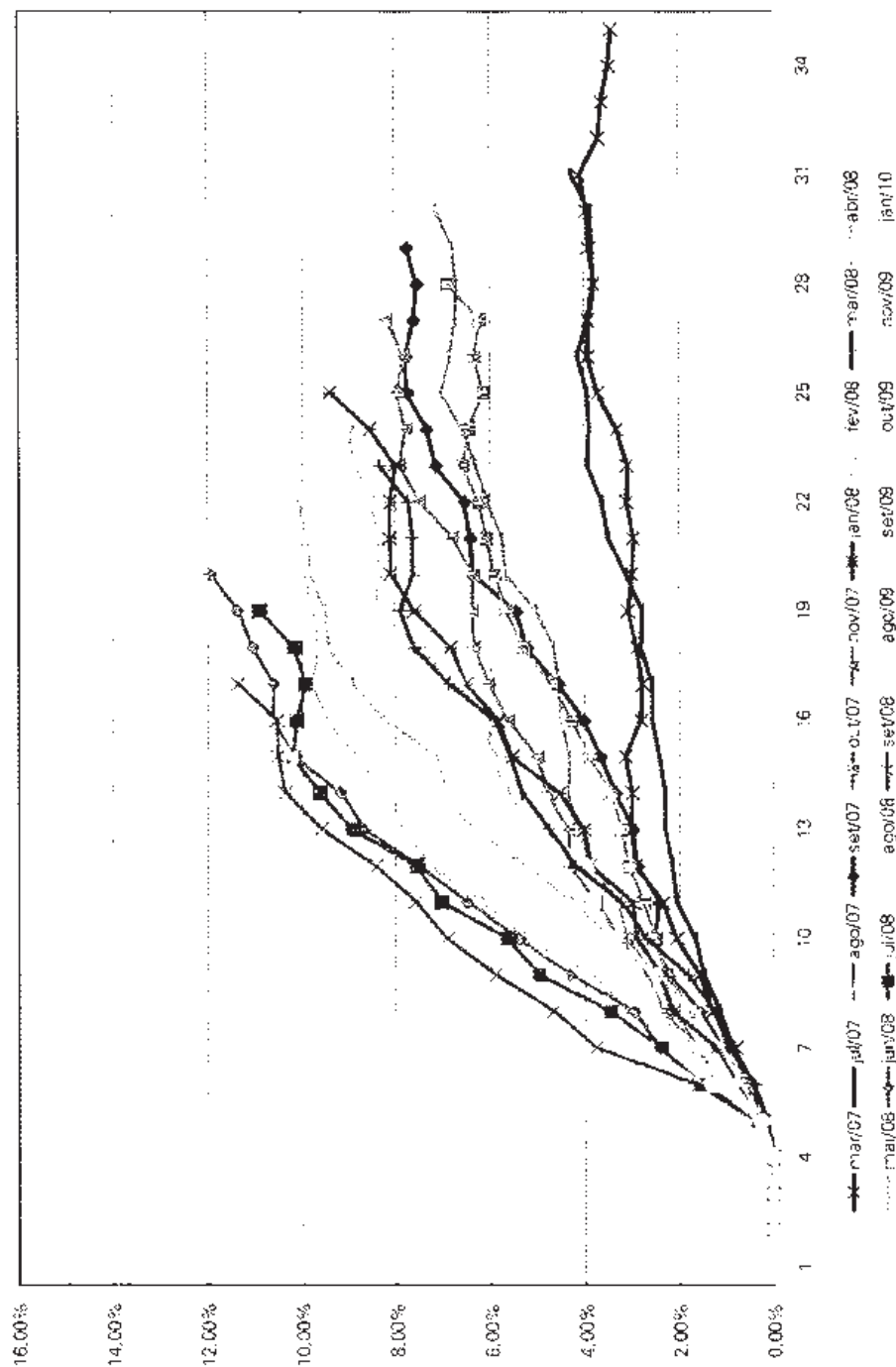
* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG Riva Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, e filial brasileira da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo do KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. (KPMG 08877)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

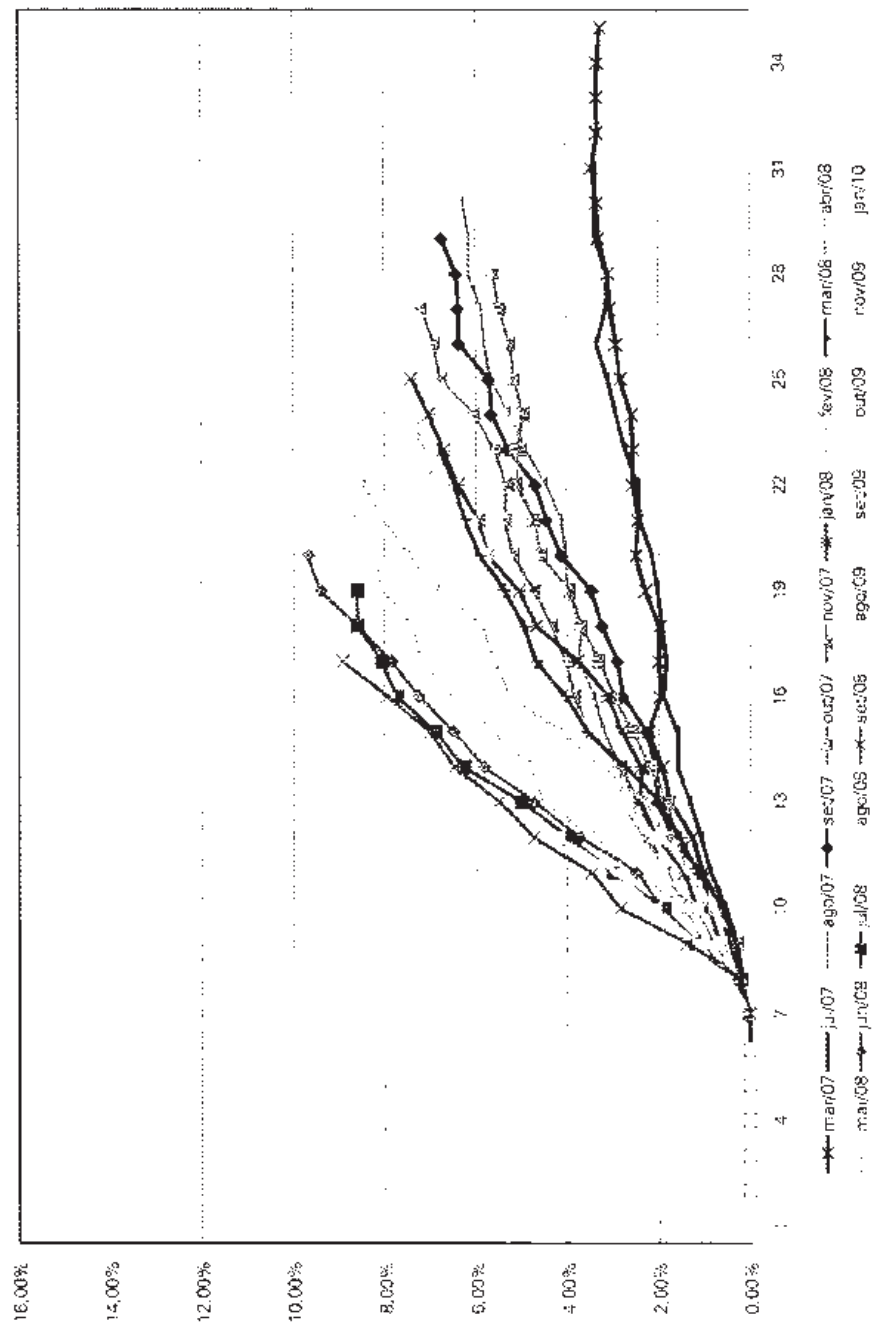
Gráfico 3.8 - Pool estático - "corte" 90 dias (Veículos pesados)



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada a firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG é o sigilo da KPMG não sendo nenhuma das KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. (KPMG 89377)

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.9 - Pool estático - "corte" 180 dias (Veículos pesados)



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.17 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 60 dias) - Motoc

Mês de "Corte" sob análise	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09	dez/09	jan/10
jan/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	2,53%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/08	4,74%	2,47%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	5,73%	4,24%	2,21%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	6,25%	5,31%	3,88%	2,15%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	6,64%	6,07%	5,00%	3,67%	2,01%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	7,04%	6,23%	5,44%	4,42%	3,42%	2,33%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	7,07%	6,55%	5,78%	5,02%	4,10%	3,57%	2,37%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	7,47%	6,95%	6,41%	5,73%	5,12%	4,70%	3,97%	2,15%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	7,87%	7,18%	6,66%	6,20%	6,02%	5,75%	5,25%	4,27%	2,40%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	8,09%	7,52%	7,42%	6,86%	6,82%	6,71%	6,86%	5,76%	4,51%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	8,41%	8,10%	7,97%	7,41%	7,58%	7,49%	7,80%	7,27%	5,84%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	8,66%	8,52%	8,24%	7,95%	8,31%	8,43%	8,83%	8,45%	7,51%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	9,47%	9,02%	8,87%	8,57%	9,14%	9,27%	9,96%	9,55%	9,04%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/09	9,79%	9,39%	9,11%	8,84%	9,39%	9,66%	10,45%	10,42%	9,77%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	10,14%	9,35%	9,47%	9,09%	9,58%	9,93%	11,01%	10,99%	10,24%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/09	10,15%	9,30%	9,48%	9,32%	9,61%	9,98%	11,38%	11,37%	10,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/09	10,08%	9,48%	9,48%	9,40%	9,74%	10,17%	11,70%	11,66%	10,82%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/09	10,08%	9,49%	9,56%	9,58%	9,91%	10,22%	11,72%	11,62%	10,95%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/09	9,91%	9,46%	9,45%	9,54%	9,86%	10,33%	11,59%	11,65%	10,97%	1,55%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/09	10,02%	9,36%	9,56%	9,56%	10,02%	10,59%	11,77%	12,03%	11,13%	3,02%	1,85%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/09	10,00%	9,45%	9,54%	9,75%	10,03%	10,76%	12,10%	12,19%	11,41%	4,05%	3,07%	1,86%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/10	10,21%	9,77%	9,88%	10,14%	10,48%	11,27%	12,54%	12,68%	12,04%	5,36%	4,26%	3,26%	2,03%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média	7,85%	7,41%	7,31%	7,16%	7,43%	7,84%	8,78%	8,88%	8,47%	2,80%	2,29%	1,64%	1,02%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

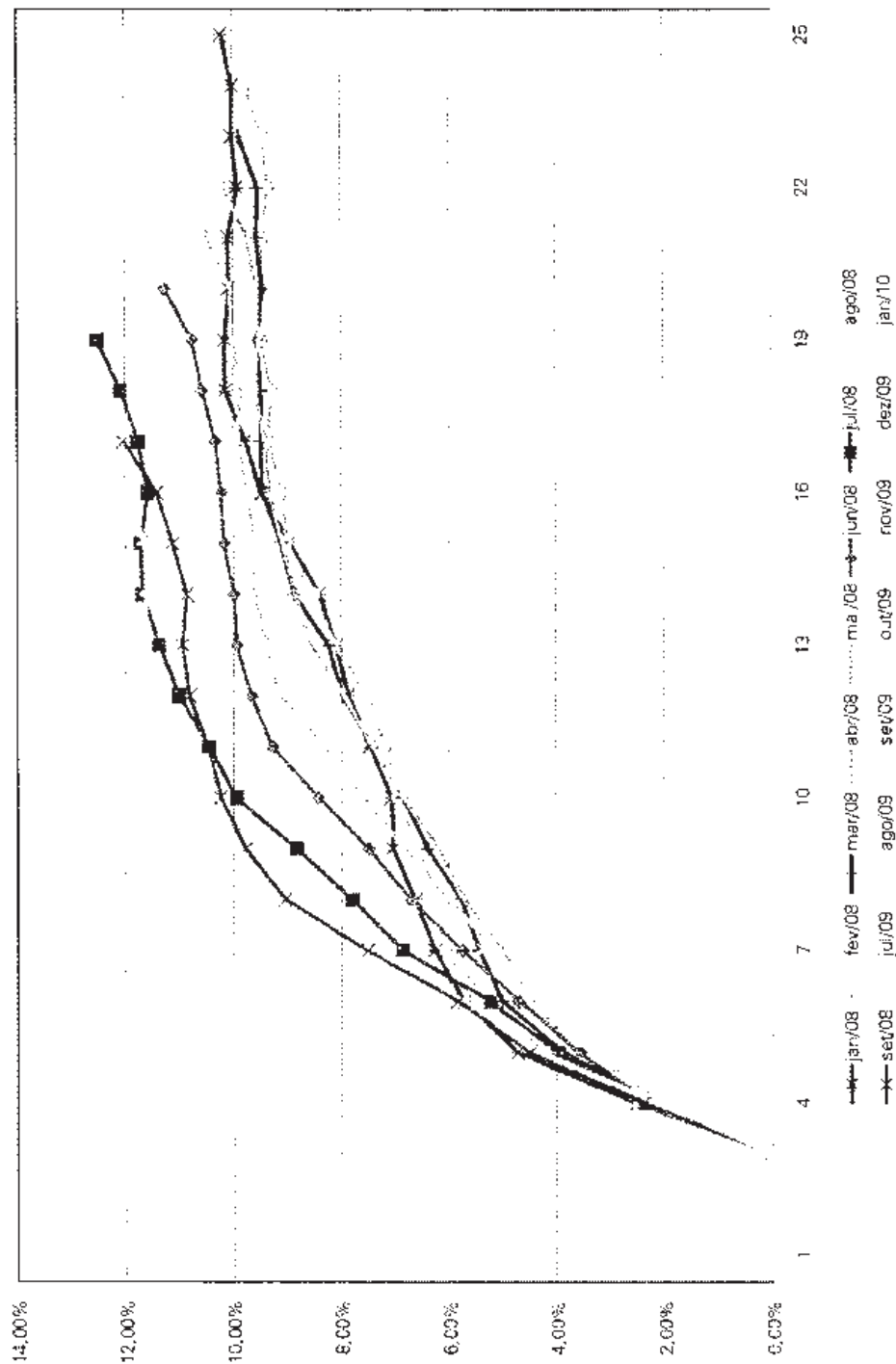
* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG Brasil Advogados S.A., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e filial do escritório da rede KPMG de firma-membro do "deloitte & tomas & kpmg" (a rede "deloitte & tomas & kpmg" é uma entidade suíça). Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. - KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma entidade suíça (KPMG 83377).

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.10 - Pool estático - "conte" 60 dias (Motos)



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.13 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 90 dias) - Motos

Mês de "Corte" sob análise	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09	dez/09	jan/10
jan/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/08	2,37%	0,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	4,22%	2,25%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	4,99%	3,76%	2,10%	0,08%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	5,50%	4,67%	3,60%	1,97%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	6,01%	5,14%	4,26%	3,25%	1,77%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	6,19%	5,52%	4,79%	3,91%	3,02%	2,11%	0,09%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	6,53%	5,91%	5,20%	4,53%	3,66%	3,25%	2,21%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	6,88%	6,34%	5,85%	5,11%	4,56%	4,23%	3,71%	2,03%	0,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	7,20%	6,55%	6,38%	5,67%	5,44%	5,20%	5,00%	3,94%	2,29%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	7,51%	6,94%	6,80%	6,13%	6,13%	5,99%	6,06%	5,22%	3,96%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	7,90%	7,29%	7,18%	6,76%	6,96%	6,87%	7,13%	6,48%	5,47%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	8,35%	7,88%	7,58%	7,26%	7,59%	7,63%	8,02%	7,60%	8,85%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/09	8,83%	8,21%	8,15%	7,87%	8,11%	8,33%	9,01%	8,69%	7,96%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	9,22%	8,38%	8,40%	8,08%	8,39%	8,73%	9,46%	9,32%	8,73%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/09	9,35%	8,59%	8,54%	8,29%	8,54%	8,91%	9,95%	9,93%	9,16%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/09	9,46%	8,65%	8,74%	8,44%	8,73%	9,08%	10,37%	10,30%	9,43%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/09	9,38%	8,70%	8,98%	8,59%	8,94%	9,30%	10,49%	10,39%	9,64%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/09	9,34%	8,83%	8,79%	8,77%	9,00%	9,35%	10,60%	10,45%	9,79%	0,05%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/09	9,41%	8,73%	8,90%	8,85%	9,14%	9,57%	10,73%	10,72%	10,02%	1,31%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/09	9,38%	8,81%	8,89%	8,95%	9,18%	9,66%	10,98%	11,00%	10,19%	2,46%	0,04%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/10	9,62%	8,99%	9,09%	9,24%	9,50%	10,18%	11,40%	11,39%	10,73%	3,57%	1,53%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média	7,16%	6,68%	6,61%	6,41%	6,59%	6,97%	7,82%	7,83%	7,45%	1,85%	1,40%	0,78%	0,02%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

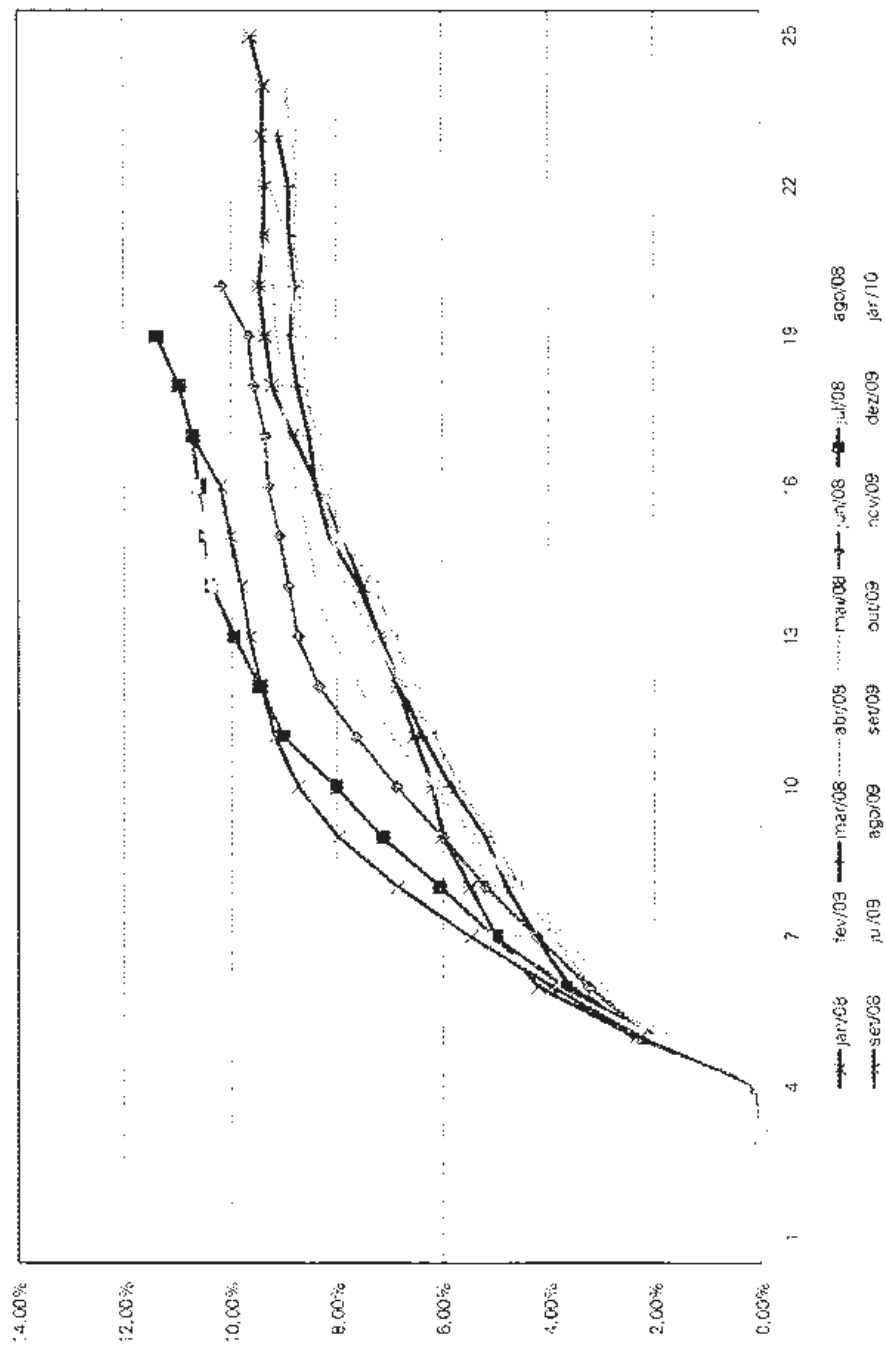
* Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade anônima de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network ("KPMG Interacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Interacional ("KPMG Interacional"), uma entidade suíça (NOME 88377).

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.11 - Pool estático - "corte" 90 dias (Motos)



Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Tabela 3.19 - Percentuais de inadimplência mensais (Vencidos acima de 180 dias) - Motos

Mês de "Corte" sob análise	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09	dez/09	jan/10
jan/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/08	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/08	2,24%	0,04%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/08	3,54%	1,87%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/08	4,22%	3,12%	1,73%	0,14%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/08	4,65%	3,71%	2,90%	1,75%	0,07%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/08	5,14%	4,31%	3,62%	2,80%	1,56%	0,09%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/09	5,56%	4,79%	4,21%	3,50%	2,61%	1,92%	0,16%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
fev/09	5,84%	5,24%	4,73%	3,95%	3,26%	2,85%	2,31%	0,01%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mar/09	6,28%	5,70%	5,23%	4,60%	4,10%	3,73%	3,40%	1,82%	0,04%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
abr/09	6,64%	5,95%	5,62%	5,04%	4,83%	4,63%	4,34%	3,44%	2,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/09	7,03%	6,27%	6,04%	5,58%	5,43%	5,36%	5,36%	4,56%	3,67%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jun/09	7,50%	6,65%	6,50%	6,12%	6,14%	6,10%	6,37%	5,72%	4,79%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jul/09	7,80%	7,14%	7,00%	6,57%	6,59%	6,73%	7,17%	6,72%	6,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ago/09	8,11%	7,47%	7,33%	6,96%	7,06%	7,19%	8,01%	7,63%	6,92%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
set/09	8,39%	7,64%	7,57%	7,21%	7,35%	7,58%	8,34%	8,15%	7,45%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
out/09	8,58%	7,93%	7,82%	7,47%	7,60%	7,89%	8,80%	8,59%	7,93%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
nov/09	8,78%	7,98%	8,01%	7,68%	7,86%	8,15%	9,19%	8,99%	8,17%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dez/09	8,72%	8,07%	8,12%	7,90%	8,11%	8,45%	9,51%	9,26%	8,57%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jan/10	8,84%	8,20%	8,24%	8,16%	8,32%	8,66%	9,78%	9,61%	9,01%	0,10%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Média	6,20%	5,67%	5,57%	5,34%	5,39%	5,67%	6,34%	6,21%	5,87%	0,10%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

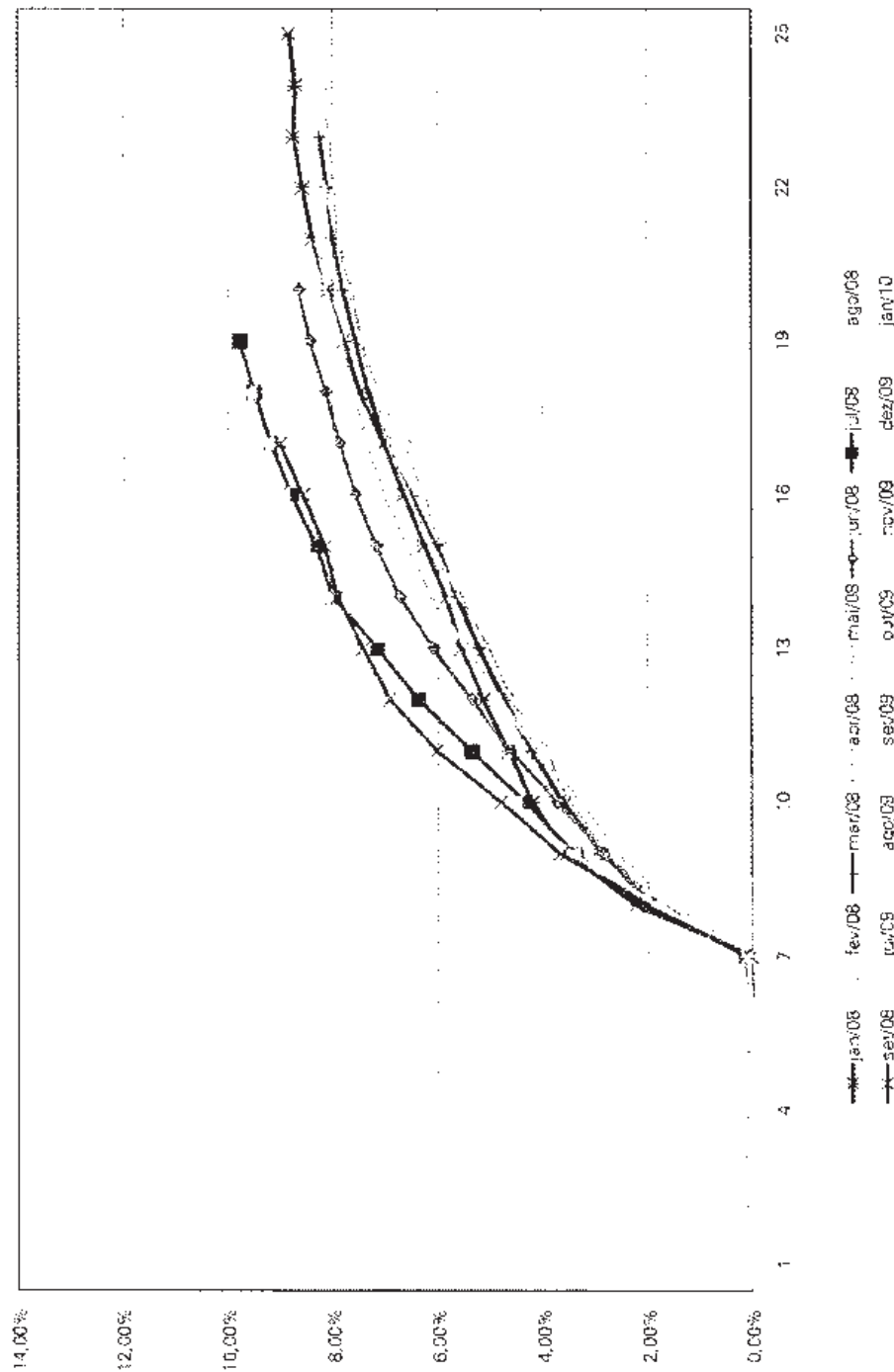
• Vide informações relativas aos procedimentos realizados e premissas utilizadas para confecção de nossas análises nas páginas 15 e 16 deste relatório.



© 2013 KPMG R&A Advisory Services Ltda., uma sociedade de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG Network, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG Network, uma entidade suíça. R0005 03/17

Seção III - Análises de performance - Pool estático (cont.)

Gráfico 3.12 - Pool estático - "corte" 180 dias (Motos)



Confronto dos saldos analisados com os registros da BV Financeira

Conciliação da base de dados com os respectivos saldos contábeis

A fim de evidenciarmos a integridade da base de dados utilizada para realização de nossas análises, obtivemos junto a BV Financeira o balancete contábil na data-base de 31 de janeiro de 2010, data-base de nossos testes, para confrontar com os saldos em aberto contidos na base de dados fornecida. A seguir os resultados observados (R\$ 000):

<u>Descrição</u>	<u>Somatório dos valor das parcelas (R\$)</u>
Base de dados sob análise (FLS)	54.569.085,026
(+) Cts sem dt. Pgio c/ Valor pago	1.480.944,421
Base de dados completa (01/02/2007 a 31/01/2010)	56.050.029,447
(-) Parcelas liquidadas	23.286.478,269
Base de dados em aberto em 31/01/2010	32.763.551,178
(-) Contratos cedidos - em aberto	4.537.583,980
(=) Base de dados contratos não cedidos - em aberto	28.225.967,198
(-) Contratos cancelados	768.865,033
(=) Total da base de dados para conciliação	27.457.302,165
Saldo contábil em 31/01/2010 (Valor Futuro)	26.749.124,172
Diferença - (R\$000)	708.177,993
Diferença - (%)	-2,65%



S. 2010 KPMG S.A. Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de consultoria, cujo único titular, o firma membro da rede KPMG de firma-membro independente e afiliada à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso em São Paulo. KPMG e o logotipo de KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça (KPMG 88377).

Verificação física de contratos e respectivos documentos acessórios

A fim de verificarmos a existência dos documentos requeridos pela BV Financeira para formalização de suas operações selecionamos uma amostra, através da aplicação da fórmula matemática abaixo, para verificação dos documentos existentes:

$$n = \frac{1}{E^2} \quad n = \frac{N \times p}{N - n}$$

Eo = erro amostral tolerável (10%) N = tamanho da população

Intervalo de Confiança = 95%

Foram selecionados 100 contratos para execução de nossos testes. Esta amostra foi obtida a partir da fórmula apresentada e a seleção de itens foi realizada de forma aleatória. Foram apresentados para nossa verificação os seguintes documentos:

- CCB
- Ficha cadastral
- RG
- CPF
- Comprovante de Residência
- DUT ou Nota fiscal
- Gravame
- Laudo de vistoria

Efetuamos um confronto entre as informações contidas na base de dados disponibilizada pela BV Financeira e as respectivas CCBs apresentadas, contemplando as seguintes informações:

- Número da CCB
- Nome do devedor
- CPF do devedor
- Data de emissão
- Data de vencimento
- Quantidade de parcelas
- Valor financiado
- Valor das parcelas
- Tipo de veículos

Não foram observadas inconsistências na realização do procedimento descrito.

Adicionalmente, verificamos os demais documentos relacionados neste procedimento (documentação acessória) e não observamos inconsistências.





Anexo I - Distribuição das operações por UF - Consolidado

UF do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
São Paulo	14.367.370	26,3%	8.696.696	26,1%	623.532	24,2%
Minas Gerais	7.605.889	14,3%	4.820.898	14,5%	347.906	13,5%
Paraná	6.769.048	12,4%	4.163.458	12,5%	316.309	12,3%
Santa Catarina	4.437.763	8,1%	2.749.895	8,2%	204.168	7,9%
Rio Grande do Sul	3.761.410	6,9%	2.375.036	7,1%	187.553	7,3%
Rio de Janeiro	2.194.752	4,0%	1.334.839	4,0%	86.591	3,4%
Goiânia	1.494.170	2,7%	891.975	2,7%	70.436	2,7%
Bahia	1.388.335	2,5%	843.830	2,5%	67.643	2,6%
Ceará	1.312.241	2,4%	903.149	2,4%	56.722	2,2%
Distrito Federal	1.144.817	2,1%	678.195	2,0%	90.572	3,5%
Espírito Santo	1.044.962	1,9%	636.603	1,9%	48.207	1,9%
Mato Grosso	994.430	1,8%	601.141	1,8%	47.870	1,9%
Mato Grosso Sul	902.360	1,7%	521.724	1,6%	84.943	3,3%
Rio Grande Norte	875.461	1,6%	545.434	1,6%	35.511	1,4%
Pernambuco	850.970	1,6%	500.587	1,5%	63.308	2,5%
Piauí	776.076	1,4%	477.485	1,4%	40.961	1,6%
Maranhão	723.386	1,3%	450.284	1,4%	29.898	1,1%
Amazonas	622.788	1,1%	360.029	1,1%	28.658	1,1%
Alagoas	601.796	1,1%	359.449	1,1%	21.983	0,9%
Paraíba	434.754	0,8%	261.969	0,8%	18.860	0,7%
Rorondônia	414.821	0,8%	258.767	0,7%	38.410	1,5%
Paulista	395.968	0,7%	241.874	0,7%	17.388	0,7%
Tocantins	332.892	0,6%	208.299	0,6%	13.994	0,5%
Roraima	293.509	0,5%	179.061	0,5%	13.511	0,5%
Sergipe	245.217	0,4%	148.898	0,4%	9.187	0,4%
Acre	182.176	0,3%	108.785	0,3%	6.685	0,3%
Amapá	176.239	0,3%	104.728	0,3%	6.385	0,2%
UF não identificado	29.511	0,1%	18.755	0,1%	1.604	0,1%
Total	54.569.085	100,0%	33.340.250	100,0%	2.577.381	100,0%



Anexo II - Distribuição das operações por UF - Veículos leves

UF do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
São Paulo	12.777.986	28,8%	7.698.800	28,4%	604.482	28,7%
Minas Gerais	6.646.064	15,0%	4.073.335	15,0%	326.932	15,5%
Paraná	5.957.635	13,4%	3.633.652	13,4%	301.260	14,3%
Santa Catarina	3.912.631	8,8%	2.402.375	8,9%	196.053	9,3%
Rio Grande do Sul	3.269.432	7,4%	2.053.125	7,6%	179.359	8,5%
Rio de Janeiro	1.957.525	4,4%	1.192.304	4,4%	81.121	3,9%
Goiânia	1.132.819	2,6%	693.470	2,6%	56.794	2,7%
Bahia	1.075.049	2,4%	643.005	2,4%	45.511	2,2%
Ceará	1.011.382	2,3%	626.618	2,3%	40.354	1,9%
Distrito Federal	869.773	2,0%	537.694	2,0%	35.220	1,7%
Espírito Santo	758.848	1,7%	458.773	1,7%	34.950	1,7%
Mato Grosso	636.246	1,4%	397.239	1,5%	27.548	1,3%
Mato Grosso Sul	620.079	1,4%	383.730	1,4%	32.915	1,6%
Rio Grande Norte	537.646	1,2%	328.940	1,2%	24.044	1,1%
Pará	471.995	1,1%	285.786	1,1%	15.288	0,7%
Pernambuco	442.740	1,0%	274.249	1,0%	20.479	1,0%
Maranhão	300.362	0,7%	184.362	0,7%	10.967	0,5%
Amazonas	292.783	0,7%	174.993	0,6%	9.321	0,4%
Alagoas	291.300	0,7%	178.125	0,7%	11.343	0,5%
Paraná	271.412	0,6%	167.007	0,6%	11.135	0,5%
Rondônia	235.920	0,5%	146.854	0,5%	9.556	0,5%
Piauí	222.874	0,5%	137.705	0,5%	8.861	0,4%
Tocantins	213.696	0,5%	130.437	0,5%	7.865	0,4%
Roraima	150.991	0,3%	92.202	0,3%	4.537	0,2%
Sergipe	122.434	0,3%	72.747	0,3%	4.662	0,2%
Acre	93.853	0,2%	51.784	0,2%	3.159	0,2%
Amapá	39.959	0,1%	23.002	0,1%	1.246	0,1%
UF não identificado	23.053	0,1%	14.568	0,1%	1.277	0,1%
Total	44.346.092	100,0%	27.067.573	100,0%	2.105.256	100,0%



BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados
31 de janeiro de 2019

Anexo III - Distribuição das operações por UF - Veículos pesados

UF do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
São Paulo	1.577.221	25,3%	990.659	24,8%	17.999	22,8%
Minas Gerais	1.080.898	17,4%	705.950	17,6%	13.848	17,6%
Paraná	763.717	12,3%	504.950	12,5%	10.457	13,3%
Santa Catarina	510.968	8,2%	339.392	8,5%	6.556	8,3%
Rio Grande do Sul	452.361	7,3%	301.369	7,5%	6.157	7,8%
Pernambuco	232.395	3,7%	148.426	3,7%	3.580	4,5%
Rio de Janeiro	200.691	3,2%	123.105	3,1%	2.307	2,9%
Bahia	200.174	3,2%	122.759	3,1%	2.543	3,2%
Mato Grosso	180.259	2,9%	115.505	2,9%	2.025	2,6%
Goiânia	147.321	2,4%	92.155	2,3%	1.784	2,3%
Ceará	141.140	2,3%	89.646	2,2%	2.037	2,6%
Espírito Santo	120.799	1,9%	77.819	1,9%	1.504	1,9%
Mato Grosso Sul	84.162	1,4%	54.717	1,4%	1.080	1,4%
Pará	69.977	1,1%	43.237	1,1%	845	1,1%
Paraíba	68.303	1,1%	43.577	1,1%	1.046	1,3%
Rondônia	62.459	1,0%	40.648	1,0%	697	0,9%
Maranhão	54.099	0,9%	33.442	0,8%	638	0,8%
Rio Grande Norte	49.732	0,8%	31.472	0,8%	815	1,0%
Alagoas	46.059	0,7%	28.832	0,7%	679	0,9%
Distrito Federal	42.287	0,7%	26.367	0,7%	508	0,6%
Sergipe	38.862	0,6%	24.378	0,6%	514	0,7%
Amazonas	37.050	0,6%	23.675	0,6%	423	0,5%
Piauí	27.053	0,4%	13.716	0,3%	312	0,4%
Pernambuco	20.377	0,3%	12.573	0,3%	239	0,3%
Roraima	8.249	0,1%	4.924	0,1%	105	0,1%
Acre	7.470	0,1%	4.758	0,1%	106	0,1%
Amapá	1.493	0,0%	853	0,0%	20	0,0%
UF não identificado	3.981	0,1%	2.660	0,1%	52	0,1%
Total	6.229.689	100,0%	4.001.255	100,0%	78.871	100,0%



BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Relatório sobre a aplicação de
procedimentos pré-acordados
31 de janeiro de 2016

Anexo IV - Distribuição das operações por UF - Motos

UF do cliente	Σ Valor das parcelas (PMT) - R\$(000)	%	Σ Valor liberado - R\$(000)	%	Quantidade de contratos	%
Minas Gerais	811.044	20,3%	465.188	20,5%	81.680	20,8%
São Paulo	607.419	20,2%	471.238	20,7%	73.550	20,0%
Paraná	521.157	13,1%	302.019	13,3%	53.562	13,6%
Santa Catarina	373.769	9,4%	214.932	9,5%	37.144	9,4%
Rio Grande do Sul	218.947	5,5%	125.311	5,5%	22.381	5,7%
Rio de Janeiro	159.719	4,0%	86.886	3,8%	14.331	3,6%
Espírito Santo	129.902	3,3%	74.642	3,3%	12.479	3,2%
Pernambuco	114.783	2,9%	64.850	2,9%	11.408	2,9%
Amazonas	108.165	2,7%	58.213	2,6%	9.065	2,3%
Ceará	80.274	2,0%	44.164	1,9%	8.155	2,1%
Acre	72.959	1,8%	40.831	1,8%	6.627	1,7%
Paraná	71.836	1,8%	39.038	1,7%	6.966	1,8%
Goiânia	59.825	1,5%	30.416	1,3%	5.850	1,5%
Piauí	58.956	1,5%	32.689	1,4%	5.938	1,5%
Rondonia	56.253	1,4%	31.290	1,4%	5.297	1,3%
Roraima	48.583	1,2%	26.630	1,2%	4.318	1,1%
Maranhão	47.096	1,2%	24.855	1,1%	4.592	1,2%
Mato Grosso Sul	47.250	1,2%	27.610	1,2%	5.048	1,3%
Para	36.546	0,9%	19.429	0,9%	3.163	0,8%
Rio Grande Norte	35.410	0,9%	19.916	0,9%	3.799	1,0%
Bahia	34.512	0,9%	18.767	0,8%	3.742	1,0%
Mato Grosso	22.935	0,6%	11.659	0,5%	2.043	0,5%
Tocantins	19.617	0,5%	10.547	0,5%	2.037	0,5%
Aragoiás	15.063	0,4%	8.129	0,4%	1.549	0,4%
Amapá	14.943	0,4%	7.063	0,3%	1.185	0,3%
Distrito Federal	12.163	0,3%	7.126	0,3%	1.060	0,3%
Sergipe	11.144	0,3%	5.687	0,3%	1.093	0,3%
UF não identificadas	2.435	0,1%	1.503	0,1%	272	0,1%
Total	3.993.305	100,0%	2.271.411	100,0%	393.234	100,0%

ANEXO III

- Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MOODY'S

INVESTORS SERVICE

RELATÓRIO DE PRÉ-VENDA

BV Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV

Financiamento de Veículos / Brasil

Data de Início Estimada

A ser definida

Conteúdo

RATINGS PRELIMINARES (P)	1
PARTICIPANTES DA OPERAÇÃO	2
RESUMO DOS ATIVOS	2
VISÃO DA MOODY'S	3
PONTOS FORTES E FRACOS	4
ESTRUTURA, ASPECTOS LEGAIS E RISCOS ASSOCIADOS	5
ANÁLISE DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS DA CEDENTE	9
DESEMPENHO HISTÓRICO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS DA CEDENTE	10
RESUMO DAS OPERAÇÕES DA CEDENTE/ORIGINADORA	13
ORIGINAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS	13
ARRECADAÇÃO E COBRANÇA	14
ASPECTOS LEGAIS	15
ANÁLISE DE CRÉDITO	15
PESQUISA RELACIONADA	17

Contatos

Johann Grieneisen, CFA
 Assistant Vice President
 55.11.3043.7305
 Johann.Grieneisen@moody.com
 Giuliano Amaral
 Associate Analyst
 55.11.3043.7331
 Giuliano.Amaral@moody.com
 Maria Muller
 Senior Vice President
 1.212.553.4309
 Maria.Muller@moody.com

MOODY'S CLIENT SERVICES:

New York: 1.212.553.1653
 Tokyo: 81.3.5408.4100
 London: 44.20.7772.5454
 Hong Kong: 852.3551.3077
 Sydney: 61.2.9270.8100
 Singapore: 65.6398.8308

Ratings Preliminares (P)

CLASSE	RATING	INDICADOR	COUPON	MONTANTE (MILHÕES)	% DOS ATIVOS	SUBORDINAÇÃO MÍNIMA(*)	VENCIMENTO FINAL ESPERADO	PERÍODO DE CARÊNCIA	PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO
Cotas Seniores	(P)Aa1.br/ (P)Ba1	(sf)	CDIx110%	Até R\$ 2.000,0	80,0%	20%	36 meses a partir do início	1º ao 30º mês	31º ao 36º mês
Cotas Subordinadas	Sem Rating		-	R\$ 500,0	20,0%	0,0%	-	-	-
Total				R\$ 2.500,0	100%				

Os ratings dizem respeito à perda esperada para investidores até o vencimento final legal. Os ratings da Moody's abordam apenas os riscos de crédito associados à operação. Outros riscos não relacionados ao crédito não foram abordados, mas podem ter efeitos significativos nos rendimentos dos investidores.

Resumo da Operação

O BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV (BV FIDC IV, o Fundo ou o Emissor) é um fundo de investimentos estabelecido para adquirir direitos creditórios de financiamentos de veículos existentes e elegíveis originados pela BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (BV Financeira, o Originador, o Agente de Cobrança ou a Cedente).

O BV FIDC IV, constituído sob a forma de condomínio fechado, emitirá uma série única de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas serão integralmente retidas pela Cedente. As Cotas Seniores serão distribuídas no mercado brasileiro a investidores qualificados.

O prazo de duração do fundo será de 36 meses a contar a partir da data inicial de emissão das cotas. As Cotas Seniores acumularão juros durante os primeiros 30 meses a partir da data inicial de emissão seguidos de 6 pagamentos mensais de principal e juros entre o 31º e o 36º mês. O Fundo deverá adquirir novos contratos de financiamento de veículos por toda sua duração, enquanto nenhum evento de liquidação antecipada ou de revisão tiver ocorrido.

A Moody's desenvolveu um indicador de ratings de operações estruturadas na forma de "(sf)" que, a partir de agora, seguirá os ratings de um instrumento específico de operações estruturadas quando presentes nas publicações da Moody's. Uma lista detalhada dos instrumentos financeiros com ratings da Moody's nos quais o indicador será acrescentado, bem como instrumentos que não receberão esta indicação, juntamente com os critérios utilizados na construção dessas listas, está incorporada em uma relação atualizada de Perguntas Frequentes relacionadas à conformidade da Moody's com as mudanças na SEC rule 17g-5, a qual se encontra neste [documento](#).

Este Relatório de Pré-Venda aborda a estrutura e as características da transação proposta e é baseado em informações fornecidas à Moody's até 20 de julho de 2010. Os investidores devem atentar ao fato de que certos fatores relacionados a este Fundo ainda estão por ser finalizados. Após o recebimento de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, é que a Moody's irá designar um rating definitivo ao Fundo, o qual pode vir a ser diferente do que o rating apresentado neste Relatório de Pré-Venda. A Moody's disseminará o rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores. Este relatório não tem o intuito de ser uma oferta para venda ou uma solicitação de compra de títulos, e não deve ser utilizado ou circulado juntamente com qualquer tipo de oferta ou solicitação.

Participantes da Operação

Emissor:	BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV (BV FIDC IV)
Estruturador:	Banco Votorantim S.A. – rating Aaa.br (Escala Nacional Brasileira) & A3 (escala global em moeda local) de depósitos
Administradora, Gestora:	Votorantim Asset Management DTVM Ltda. - (Sem Rating) subsidiária do Banco Votorantim S.A.
Originador e Cedente:	BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Sem Rating) – subsidiária do Banco Votorantim S.A.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A. (rating A1 de depósitos em moeda local na escala global e Aaa.br na Escala Nacional Brasileira)
Banco Arrecadador:	Banco Bradesco S.A. O Banco Arrecadador é responsável pela cobrança bancária dos Direitos Creditórios cedidos adimplentes.
Agente de Cobrança:	BV Financeira S.A. O Agente de Cobrança é responsável pela cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Cedidos inadimplidos.
Fiel Depositário:	BV Financeira S.A.
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes
Assessor Jurídico (Emissor):	Pinheiro Guimarães Advogados

Resumo dos Ativos

Cedente/Originador:	BV Financeira S.A.
Ativos	Direitos Creditórios oriundos de contratos de financiamento de veículos (incluindo Veículos Leves, Veículos Pesados e Motos)
Metodologia Utilizada:	Moody's Approach to Rating U.S. Auto Loan-Backed Securities
Modelos Utilizados:	Probabilistic Auto Loan Model
Volume Total da Operação:	R\$ 2.500,0 milhões

O resumo dos ativos se refere à carteira total revisada da Cedente dado que esta é uma operação revolvante.

Carteira do Cedente Revisada:	2.577.361 contratos / R\$54,5 bilhões originados de 1 de Fevereiro de 2007 até 31 de Janeiro de 2010 e auditado pela KPMG.
-------------------------------	--

Saldo Médio por Contrato:	R\$12.936
Média Mensal de Valor Financiado:	R\$926,118,000
Taxa Média Ponderada de Juros dos Financiamentos:	32%

Principais Critérios dos Ativos	Inclui os principais Critérios de Elegibilidade verificados pelo Custodiante e a definição dos Direitos Creditórios elegíveis de acordo com o Regulamento
Concentração máxima em sacados:	Somatório das parcelas vincendas limitado a R\$50.000, que leva a um mínimo de 60.000 devedores na carteira inicial.
Prazo Máximo:	Os contratos devem ter vencimento em data anterior ao vencimento final legal do Fundo.
Prazo Mínimo:	N/A
Prazo Médio Ponderado Máximo:	N/A
Concentração Máxima em Veículos Leves:	100%
Concentração Máxima em Motos:	10%
Concentração Máxima em Veículos Pesados:	20%
Taxa de Cessão Mínima:	145% do CDI

Visão da Moody's

Perspectiva para o Setor:	Estável.
Característica Exclusiva:	Não há característica exclusiva. A operação é bastante similar à operação anteriormente realizada pelo Originador, BV FIDC III, sendo as principais diferenças relativas ao perfil do cronograma de amortização.
Nível de Vínculo de Crédito com o Originador:	A BV Financeira não é obrigada a recomprar créditos inadimplidos embora possa fazer isso voluntariamente. Em sua análise, a Moody's não atribuiu crédito à capacidade do Originador de suportar a operação. O pagamento de créditos adimplentes é realizado diretamente na conta do Fundo mantida no banco custodiante. O Originador executa, no entanto, a cobrança de créditos atrasados e inadimplidos. A Moody's não atribuiu crédito à recuperação de créditos inadimplidos.
Histórico de Securitização do Originador:	
Número de Transações Anteriores no Setor: 3 (BV FIDC I ; BV FIDC II ; BV FIDC III). . Ao final desse relatório, encontram-se <i>links</i> aos relatórios de monitoramento.	
% Securitizada da Carteira:	6,18%, considerando os FIDCs I, II e III
Comportamento de Transações Anteriores:	Estável e em linha com as expectativas. Ao final desse relatório, encontram-se anexos os relatórios de monitoramento.
Principais Diferenças entre a Operação Atual e as Anteriores:	<p>A operação é similar ao BV FIDC III, com apenas algumas pequenas diferenças nos documentos da operação. As principais diferenças são:</p> <ul style="list-style-type: none"> » O perfil do cronograma de amortização, o qual para o BV FIDC IV é uma amortização de 6 meses com início no 31º mês, e para o BV FIDC III é do tipo "bullet" no 30º mês. » Inclusão de taxa de cessão mínima de 145% do CDI e excesso de spread de 4,5%. No BV FIDC III, a taxa de cessão mínima não foi definida nos documentos da operação, embora a taxa de cessão implícita seja superior em virtude do excesso de spread mínimo de 7%.
Sensibilidade Potencial do Rating:	
Fatores que Podem Levar a um Rebaixamento:	Um aumento nos níveis de inadimplência, particularmente atrasos acima de 180 dias, acima dos níveis assumidos no cenário de stress utilizado pela Moody's e obtidos de dados históricos.

Pontos Fortes e Fracos

Pontos Fortes:

- » A qualidade dos ativos lastro, beneficiada pela política de crédito da BV Financeira, diversificação geográfica da carteira, pulverização de sacados e prazo relativamente curto dos ativos, limitado a 36 meses.
- » O papel da BV Financeira (uma subsidiária do Banco Votorantim S.A., com rating de depósito bancário de A3 em escala global em moeda local e de Aaa.br em escala nacional brasileira) como Originador, Agente de Cobrança e Cedente da operação;
- » O desempenho das operações de securitização da BV Financeira em circulação e com rating da Moody's;
- » Suporte de crédito de 20% na forma de subordinação mínima bem como a exigência de manter este nível de subordinação mínimo, verificado diariamente, a fim de permitir o funcionamento normal do fundo;
- » Excesso de spread mínimo de 4,5% verificado mensalmente e a retenção dos fluxos de caixa excedentes pelo fundo enquanto as Cotas Seniores não estiverem integralmente resgatadas, reforçando desta forma o suporte de crédito mínimo ao longo da operação; e
- » Estrutura geral e legal da operação, incluindo a imunidade à falência do Fundo.

Pontos Fracos e Fatores Mitigantes:

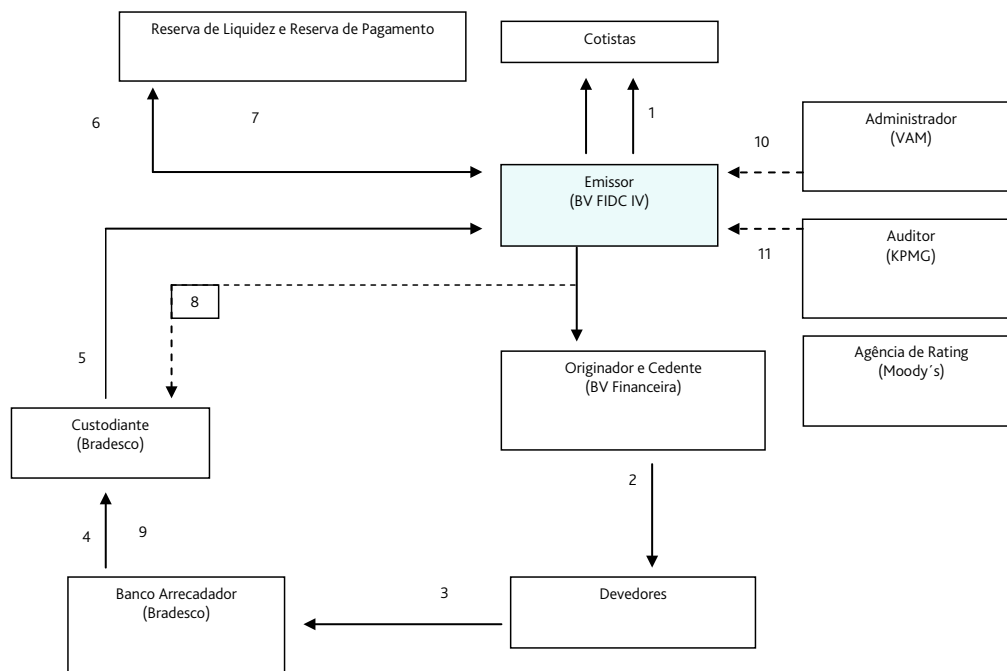
Nosso processo de avaliação de crédito, incluindo comitês, foca principalmente nos seguinte riscos:

- » Taxa de Cessão: Consideramos a Taxa Mínima de Cessão especificada nos documentos da operação, e equivalente a 145% do CDI, como modesta, implicando em um excesso de spread líquido de somente 0,2% após o pagamento do custo de financiamento de 8,8% (assumindo CDI de 10% e Taxa de Cessão de 145% do CDI) e perdas de crédito no cenário base de 5,5%; e
- » Contratos de Financiamento cedidos com ágio: Dada a diferença significativa nas taxas originais de contrato de 30% efetivo e a taxa de cessão de 145% do CDI (cerca de 14,5% a.a.), o ágio ao qual os contratos de financiamento serão cedidos ao fundo será na mesma ordem de grandeza da subordinação de 20%.

Fator Mitigante: Estressamos perdas, pré-pagamentos e taxas de juros para determinar o suporte de crédito total da estrutura. De acordo com nossa análise, a estrutura pode suportar um aumento de 2,7x nas perdas de crédito de 5,5% a.a.

Estrutura, Aspectos Legais e Riscos Associados

Estrutura



1. O Fundo emitirá Cotas Seniores aos investidores;
2. Contratos de financiamento de veículos são originados conforme política de crédito da BV Financeira;
3. Devedores efetuam pagamentos mensais através de boletos em qualquer banco no Brasil;
4. Bradesco, como Banco Arrecadador, identifica imediatamente recursos destinados ao Fundo através da identificação do código de barras do boleto;
5. Bradesco envia estes recursos a uma conta segregada mantida pelo Custodiante (Bradesco), em nome do fundo;
6. O Custodiante segrega recursos para compor a Reserva de Liquidez equivalente a 0,25% do Patrimônio Líquido do Fundo;
7. O Administrador (VAM DTVM) irá instruir ao Custodiante a compor disponibilidades de acordo como o cronograma da Reserva de Pagamento;
8. Após o Custodiante verificar os critérios de elegibilidade, o Administrador, por conta e ordem do fundo, irá utilizar recursos para compra de novos direitos creditórios da BV Financeira;
9. O Custodiante monitora a carteira e verifica o enquadramento de gatilhos previstos no regulamento;
10. VAM DTVM Ltda, como Administrador, é civil e criminalmente responsável pelas ações do fundo; e
11. KPMG irá auditar o balanço do Fundo de acordo com requisitos legais e exigências previstas nos documentos da operação. Trimestralmente a agência de rating irá submeter relatórios de monitoramento ao Administrador para registro na CVM.

Sumário da Estrutura da Operação

O BV FIDC IV é um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC"), constituído sob a forma de condomínio fechado, direcionado somente a investidores qualificados - os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento - criado de acordo com a Instrução 356/01 da CVM. As Cotas Seniores serão distribuídas e as Cotas Subordinadas serão integralmente retidas pela Cedente.

O prazo de duração do fundo será de 36 meses a contar a partir da data inicial de emissão das cotas.

As Cotas Seniores terão um período de carência de 30 meses, durante o qual não serão realizados pagamentos de juros ou principal. Do 31º ao 36º mês, as Cotas Seniores serão integralmente amortizadas com pagamentos mensais de juros e principal e seguindo um cronograma de pagamento pré-definido. Não serão permitidos pagamentos às Cotas Subordinadas retidas pela Cedente enquanto houver Cotas Seniores em aberto.

Os ratings dizem respeito à perda esperada para investidores até o vencimento final legal, ou 36 meses após a data de início.

O BV FIDC IV é a quarta securitização de veículos da BV Financeira classificada pela Moody's. Todos os fundos têm apresentado desempenho conforme as expectativas da Moody's.

Rendimento de Principal e Juros das Cotas Seniores. As Cotas Seniores pagarão juros variáveis equivalente a 110% do CDI, que acumularão diariamente. O cálculo do rendimento é baseado no montante do principal em aberto das Cotas Seniores.

Resgate das Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas serão resgatadas somente após o pagamento integral das cotas sênior. Não haverá nenhum pagamento durante a operação às Cotas Subordinadas, enquanto houverem Cotas Seniores em aberto.

Constituição da Reserva de Liquidez. A partir de recursos da emissão, a Reserva de Liquidez constitui um valor correspondente a no mínimo 0,25% do patrimônio líquido do fundo, destinado assegurar o pagamento tempestivo das despesas incorridas pelo fundo.

Constituição da Reserva de Pagamento. Com a finalidade de segregar recursos suficientes para o pagamento do resgate de juros e principal em cada data de amortização, o Administrador irá utilizar fluxos de caixa do fundo para formar disponibilidades suficientes em ativos líquidos (Outros Ativos). O Administrador terá que observar um cronograma pré-definido conforme mostrado na Figura 1. O cronograma pré-definido especifica exigências de alocação mínima dos

ativos do fundo em disponibilidades a serem verificadas anteriormente às datas de pagamento (cada data uma Data de Verificação da Reserva de Pagamento). O não enquadramento da Reserva de Pagamento ao cronograma, em 2 Datas de Verificação da Reserva de Pagamento, constituirá um Evento de Revisão, no qual será vedado novas aquisições de direitos creditórios, que poderá acarretar a liquidação antecipada do Fundo se os Cotistas assim decidirem em Assembléia Geral.

FIGURA 1

Reserva de Pagamento

DIAS ANTES DA DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR ESTIMADO PARA A PRÓXIMA AMORTIZAÇÃO
30	50%
15	100%

Outros Ativos Elegíveis. O fundo poderá investir em outros ativos como (i) moeda corrente nacional, (ii) títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, (iii) cotas de fundos de investimento que apliquem seu patrimônio em títulos públicos e/ou operações compromissadas com lastro em títulos mencionados no item (ii), com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, (iv) cotas de fundos que apliquem em cotas de fundos de investimento que apliquem seu patrimônio em títulos públicos e/ou operações compromissadas com lastro em títulos mencionados no item (ii), com liquidez diária, e que sejam administrados pela Administradora, e (v) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (ii).

FIGURA 2

Cronograma de Amortização das Cotas Seniores

MÊS APÓS O INÍCIO	% DO SALDO DE COTAS SENIORES A SER AMORTIZADO
31 ^o	1/6
32 ^o	1/5
33 ^o	¼
34 ^o	1/3
35 ^o	½
36 ^o	1/1

Ordem de Aplicação de Recursos: Em cada amortização mensal, Todos os recursos disponíveis do Fundo serão distribuídos de acordo com a seguinte ordem simplificada de aplicação de recursos:

Ordem de Alocação de Recursos sob Amortização Normal

1. Comissões, impostos e despesas (auditoria, agência de rating, custodiante, despesas legais e administrativas);
2. Constituição de Reserva de Liquidez
3. Constituição de Reserva de Pagamento
4. Aquisição de Direitos Creditórios

5. Pagamentos de Amortização das Cotas Seniores
6. Pagamentos de Amortização das Cotas Subordinadas somente após as Cotas Seniores serem amortizadas integralmente.

Ordem de Alocação de Recursos sob Liquidação Antecipada

7. Comissões, impostos e despesas (auditoria, agência de rating, custodiante, despesas legais e administrativas);
8. Pagamentos de Amortização das Cotas Seniores
9. Pagamentos de Amortização das Cotas Subordinadas somente após as Cotas Seniores serem amortizadas integralmente.

Subordinação e Excesso de Spread

Nível Mínimo de Subordinação. Com base nas informações fornecidas pelo Custodiante, o Administrador vai calcular e monitorar o nível mínimo de subordinação (veja a definição abaixo) diariamente. No fechamento da operação, e enquanto as Cotas Seniores estiverem em circulação, as Cotas Seniores não poderão exceder 80% do Patrimônio Líquido do Fundo, ou seja, o nível de subordinação cair abaixo de 20%. A Cedente, BV Financeira, poderá restaurar a quebra da subordinação mínima através da subscrição de novas Cotas Subordinadas para assegurar que a operação está respeitando os gatilhos. Caso a quebra não for restituída em 5 dias úteis, um Evento de Revisão é acionado, no qual serão vedadas novas compras de direitos creditórios, e uma Assembleia Geral será convocada pelo Administrador. Os Cotistas então poderão optar pela Liquidação Antecipada do fundo (Evento de Liquidação).

A fórmula para o cálculo do nível de subordinação mínima é:

FIGURA 3

Subordinação

DEFINIÇÃO	SUBORDINAÇÃO INICIAL E MÍNIMA
Subordinação = (Patrimônio Líquido do Fundo – Cotas Seniores) / Patrimônio Líquido do Fundo	20,0%

O cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo segue as normas Brasileiras estipuladas pela COSIF (Plano Contábil das Instituições Financeiras), através das quais o PL do Fundo é definido como a soma das Disponibilidades (caixa e outros ativos líquidos) com o valor dos financiamentos de veículos a receber menos as despesas e as provisões.

Para estabelecer os níveis de provisões, e através do qual assegurar o cálculo adequado do PL do Fundo e a resultante subordinação, os direitos creditórios vencidos e não pagos no vencimento, seguirão, no mínimo, a metodologia de provisão

para devedores duvidosos estabelecida nos termos tabela abaixo.

FIGURA 4

Cronograma de Provisionamento Mínimo

NÍVEL DE RISCO	DIAS ATRASO	% DE PROVISÃO
AA	0 dias	0%
A	de 1 a 14 dias	0,5%
B	de 15 a 30 dias	1%
C	de 31 a 60 dias	3%
D	de 61 a 90 dias	10%
E	de 91 a 120 dias	30%
F	de 121 a 150 dias	50%
G	de 151 a 180 dias	70%
H	181 dias ou mais	100%

Excesso de Spread Mínimo e Taxa de Cessão Mínima.

O Administrador irá comprar direitos creditórios a um preço de aquisição que será no mínimo equivalente ao preço determinado utilizando-se uma taxa de cessão de 145% do CDI. A taxa irá variar de cessão a cessão. A fim de monitorar o rendimento dos ativos versos os passivos incorridos, um gatilho de excesso de spread de 4,5% é previsto no Regulamento.

Com base na informação a ser divulgada pelo Custodiante, o Administrador irá calcular e monitorar o Excesso de Spread em cada Data de Verificação (definida como o ultimo dia útil de cada mês). Caso o excesso de spread verificado pelo Custodiante cair abaixo do nível mínimo de 4,5% a.a. em 2 datas de verificação seguidas (ou 3 datas de verificação em um período de 180 dias), um Evento de Revisão é acionado, no qual serão vedadas novas compras de direitos creditórios, e uma Assembleia Geral será convocada pelo Administrador. Os Cotistas então poderão optar pela Liquidação Antecipada do fundo (Evento de Liquidação).

O excesso de spread será computado levando-se em conta o rendimento auferido dos ativos adimplentes do fundo, mais o rendimento auferido dos Outros Ativos, menos os custos de financiamento incorridos, menos as despesas incorridas, dividido pela somatória dos direitos creditórios adimplentes. O excesso de spread é expresso em forma anual. Para os primeiros 180 dias da operação, não é prevista a verificação de excesso de spread.

A Cedente somente será responsável pela restituição integral do preço de aquisição nos casos de inexistência de qualquer um dos direitos creditórios cedidos, ou existência de vícios ou defeitos.

Co-obrigação do Cedente

O fundo não prevê co-obrigação da Cedente para perdas ocasionadas por inadimplência dos sacados, atrasos ou pré-pagamentos, embora a Cedente possa suportar a operação

através de recompras se ela desejar. A Moody's observa que em suas premissas de modelagem não atribuiu crédito aos fluxos de caixa que podem ser arrecadados da opção da BV Financeira em recomprar direitos creditórios inadimplidos de financiamentos de veículos.

Eventos de Revisão, Eventos de Liquidação Antecipada e Eventos de Indenização

Dentre os mais importantes **Eventos de Revisão** estão:

- » Desenquadramento da Relação Mínima (20%) por 5 dias úteis consecutivos;
- » Desenquadramento do Excesso de Spread (4,5%) por 2 datas de verificação consecutivas (mensalmente) ou 3 datas de verificação alternadas durante o período de 180 dias;
- » Desenquadramento da Reserva de Pagamento por 2 datas de verificação consecutivas (meses);
- » Rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores;
- » Decretação de Intervenção, Liquidação Extrajudicial, regime administrativo temporário ou protocolo de pedido de falência, que não seja elidido no prazo legal ou no prazo concedido pelo poder judiciário para tanto;
- » Desenquadramento da Reserva de Liquidez por 30 dias consecutivos;
- » Valor da totalidade das despesas superior a 1%, verificado mensalmente;
- » Descumprimento pela BV Financeira de qualquer obrigação prevista no Contrato de Promessa de Cessão;
- » Resilição do Contrato de Custódia, sem que tenha sido encontrado um substituto;
- » Resilição do Contrato de Cobrança entre o Custodiante, BV Financeira e o Banco Arrecadador, sem que tenha sido encontrado um substituto; e
- » Protestos de títulos em que a BV Financeira se enquadre como devedora em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00.

Caso ocorra um **Evento de Revisão**, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá comunicar ao Custodiante a ocorrência do evento e suspender, imediatamente, os procedimentos de aquisição de direitos creditórios. Os seguintes passos deverão ser observados:

- » Os detentores das cotas deverão receber um comunicado do Administrador;
- » O Administrador deverá convocar uma assembléia geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo; e

- » Cotistas irão deliberar e decidir, de acordo com as regras previstas no Regulamento, pela Liquidação Antecipada ou não do Fundo.

Liquidação Antecipada do Fundo

Se a assembléia geral deliberar pela liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá proceder ao Resgate Compulsório das Cotas Seniores em circulação.

No caso de decisão da assembléia geral pela não liquidação do Fundo, fica assegurado o resgate de Cotas Seniores pelos seus respectivos valores aos Cotistas dissidentes que o solicitarem. Tal disposição, prevista no artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM n.º 356/01, vigorará com relação ao Fundo apenas e tão somente enquanto a mesma vigorar na Instrução da CVM n.º 356/01.

Eventos de Indenização

Eventos de Indenização são definidos como eventos que dão origem a anulação de direitos creditórios cedidos pelo Originador ao Fundo, através do qual o Originador necessita recomprá-los pelo valor de aquisição original. Os principais Eventos de Indenização são:

- » Inexistência de qualquer um dos direitos creditórios cedidos
- » Existência de vícios ou defeitos em qualquer um dos Direitos Creditórios Cedidos, que seja constatada pela BV Financeira ou pela Administradora; ou
- » Reclamação de Direitos Creditórios Cedidos por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre os Direitos Creditórios Cedidos objeto da reclamação.

Crítérios de Elegibilidade para a Securitização

O Custodiante em nome do fundo verificará eletronicamente individualmente se os contratos de financiamentos atendem aos seguintes critérios de elegibilidade estabelecidos nos documentos da operação como pode ser observado na Figura 18:

FIGURA 5

Crítérios de Elegibilidade

Tenham vencimento com data anterior ao prazo de duração do Fundo;

No momento da cessão ao Fundo, tenham grau de concentração, após a cessão a ser celebrada e considerando apenas os Direitos Creditórios Cedidos, (a) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de motocicletas, não superior a 10% (dez por cento); (b) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de vans e caminhões, não superior a 20% (vinte por cento); e (c) para Direitos Creditórios decorrentes de Contrato de Financiamento de automóveis, até 100% (cem por cento);

Sejam devidos por Devedores que não estejam inadimplentes com suas obrigações perante o Fundo no momento da cessão; e

Tenham o somatório das parcelas vincendas de um ou mais Contratos de Financiamento limitado a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por Devedor (CPF ou CNPJ) no momento da cessão ao Fundo ou quando de novas cessões ao Fundo.

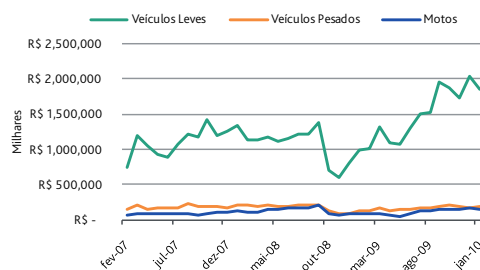
O Regulamento do Fundo determina que os contratos de financiamento servindo como lastro aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo:

- » Tenham sido celebrados entre a BV Financeira e os respectivos devedores;
- » Sejam garantidos por alienação fiduciária em garantia dos veículos automotores financiados; e
- » Não tenham qualquer vedação a sua livre cessão pela BV Financeira.

Análise da Carteira de Financiamentos de Veículos da Cedente

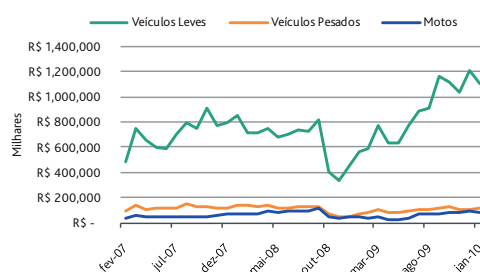
A Moody's analisou a carteira de direitos creditórios no período de 36 meses entre 1 de fevereiro de 2007 e 31 de janeiro de 2010. Durante esse período, a BV Financeira originou financiamentos de veículos no montante de R\$ 33,3 bilhões (correspondendo a R\$54,5 bilhões de valor nominal das parcelas) de aproximadamente 2, 6 milhões de diferentes contratos de financiamento. Os contratos tipicamente estão na forma de parcelas mensais, com ticket mensal médio de R\$12,9 mil (correspondendo a R\$21,2 mil em valor nominal das parcelas), e taxa de juros efetiva média de aproximadamente 30% a.a. para o financiamento de veículos leves e pesados (aproximadamente 40% a.a. para o financiamento de motos).

FIGURA 6

Produção: Evolução do Somatório das Parcelas

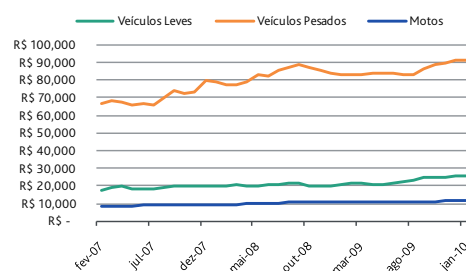
Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 7

Produção: Evolução do Somatório do Valor Liberado

Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 8

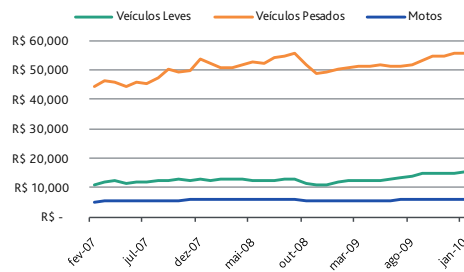
Ticket Médio - Somatório do Valor das Parcelas

Fonte: KPMG, BV Financeira

Desempenho histórico da carteira de financiamentos de veículos da Cedente

FIGURA 9

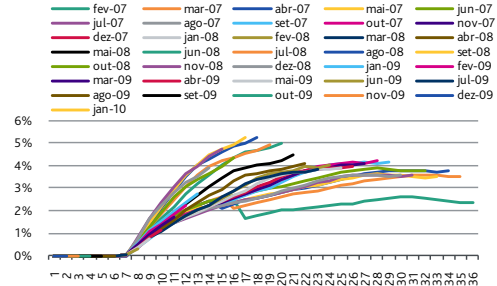
Ticket Médio - Valor Liberado



Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 12

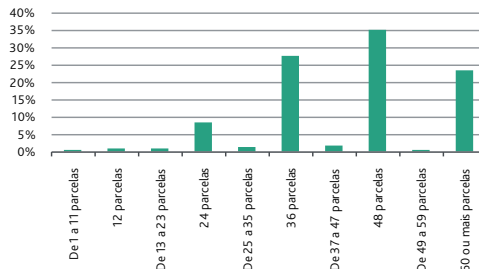
Veículos Leves: Inadimplência por Safra de Originação – Contratos Vencidos acima de 180 dias



Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 10

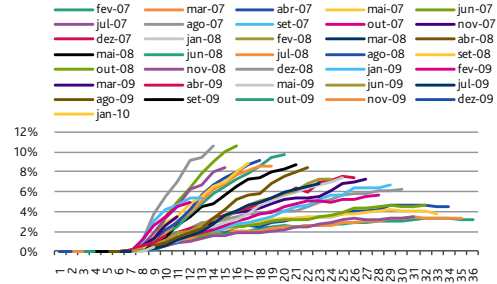
Distribuição por Número de Parcelas (Combinado: Veículos Leves, Veículos Pesados e Motos)



Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 13

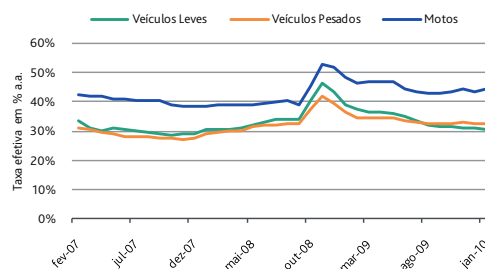
Veículos Pesados: Inadimplência por Safra de Originação – Contratos Vencidos acima de 180 dias



Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 11

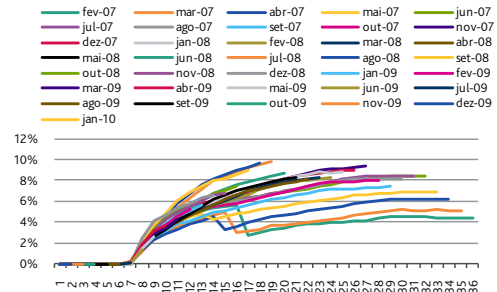
Evolução da Taxa Média Ponderada dos Contratos



Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 14

Motos: Inadimplência por Safra de Originação – Contratos Vencidos acima de 180 dias

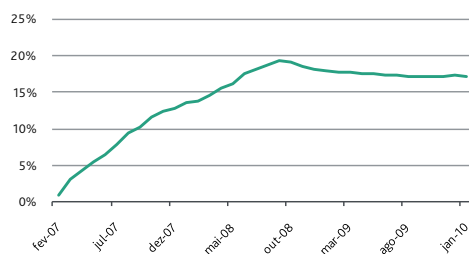


Fonte: KPMG, BV Financeira

FIGURA 15

Pré-pagamentos na Carteira Total por Safra de Originação

(Vide Tabela 3.7 do relatório de auditoria da KPMG da carteira de financiamentos de veículos da BV Financeira)



Fonte: KPMG, BV Financeira

Perfil do Originador/Cedente e Riscos Operacionais

Data de Revisão Operacional:	A última revisão ocorreu em 2009
Informações do Originador/Cedente	
Originador/Cedente e seu Rating:	BV Financeira S.A. (Sem Rating, subsidiária do Banco Votorantim)
Perspectiva para a Empresa e o Setor:	Estável
Estrutura Societária:	Subsidiária integral do Banco Votorantim
Total de Ativos (valor futuro):	R\$ 37.928 milhões
% do Valor de Face Securitizado:	5,27%
Operação em % da Carteira Total:	7,57%
% Retido da Operação:	As Cotas Subordinadas serão integralmente retidas pela Cedente e serão amortizadas/resgatadas somente após a liquidação financeira da totalidade das Cotas Seniores
Principais Responsabilidades:	<ul style="list-style-type: none"> » Responsável, civil e criminalmente, pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos e dos documentos representativos destes. » Responsável como Fiel Depositário pelos documentos originais dos financiamentos de veículos dos contratos já cedidos ao Fundo. » Responsável por agir como agente de cobrança dos Direitos Creditórios cedidos inadimplidos.
Regulado por:	Banco Central do Brasil
Volume de direitos creditórios administrados:	Aproximadamente R\$ 36.734 milhões incluindo carteiras cedidas com co-obrigação, FIDCs e carteira BV.
Número de colaboradores:	Aproximadamente 7.200 colaboradores, sendo que 1.342 atuam no departamento de crédito.
Rating do Agente de Cobrança:	N/A
Visão geral da custódia e cobrança	
Custodiante e seu Rating:	Banco Bradesco S.A. (rating A1 de depósitos em moeda local na escala global e Aaa.br na Escala Nacional Brasileira)
Principais Responsabilidades:	<ul style="list-style-type: none"> » Principais responsabilidades do Bradesco como Custodiante e Banco Arrecadador nos documentos da operação incluem: <ul style="list-style-type: none"> - Receber e analisar os documentos referente aos direitos creditórios pertencentes ao Fundo; - Verificar que os direitos creditórios estão de acordo com os critérios de elegibilidade especificados nos documentos da operação; - Executar a liquidação física dos direitos creditórios (Custódia); - Emitir boletos aos cedentes evidenciando a cessão do direito creditório do Fundo; e - Arrecadar os pagamentos feitos pelos sacados em nome do Fundo e transferir esses recursos à conta do Fundo.
Estrutura Societária:	Banco listado em bolsa e uma das maiores instituições financeiras do Brasil.
Regulado por:	Banco Central do Brasil
Número Total de Recebíveis Sob Custódia:	N/A
Administrador	
Administrador:	Votorantim Asset Management (VAM)
Principais Responsabilidades:	<p>Principais responsabilidades da VAM como Administrador nos documentos da operação:</p> <ul style="list-style-type: none"> » Aprovar e executar os vários documentos da operação incluindo o Regulamento, Contrato de Compra e Venda, contratar terceiros à operação, tais como a Agência de Rating, Auditores, Custodiante, Banco Arrecadador e Assessor Legal; » Tomar ações legais em nome do Fundo; » Monitorar os vários gatilhos, limites e critérios especificados nos documentos da operação; » Manter a documentação do fundo; » Entregar as demonstrações financeiras anuais aos Cotistas do Fundo; e » Publicar informações periódicas obrigatórias como requerido pela lei relativa ao Fundo.

Resumo das Operações da Cedente/Originadora

Resumo da Originadora

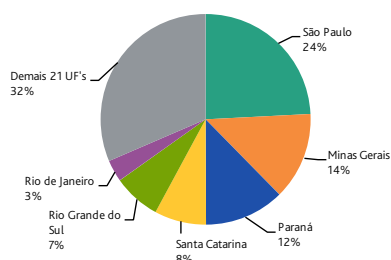
BV Financeira é o quarto maior originador de financiamento de veículos no Brasil, logo após o Itaú Unibanco S.A, Banco Bradesco S.A e Santander, com uma carteira de cerca de R\$25,6 bilhões em junho de 2010, e é uma subsidiária do Banco Votorantim S.A.

BV Financeira opera através de cerca de 20.000 revendedores de carros credenciados localizados predominantemente nas regiões sul e sudeste do Brasil, com foco em veículos usados leves (cerca de 81% da carteira).

A Figura 16 mostra a abertura dos contratos originados pela BV Financeira por estado de origem no período de 36 meses findo em janeiro de 2010 revisados pela KPMG.

FIGURA 16

Abertura dos contratos originados pela BV Financeira por estado de origem



Fonte: KPMG, BV Financeira

Originação de Financiamentos de Veículos

Revendedoras de Veículos: A estratégia da BV Financeira consiste em aprofundar o relacionamento comercial com a sua rede de revendedoras credenciadas, as quais são administradas através de 64 filiais regionais em todo o país. Em junho de 2010, a rede contava com mais 20.000 revendedores credenciados através dos quais os produtos da BV são vendidos. A concentração regional da rede tem foco na região sul e sudeste, com predominância em São Paulo (30%), Minas Gerais (12,5%) e Paraná (11%). Todos 26 estados, assim como o Distrito Federal, são cobertos pela rede de revendedoras credenciadas.

Os procedimentos que cada representante comercial da BV Financeira necessita para a aprovação e credenciamento de um novo revendedor inclui a preparação de um relatório detalhado que inclui:

- » O histórico financeiro e operacional de no mínimo um ano;
- » Uma descrição dos procedimentos de negócio e de sua estrutura societária e corporativa;
- » Consulta junto a um órgão de proteção de crédito (Serasa/SPC) da empresa e de seus principais sócios;
- » Um relatório com referências bancárias e outras referências comerciais da empresa e de seus principais sócios.

Mutuários dos Contratos de Financiamento de Veículos: A

BV Financeira originará financiamentos de veículos através da sua rede de revendedoras credenciadas. Após o preenchimento, pelo mutuário proponente, de uma solicitação de abertura de contrato de financiamento de veículo, tal solicitação será enviada ao departamento de crédito da BV Financeira, juntamente com toda a documentação necessária, através de Internet e fax.

Visto que a maior parte da documentação e informação sobre um requerente está disponível "online", em tempo real, o departamento analítico de crédito da BV Financeira é capaz de tomar decisões de crédito de forma tempestiva, enquanto reduz, ao mesmo tempo, os riscos de documentação fraudulenta.

Administração da Taxa de Juros e Rentabilidade. A BV Financeira administra de forma ativa as taxas de juros que oferece à rede de revendedores credenciada, levando em consideração diversos fatores, incluindo (i) características dos mutuários, (ii) rentabilidade da revendedora, incluindo comissões e despesas de marketing, (iii) comissões de vendas para os promotores da BV, (iv) taxas de atraso e perda, e (v) outros custos diretos. A BV Financeira é capaz de informar, em uma base on-line, em tempo real, a margem líquida de cada concessionária e promotor da BV.

Procedimentos de Aprovação e Concessão de Crédito Aos

Mutuários: A BV Financeira tem uma equipe experiente de concessão de crédito, composta por um gerente de crédito com mais de 20 anos de experiência, 65 supervisores e 460 analistas de crédito com experiência média de 5 anos. Os analistas de crédito são pagos através de salário fixo, enquanto o gerente e supervisor recebem um salário base mais bônus baseado na lucratividade e de inadimplência da carteira.

Todos os mutuários proponentes devem:

- » Ter pelo menos 18 anos de idade;
- » Ter bom histórico de crédito nas principais agências de crédito do país (Serasa e SPC);
- » Fornecer um endereço residencial e histórico residencial e empregatício de dois anos (um ano no caso de motos);

- » Não possuir histórico de recuperação judicial, pedido de intervenção ou falência;
- » Possuir coeficiente de endividamento máximo de até 30% sobre a renda bruta mensal;

No caso de financiamento de veículos pesados, os analistas de crédito também avaliam a compatibilidade comercial como o tipo de veículo financiado.

Precificação e Liberação do Financiamento: A definição de preço para um financiamento se baseia na pontuação de crédito interna da BV Financeira para cada tomador. Tal pontuação vai de um mínimo de 1 até um máximo de 10. A solicitação de crédito dos tomadores considerados como “abaixo da média” (com “credit score” interno abaixo de 4) tem baixa chance de ser aceita.

O limite de aprovação de crédito pelo analista de crédito é de R\$8.000, enquanto alguns supervisores podem ter limites de até R\$180.000. Os financiamentos superiores a esse valor precisam ser aprovados pelo comitê de financiamento da BV Financeira, que inclui toda a equipe executiva da empresa. O processo de aprovação de crédito leva cerca de 25 minutos.

Arrecadação e Cobrança

A BV Financeira faz a administração e gestão de 100% de sua carteira de contratos de financiamentos de veículos. Os pagamentos devidos nos contratos de financiamento de veículos são recebidos através de cobrança bancária, que podem ser feitos em qualquer banco no Brasil ou “internet banking”. Uma vez que os pagamentos são efetuados, eles são transferidos em até D+1 para uma conta bancária em nome do fundo mantida no Bradesco, o custodiante da operação.

Procedimentos para a Cobrança em Atraso e Retomada de Veículos – BV Financeira como Agente Cobrador

O Fundo também irá subcontratar a BV Financeira como agente cobrador para os financiamentos em atraso. Para cobrá-los, a BV Financeira utilizará uma combinação de (i) sua própria equipe de cobrança, (ii) agências de cobrança terceirizada, e (iii) escritórios de advocacia especializados, usando os seguintes procedimentos:

- » Primeira fase – de 4 a 14 dias em atraso: BV financeira inicia processo de contato direto como os devedores em atraso através do seu call center, que conta com uma equipe de 120 funcionários;
- » Segunda fase – de 15 a 75 dias em atraso: BV Financeira subcontrata agentes de cobrança terceirizados que são pagos de acordo com seu desempenho de recuperação e limitados a 10% dos valores recuperados;

- » Terceira fase – acima de 75 dias de atraso: Escritórios de advocacia especializados são subcontratados e remunerados de acordo com seu desempenho de recuperação. Análogo ao anterior, comissões são limitadas a 10% do valor recuperado.

Se a terceira fase não tiver êxito, BV Financeira irá decidir caso a caso o acionamento do processo judicial para retomar o veículo. De acordo com normas internas, o contrato é integralmente provisionado após 120 dias de atraso.

A partir do 75º dia de atraso, o banco é autorizado a iniciar o processo judicial para retomar o veículo, através do qual o escritório de advocacia especializado irá requerer à justiça a emissão do termo de “ação de busca e apreensão”. No período de cumprimento do mandado de apreensão, um oficial de justiça tentará retomar o veículo. Caso o veículo seja encontrado, ele será fisicamente removido e retomado pela BV, que então dá início à liquidação e ao processo final de venda do veículo. A Moody's não atribuiu nenhum crédito ao montante recebido pela venda desses veículos.

RECEBIMENTOS

Vias de pagamento:	<p>Boleto eletrônico: Devedores efetuam pagamento dos boletos emitidos pelo Bradesco em qualquer banco brasileiro. O Banco Arrecadador irá transferir os recursos recebidos em até 1 dia à conta de custódia do Fundo.</p> <p>Cheque: Os devedores efetuam pagamento via cheque diretamente à BV Financeira que tem até 10 dias úteis para transferir os recursos recebidos à conta de custódia.</p> <p>Cobrança de Direitos Creditórios inadimplidos: Os recursos recebidos pela BV Financeira (na qualidade de Agente de Cobrança) resultante da recuperação de créditos inadimplidos tem até 10 dias úteis a partir de seu recebimento para serem transferidos à conta de custódia.</p> <p>A Moody's observa que a maioria das cobranças de Direitos Creditórios acontece através de boletos, a primeira forma de pagamento apresentada acima.</p>
Pagamentos realizados diretamente à conta de custódia	Sim – veja acima.
Risco de Fungibilidade:	Limitado, veja acima.
Terceirização da atividade de cobrança:	Não. O Bradesco será responsável pela cobrança bancária. A cobrança de créditos inadimplidos será realizada pela BV Financeira.

VAM DTVM Ltda como Administrador

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (VAM DTVM Ltda., Sem Rating) atuará como administrador do Fundo. Fundada em 1999, a VAM é atualmente o 12º maior administrador de carteiras no país, com cerca de R\$ 20,9 bilhões de recursos em administração de acordo com dados da Anbima (maio/2010).

O administrador será civil e criminalmente responsável pelos atos por conta e ordem do Fundo. Na qualidade de administrador, a VAM DTVM Ltda. será responsável pelas

principais funções fiduciárias como estipulado nos documentos da operação.

A Moody's observa que ambos o Administrador (VAM) e o Originador (BV Financeira) são efetivamente controlados pelo Banco Votorantim, estruturador da operação. Isso leva a potenciais conflitos de interesse já que podem surgir situações onde medidas tomadas pelo Administrador podem vir a ter consequências positivas (negativas) nas Cotas Seniores mantidas pelos investidores e simultaneamente vir a ter consequências negativas (positivas) nas Cotas Subordinadas retidas pela BV Financeira.

Na visão da Moody's, este conflito de interesse é parcialmente mitigado dado: i.) a força financeira e reputação do Banco Votorantim, com rating superior ao da operação ii.) elementos estruturais da operação, incluindo a publicação periódica de informações ao mercado e a CVM, tais como o monitoramento dos gatilhos de desempenho que podem levar a um evento de revisão na hipótese de desenquadramento iii.), a forte regulação de instituições financeiras no Brasil iv.) a figura de um terceiro, o Bradesco, no papel de Custodiante da operação, que vai monitorar a carteira e verificar o cumprimento dos gatilhos da transação.

Banco Bradesco S.A. como Custodiante e Banco Arrecadador

O Bradesco irá atuar como custodiante da operação. Responsabilidades incluem, entre outras, verificação que os recebíveis aderem aos critérios de elegibilidade, bem como monitoramento dos gatilhos da operação, e o gerenciamento diário das atividades operacionais e financeiras do emissor.

O Banco Bradesco também será o Banco Arrecadador (de direitos creditórios adimplentes) da operação. Os devedores irão efetuar pagamentos via boleto bancário, que pode ser feito em qualquer banco no Brasil ou via Internet. Bradesco, como Banco Arrecadador e através de informações contidas no código de barra, irá identificar imediatamente os pagamentos devidos ao Fundo.

O Bradesco irá transferir estes fluxos de caixa com titularidade do fundo para uma conta segregada mantida pelo Custodiante em nome do Fundo.

Aspectos Legais

A Moody's acredita que a estrutura legal da transação possui provisões adequadas para a segurança dos Cotistas. Os principais aspectos legais considerados na análise da Moody's foram os seguintes:

A Segregação de Ativos entre a Cedente e o Fundo é Perfeita e Acabada. A segregação de risco entre a BV

Financeira e o BV FIDC IV existe mediante cessão perfeita e acabada de direitos creditórios da cedente ao emissor, de acordo com o Código Civil brasileiro. A decretação de falência da cedente não afetará os ativos do emissor, uma vez que os ativos do emissor estão legalmente resguardados dos credores da cedente.

Imunidade à Falência do FIDC é Regulada por Marco Regulatório Estabelecido. Pelo fato de os FIDCs serem um condomínio de Cotistas de acordo com o Código Civil, eles não podem ter a sua falência decretada. O limite das obrigações de um FIDC para os seus Cotistas é equivalente ao valor de mercado de seus ativos. O valor destes ativos deverá ser refletido no valor do patrimônio líquido de um FIDC, o qual nunca poderá ser inferior a zero.

Análise de Crédito

- » **Desempenho das Operações Anteriores:** Essa é a quarta operação com rating da Moody's e realizada pela BV Financeira. Todas as operações respeitaram os seus respectivos gatilhos estipulados nos documentos. Veja os relatórios de monitoramento de cada operação anexos a esse relatório.
- » **Quantidade de Dados e Conteúdo:** A qualidade geral dos dados recebidos foi considerada satisfatória tanto pela quantidade quanto pelo conteúdo. Recebemos dados agregados de desempenho da carteira de um período de 36 meses auditados pela KPMG demonstrando estatísticas relevantes de desempenho, tais como giro da carteira, diluições e perdas de crédito. Além disso, continuaremos recebendo dados mensalmente, como mencionado na Seção de Monitoramento.

Metodologia de Rating

A principal metodologia utilizada para atribuir ratings a essa operação é a "[Moody's Approach to Rating U.S. Auto Loan Backed Securities](#)" (Junho 2007), que pode ser encontrada no website da Moody's (www.moodys.com), no diretório "Credit Policy & Methodology", no subdiretório "Methodologies". Outras metodologias e fatores que possam ter sido considerados neste processo de rating também podem ser encontrados no diretório "Credit Policy & Methodologies".

Ao atribuir os ratings (P)Ba1 (sf)/(P)Aa1.br (sf) às Cotas Seniores, a Moody's considerou as principais fontes de suporte de crédito – a subordinação e o excesso de spread – em um cenário de stress com foco no desempenho histórico dos ativos subjacentes. Adicionalmente, a Moody's levou em consideração fatores comuns a todas as securitizações de veículos, tais como inadimplência e perdas de fluxo de caixa devido a pré-pagamentos e refinanciamentos, aumento no

custo de captação e despesas operacionais. Esses fatores de risco foram estressados a fim de avaliar o impacto na Cota Sênior.

No caso de securitizações brasileiras, a Moody's analisou a adequabilidade da taxa de desconto utilizada para precificar os direitos creditórios na cessão. Há dois componentes nesta análise.

- » Inicialmente, comparamos o valor absoluto da taxa de cessão com os custos esperados relacionados ao custo das cotas e perdas de crédito da carteira. Dessa forma, verifica-se se o excesso de spread é capaz de absorver as perdas esperadas da carteira e não impactar diretamente a subordinação.
- » Em seguida, analisamos a taxa de cessão utilizada pelo Administrador na aquisição das parcelas Pré-fixadas para verificar se o ágio resultante (em virtude dos juros capitalizados) pago pelo Fundo é maior que a subordinação do Fundo.

Essa operação teve rating atribuído tanto em uma simulação probabilística para estimar perdas sob vários cenários, assim como com base determinística para avaliar como a estrutura da operação desempenharia a um stress simultâneo dos fatores de risco tais como uma alta combinada na taxa de perdas, pré-pagamentos e taxas de juros. Observamos o impacto nos fluxos de caixa resultantes disponíveis para as Cotas Seniores, e calculou-se o retorno prometido de 110% do CDI é atingido.

Premissas do Modelo

As premissas da Moody's para as estatísticas de desempenho utilizadas no modelo foram obtidas dos dados da carteira total da BV Financeira de 1 de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2010.

FIGURA 17

PREMISSAS	CENÁRIO	
	CENÁRIO BASE	"BREAK-EVEN"
Perdas Brutas a.a.	5,5%	15,01% (2,7x)
CDI a.a.	10%	15%
Pré-pagamentos acumulados brutos a.a.	15%	15%
Taxa de Cessão em % do CDI	145%	145%

(*)A Moody's considerou os atrasos acima de 180 dias como estimativa de perda assumindo que não haverá recuperação nos veículos. No caso do BV FIDC IV, a Moody's assumiu um cenário extremo de alocação por tipo de veículo de 70%, 20% e 10% em Veículos Leves, Veículos Pesados e Motos respectivamente, visto que os níveis de inadimplência para Veículos Pesados e Motos tem sido historicamente maiores do que as taxas de perdas observadas de Veículos Leves.

O cenário de break-even para perdas de crédito é de 15% a.a. (ou cobertura de 2,7x de perdas base) a partir do qual as Cotas Seniores começarão a apresentar perdas, assumindo um ambiente de altas taxas de juros de 15% (CDI), taxa de pré-pagamento de 15% a.a. e uma taxa de cessão de 145% do CDI.

A Moody's não atribuiu crédito à capacidade financeira da BV Financeira de suportar a operação em termos de recompras de recebíveis atrasados.

Monitoramento

Monitoraremos o desempenho da operação de maneira contínua, utilizando as informações presentes em relatórios periódicos de serviços de cobrança ("periodic servicing reports") para determinar se o desempenho está em linha com as expectativas, principalmente no que diz respeito à elevação de perdas, inadimplências, recompras ou outras métricas que evidenciam uma possível deterioração da qualidade de crédito da carteira.

Pesquisa Relacionada

Para uma explicação detalhada da abordagem da Moody's para este tipo de transação, bem como para transações semelhantes, consulte o seguinte relatório:

Metodologia Utilizada:

- » [Moody's Approach to Rating U.S. Auto Loan-Backed Securities, junho de 2007 \(SF101392\)](#)

Relatórios de Monitoramento:

- » [FIDC BV Financeira I Relatório de Monitoramento, maio de 2010 \(SF204497\)](#)
- » [FIDC BV Financeira II Relatório de Monitoramento, maio de 2010 \(SF204506\)](#)
- » [FIDC BV Financeira III Relatório de Monitoramento, maio de 2010 \(SF204504\)](#)

Para acessar qualquer um destes relatórios, clique nos links acima. Note que essas referências são atuais na data de publicação deste relatório, e que outros documentos mais recentes podem estar disponíveis. Pode ser que nem todas as pesquisas estejam disponíveis a todos os clientes.

Relatório Número: SF212042

© Direitos autorais 2010, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados.

OS RATINGS DE CRÉDITO SÃO OPINIÕES ATUAIS DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. (MIS) A RESPEITO DOS RISCOS FUTUROS RELATIVOS DE PESSOAS JURÍDICAS, CRÉDITOS, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. A MIS DEFINE RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA PESSOA JURÍDICA NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU FINANCEIRAS NO SEU VENCIMENTO, E UMA ESTIMATIVA DAS PERDAS FINANCEIRAS NO CASO DE INADIMPLÊNCIA. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE OUTROS RISCOS, INCLUINDO, SEM EXCLUSÃO DE OUTROS, DE LIQUIDEZ, DE VALOR DE MERCADO OU DE VOLATILIDADE DO PREÇO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE FATOS ATUAIS OU PASSADOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO CONSTITUEM ACONSELHAMENTO DE INVESTIMENTO OU FINANCEIRO, NEM RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE TÍTULOS ESPECÍFICOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO AVALIAM A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MIS EMITE RATINGS DE CRÉDITO BASEANDO-SE NA EXPECTATIVA E NO ENTENDIMENTO DE QUE CADA INVESTIDOR FARÁ SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS QUE CONSIDERE COMPRAR, CONTINUAR A DETER OU VENDER.

TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO, INCLUSIVE A DE DIREITOS AUTORAIS, E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como a outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas no estado em que se encontram, sem garantia de qualquer tipo. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou outros fatores) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings, análises de relatórios financeiros, projeções e outras observações, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e deverão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários e títulos. A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO.

A MIS, uma agência de rating de crédito, subsidiária integral da Moody's Corporation ("MCO"), neste ato divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificados pela MIS se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MIS, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.500.000. A MCO e a MIS mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website www.moody.com, sob o título "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy.", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission — EUA) deter participação acionária maior que 5% na MCO.

Qualquer publicação deste documento na Austrália diz respeito à afiliada da Moody's intitulada Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, a qual possui a Licença Australiana de Serviços Financeiros no 336969. Este documento deve ser fornecido somente a clientes institucionais (de acordo com a seção 761G da Lei das Sociedades de 2001). Através da continuidade do acesso deste documento na Austrália, a Moody's e suas afiliadas entendem que V.S.* é um cliente institucional ou o representa, e que não divulgará direta ou indiretamente este documento, ou o conteúdo nele presente, a clientes de varejo (conforme denominado na seção 761G da Lei das Sociedades de 2001).

* Este documento foi preparado originalmente em inglês e posteriormente traduzido para diversas outras línguas, inclusive o português. Em caso de divergência ou conflito entre as versões, a versão original em inglês prevalecerá.

ANEXO IV

- Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA OS FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, 7º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.384.738/0001-98, administradora do fundo de investimentos em direitos creditórios denominado "BV Financeira – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios IV" ("Fundo"), nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

(a) o Prospecto da Oferta: (a.i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (a.ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores e do Fundo, da Cedente e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades da Cedente e ao investimento nas Cotas Seniores no contexto da Oferta;

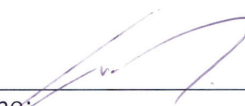
(b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecida ao mercado durante a Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.

São Paulo, 23 de julho de 2010

**VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

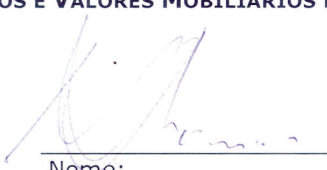
Nome:

Cargo:


Robert John Van Dijk
Diretor

Nome:

Cargo:


Mario A. Thomazi
Administrador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

- Declaração do Distribuidor Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

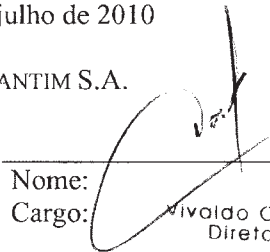
BANCO VOTORANTIM S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 14.171, Torre A, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 59.588.111/0001-03, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de até 2.000.000 (duas milhões) de Cotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Oferta"), do "BV Financeira - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios IV" ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto relativo à Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores e do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à instituição administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas Seniores, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Cotas.

São Paulo, 23 de julho de 2010

BANCO VOTORANTIM S.A.



Nome: _____
Cargo: Marta Cibella Knecht
Procuradora



Nome: _____
Cargo: Nivaldo Costa
Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

- Demonstrações Financeiras da BV Financeira Relativas aos Exercícios Sociais
Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento
e Investimento**

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2009 e 2008



BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações dos valores adicionados	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9 - 41



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas da
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo - SP


Examinamos os balanços patrimoniais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

Ativo	2009	2008	Passivo	2009	2008
Circulante	11.934.828	10.759.022	Circulante	12.306.876	19.109.008
Disponibilidades	39.974	38.971	Depósitos	10.435.194	17.681.465
Aplicações interfinanceiras de liquidez	836.436	963.397	Depósitos interfinanceiros	10.435.194	17.681.465
Aplicações no mercado aberto	836.436	963.397	Relações interdependências	5.882	1.128
Títulos e valores mobiliários	357.094	286.882	Transferências internas de recursos	5.882	1.128
Carteira própria	355.094	285.488	Outras obrigações	1.865.800	1.426.415
Vinculados à prestação de garantias	2.000	1.394	Sociais e estatutárias	215.300	755.073
Relações interdependências	2.321	-	Fiscais e previdenciárias	1.022.738	328.658
Dependências no País	2321	-	Negociação e intermediação de valores	228	36.256
Operações de crédito	9.804.840	8.392.909	Diversas	627.534	306.428
Sector privado	10.472.457	8.809.731	Exigível a longo prazo	11.303.945	437.647
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(666.617)	(416.822)	Depósitos	11.201.595	-
Outros créditos	799.535	968.736	Depósitos interfinanceiros	11.201.595	-
Diversos	799.535	968.736	Outras obrigações	102.350	437.647
Outros valores e bens	94.628	108.127	Fiscais e previdenciárias	102.350	437.647
Bens não de uso próprio	59.210	50.205	Patrimônio líquido	947.819	663.240
Despesas antecipadas	35.355	57.922	Capital social	472.000	342.000
Outros	63	-	De domiciliados no País	12.054	12.054
Realizável a longo prazo	12.568.231	9.398.648	Reserva de capital	463.765	309.186
Operações de crédito	11.521.023	8.772.265	Reservas de lucros		
Sector privado	11.831.183	8.969.342			
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(310.160)	(197.077)			
Outros créditos	786.092	290.666			
Diversos	786.092	290.666			
Outros valores e bens	261.116	335.717			
Despesas antecipadas	261.116	335.717			
Permanente	55.581	52.225			
Investimentos	14.004	2.263			
Outros investimentos	14.004	2.263			
Imobilizado de uso	22.445	30.475			
Outras imobilizações de uso	42.018	64.363			
Depreciação acumulada	(19.573)	(33.888)			
Diferido	16.334	19.487			
Gastos de organização e expansão	44.187	55.144			
Amortização acumulada	(27.853)	(35.657)			
Intangível	2.798	-			
Gastos de organização e expansão	3.334	-			
Amortização acumulada	(536)	-			
Total do ativo	24.558.640	20.209.895	Total do passivo	24.558.640	20.209.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e semestre findo em 31 de dezembro de 2009

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	2º semestre	Exercícios	
	2009	2009	2008
Receitas da intermediação financeira	2.938.937	5.817.354	5.248.383
Operações de crédito	2.848.532	6.064.324	5.462.537
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	75.570	158.256	146.214
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	14.835	(405.226)	(360.368)
Despesas da intermediação financeira	(1.604.915)	(3.291.844)	(2.797.910)
Operações de captação no mercado	(985.631)	(2.025.806)	(2.069.968)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(619.284)	(1.266.038)	(727.942)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.334.022	2.525.510	2.450.473
Outras receitas/(despesas) operacionais	(789.758)	(1.716.914)	(1.654.491)
Receitas de prestação de serviços	272.177	455.802	440.566
Despesas de pessoal	(150.942)	(282.840)	(224.102)
Outras despesas administrativas	(416.726)	(761.303)	(655.448)
Despesas tributárias	(136.205)	(251.795)	(208.042)
Outras receitas operacionais	702.581	1.142.062	526.128
Outras despesas operacionais	(1.060.643)	(2.018.840)	(1.533.593)
Resultado operacional	544.264	808.596	795.982
Resultado não operacional	(20.723)	(78.889)	(56.666)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	523.541	729.707	739.316
Imposto de renda e contribuição social	(169.648)	(243.668)	(156.918)
Provisão para imposto de renda	(206.289)	(338.791)	(493.182)
Provisão para contribuição social	(114.738)	(191.697)	(287.097)
Ativo fiscal diferido	151.379	286.820	623.361
Participações no lucro	(65.672)	(104.283)	(161.721)
Lucro líquido	288.221	381.756	420.677
Lucro líquido por ação	2.280,93	3.021,15	3.329,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2009

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital	Aumento de Capital	Reserva de capital	Legal	Para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	342.000	-	12.054	55.927	549.582	-	959.563
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(22.736)	(22.736)
Reversão de reserva	-	-	-	-	(308.796)	308.796	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(286.060)	(286.060)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	420.677	420.677
Destinações:							
Reserva legal	-	-	-	12.473	-	(12.473)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(378.728)	(378.728)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(29.476)	(29.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>342.000</u>	<u>-</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>240.786</u>	<u>-</u>	<u>663.240</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(1.738)	(1.738)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	381.756	381.756
Destinações:							
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(95.439)	(95.439)
Aumento de capital	-	130.000	-	-	-	(130.000)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	154.579	(154.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>342.000</u>	<u>130.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>395.365</u>	<u>-</u>	<u>947.819</u>
Saldos em 30 de junho de 2009	342.000	-	12.054	68.400	240.786	91.797	755.037
Lucro líquido	-	-	-	-	-	288.221	288.221
Destinações:							
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(95.439)	(95.439)
Aumento de capital	-	130.000	-	-	-	(130.000)	-
Reserva para expansão	-	-	-	-	154.579	(154.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>342.000</u>	<u>130.000</u>	<u>12.054</u>	<u>68.400</u>	<u>395.365</u>	<u>-</u>	<u>947.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
e semestre findo em 31 de dezembro de 2009**

(Em milhares de Reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2009	2009	2008
Fluxos de caixa proveniente das operações			
Lucro Líquido	288.221	381.756	420.677
Ajustes ao lucro líquido	686.132	1.397.818	820.710
Depreciações e amortizações	7.553	16.886	19.090
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	619.284	1.266.038	727.942
Provisão para passivos contingentes	38.572	36.005	17.012
Resultado não operacional	20.723	78.889	56.666
Variações patrimoniais			
Depósitos	2.645.600	3.955.325	2.274.466
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(42.392)	(70.211)	(133.326)
Relações interfinanceiras e interdependências	3.360	2.433	106
Operações de crédito	(3.796.857)	(5.426.727)	(2.786.026)
Outros créditos	(216.675)	(405.114)	(747.077)
Outros valores e bens	(14.598)	88.100	314.684
Outras obrigações	368.165	(29.096)	183.157
Caixa gerado/(utilizado) pelas operações	<u>(1.053.397)</u>	<u>(1.885.290)</u>	<u>(894.016)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			
Alienação de imobilizado de uso	-	2.451	1.355
Alienação de investimentos	7	-	490
Aquisição de imobilizado de uso	(1.138)	(4.018)	(8.130)
Aquisição de investimentos	-	-	(628)
Aplicações no diferido	(1.757)	(3.859)	(7.377)
Aplicações no intangível	(835)	(3.075)	-
Outros	(11.879)	(11.741)	-
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de investimentos	<u>(15.602)</u>	<u>(20.242)</u>	<u>(14.290)</u>
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(94.646)</u>	<u>(125.958)</u>	<u>333.081</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/semestre	971.056	1.002.368	669.287
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/semestre	<u>876.410</u>	<u>876.410</u>	<u>1.002.368</u>
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(94.646)</u>	<u>(125.958)</u>	<u>333.081</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	Exercícios	
	2009	2008
Receitas	4.051.451	3.896.876
Receita da intermediação financeira	5.817.354	5.248.383
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	455.802	440.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.266.038)	(727.942)
Outras receitas/(despesas)	(876.778)	(1.007.465)
Resultado não operacional	(78.889)	(56.666)
Despesas da intermediação financeira	(2.025.806)	(2.069.968)
Insumos adquiridos de terceiros	(719.222)	(622.317)
Matérias, energia e outros	-	-
Serviços de terceiros	(39.361)	(58.082)
Outras	(679.861)	(564.235)
Comunicações	(65.749)	(56.013)
Manutenção e conservação de bens	(17.341)	(29.217)
Processamento de dados	(32.529)	(29.471)
Promoções e relações públicas	(11.154)	(20.075)
Publicações	(255)	(152)
Propaganda e publicidade	(16.423)	(27.634)
Serviços do sistema financeiro	(102.033)	(94.377)
Serviços técnicos especializados	(194.491)	(120.006)
Transportes	(16.894)	(11.612)
Despesas com entidades ligadas	(123.361)	(26.889)
Outras	(99.631)	(148.789)
Valor Adicionado Bruto	1.306.423	1.204.591
Despesas de amortização/depreciação	(16.886)	(19.090)
Valor Adicionado Líquido produzido pela Entidade	1.289.537	1.185.501
Valor adicionado a distribuir	1.289.537	1.185.501
Valor Adicionado distribuído	1.289.537	1.185.501
Pessoal	345.397	353.748
Salários e honorários	171.550	134.499
Participação no lucro	104.283	161.721
Benefícios e treinamentos	55.451	45.564
FGTS	14.113	11.964
Impostos, Taxas e Contribuições	537.189	397.035
No País	537.189	397.035
INSS sobre salários	41.726	32.075
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	251.795	208.042
Imposto de renda / contribuição Social	243.668	156.918
Remuneração de Capitais de Terceiros	25.195	14.041
Aluguéis	25.195	14.041
Remuneração de Capitais Próprios	381.756	420.677
Dividendos/ juros sobre capital próprio	95.439	408.204
Lucro retido	286.317	12.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem por objetivo social, principalmente, a realização de operações de financiamento de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos e certas operações têm a co-participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e em aditamento ao Fato Relevante de 9 de janeiro de 2009, o Banco do Brasil e a Votorantim Finanças concluíram em 28 de setembro de 2009 o estabelecimento da parceira estratégica, passando o Banco do Brasil a deter 50% do capital total do Banco Votorantim S.A., controlador que detém 100,00% das ações da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. A operação foi realizada por meio da: (i) aquisição, pelo Banco do Brasil S.A. de 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Banco Votorantim e de propriedade da Votorantim Finanças S.A. pelo preço de R\$ 3 bilhões; (ii) subscrição, pelo Banco do Brasil S.A. de 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Banco Votorantim S.A. pelo valor de R\$ 1,2 bilhões. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 4 de dezembro de 2009.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas pela primeira vez no exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Na elaboração das demonstrações contábeis a BV Financeira levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento. São elas: (a) tratamento do saldo das reservas de capital e da destinação dos lucros acumulados; (b) tratamento do ativo imobilizado e do diferido; (c) apresentação das demonstrações do fluxo de caixa ao invés da demonstração das origens e aplicações de recursos.

3 Gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos tem suas políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central. Sua abrangência é no âmbito das empresas ligadas ao Banco Votorantim.

Foram estabelecidas políticas e procedimentos e implantado um sistema de gestão de riscos capaz de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando à Diretoria Executiva uma visão de todos os riscos incorridos.

Instituiu-se o Comitê de Gestão de Riscos e subordinado a este existem três comissões, sendo uma direcionada para a gestão do risco de mercado, outra para atuar como gestora do risco de crédito e uma terceira focada para a gestão do risco operacional.

O Comitê Operacional de Ativos e Passivos ("ALM") tem a responsabilidade de executar as gestões estratégica do capital e do balanço. O acompanhamento do risco de liquidez é feito por uma Comissão específica, que é subordinada a este Comitê.

Risco de mercado

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os procedimentos básicos adotados para o gerenciamento deste risco são: (a) integridade na precificação de ativos e derivativos; (b) avaliação do risco de mercado pela metodologia *Value at Risk* e pela simulação de cenários; (c) acompanhamento de resultados diários com testes de aderência da metodologia (*back-test*).

O Banco Votorantim e suas controladas realizam operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Estes instrumentos são utilizados para *hedge* de posições, para atender demanda de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.

Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos.

As etapas do gerenciamento de risco operacional são: a identificação, a avaliação, o monitoramento, o controle e a mitigação dos riscos, a comunicação e o plano de ação.

Adicionalmente, é obrigatório o registro no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos nas instituições. Esse procedimento tem como finalidade primária a formação de uma base de dados a ser utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basiléia II, mas proporciona o fornecimento de informações suficientes para a identificação das causas desses riscos.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A conjunção das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

Risco de crédito

Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banco Votorantim possui um processo de tomada de decisões que garante agilidade e foco nas ações de crédito, frente às oportunidades de negócios e a mudança de cenários. O seu foco tem sido crescer os ativos maximizando a relação de risco/retorno, com preocupação constante em manter a qualidade da carteira de crédito do banco. Para isso, o Banco Votorantim possui uma área independente para o Gerenciamento de Risco de Crédito, seguindo as melhores práticas de governança.

Como parte do processo de gestão de crédito são realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como, dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores. A política de crédito é formulada com base em análise de indicadores internos da carteira e dos processos de precificação e avaliação de empresas, e em fatores externos, relacionados à situação financeira das empresas e à conjuntura econômica do país e do exterior.

Cabe também citar o monitoramento constantemente das exposições e contrapartes dos ativos de crédito e a elaboração de relatórios periódicos dos riscos da carteira de crédito para análise e tomada de decisão da diretoria.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O Banco Votorantim realiza avaliações de risco de crédito das operações, determinadas através de modelos julgamentais e estatísticos. Ressalta-se que na identificação de deterioração da qualidade da carteira de crédito do banco, são tomadas ações de mitigação de riscos, tais como, reavaliação do perfil de risco dos clientes e análises setoriais que influenciam na gestão de limites até a gestão e controle de garantias.

O ciclo de crédito é composto das seguintes etapas :

- 1- Proposta de crédito
- 2- Avaliação do Risco de Crédito
- 3- Concessão do Crédito
- 4- Originação da Operação
- 5- Monitoramento
- 6- Cobrança da Operação
- 7- Recuperação

O Banco Votorantim, em consonância com as melhores práticas de mercado, continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para a melhor gestão, controle e acompanhamento de risco da carteira de crédito.

Gestão de Ativos e Passivos

O Comitê Operacional de “ALM” é o responsável pela gestão da política de ativos e passivos do banco, que inclui os riscos estruturais de taxa de juros, liquidez e taxa de câmbio, bem como a gestão do capital da organização que busca otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

Maiores detalhes da estrutura de gerenciamento de risco, vide site www.bancovotorantim.com.br.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

4 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- i. Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de avaliação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa e BACEN ou no valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez para se determinar de forma mais adequada e justa o valor de mercado.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para negociação” são apresentados no Balanço como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento dos respectivos títulos.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais e consagradas. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. **"Hedge" de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período.
- ii. **"Hedge" de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes a valor de mercado registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

Para os instrumentos financeiros negociados em associação com operações de captação, tanto o instrumento financeiro como o passivo estão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo ajustados pelo valor de mercado.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo BACEN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela regulamentação vigente.

As operações de crédito que são objetos de “hedge” de instrumentos financeiros derivativos, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outros créditos - Diversos, e quando negativos, em Outras obrigações - Diversas, em contrapartida de receitas de operações de crédito.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Ativo permanente

- i. Outros investimentos são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- ii. O Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, sistema de comunicação/segurança/transporte - 10%, sistemas de processamento de dados - 20%.
- iii. O Ativo Diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado.
- iv. O Ativo intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, designados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada e registrada linearmente, com base na geração do benefício.

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. Em 2009, não foi verificado a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, aplicável ao lucro tributável. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 9% até 30 de abril de 2008, e a partir de 1º de maio de 2008, à alíquota de 15%, conforme Lei nº 11.707/08, sobre o lucro tributável.

O crédito tributário de imposto de renda e de contribuição social é constituído de acordo com estudo de capacidade de realização preparado pela Administração.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento NPC 22 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon.

- i. Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
- ii. Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
- iii. Obrigações legais** - Fiscais e previdenciárias - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base “pro rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base “pro rata” dia).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas no realizável a longo prazo e as operações passivas no passivo circulante.

5 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Exercícios	
	2009	2008
Disponibilidades	39.974	38.971
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>876.410</u>	<u>1.002.368</u>

6 Disponibilidades

	2009	2008
Depósitos bancários - Ligadas	4.318	1.082
Depósitos bancários - Não Ligadas	35.265	37.576
Disponibilidades em moeda estrangeira	321	131
Outras	<u>70</u>	<u>182</u>
Total	<u>39.974</u>	<u>38.971</u>

7 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição da carteira por modalidade

	2009	2008
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>
Total	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por emissor

	2009	2008
Títulos privados – Ligadas		
Pós-fixado	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>
Total	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>

c. Composição da carteira por faixa de vencimento

	2009	2008
Até 90 dias	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>
Total	<u>836.436</u>	<u>963.397</u>

8 Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira por categoria

	2009			2008		
	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
Títulos para negociação						
No País						
Letras Financeiras do Tesouro	2.368	2.368	-	1.610	1.610	-
Ações de Companhia abertas	191	123	(68)	-	-	-
Cotas de FIDC	<u>354.603</u>	<u>354.603</u>	<u>-</u>	<u>285.272</u>	<u>285.272</u>	<u>-</u>
Total	<u>357.162</u>	<u>357.094</u>	<u>(68)</u>	<u>286.882</u>	<u>286.882</u>	<u>-</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por emissor

	2009	2008
Títulos públicos		
Pós-fixados	2.368	1.610
Títulos privados		
Pós-fixados	<u>354.726</u>	<u>285.272</u>
Total	<u>357.094</u>	<u>286.882</u>

c. Composição da carteira por categoria e faixas de vencimento

Na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente da sua classificação contábil.

	2009	2008
Títulos para negociação		
Sem vencimento	354.726	285.272
De 1 a 90 dias	1.631	-
De 90 a 360 dias	-	71
De 1 a 3 anos	61	1.483
De 3 a 5 anos	<u>676</u>	<u>56</u>
Total	<u>357.094</u>	<u>286.882</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

9 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição dos contratos de futuros por indexador

	2009 Valor de referência (mercado)	2008 Valor de referência (mercado)
Compromissos de venda	23.277.188	18.964.008
DI	<u>23.277.188</u>	<u>18.964.008</u>

10 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade

	2009	2008
Empréstimos e financiamentos		
Cartões de crédito	91.826	35.380
Crédito pessoal	3.403.759	1.788.729
Crédito direto ao consumidor	<u>18.808.055</u>	<u>15.954.964</u>
Total das operações de crédito	<u>22.303.640</u>	<u>17.779.073</u>

b. Composição das operações por faixas de vencimento

	2009	2008
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	593.838	371.949
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	2.979.847	2.544.935
De 91 a 360 dias	7.492.610	5.892.632
De 1 a 3 anos	9.128.081	7.729.075
De 3 a 5 anos	2.066.908	1.222.048
Acima de 5 anos	<u>42.356</u>	<u>18.434</u>
Total	<u>22.303.640</u>	<u>17.779.073</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

c. Concentração das operações

	2009	2008
Dez maiores devedores	6.229	6.289
Cinquenta seguintes maiores devedores	16.446	17.297
Cem seguintes maiores devedores	24.736	25.886
Demais clientes	<u>22.256.229</u>	<u>17.729.601</u>
Total	<u>22.303.640</u>	<u>17.779.073</u>

d. Composição das operações por categoria

	2009	2008
Pessoas jurídicas	887.070	831.341
Pessoas físicas	<u>21.416.570</u>	<u>16.947.732</u>
Total	<u>22.303.640</u>	<u>17.779.073</u>

e. Composição das operações nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	2009			2008		
	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
AA	445.294	-	445.294	943.315	-	943.315
A	18.553.722	-	18.553.722	14.522.931	-	14.522.931
B	73.126	1.097.320	1.170.446	62.184	842.484	904.668
C	31.452	696.639	728.091	26.593	493.645	520.238
D	15.894	332.960	348.854	14.393	215.607	230.000
E	7.196	179.157	186.353	6.015	126.536	132.551
F	5.410	142.849	148.259	3.885	93.876	97.761
G	3.054	117.216	120.270	2.912	72.505	75.417
H	<u>25.109</u>	<u>577.242</u>	<u>602.351</u>	<u>24.368</u>	<u>327.824</u>	<u>352.192</u>
Total	<u>19.160.257</u>	<u>3.143.383</u>	<u>22.303.640</u>	<u>15.606.596</u>	<u>2.172.477</u>	<u>17.779.073</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	Provisão %	2009	2008
A	0,5	92.769	72.615
B	1,0	11.704	9.047
C	3,0	21.843	15.607
D	10,0	34.885	23.000
E	30,0	55.907	39.765
F	50,0	74.129	48.881
G	70,0	84.189	52.792
H	100,0	<u>602.351</u>	<u>352.192</u>
Total		<u>977.777</u>	<u>613.899</u>
Percentual sobre a carteira		<u>4,38 %</u>	<u>3,45%</u>

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2009	2008
Saldo inicial	613.899	490.208
Constituições/(reversões)	1.266.038	727.942
Baixas para prejuízo	<u>(902.160)</u>	<u>(604.251)</u>
Saldo final	<u>977.777</u>	<u>613.899</u>

h. Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Carteira de Crédito	Despesa de PCLD	% de Despesas
2009	22.303.640	(1.266.038)	5,67%
2008	17.779.073	(727.942)	4,09%

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Inadimplência

	Créditos Vencidos (Níveis de D a H)	Total da carteira	% inadimplência
2009	1.349.424	22.303.640	6,05
2008	836.348	17.779.073	4,70

j. Cobertura da carteira de crédito

	Créditos Vencidos (Níveis de D a H)	PCLD	% índice de cobertura
2009	1.349.424	977.777	72,46
2008	836.348	613.899	73,40

O índice de cobertura é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo saldo de operações vencidas a mais de 60 dias (Níveis D a H).

k. Avaliação a valor de mercado

Foi procedida a avaliação a valor de mercado da carteira de financiamentos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.082/02. A referida avaliação considera o respectivo “hedge” no mercado futuro de DI junto a BM&F, refletindo os efeitos da variação da taxa de juros na carteira de financiamentos, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas, em contrapartida aos ajustes ocorridos no referido mercado de derivativos, mensurado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2009, a avaliação desses ativos gerou ajuste positivo não realizado, no montante de R\$ 257.494 registrado em Outros créditos - Diversos (2008 - R\$378.007).

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1. Informações complementares

	2009	2008
Montante de créditos aditados/renegociados no exercício	227.982	289.461
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo (*)	116.784	124.076
Montante de créditos cedidos no exercício (**)	5.813.060	3.639.107

(*) Registrado na demonstração de resultado em “Receitas de operações de crédito”.

(**) Em 2009, foram efetuadas cessões da carteira de crédito, basicamente, para a BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I, BV Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II, Banco do Brasil S.A. e Nossa Caixa S.A. O resultado líquido das cessões de crédito foi de R\$ 501.128. Para o saldo dos créditos cedidos, foi constituída provisão para possíveis perdas no montante de R\$ 24.692 (2008 – R\$ 9.427), registrada em Outras Obrigações - Diversas.

11 Outros créditos - Diversos

	2009	2008
Adiant. e antec. de salários/férias	1.980	1.433
Adiant. p/ Pgto Nossa Conta	13.413	3.963
Crédito tributário de impostos e contribuições	796.037	509.215
Devedores por depósitos em garantia	23.892	13.011
Impostos e contribuições a compensar	227.549	201.123
Opções por incentivos fiscais	-	11.880
Ajuste a valor de mercado - Operações de crédito	257.494	378.007
Devedores diversos no país	254.135	73.266
Sociedades ligadas	-	64.093
Outros	11.127	3.411
Total	<u>1.585.627</u>	<u>1.259.402</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

12 Outros valores e bens - Despesas antecipadas

	2009	2008
Comissões por intermediação de operações	275.401	378.356
Outras	<u>21.070</u>	<u>15.283</u>
Total	<u>296.471</u>	<u>393.639</u>

13 Investimentos

	2009	2008
Investimentos por incentivos fiscais	<u>14.004</u>	<u>2.263</u>
Total	<u>14.004</u>	<u>2.263</u>

14 Imobilizado de uso

	2009			2008
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	2.691	(1.163)	1.528	2.008
Móveis e equipamentos de uso	11.036	(3.411)	7.625	7.024
Sistema de comunicação	3.014	(1.300)	1.714	4.764
Sistema de processamento de dados	24.921	(13.472)	11.449	16.460
Sistema de segurança	10	(1)	9	43
Sistema de transporte	<u>346</u>	<u>(226)</u>	<u>120</u>	<u>176</u>
Total	<u>42.018</u>	<u>(19.573)</u>	<u>22.445</u>	<u>30.475</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

15 Diferido

	<u>2009</u>			<u>2008</u>
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos em imóveis de terceiros	42.578	(27.094)	15.484	16.698
Desenvolvimento de sistemas	<u>1.609</u>	<u>(759)</u>	<u>850</u>	<u>2.789</u>
Total	<u>44.187</u>	<u>(27.853)</u>	<u>16.334</u>	<u>19.487</u>

16 Intangível

	<u>2009</u>			<u>2008</u>
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Licenças	<u>3.334</u>	<u>(536)</u>	<u>2.798</u>	-
Total	<u>3.334</u>	<u>(536)</u>	<u>2.798</u>	-

17 Depósitos

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	2009	2008
Depósitos interfinanceiros		
De ligadas	<u>21.636.789</u>	<u>17.681.465</u>
Total	<u>21.636.789</u>	<u>17.681.465</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	2009	2008
Até 90 dias	1.630.661	3.589.249
De 91 a 360 dias	8.804.533	14.092.216
De 1 a 3 anos	10.770.128	-
De 3 a 5 anos	420.953	-
De 5 a 10 anos	<u>10.514</u>	<u>-</u>
Total	<u>21.636.789</u>	<u>17.681.465</u>

18 Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	2009	2008
Dividendos/bonificação a pagar	95.439	664.788
Provisão para participação nos lucros	<u>119.861</u>	<u>90.285</u>
Total	<u>215.300</u>	<u>755.073</u>

19 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2009	2008
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	407.057	244.867
Impostos e contribuições a recolher	17.097	23.990
Outros impostos e contribuições (Obrigações legais)	553.747	345.741
Provisão para impostos e contribuições diferidos	147.187	151.203
Provisão para riscos fiscais	<u>-</u>	<u>504</u>
Total	<u>1.125.088</u>	<u>766.305</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

20 Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores

	2009	2008
Credores conta liquidação pendentes - Ligadas	<u>228</u>	<u>36.256</u>
Total	<u>228</u>	<u>36.256</u>

21 Outras obrigações - Diversas

	2009	2008
Provisão despesas de pessoal	25.214	15.529
Provisão para passivos contingentes	91.262	54.753
Valores a repassar Cessão de crédito	164.322	55.756
Credores diversos - Cartões de crédito	120.477	74.924
Operação de crédito a liberar	24.285	17.758
Provisão para perdas - Créditos cedidos	24.692	9.427
Provisão para outras despesas administrativas	177.282	25.731
Outras	<u>-</u>	<u>52.550</u>
Total	<u>627.534</u>	<u>306.428</u>

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 126.361 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária, a Administração propõe o aumento do capital social, no montante de R\$ 130.000, sem modificação no número de ações. A proposta do aumento do capital social está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada exercício, deduzido da reserva legal. A Administração propõe o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 95.439.

c. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2009, a reserva de capital está constituída, basicamente, por subvenções de incentivos fiscais. A reserva de capital poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

d. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, a Administração propõe a destinação do lucro não distribuído para “Reserva de Expansão”, constituída após as destinações para reserva legal e pagamentos de dividendos, se houver. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

23 Receitas de prestação de serviços

	2009	2008
Taxa de abertura de crédito	-	120.053
Rendas de tarifas bancárias	405.041	170.458
Corretagens de operações em bolsa	31	294
Rendas de liquidação antecipada	29.236	130.087
Outras	<u>20.774</u>	<u>19.674</u>
Total	<u>455.802</u>	<u>440.566</u>

24 Despesas de pessoal

	2009	2008
Honorários	8.375	8.726
Benefícios	54.062	44.614
Encargos sociais	55.839	44.039
Proventos	163.175	125.773
Treinamento	<u>1.389</u>	<u>950</u>
Total	<u>282.840</u>	<u>224.102</u>

25 Outras despesas administrativas

	2009	2008
Aluguéis	25.195	14.041
Comunicações	65.749	56.013
Manutenção e conservação de bens	17.341	29.217
Processamento de dados	32.529	29.471
Promoções e relações públicas	11.154	20.075
Propaganda e publicidade	16.423	27.634
Publicações	255	152
Serviços do sistema financeiro	102.033	94.377
Serviços de terceiros	39.361	58.082
Serviços técnicos especializados	194.491	120.006

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Amortização	11.172	11.676
Depreciação	5.714	7.414
Transportes	16.894	11.612
Viagens	28.445	26.889
Outras	<u>194.547</u>	<u>148.789</u>
Total	<u>761.303</u>	<u>655.448</u>

26 Outras receitas operacionais

	2009	2008
Ressarcimento de custos (*)	971.768	412.112
Recuperação de encargos e despesas	14.527	20.453
Atualização monetária de ativos	996	833
Reversão de provisões operacionais	-	5.473
Reembolso de metas de produção	115.154	30.738
Renegociação de contrato	-	9.466
Ressarcimento de despesas de cobrança	19.578	11.436
Outras	<u>20.039</u>	<u>35.617</u>
Total	<u>1.142.062</u>	<u>526.128</u>

(*) Refere-se ao ressarcimento dos custos associados às operações de crédito.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

27 Outras despesas operacionais

	2009	2008
Atualização monetária de passivos	18.104	27.895
Comissões por intermediação de operações	1.518.713	1.138.856
Provisão para passivos contingentes	36.005	17.012
Descontos concedidos	280.654	230.500
Perdas com financiamento	6.677	16.325
Refis – despesas de juros	20.418	-
Outras	<u>138.269</u>	<u>103.005</u>
Total	<u>2.018.840</u>	<u>1.533.593</u>

28 Imposto de renda e contribuição social

a. Encargos devidos sobre as operações

	2009	2008
Valores Correntes	<u>729.707</u>	<u>739.316</u>
Encargos à alíquota nominal vigente	<u>(291.883)</u>	<u>(295.726)</u>
Exclusões/(adições)	<u>(242.621)</u>	<u>50.862</u>
Participações no lucro	(36.132)	28.556
Juros sobre o capital próprio	-	11.790
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(244.466)	(72.274)
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	102.997	216.788
Derivativos - Lei nº 11.051/04	107.013	(142.614)
Provisão para passivos contingentes	13.883	(3.911)
Provisão para obrigações legais	(138.494)	-
Outros	(47.422)	12.527
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(534.504)</u>	<u>(244.864)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>4.016</u>	<u>(535.415)</u>
Imposto de renda e contribuição social total	<u>(530.488)</u>	<u>(780.279)</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre o resultado

Imposto de renda e contribuição social diferido	2009	2008
Adições/(exclusões)		
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	(102.997)	(353.358)
Derivativos - Lei nº 11.051/04	<u>107.013</u>	<u>(182.057)</u>
Total	<u>4.016</u>	<u>(535.415)</u>
Crédito tributário	2009	2008
Adições/(exclusões)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	244.466	119.378
Derivativos - Lei nº 11.051/04	(86.214)	324.671
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	(7)	136.570
Provisão para passivos contingentes	13.883	6.610
Provisão para obrigações legais	138.494	-
Provisão para participação nos lucros	(36.132)	36.132
Outros	<u>12.330</u>	<u>-</u>
Total	<u>286.820</u>	<u>623.361</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais

Ativo (Outros créditos - Diversos)	2009	2008
Saldo inicial	509.215	326.466
Provisão para passivos contingentes	13.883	6.610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	244.466	119.378
Provisão para participação nos lucros	(36.132)	36.132
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	(7)	(65.585)
Provisão para obrigações legais	138.494	-
Outros	12.332	-
Derivativos - Lei nº 11.051/04	<u>(86.214)</u>	<u>86.214</u>
Saldo final	<u>796.037</u>	<u>509.215</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)		
Saldo inicial	151.203	56.400
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	102.997	151.203
Derivativos - Lei nº 11.051/04	(107.013)	(56.400)
Saldo final	<u>147.187</u>	<u>151.203</u>

d. Composição do crédito tributário e sua expectativa de realização

Os créditos tributários foram constituídos nos termos da legislação em vigor, baseados em estudos comprobatórios de realização.

	2009	2008
Composição		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	609.397	364.931
Derivativos - Lei nº 11.051/04	-	86.214
Provisão para passivos contingentes	35.800	21.917
Provisão para participação nos lucros	-	36.132
Provisão para obrigações legais	138.494	-
Ajuste a mercado - Circulares nº 3.068/01 e 3.082/02	14	21
Outros	<u>12.332</u>	<u>-</u>
Total	<u>796.037</u>	<u>509.215</u>

Os valores apresentados na expectativa de realização do crédito tributário respaldam-se em estudo técnico atualizado em 31 de dezembro de 2009.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Expectativa de realização

	Valor nominal	Valor presente
Em 2010	277.259	251.030
Em 2011	169.626	135.690
Em 2012	169.231	119.248
Em 2013	5.627	3.498
Em 2014	35.800	19.622
Em 2019	<u>138.484</u>	<u>39.889</u>
Total	<u>796.037</u>	<u>568.977</u>

29 Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e em condições de comutatividade.

a. Sumário das transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	2009	2008
Ativos		
Disponibilidades	4.318	1.082
Aplicações interfinanceiras de liquidez	836.436	963.397
Passivos		
Depósitos	21.636.789	17.681.465
Outras obrigações – Sociais e estatutárias	95.439	-
Outras obrigações - Diversas	228	55.254
Receitas		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	89.145	52.826
Outras receitas operacionais	115.163	64.093

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Despesas		
Operações de captação no mercado	(2.025.806)	(2.069.968)
Serviços técnicos especializados	(45.551)	-

b. Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2009, a Empresa despendeu o montante de R\$ 37.044 como remuneração às pessoas-chave da Administração.

	2009
Proventos	8.375
Gratificações	28.669

30 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Passivos contingentes

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em remota, possível e provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo o principal relacionado a ação civil pública referente à cobrança da taxa de liquidação antecipada e de retorno no montante aproximado de R\$ 13 milhões.

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A posição dos passivos contingentes classificados na categoria provável, segregada por natureza da causa e provisões constituídas, é a seguinte:

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Saldo inicial	504	478	20.652	26.649	34.101	18.341
Constituições/(reversões)	<u>1.297</u>	<u>26</u>	<u>8.672</u>	<u>(5.997)</u>	<u>26.036</u>	<u>15.760</u>
Saldo final	<u>1.801</u>	<u>504</u>	<u>29.324</u>	<u>20.652</u>	<u>60.137</u>	<u>34.101</u>

Os depósitos judiciais, classificados em Outros créditos – diversos, são :

	2009	2008
Demandas fiscais	214	194
Demandas trabalhistas	8.125	4.727
Demandas cíveis	<u>15.553</u>	<u>8.090</u>
Saldo final	<u>23.892</u>	<u>13.011</u>

b. Ativos contingentes

Não existe nenhum ativo contingente contabilizado.

c. Obrigações legais

A Instituição pleiteia o não pagamento da COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

	2009	2008
Saldo inicial	345.741	184.136
Constituições/(reversões)	173.429	135.581
Atualizações	<u>34.577</u>	<u>26.024</u>
Saldo final	<u>553.747</u>	<u>345.741</u>

BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

d. Outros compromissos

Em 25 de julho de 2003, o Banco protocolou junto à Secretaria da Receita Federal sua adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES, instituído pela Lei nº 10.684/03, do Governo Federal. A adesão ao programa possibilitou o parcelamento do PIS, referente ao período de janeiro de 2000 a janeiro de 2003, o qual vinha sendo questionado judicialmente e registrado em provisão para riscos fiscais. Os montantes relativos ao PIS, inclusos no programa, foram parcelados em 120 meses, calculados com base na limitação de 1,5% da receita bruta de intermediação financeira, atualizados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e reclassificados para impostos e contribuições a recolher. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo do programa é de R\$ 1.981 (2008 - R\$ 2.701). A Instituição está cumprindo com as condições do referido programa quanto à adimplência aos pagamentos parcelados, bem como quanto ao recolhimento dos demais impostos devidos mensalmente.

Em 30 de novembro de 2009, a Instituição optou pelos benefícios trazidos pelo advento da Lei nº 11.941/2009 que previa a possibilidade de pagamentos à vista de tributos vencidos até 30 de novembro de 2008 com redução de multa e juros. Os valores pagos foram R\$ 138.660 e referem-se à insuficiência de recolhimento relativas à IR e CSLL no período de 2004 a 2008.

31 Outras informações

- a. Despesas tributárias se referem, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.
- b. Resultado não operacional refere-se, basicamente, ao resultado obtido na alienação de bens não de uso próprio.
- c. Não existe benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados e administradores, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)